



**ECONOMIA
E MODOS DE VIDA**
Reflexões da História sobre
teoria, metodologia e objetos

Alexandre de Moraes
Luiz Fernando Saraiva
organizadores

HUCITEC EDITORA
\$PPGH

Os capítulos deste livro são importantes referências para os debates atuais sobre História Econômica. São doze textos inéditos, cuidadosamente escritos e debatidos em um espaço de formação acadêmica. Esse expediente assegurou que a diversidade de problemas não comprometesse a coesão da obra, algo nem sempre observado em coletâneas. As contribuições ajudam pensar as relações materiais de existência em diferentes períodos históricos através de temas, objetos, métodos e reflexões teóricas de inegável qualidade e maturidade intelectuais.

Além de uma contribuição de inegável valor, *Economia e Modos de Vida: reflexões da História sobre teoria, metodologia e objetos* é também uma belíssima expressão dos méritos do trabalho coletivo. É o resultado de um projeto notabilizado pela dedicação, engajamento, cooperação e diálogo entre autores de diferentes níveis formativos. Trata-se, enfim, de um material que referenda, pela qualidade dos textos, a importância do espaço isonômico, colaborativo e democrático que nossas universidades públicas devem garantir.

ECONOMIA E MODOS DE VIDA
Reflexões da História
sobre teoria, metodologia e objetos

Alexandre de Moraes
Luiz Fernando Saraiva
organizadores

ECONOMIA E MODOS DE VIDA
Reflexões da História
sobre teoria, metodologia e objetos

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2022

© Direitos autorais, 2022,
da organização de,
Luiz Fernando Saraiva & Alexandre de Moraes
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209, 04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
www.lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA
Produção editorial: KÁTIA REIS
Assessoria editorial: MARIANA TERRA
Circulação: ELVIO TEZZA

Capa: Paleolithics Stone. Da Iafeba/Flickr

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E22

Economia e modos de vida [recurso eletrônico] : reflexões da história sobre teoria, metodologia e objetos / organização Luiz Fernando Saraiva , Alexandre de Moraes. – 1.ed. – São Paulo : Hucitec, 2022.
recurso digital ; 15 MB

Formato: pdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui índice

ISBN 978-85-8404-258-6 (recurso eletrônico)

1. História econômica. 2. Livros eletrônicos. I. Saraiva, Luiz Fernando. II. Moraes, Alexandre de.

22-80901

CDD: 330.9

CDU: 338.12

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

7 **Prefácio**, *Carlos Gabriel Guimarães*

SEÇÃO 1 – TEORIAS E DEBATES

18 **Capítulo 1** – Giro decolonial: novas perspectivas críticas da modernidade capitalista, *Rodrigo de Paula Abi-Ramia*

66 **Capítulo 2** – A Nova Economia Institucional e a História Econômica: aplicações e possibilidades de pesquisa, *Alana Thaís Basso*

111 **Capítulo 3** – A História do Pensamento Econômico no centro e na periferia: abordagens, perspectivas e possibilidades de pesquisas, *Marcos Taroco Resende*

- 153 **Capítulo 4** – Da igreja do Diabo ao Moinho Satânico: História Econômica e Antropologia das Economias na gênese do capitalismo, *Luiz Fernando Saraiva & Rejane Valvano Corrêa da Silva*

SEÇÃO 2 – METODOLOGIA E POSSIBILIDADES

- 226 **Capítulo 5** – A transição do feudalismo ao capitalismo e o debate marxista, *Rebecca de Oliveira Freitas*
- 254 **Capítulo 6** – Expropriações capitalistas: gênese e atualidade, *Julio Cesar Pereira de Carvalho*
- 282 **Capítulo 7** – A abordagem global para a História Econômica, *Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo, Fernanda Novaes de Freitas & Henrique Luiz Oliveira Spitz*
- 323 **Capítulo 8** – A História agrária através do espaço: impactos do uso de Sistemas de Informação Geográfica em análises econômicas, *Mylena Porto da Gama & Thaiz Barbosa Freitas*

SEÇÃO 3 – OBJETOS E QUESTÕES

- 354 **Capítulo 9** – A História Econômica no século XXI: reflexões a respeito de sua produção acadêmica (2006-2017), *Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de Oliveira & Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca*
- 402 **Capítulo 10** – O mercado de crédito hipotecário de Belém do Pará pela ótica da análise de redes sociais (1870-1930), *Fábio Carlos da Silva, Leonardo Milanez de Lima Leandro & Renato Leite Marcondes*

- 443 **Capítulo 11** – Hammurabi e a *arma de Deus*: economia e religião na antiga Babilônia (1792-1750 a.C.), *Alexandre Santos de Moraes & Guilherme Silva Pixinine*
- 476 **Capítulo 12** – Moedas e História Econômica: o testemunho numismático como ferramenta para o estudo das economias helenísticas, *Mateus Mello Araujo da Silva*
- 510 **Sobre os autores**

PREFÁCIO

Não há passado, quando há livros.
Edward Bulwer-Lytton (1803-1873)

O riginariamente composto pelos trabalhos desenvolvidos pelos alunos e pelas alunas da disciplina Metodologia em História Econômica e Social do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, no 1.º semestre de 2020, ministrada pelo professor doutor Luiz Fernando Saraiva, e com os novos capítulos de professores e pós-graduandos, o livro *Economia e modos de vida: reflexões da história sobre teoria, metodologia e objetos* traz à tona o campo da História Econômica, seus dilemas e as novas perspectivas teóricas e metodológicas.

Dividido em 3 seções e composto de 12 capítulos, busca refletir sobre os diversos temas e abordagens da História Econômica, desde os tempos da Antiguidade Clássica ao Tempo Presente, do pensamento Marxista até a Nova Economia Institucional, da revisão do debate da Transição até a História Global, e do uso da ferramenta do georreferenciamento e a construção do espaço econômico.

A seção 1, *Teorias e Debates*, tem início com o capítulo 1, **Giro decolonial: novas perspectivas críticas da modernidade capitalista**, de Rodrigo de Paula Abi-Ramia (doutorando PPGH/UFF). Como destaca o autor, busca analisar “as principais ideias e propostas dos autores decoloniais” na historiografia econômica latino-americana. A partir do debate decolonial, que está presente desde a década de 1990, em torno do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), “propõe uma importante visão crítica das ciências sociais a serem aplicadas a diversas áreas do conhecimento”, busca compreender a “exploração da força de trabalho entrelaçada e determinada por uma divisão racial dos povos, que se instaura a partir da descoberta das Américas”, ressignificando a relação entre o centro e a periferia do capitalismo. Em outras palavras, por meio de uma nova temporalidade pretende analisar o capitalismo em escala global a partir de uma nova abordagem e novos conceitos, como o de colonialidade do poder, o que implica analisar a divisão internacional do trabalho e o da dependência a partir das noções de divisão racial e sexual do trabalho.

No capítulo 2, **A Nova Economia Institucional e a História Econômica: aplicações e possibilidades de pesquisa**, Alana Thaís Basso (doutoranda PPGH/UFF) apresenta “os principais pressupostos da

NEI, as possibilidades de pesquisa em História Econômica que ela oferece e as suas limitações, ilustrando como a disciplina histórica pode se apropriar de diferentes ferramentas na construção do seu conhecimento”. Por meio dos seus conceitos e sua metodologia, como, por exemplo, direito de propriedade e custos de transação, busca “entender o surgimento e a mudança das instituições de uma sociedade no tempo”, e apresenta os trabalhos dessa corrente no Brasil com os de Newton Paulo Bueno, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, Cláudio Shikida, Fábio Pesavento, Sérgio Monteiro e Adriano José Pereira. Além disso, a autora propõe uma agenda de pesquisa baseada nessa corrente historiográfica, particularmente no “estudo da economia açucareira e do comércio ilegal na América portuguesa da Idade Moderna”.

No capítulo 3, **A História do Pensamento Econômico no centro e na periferia: abordagens, perspectivas e possibilidades de pesquisas**, Marcos Taroco Resende (doutorando PPGE/UFMG) tem como objetivo “familiarizar os estudantes de graduação e pós-graduação, não só da Economia, como da História e das outras Ciências Sociais, com discussões e reflexões metodológicas relacionadas aos estilos e às possibilidades de pesquisa em HPE, tanto em nível internacional quanto regional, na América Latina”. A partir da noção de que HPE constitui-se em uma subdisciplina do campo da Economia, pois, “como esclarecem Suprinyak & Cunha, uma vez que a história do pensamento econômico foi deslocada do *mainstream* da profissão”, o autor destaca que a disciplina vem passando importantes transformações institucionais nos Estados Unidos e na Europa, em virtude da criação e atuação de instituições, como *History of Economics Society* (HES), a *The European Society*

for the History of Economic Thought (ESHET), e outras. Essa maior visibilidade permitiu que HPE crescesse na América Latina e no Brasil, e um dos lócus de atuação nesse último está na Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

No capítulo 4, **Da igreja do Diabo ao Moinho Satânico: História Econômica e Antropologia das Economias na gênese do capitalismo**, Luiz Fernando Saraiva (doutor PPGH/UFF) e Rejane Valvano Corrêa da Silva (PPGSA/UFRJ, UFMA) analisam a importância da Antropologia Econômica nos estudos de História Econômica, particularmente nas intrincadas “relações econômicas em sociedades não capitalistas e capitalistas e, ainda, as transformações estabelecidas por esse sistema quando de seu estabelecimento em escala global a partir do século XVIII até os dias atuais”. A partir da metáfora usada por Machado de Assis, *A igreja do Diabo*, os autores analisam as contradições do sistema econômico capitalista, tecendo diálogo com diversos autores, desde economistas como Gustavo Franco e Albert Hirschman, como também a sociologia de George Simmel e de Max Weber e a antropologia de Malinowski, Marcel Mauss, Karl Polanyi, Mary Douglas e muitos outros. Dos vários antropólogos destacados no texto, sobre a natureza do mercado, destaca-se a influência de Karl Polanyi e o que ficou conhecida como a Antropologia Substantivista, que ressalta a relação do Capitalismo com a Economia de Mercado e o seu mecanismo oferta-procura-preço.

Por fim, os autores, acerca do diálogo entre a História, Economia e a Antropologia, ressaltam que, com toda interdisciplinaridade dos campos de conhecimento, a relação sempre foi tortuosa, e a dificuldade da Economia em aceitar as análises antropológicas, em face das

duras críticas ao pensamento neoclássico hegemônico na Economia. Diante das demandas atuais, e do capitalismo cada vez privilegiando a acumulação, o “«capitalocean» do geógrafo e sociólogo norte-americano Jason W. Moore”, é de suma importância ao falar do capitalismo e trazer as suas contradições, como a questão ambiental. É preciso “incluir a crise ambiental nas propostas de «desenvolvimento»; compreender os processos que levaram a o que estamos vivendo hoje”.

No capítulo 5, **A transição do feudalismo ao capitalismo e o debate marxista**, de Rebecca de Oliveira Freitas (doutoranda PPGH/UFF), e que abre a seção 2 *Metodologia e Possibilidades*, temos uma síntese sobre o debate no interior do Marxismo sobre o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, “em especial as contribuições escritas por Maurice Dobb e Paul Sweezy na década de 1950 e Robert Brenner na década de 1970”. A partir do debate da transição, que na ótica da autora permite “pensar outros contextos históricos, ainda que não a partir de uma transposição mecânica”, ressalta-se o as visões antagônicas de Maurice Dobb e Paul Sweezy. Tal debate, que ficou conhecido como a divergência entre o modelo mercantil de Sweezy *versus* as contradições internas do feudalismo de Dobb, ganhou um novo *round* no marxismo com Robert Brenner. Este, com o texto de 1976, *Estrutura Agrária de classes e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial*, teceu duras críticas não só aos historiadores que privilegiavam modelo demográfico, o qual chamou de neomalthusiano, como também do modelo mercantil de Sweezy, caracterizando-o como neosmithiano. Sendo favorável à explicação de Maurice Dobb, Robert Brenner ressalta que para o caso do capitalismo na Grã-Bretanha, a primeira Nação

Capitalista, tem de se verificar as transformações agrárias que modificaram a estrutura agrária e as relações sociais na Inglaterra.

A explicação de Brenner sofreu críticas dos historiadores Le Roy Ladurie, Guy Bois e de Alex Callinicos. Esse último, filósofo marxista e natural Zimbábue, critica Brenner por “negligenciar a noção de formas de transição assumidas em outros lugares”. A questão central do debate marxista da Transição está no papel da luta de classe no processo, e, na ótica da autora, é necessário retornar ao trabalho de Karl Marx, seja no capital, seja no *Grundrisse*. Na visão da autora, as categorias analíticas e “o método materialista histórico dialético representam um importante referencial para um estudo não mecanicista da dinâmica histórica”.

No capítulo 6, **Expropriações capitalistas: gênese e atualidade**, Julio Cesar Pereira de Carvalho (doutorando PPGH/UFF) analisa “determinados fundamentos” do conceito de expropriação no intuito de realçar sua relação com o sistema capitalista. Utilizando o arcabouço marxista e de marxistas como Joseph Fontana, Ellen Wood, Virgínia Fontes, Rosa Luxemburgo, David Harvey, Ellen Wood, Marcio Lupatini, José de Souza Martins e do próprio Marx, particularmente no *Grundrisse*, o autor, por meio da compreensão das formas históricas da expropriação, procura destacar como o capitalismo aprofundou a expropriação na atualidade, como na questão do meio ambiente. Nesse sentido, critica o papel do terceiro setor, das ONGs, verdadeiros “*aparelhos privados de hegemonia* (APHs) como garantidores da conformação material e ideológica das classes dominantes”.

No capítulo 7, **A abordagem global para a História Econômica**, Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo

(mestre PPGH/UFF), Fernanda Novaes de Freitas (mestranda PPGH/UFF) e Henrique Luiz Oliveira Spitz (doutorando PPGH/UFF) trazem o conceito de História Global, da totalidade, para a compreensão do campo da História Econômica. Para tanto, criticam “o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo presentes na História Atlântica”, e ressaltam a importância de resgatar a perspectiva global para a História Econômica, bem como as possibilidades que se abrem como método e abordagem de pesquisa. Por meio da análise de autores como Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel, Sanjay Subrahmanyam, Sandra Kuntz Ficker, Sebastian Conrad e outros, reforçam a importância da História Global. Concordeando com Sebastian Conrad, a História Global e uma “*perspectiva e teoria, uma temática e «uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais»*”.

No capítulo 8, **A História agrária através do espaço: impactos do uso de Sistemas de Informação Geográfica em análises econômicas**, Mylena Porto da Gama (doutoranda PPGHis/UFRRJ), Thaiz Barbosa Freitas (doutoranda PPGH/UFF) analisam a importância da metodologia do georreferenciamento, mais especificamente “no uso de *softwares*, metodologias aplicadas, coleta e tratamento de dados, *hardwares* e recursos humanos para armazenar e manipular dados georreferenciados” na História Agrária. Nesse sentido, resgatam a importância da noção de espaço da Geografia para os estudos da História, principalmente nas temporalidades em que o espaço não era “próprio daquele tempo”, e das novas técnicas e ferramentas oriundas da Geografia, como os programas de mapeamentos e análise “*ArcGis*, que é uma versão comercial paga, e o *QGIS*, uma opção

gratuita”. A escolha de um dos programas, para as autoras, “se dá a partir da viabilidade para cada pesquisador”.

Na seção 3: *Objetos e Questões*, temos o capítulo 9, **A História Econômica no século XXI: primeiras reflexões a respeito de sua produção acadêmica (2006-2017)**. Escrito pelos autores Marcos de Brito Monteiro Marinho (doutorando PPGH/UFF), Thiago Alvarenga de Oliveira (doutor PPGH/UFF, Faculdade de Economia UFF) e Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca (doutor PPGH/UFF, SMERJ), procura “analisar a produção historiográfica brasileira no campo da História Econômica ao longo do século XXI”. Tomando como fontes “as teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em História das universidades brasileira”, procuram refutar a tese de João Fragoso e Manolo Florentino sobre o declínio da História Econômica no Brasil, pois, “a afirmação desses autores está alicerçada em análises metodologicamente equivocadas em todos os seus aspectos”.

Utilizando várias métricas, os autores criticam a leitura de Fragoso e Florentino, sobre o declínio da História Econômica, seja nos periódicos internacionais, como *The Journal of Economic History*, *The Economic History Review* e *Business History*, seja no banco de dissertações e teses das principais universidades brasileiras, USP, UFRJ, UFF e outras. No final concluem que a História Econômica “jamais esteve perto de agonizar”, e destacam a importância da “História Econômica na renovação da produção historiográfica brasileira” e da criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (1993).

No capítulo 10, Fábio Carlos da Silva (doutor USP, UFPA), Leonardo Leandro Milanez (doutor UFPA, UNIVASF) e Renato Leite Marcondes (doutor USP, USP/

RP) com o texto **Crédito Hipotecário na Praça de Belém: uma análise da rede baseada em Grafos**, analisa o crédito hipotecário na cidade de Belém, no período 1870-1930. Com base na metodologia de redes, grafos, o autor analisa 3.500 registros, tentando identificar os vínculos criados pelos contratos de créditos e a rede dos credores e devedores.

Importante ressaltar o uso da dita documentação cartorária, que cresceu com os estudos sobre o crédito, mas, também, os seus limites como “as questões relacionadas aos principais circuitos do crédito hipotecário, sobre os arranjos preferenciais de circulação do capital nesse mercado”. No intuito de avançar sobre esse tema, o autor, metodologicamente, submeteu os registros hipotecários “à análise de rede baseada em grafos, cujos elementos apontaram novas possibilidades de interpretação da posição e comportamento dos agentes. Os testes e as observações foram realizados com apoio de um *software* de código aberto que permite a análise visual da rede, ajustada por *layout* de algoritmos baseados na força (*force-based algorithms*)”.

No capítulo 11, **Hammurabi e a Arma de Deus: Economia e Religião na Antiga Babilônia (1792-1750 a.C.)**, Alexandre Santos de Moraes (doutor PPGH/UFF) e Guilherme Silva Pixinine (graduando História/UFF), por meio do “entrecruzamento de variáveis pouco presentes ou ausentes na maioria das análises das economias modernas, sobretudo aspectos religiosos”, investigam as relações entre a vida material e o mundo imaterial no período paleobabilônico. Com base no *corpus* documental das Cartas de Larsa, uma cidade suméria e de grande importância para os planos de Hammurabi, “60 cartas em cuneiforme escritas no anverso e reverso

de tabletes de argila, em diferentes estados de conservação”, os autores analisam a relação do centro do poder com as províncias, e o papel da religião na economia, ou melhor, na regulação do mercado de grãos. Na visão da época, havia uma forte vinculação entre o poder real com o poder divino, e “as colheitas regulares e prósperas indicavam o acordo íntimo entre deuses e estado”.

Por fim, temos o capítulo 12, **Moedas, cidades e reis – os testemunhos numismáticos do período helenístico**, de Mateus Mello Araujo da Silva (doutorando PPGH/UFF). O texto busca compreender o papel das moedas helenísticas no complexo fenômeno que articula a política, a economia e o social. Os estudos numismáticos, com todos os seus limites e usos na História, possibilitam o autor trabalhar com a concepção mais restrita de moeda. Isso o possibilita frisar que as moedas no “período arcaico, clássico ou helenístico”, eram emitidas em nome “de um poder político, cujo valor do metal, seu peso e seu grau de pureza eram garantidos por uma entidade identificável mediante signos característicos”. Tais signos tinham não só uma função prática de identificação e de garantia da autoridade emissora da moeda, como também se vinculavam a identidades diversas, como deuses, animais, plantas, monumentos e outros relacionados com a dita autoridade. Nesse sentido o autor ressalta a pluridimensionalidade da moeda, “um fenômeno ao mesmo tempo econômico, político e cultural”.

Niterói, setembro de 2022
— Carlos Gabriel Guimarães

Seção 1
Teorias e Debates

1

Giro decolonial: novas perspectivas críticas da modernidade capitalista

Rodrigo de Paula Abi-Ramia

Buscamos neste capítulo apresentar as principais ideias e propostas dos autores decoloniais, bem como um pouco da trajetória e do surgimento desse debate no continente. Para isso, revisamos alguns dos principais conceitos e autores-chave. Não nos propomos aqui a esgotar o debate, mas sim apresentá-lo de forma concisa, considerando a própria limitação desse trabalho e o fato de que ele ainda se desenrola. Ademais as categorias legadas por esses autores não estão necessariamente encerradas, mas se mantêm em disputa e polêmica dentro e fora do círculo decolonial, de forma que o que apresentamos são questões que geram grande debate e discordâncias significativas, sem perder por isso sua atualidade e capacidade explicativa.

Nesse sentido o debate se coloca como uma vertente essencialmente latino-americana por meio da qual se pode pesquisar e compreender a história econômica global, diante de muitas outras de cariz anglo/eurocêntrico. O debate decolonial propõe uma importante visão crítica das ciências sociais a serem aplicadas a diversas áreas do conhecimento que aqui buscamos agregar ao debate da história econômica, temática debatida neste livro e que acreditamos poder ser enriquecida a partir da visão decolonial. Ressaltamos esse debate como importante aporte aos debates da história econômica, agregando um essencial ponto de vista latino-americano que muito tem a enriquecer os pesquisadores da área que tanto se centra na produção teórica dos países centrais. Esperamos contribuir para a consolidação desse debate na área de história econômica apresentando e aproximando a temática de novos estudantes e quaisquer outros interessados. Enfim, nosso objetivo não é a aceitação desses conceitos, mas que esse debate se torne mais presente dentre os estudiosos da área.

Destacamos a importância do debate na abertura de uma nova agenda de pesquisa para o campo da história econômica e a possibilidade de novas formas de análise para temas já muito explorados. Possibilitam-se novas perspectivas para a análise da exploração da força de trabalho entrelaçada e determinada por uma divisão racial dos povos, que se instaura a partir da descoberta das Américas, além da própria noção de divisão internacional do trabalho, e da divisão centro-periferia como forma essencial ao capitalismo moderno. Os decoloniais colocam aqui uma nova escala temporal a ser analisada, já que apontam o surgimento dessas múltiplas divisões no fim do século XV, se contrapondo aos debates mais

clássicos do imperialismo (e mesmo da dependência), que analisavam essa divisão internacional a partir do fim do século XIX (e à ascensão do capital monopolista). Enfim, propõem uma nova temporalidade na análise do capitalismo em escala global, e mudam o próprio entendimento do surgimento dessa escala de atuação capitalista, conformado com uma nova escala de operação do poder embasado na noção de modernidade (ponto em que também propõem uma nova temporalidade). A nova escala e temporalidade proposta por esses autores enriquece a história econômica de forma ampla.

Essa nova temporalidade abre novas polêmicas em debates caros à história econômica como o da divisão internacional do trabalho e o da dependência em que agora se incluem com importância as noções de divisão racial e sexual do trabalho. Além desses pontos as novas categorias do debate decolonial se abatem sobre diversos temas e, além de novos debates (como a própria temporalidade da expansão capitalista à uma escala global em que se inclui a gênese da modernidade e seus desdobramentos), colocam em evidência a necessidade da revisão de outras noções que foram até aqui pensadas a partir de paradigmas eurocêntricos, e por conta disso muitas vezes limitadas em sua aplicação na realidade periférica. Outros temas que se agregam e são de suma importância dizem respeito à divisão sexual binário generificada do trabalho em suas diferentes expressões (e especificidades) nos países centrais e periféricos onde se entrelaça às estruturas da colonialidade. Além desses pontos ressaltamos também as interações históricas dos modos de vida e produção tradicionais (não apenas latino-americanos mas em escala global) com o capitalismo em expansão e o alçamento das Américas à posição central no capitalismo

global já a partir de 1492, com implicações profundas na própria noção de conformação do capitalismo moderno e da exploração do trabalho nesse modo de produção, além da centralidade do valor produzido nas Américas para o alçamento do capital industrial europeu (destacadamente o inglês).

O chamado debate decolonial que aporta em terras brasileiras recentemente vem tendo uma notável repercussão nos círculos de debate latino-americanos desde o fim dos anos 1990. Este diferencial é considerável se levarmos em conta de que se trata de uma perspectiva essencialmente latino-americana (ainda que envolva intelectuais vinculados a universidades norte-americanas). Destaca-se e explica-se (em parte) o pequeno número de brasileiros entre os principais autores deste tema, pelo crescimento mais recente do debate no Brasil, ainda que o país conte com um significativo peso no desenvolvimento científico e intelectual na região. Contrasta assim com o peso significativo que teve o pensamento brasileiro nas ciências sociais latino-americanas em torno de debates como a Teoria da Dependência, a Teologia da Libertação e o próprio Marxismo latino-americano que apresenta grandes nomes no país (e que são reivindicados pelos decoloniais como uma genealogia própria do pensamento decolonial latino-americano). Ressaltamos então o crescimento do debate decolonial no país nos últimos anos, principalmente em locais específicos da academia que se dedicam a estudar e pesquisar a América Latina.

Percebemos nesse sentido a participação central dos brasileiros na Teoria da Dependência, que em sua vertente marxista surgiu nos anos 1960/1970 nas obras de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e que se desenvolveu em grande parte no Chile e

no México, onde os brasileiros, então exilados políticos, puderam desenvolver suas visões em contato e debate com intelectuais locais. Devem ser lembradas também as obras de Celso Furtado, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, também ligados ao debate da dependência e do subdesenvolvimento, além de Paulo Freire com sua pedagogia da libertação e do oprimido.¹ Ademais em relação aos movimentos sociais o país sediou momentos e grupos centrais na atuação e na inspiração regional, destacadamente os movimentos camponeses aglutinados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também na luta sindical histórica dos anos 1980 no ABC paulista e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir destas greves. Destacamos, além desses, a organização institucional das esquerdas latino-americanas por meio do Foro de São Paulo e a organização do Fórum Mundial Social em Porto Alegre no ano de 2001 (que ademais contou com a participação de Aníbal Quijano, o sociólogo peruano que se tornou figura central nos debates decoloniais), denotando a força do movimento social no país e sua importância regional que contrasta com a pouca exploração do tema decolonial na intelectualidade brasileira em relação a *intelligentsia* latino-americana.

Assim, iniciamos o capítulo apresentando na primeira seção um pouco da trajetória do grupo desde seus antecedentes em torno dos debates pós-coloniais e dos estudos subalternos que se espalharam na academia nas décadas de 1980 e 1990. Traçamos então a ruptura e o

¹ Aqui indicamos para os que queiram se aprofundar nestes debates as obras centrais de Marini (2008), Bambirra (2013), Furtado (2005) e Fernandes (2006).

surgimento do pensamento chamado decolonial a partir desses intelectuais com o aprofundamento dos debates e da crítica ao eurocentrismo. Na segunda seção, buscamos nos aprofundar no conceito da colonialidade do poder e da modernidade, que são as partes centrais desse debate e que articulam, de diferentes maneiras, as formas atuais de dominação e subalternização geradas pela colonização, mas não mais dependentes dela. Nesse sentido continuamos a trajetória apresentando, na terceira seção, a ideia de racionalidade e eurocentrismo que embasam as noções de modernidade e colonialidade e que estão no cerne do desenvolvimento do paradigma eurocêntrico de conhecimento e dominação. Aqui ressaltamos que esses conceitos são separados simplesmente para um entendimento da forma com que cada um se desenrola na crítica decolonial contraposto a visão eurocêntrica, sem que contudo possam ser entendidos como separados de fato. Essas noções devem ser entendidas como partes constituintes de uma mesma totalidade que é a da colonialidade do poder, conformando sua existência e forma, sem estarem analisadas aqui como fenômenos encerrados em si mesmos. Finalmente na quarta seção apresentamos a crítica à ideia eurocêntrica de modernidade e uma leitura decolonial desse processo. Essa quarta e última seção nos leva às considerações finais desse capítulo.

ESTUDOS SUBALTERNOS, PÓS-COLONIAIS E O “GIRO” DECOLONIAL

O chamado pensamento decolonial como o entendemos surge em torno do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) que se estabeleceu por encontros e palestras

na América Latina (e Estados Unidos) a partir da década de 1990, partindo dos debates antecedentes em torno do Pós-Colonialismo e dos Estudos Subalternos. Denominavam seu objeto de colonialidade como forma de se diferenciar do colonialismo e do pós-colonialismo. Apontamos então que a própria noção de pós-colonialismo pode ter um significado ambíguo, podendo se referir tanto “ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado «terceiro mundo»”, como estar relacionado a “um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra”, como nos lembra a cientista política brasileira Luciana Balles-trin (2013, p. 90). Dessa forma

El concepto “decolonialidad”, [...] resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y pos-colonial (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007b, p. 13).

Esses estudos culturais e pós-coloniais se relacionavam com as abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, que, ainda que buscassem abarcar o momento pós-colonial, o faziam partindo de uma epistemologia essencialmente europeia. Em 1992, intelectuais latino-americanos radicados nos Estados Unidos criam nesse país o grupo de Estudos Subalternos Latino-Americano, inspirado em seu homólogo sul-asiático, que havia sido criado na Índia na década de 1970. Partindo da proposta asiática o grupo “incorpora vários dos temas abordados

pelo historiador indiano Ranajit Guha, a partir dos quais se pretende avançar para uma reconstrução da história latino-americana das últimas duas décadas” (Castro-Gómez & Mendieta, 1998, p. 16). O grupo latino-americano encontra críticas e divergências desde sua fundação, por exemplo, daqueles que acreditavam que deveria ser buscado um caminho próprio na pesquisa do continente que não se limitasse a reproduzir e aplicar o método e a produção do grupo asiático, mas criasse um programa de pesquisa próprio, a partir de uma epistemologia não eurocêntrica e essencialmente latino-americana (Ballestrin, 2013; Castro- Gómez & Mendieta, 1998). De certa forma alguns dos intelectuais desse grupo mantiveram-se atrelados a uma perspectiva eurocêntrica criando uma clivagem entre seus pensadores e o desmembramento do coletivo.

Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). Para todos nós que tomamos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente — ou seja, de descolonizar — a epistemologia e o cânone ocidentais (Grosfoguel, 2008, p. 116).

O cisma criado no grupo faz que uma parte dos intelectuais se separe, vindo a originar um novo grupo de

estudos. Como aponta o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008, p. 116), o grupo buscava “descolonizar a epistemologia e o cânone ocidentais” formando assim as bases do grupo Modernidade/Colonialidade, que passa a reivindicar uma linha epistemológica diferenciada, descolonial, que resgata como base teórica fundacional da genealogia do pensamento latino-americano uma série de pensadores não eurocêntricos que já vinham pensando o continente de maneira descolonial anteriormente, ainda que não sob essa pecha. Finalmente ressaltamos que esse grupo acabou se denominando decolonial (e não descolonial) por sugestão de Catherine Walsh (Mignolo, 2008; 2010 apud Ballestrin, 2013, p. 108). Essa forma de se referir ao debate que se iniciava buscava diferenciá-lo do processo histórico já reconhecido pela denominação de descolonial (Ballestrin, 2013, p. 108).

Diferenciando-se dos pós-coloniais e subalternos, apresentam não uma teoria, mas uma agenda de pesquisa que inicia o debate em fins dos anos 1990, quando em 1998 um encontro “reuniu pela primeira vez autores como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter D. Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil” dando início ao que se denominou de “giro decolonial” latino-americano propondo e debatendo uma ampla agenda de pesquisa a ser aprofundada nos anos vindouros (Ballestrin, 2013, p. 97). Chamam o grupo de Modernidade/Colonialidade por entenderem a colonialidade como face obscura (e necessária) da modernidade. Assim

“Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/

colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Para Mignolo, “a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento de-colonial em marcha” (Mignolo, 2008, p. 249; Ballestrin, 2013, p. 105).

Com o rompimento o grupo passa a repensar as bases epistêmicas de seu pensamento e inicia uma nova fase e forma de debates em torno da posição latino-americana no mundo e as dinâmicas próprias que a colonização havia legado no continente, a partir de um pensamento que se propunha legitimamente latino-americano. Contudo, destacamos que (em nossa visão) seus estudos não se centram apenas em conceitos e critérios aplicáveis à situação latino-americana, mas sim a estruturas de poder globais, que surgem com a colonização e se mostram de forma mais presente no continente. Evitamos aqui a noção de que a colonialidade se trata de um problema latino-americano debatido por latino-americanos quando na verdade nos parece ser um processo global debatido a partir de suas estruturas e percepções locais.

Dessa forma, acentuamos aqui que Aníbal Quijano, notável sociólogo peruano e um dos principais autores decoloniais trabalhou em proximidade com Immanuel Wallerstein, famoso por seu conceito de Sistema-mundo capitalista como forma de análise das relações globais totalizantes do capitalismo. Essa noção encontra uma boa aceitação no pensamento decolonial, ao que agregam, contudo, características que consideram essenciais ao entendimento do atual sistema de poder mundial, além de sua face capitalista. Acreditam ser necessário incluir na análise a noção de colonialidade e modernidade,

estruturas que abordam as múltiplas formas de dominação no sistema capitalista que vão para além da relação capital. Assim passam a pensá-lo como “Sistema-mundo moderno/colonial” (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2000; Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007a).

Se o debate decolonial surge ao fim da década de 1990, seus autores reivindicam uma linha de pesquisa muito anterior, remetendo aos primeiros pensadores do continente e buscando escapar de uma linha evolutiva eurocêntrica. Para Arturo Escobar (2003, p. 53) “su principal fuerza orientadora, [...] es una reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos”. Essa linha de pensadores que os decoloniais reivindicam como sua precursora vai de encontro à epistemologia pós-colonial que era essencialmente eurocentrada mesmo quando crítica. Assim

o projeto des-colonial difere também do projeto pós-colonial [...]. A teoria pós-colonial ou os estudos pós-coloniais estão entre a teoria crítica da Europa (Foucault, Lacan y Derrida), sobre cujo pensamento se construiu a teoria pós-colonial e/ou estudos pós-coloniais, e as experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas na Ásia e África do Norte (Mignolo, 2010, p. 19).

Por outro lado, os pensadores do grupo buscam repensar a crítica feita pelos pós-coloniais a partir de bases efetivamente não eurocêntricas e que não eram nem mesmo pessoas físicas necessariamente envolvendo, por exemplo, movimentos sociais. Propõem uma epistemologia de fato nova, não apenas na forma de intelectuais acadêmicos latino-americanos, mas na revisão do próprio

conceito de intelectualidade e da academia como local exclusivo da produção científica, já que essa estrutura remonta ao racionalismo cartesiano propriamente europeu/moderno. Assim trazem à tona o pensamento e a ação decolonial de movimentos como o Sem Terra (MST) do Brasil, “os zapatistas em Chiapas, os movimentos indígenas e afros na Bolívia, Equador e Colômbia, o Fórum Social Mundial” além de pensadores como “Mahatma Gandhi, W. E. B. Dubois, Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Fausto Reinaga,” entre outros (Mignolo, 2007, p. 34). Escobar (2003, p. 53) cita ainda “la Teología de la Liberación, [...] filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo González Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia” entre outros que estariam presentes na genealogia da decolonialidade.

COLONIALIDADE DO PODER/MODERNIDADE

Entre as principais contribuições e conceitos desenvolvidos e utilizados no âmbito das discussões do grupo M/C está o da colonialidade do poder. Sendo a colonialidade (como já apontado) a face obscura da modernidade ambas surgem com a colonização da América. Contudo, mesmo após o fim da colonização e o desmonte dos aparatos imperiais europeus as estruturas coloniais de dominação se mantêm de diferentes formas, assim a colonização dá lugar a colonialidade. Por outro lado, devemos frisar que Ballestrin nos lembra que o próprio conceito de colonialidade surge na obra de Quijano em 1989, sendo portanto anterior ao debate, ainda que tenha sido por ele

agregado e desenvolvido (Ballestrin, 2013; Grosfoguel, 2008; Quijano, 2014). Nesse conceito de colonialidade

la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007b, p. 13).

A colonialidade do poder marca e estrutura diferentes esferas de dominação e submissão que se colocam a serviço do capitalismo moderno patriarcal, como a colonialidade do ser e do saber. Assim, primeiro devemos partir da definição de Quijano do poder, que aponta ser

un espacio y una malla de relaciones sociales de explotación/dominación/conflicto articuladas, básicamente, en función y en torno de la disputa por el control de los siguientes ámbitos de existencia social: 1) el trabajo y sus productos; 2) en dependencia del anterior, la “naturaleza” y sus recursos de producción; 3) el sexo, sus productos y la reproducción de la especie; 4) la subjetividad y sus productos materiales e intersubjetivos, incluido el conocimiento; 5) la autoridad y sus instrumentos, de coerción en particular, para asegurar la reproducción de ese patrón de relaciones sociales y regular sus cambios (Quijano, 2014, p. 289).

Para que possamos chegar finalmente ao enfoque decolonial que entende que o sistema capitalista atual “resignifica, en un formato posmoderno, las exclusiones provocadas por las jerarquías epistémicas, espirituales, raciales/ étnicas y de género/sexualidad desplegadas por la modernidad” (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007b, p. 14). Dessa forma conformam a colonialidade do poder as maneiras de controle e submissão das esferas da vida em prol da reprodução do capital e do próprio poder fundamentadas a partir da colonização. Entende-se ainda que a colonialidade do poder é a que embasa e possibilita as outras formas de dominação e colonialidade como a do ser e do saber, que estão entrelaçadas com as formas de dominação (logo de poder) próprias à colonialidade. Assim as formas de dominação e controle do ser, do saber entre outras formam parte dos processos da colonialidade do poder, inclusive nas formas subjetivas de dominação. A colonialidade do saber, por exemplo, mostrou grande relevância no debate sendo tema central de uma das publicações mais importantes do pensamento decolonial quando o primeiro encontro do Grupo M/C em 1998 deu origem ao livro *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* editado por Edgardo Landier e publicado em 2000. Assim

si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

Nesse sentido destacamos a diferença do pensamento decolonial em relação ao pensamento eurocêntrico. Quijano aponta que a visão eurocêntrica não foi capaz de perceber estas dimensões da dominação e do poder até recentemente com a chegada ao debate das questões de gênero. Isso se daria porque o debate estava centrado em duas principais perspectivas que seriam o liberalismo e o materialismo histórico (que aponta como a tendência mais eurocêntrica do marxismo, apesar de contestatária) que buscariam as origens e os padrões do poder em outras explicações e teriam análises limitadas (Quijano, 2014, p. 289).

Uma das críticas à perspectiva materialista, por exemplo, é seu foco quase exclusivo no primeiro fator apontado por Quijano, (dominação e controle sobre o trabalho e seus produtos) já que as análises da forma-salário, da relação capital-salário e das classes sociais se debruçam apenas sobre esse sentido do poder como forma de dominação. Entende ainda o sistema produtivo como gerador e articulador das diferentes dimensões do poder de forma que não dariam suficiente atenção a outras esferas de dominação que a colonialidade busca abarcar. O autor entende que na visão marxista “las estructuras sociales se constituyen sobre la base de las relaciones que se establecen para el control del trabajo y de sus productos” (Quijano, 2014, p. 290). Além disso entende que a perspectiva marxista parte de uma percepção de homogeneidade histórica que estaria senão equivocada, ao menos incompleta, ou insuficiente para a abordagem da realidade latino-americana. Por exemplo, quando trata do trabalho assalariado como forma essencial de controle do trabalho o autor nos lembra que “el trabajo asalariado existe hoy, como al comienzo de su historia, junto

con la esclavitud, la servidumbre, la pequeña producción mercantil, la reciprocidad”, de forma que a percepção marxista do trabalho assalariado como forma fundamental da reprodução e dominação capitalista não abarcaria para o autor, a manutenção dessas múltiplas formas de controle do trabalho (Quijano, 2014, p. 294). Destacamos que se a colonialidade surge da hierarquização imposta pela modernidade ela abarca todo um escopo de formas de dominação, que envolvem múltiplas áreas da vida e que não parecem (as formas) ser alcançadas pelo paradigma epistemológico moderno/eurocêntrico e as estruturas sociais surgem da própria colonialidade do poder, que molda de forma ampla os múltiplos vetores de dominação, não apenas a partir do sistema econômico. Assim

la teoría eurocéntrica sobre las clases sociales, y no solamente en el materialismo histórico marxista — positivista, o entre los weberianos, sino en el propio Marx, es reduccionista: se refiere única y exclusivamente a uno solo de los ámbitos del poder: el control del trabajo y de sus recursos y productos (Quijano, 2014, p. 310).

Reafirmamos então a noção de que “la colonialidad del poder está atravesada por actividades y controles específicos tales la colonialidad del saber, la colonialidad del ser, la colonialidad del ver, la colonialidad del hacer y del pensar, la colonialidad del oír, etc.” (Mignolo, 2010, p. 12) de forma que

el poder no se reduce a las “relaciones de producción”, ni al “orden y autoridad”, separados o juntos. Y la clasificación social se refiere a los lugares y a los roles de las gentes en el control del trabajo, sus recursos (incluidos los de

la “naturaleza”) y sus productos; del sexo y sus productos; de la subjetividad y sus productos (ante todo el imaginario y el conocimiento); y de la autoridad, sus recursos y sus productos (Quijano, 2014, p. 312).

Quijano e os decoloniais buscam uma crítica a todas as correntes teóricas inseridas no paradigma eurocêntrico apontando falhas nesse sentido e procurando uma via explicativa alternativa para o entendimento do poder que agregue estes diferentes vetores da dominação. Mesmo quando se trata da visão contestatória do marxismo acreditam em sua limitação no que tange uma análise da ampla gama de formas de dominação, subordinação e classificação social para além das classes sociais em que os decoloniais buscam incluir as questões de gênero e raça como formas essenciais da dominação e da divisão do trabalho.

Destacadamente assumem a noção de raça (que apontam ter surgido a partir da chegada dos europeus à América) como forma essencial à dominação e à hierarquização da população mundial dominada pelos europeus no fito do controle do trabalho e seus recursos. Nesse sentido apontam como a ideia de raça embasou a própria legitimidade da forma salário na colonização de maneira que os que foram denominados de “índios” e “negros” (e não brancos em geral) não detinham legitimidade racial para o recebimento de salário em troca de seu trabalho, ficando relegados a diferentes formas de servidão (no caso dos nativos americanos) e à escravidão (no caso dos africanos). Diante disso, a raça atua como forma de articulação e controle do trabalho para além de uma noção das classes sociais nas Américas (Quijano, 2014).

Assim deriva que a crítica decolonial às perspectivas liberal e marxista surgem da percepção que ambas são frutos do racionalismo europeu próprio do Iluminismo surgindo a partir da racionalização proposta por esse movimento, que é propriamente e necessariamente eurocêntrica.

Sem considerar a experiência inteira do colonialismo e da colonialidade, essa marca intelectual seria dificilmente explicável, bem como a duradoura hegemonia mundial do eurocentrismo. Somente as necessidades do capital como tal, não esgotam, não poderiam esgotar, a explicação do caráter e da trajetória dessa perspectiva de conhecimento (Quijano, 2005, p. 129).

Desse modo entendemos que a produção no campo da história é afetada por partir muitas vezes de uma concepção dogmática do marxismo. Lembramos que apesar de críticos do materialismo os decoloniais reivindicam alguns de seus debates como incluídos na decolonialidade, como por exemplo a teoria da dependência, que tem uma importante vertente marxista. Outros intelectuais como José Carlos Mariátegui e Frantz Fanon também produziram importantes análises reivindicadas pelos decoloniais e pelo marxismo. Portanto uma concepção dogmática do marxismo é de fato negada, contudo agregam-se importantes visões e debates históricos que puderam desenvolver o marxismo a partir de uma perspectiva essencialmente latino-americana e decolonial, partindo da realidade do continente para compreender suas próprias dinâmicas e não de uma ortodoxia teórica muitas vezes anacrônica ao se tratar do capitalismo especificamente latino-americano.

Em vista disso podemos exemplificar também a própria Teoria Marxista da Dependência (TMD) que partia da percepção marxista porém não eurocêntrica e dogmática, se recusando, por exemplo, a concordar com a importante concepção da esquerda brasileira (em torno do PCB) do feudalismo brasileiro, que advinha de uma leitura marxista desenvolvida em torno da III Internacional que levava pouco em consideração a realidade latino-americana. Essa concepção levou a determinados setores da esquerda defenderem a necessidade de uma revolução burguesa anti-imperialista que seria um passo necessário para a posterior revolução proletária, já que a estrutura da terra brasileira seria marcada por uma propriedade rural arcaica e “antinacional”. Essa percepção se desenrola, até mesmo, na ideia de que o golpe de 1964 seria a dita revolução da burguesia nacional. Contudo desde então a TMD, entre eles destacamos Vânia Bambirra (e sua obra *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*) percebiam por meio de suas pesquisas que a estrutura agrária brasileira não era empecilho ao capitalismo e que a dita burguesia nacional não seria agente central na luta anti-imperialista pois vinha sendo agregada (de maneira subalterna) ao imperialismo em seu desenrolar histórico, impossibilitando sua atuação anti-imperialista e a própria ideia de uma burguesia nacional. Essa visão que se mostrou acertada não era óbvia em seu tempo, sendo percebida a partir de importantes pesquisas desses autores e confrontando as linhas majoritárias da esquerda nacional. Seu contato com o debate decolonial vem da percepção de que o capitalismo chega ao continente não apenas a partir de uma industrialização em larga escala e que estruturas arcaicas de propriedade/ocupação da terra e de exploração do trabalho não eram empecilhos

ao capitalismo, ao contrário eram formas auxiliares importantes de extração de valor, que conviveram e convivem com a expansão do capitalismo no continente. Por outro lado, destaca-se que os decoloniais levam essa percepção mais adiante, remontando a própria chegada às Américas e à inserção do continente no mercado capitalista mundial.

Também Ruy Mauro Marini (2008) tem importante papel neste debate com o conceito central de superexploração como forma essencial da exploração da força de trabalho nos países dependentes. Toca assim uma questão importante para a História Econômica desde a realidade latino-americana e se debruça em uma temática central para o debate decolonial que é a exploração do trabalho. Para o autor a superexploração da força de trabalho seria uma característica dos países dependentes uma vez que suas burguesias usam esse mecanismo como forma de compensar a constante transferência de valor para os países centrais. Nos países dependentes a força de trabalho seria constantemente remunerada abaixo de seu valor real, como forma de manter a acumulação das burguesias locais sem prejudicar as transferências de valor ao capital imperialista dos países centrais. Esta característica é simbólica de uma abordagem periférica do marxismo e do debate do imperialismo uma vez sendo característica da economia dos países dependentes, dificilmente seria percebida nos debates que se desenrolaram a partir da análise das economias centrais (ainda que nelas a superexploração possa também existir).²

² Esse debate se desenvolve de forma muito mais profunda, aqui buscamos meramente apontar sua existência como ponto importante de polêmica e um conceito essencialmente periférico do marxismo

Essa pesquisa que aborda o capitalismo dependente latino-americano e as funções imperialistas da burguesia sediada no continente nos parece um importante exemplo de pesquisa histórico-econômica partindo da realidade latino-americana e do marxismo evitando, contudo, uma visão dogmática e eurocêntrica, indo até mesmo de encontro a esse dogmatismo então presente em setores da esquerda. Assim, apesar de surgirem antes do debate decolonial, a TMD nos parece importante a fim de descolonizar uma perspectiva da esquerda e do marxismo apresentando uma pesquisa original e enriquecedora do imperialismo global partindo da realidade e centralidade latino-americanas nesse sistema. Além disso, o próprio diálogo da dependência muito se enriqueceu das trocas entre intelectuais do continente, se dividindo em diferentes vertentes de análise além da marxista. Lembramos enfim que a obra de Theotônio dos Santos, importante nome da TMD dialoga mais diretamente com a de Wallerstein e do Sistema-mundo que por sua vez tem importante diálogo com Quijano, de maneira que os debates não estão de fato afastados, mas se comunicam diretamente. Uma história econômica decolonial se mostra não só possível como necessária ao tratarmos do capitalismo latino-americano e suas especificidades.

latino-americano, que se entrelaça com o debate decolonial. Um aprofundamento maior desse e de outros debates deve ser buscado na obra de Marini (2008) entre outros.

RACIONALISMO/EUROCENTRISMO

Se a colonialidade é aquilo que sobrevive ao fim do colonialismo relembramos que também a modernidade surge com a colonização. A colonialidade seria a face obscura da modernidade, de forma que ambas nascem ao mesmo tempo, logo a colonialidade e a modernidade surgem com a chegada dos europeus às Américas em 1492. A partir daí se criará o padrão de poder que moldará as relações da Europa com o mundo e sua perspectiva de superioridade racial (natural/científica), que embasou a subalternização dos povos não brancos do mundo. Ainda que em geral se perceba a modernidade a partir do racionalismo iluminista ele seria, para os decoloniais, um momento de sua consolidação e não poderia existir fora dela, servindo claro para os propósitos da Colonialidade/Modernidade, porém não constituindo necessariamente sua origem. Ainda que o racionalismo não seja a origem da modernidade é dimensão central dela, também como forma de dominação. Uma marca central dessa dimensão são as separações hierárquicas que se criam como forma de dominação/subordinação e a dimensão científica dada a essas separações e divisões nas mais variadas esferas da vida humana e do próprio entendimento científico e subjetivo.

Es sin embargo a partir de la Ilustración y con el desarrollo posterior de las ciencias modernas cuando se sistematizan y se multiplican estas separaciones. Un hito histórico significativo en estos sucesivos procesos de separación lo constituye la ruptura ontológica entre cuerpo y mente,

entre la razón y el mundo, tal como ésta es formulada en la obra de Descartes (Lander, 2000, p. 14).

Dessa forma considera-se que uma das dimensões de subalternização dos povos dominados é a consolidação da racionalidade europeia como única possível e científica, ou seja, a forma de dominação da colonialidade do saber. Essa forma muito se utilizou dos conhecimentos tradicionais que serviam ao cientificismo e descartou os que não, taxando-os em geral de não científicos. Buscaram assim consolidar uma forma única e exclusiva de racionalidade e ciência, de acordo com o padrão europeu, típico do racionalismo iluminista.

Desde el siglo XVII, en los principales centros hegemónicos de ese patrón mundial de poder — en esa centuria no por acaso Holanda (Descartes, Spinoza) e Inglaterra (Locke, Newton) —, desde ese universo intersubjetivo fue elaborado y formalizado un modo de producir conocimiento que daba cuenta de las necesidades cognitivas del capitalismo: la medición, la cuantificación, la externalización (objetivación) de lo cognoscible respecto del conocedor, para el control de las relaciones de las gentes con la naturaleza, y entre aquellas respecto de ésta, en especial de la propiedad de los recursos de producción. Dentro de esa misma orientación fueron, también, ya formalmente naturalizadas las experiencias, identidades y relaciones históricas de la colonialidad y de la distribución geocultural del poder capitalista mundial. Ese modo de conocimiento fue, por su carácter y por su origen eurocéntrico, denominado racional; fue impuesto y admitido en el conjunto del mundo capitalista como la única

racionalidad válida y como emblema de la modernidad (Quijano, 2014, p. 286).

O racionalismo europeu conforme proposto, parte da ideia cartesiana da separação do corpo e do espírito em uma dualidade hierarquizada que posteriormente incluirá todo o sistema de colonialidade, em diferentes formas e divisões a embasar o racismo e a dominação europeia. Ainda que essa divisão já existisse na doutrina católica da primazia do espírito em relação ao corpo, isso “não foi sistematicamente discutido e elaborado até Descartes, culminando no processo da secularização burguesa do pensamento cristão” (Quijano, 2005, p. 129).

Sem essa “objetivização” do “corpo” como “natureza”, de sua expulsão do âmbito do “espírito”, dificilmente teria sido possível tentar a teorização “científica” do problema da raça [...] Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como “inferiores” por não serem sujeitos “racionais”. São objetos de estudo, “corpo” em consequência, mais próximos da “natureza”. Em certo sentido, isto os converte em domináveis e exploráveis. De acordo com o mito do estado de natureza e da cadeia do processo civilizatório que culmina na civilização europeia, algumas raças — negros (ou africanos), índios, oliváceos, amarelos (ou asiáticos) e nessa sequência — estão mais próximas da “natureza” que os brancos. Somente desta perspectiva peculiar foi possível que os povos não europeus fossem considerados, virtualmente até a Segunda Guerra Mundial, antes de tudo como objeto de conhecimento e de dominação/exploração pelos europeus (Quijano, 2005, p. 129).

A racionalidade eurocêntrica, como se pode perceber na citação acima, ampara de numerosas formas a dominação, entre elas a partir do conceito de raça. Se a ideia da raça surge com a dominação da América, o racionalismo surgido com o Iluminismo serviu de muitas formas para cientificizar a ideia de superioridade racial, embasando-o em categorias biológicas. Além da ideia de superioridade racial a racionalidade vai buscar embasar a suposta superioridade europeia de diferentes formas a partir da própria noção de racionalidade, que vai entender em geral como racional o pensamento e o método científico eurocêntrico, subalternizando as outras formas de conhecimento como já apontado. Além disso, vai buscar explicações científicas para a superioridade natural europeia, embasando ainda a ideia de modernidade como atributo exclusivo da Europa.

En Europa están en formación, o ya están formadas, las instituciones modernas de autoridad: los Estados-nación modernos y sus respectivas identidades. Pero en la no-Europa sólo son percibidas las tribus y las etnias como el pasado “pre-moderno”, pues ellas serán reemplazadas en algún futuro por Estados-nación “como en Europa”. Europa es civilizada. No-Europa es primitiva. El sujeto racional es europeo. La no-Europa es objeto de conocimiento (Quijano, 2014, p. 311).

Aqui ressalta-se que até a atualidade a ciência mais validada como tal é aquela que vem dos grandes centros e destacadamente mantém o método racionalista de pesquisa como única forma válida para a construção da ciência. A própria forma da universidade que desponta nos países colonizados segue o padrão europeu, bem como a

validação do conhecimento acadêmico como único válido e efetivamente científico. Nesse sentido frisamos que em nossa percepção a teoria da dependência prestou um grande avanço na construção de um pensamento decolonial na seara da economia política e da história econômica (em que mais uma vez destacamos a obra de Bambirra) bem como a riquíssima apreensão de Mariátegui acerca da realidade colonial peruana. Esses autores, partindo de perspectivas marxistas escaparam de formas dogmáticas de sua aplicação e de fato criaram novas formas de utilização do potencial analítico metodológico do marxismo para a análise da realidade do continente desde um ponto de vista essencialmente latino-americano. Seu debate parte de premissas latino-americanas e discute formas e caminhos para o continente desde uma perspectiva local. Para novas análises acreditamos na necessidade de buscar nesses autores inspiração em seu poder criativo que demonstraram em uma análise crítica da realidade latino-americana no objetivo de modificá-la.

Nesse fito acreditamos na importância de debates endógenos acerca das temáticas urgentes da região que se coloquem de forma criativa e decolonial, buscando não se embasar em propostas dos países centrais, mas em visões locais e múltiplas que o continente apresenta. Ressaltamos a importância da desconstrução da ideia da academia como único vetor de conhecimento válido e acreditamos na potência de análises múltiplas para o entendimento da realidade. Assim aos intelectuais atuais abre-se uma ampla gama de fontes novas para pesquisas da história econômica do continente, que pode vir a ser pesquisada a partir de vivências locais como dos Sem Terra ou dos povos indígenas. Mostra-se um campo fértil para a revisão de processos da história econômica que até

então eram pensados à luz das metodologias e ferramental teórico ocidental. Os múltiplos modos de vida e produção que existem e existiram no continente, as formas de resistência de povos indígenas se posicionam não apenas como objetos passados, mas como formas atuais de organização econômica e da luta histórica desses povos que colocam grandes problemas e questões para os historiadores econômicos. Desponta nessa área o estudo do *Buen Vivir* pelos decoloniais, que seriam modos de vida próprios dos povos indígenas sul-americanos que desenvolveram e mantiveram cosmovisões e subjetividades próprias em um modo de produção e pensamento que escapa à racionalidade capitalista, ocidental e moderna, ainda que esteja incluída nesse sistema e sendo constantemente atacada por ele.³

Além disso a própria forma histórica de surgimento desses modos e suas interações com o sistema capitalista especificamente latino-americano também se colocam como problemas. Esses problemas só podem de fato ser solucionados em uma abordagem que leve em conta o caráter especificamente dependente da economia latino-americana (e da atuação de seus Estados) em sua interação expansiva com os modos locais de vida e produção e sua ligação com o capital imperialista. Esse tipo de análise se empobreceria absolutamente de uma perspectiva que não fosse essencialmente decolonial e se utilizasse do rico aparato teórico e analítico legado por esse debate. As novas agendas da história econômica latino-americana,

3 Destacamos que o *Buen Vivir* ainda é fonte de muitos e profundos debates entre intelectuais que acreditam que a visão decolonial por vezes idealiza esse modo de vida entre outras críticas que aqui não nos cabe desenvolver.

nos parece, devem levar em conta um posicionamento decolonial para que sejam de fato novas e críticas. Essas formas não excluem o marxismo, como demonstram a TMD e Mariátegui, porém nela não estão incluídas as formas dogmáticas e de fato eurocêntricas desse marxismo. Uma leitura da história econômica latino-americana não pode nesse sentido prescindir de uma análise sobre as relações de raça e classe presentes e muito específicas no continente, nem a relação do capitalismo com os modos de vida locais e tradicionais. Uma análise social local não pode partir da importação de modos de análise europeus uma vez que as estruturas do capitalismo são diferentes desde sua gênese colonial além de todas as relações entre classe e raça aqui colocadas que não se mostravam com tamanha importância nos países europeus quando da formulação de seu capitalismo.

Ressaltamos então a importância para a história econômica de abandonar a ideia de neutralidade científica tão presente em searas da ciência econômica bem como a ideia unilinear de racionalidade que tanto contribuem para a consolidação do sujeito universal a partir de uma concepção europeia, se aplicando também a própria racionalidade. Destacamos a necessidade dos estudiosos da área de partir da existência de múltiplos seres e racionalidades possíveis em que a suposta neutralidade apenas reforça o conteúdo eurocêntrico e racista presente na construção científica racionalista moderna. Por outro lado, acreditamos na necessidade de se abordar o sistema capitalista como entidade histórica e social e por isso necessariamente racializado e racista no que concerne suas divisões racial, internacional e social do trabalho, fugindo de um forma idealizada desse sistema ou da forma que se apresenta nos países centrais, uma vez que não é essa

a realidade latino-americana ou do capitalismo como sistema global.

Finalmente trazemos as palavras de Carolina Alves⁴ as quais concordamos quando trata da decolonização do ensino de economia. Diz a intelectual que decolonizar a disciplina da economia significa:

romper com a hegemonia do ocidente no processo de produção do conhecimento [...], criar um espaço acadêmico no qual estas teorias fundamentais no pensamento não ocidental são reconhecidas também como pontos de partida úteis [...] e romper com esta ideia de universalidade, objetividade e neutralidade [...] heranças do Iluminismo (Alves, 2020).

Além desses apontamentos Alves ainda aponta os passos necessários para isso, que para ela seriam:

1) Investigar a hegemonia intelectual ocidental, as origens coloniais e como isto influencia o desenvolvimento da disciplina. Este processo significa dar uma chacoalhada nesta história do pensamento econômico tradicional que a gente fica ensinando para os nossos alunos. 2) Expor que a ciência econômica passou a ser uma ciência monolítica e centrada no Ocidente. Mostrar que ideias alternativas [...] são sistematicamente excluídas da disciplina. Mostrar que fatores estruturais como Imperialismo, elitismo, racismo, sexismo se tornam marginais na disciplina. Neste processo de se tornar objetiva, neutra,

4 As citações reproduzidas foram parte de uma exposição oral de Alves durante o II Seminário Nacional e I Seminário Internacional Economia, Política e Dependência onde a autora participou da Mesa 11: Economia, direito e descolonialidade no dia 29 de outubro de 2020.

científica matematizada ela deixa estes temas de lado. 3) Quebrar a ideia do indivíduo racional, já que a racionalidade pode ser entendida de maneiras diferentes ao redor do mundo (Alves, 2020).

SURGIMENTO DA EUROPA MODERNA

Mesmo que se entenda o racionalismo propriamente cartesiano como forma própria desta modernidade a obra de Descartes não pode ser apontada como seu surgimento, como é tratado pela racionalidade eurocêntrica. Esse cientificismo seria já consequência do desenrolar da modernidade que surge justamente com a chegada à América. Assim a ideia de modernidade dos decoloniais se contrapõe a visão predominante na lógica eurocêntrica. Sua visão inclui ainda a posição central da Europa Ibérica muitas vezes descartada no aparato eurocêntrico que parte da concepção de modernidade como fator surgido no Norte da Europa (Europa Ocidental, que busca não incluir os países ibéricos), entre desenvolvimentos racionalistas e industriais da França, Inglaterra, Alemanha etc. Todavia na perspectiva decolonial a análise da modernidade surgida na Europa

consistiría en definir como determinación fundamental del mundo moderno el hecho de ser (sus Estados, ejércitos, economía, filosofía, etc.) “centro” de la Historia Mundial. Es decir, nunca hubo empíricamente Historia Mundial hasta el 1492 (como fecha de iniciación del despliegue del “Sistema-mundo”). [...] Sólo con la expansión portuguesa desde el siglo XV, que llega al Extremo Oriente en el siglo XVI, y con el descubrimiento de

América hispánica, todo el planeta se torna el “lugar” de “una sola” Historia Mundial [...] la “centralidad” de la Europa latina en la Historia Mundial es la determinación fundamental de la Modernidad. Las demás determinaciones se van dando en torno a ella (la subjetividad constituyente, la propiedad privada, la libertad del contrato, etc.). El siglo XVII (p.e. Descartes, etc.) son ya el fruto de un siglo y medio de “Modernidad”: son efecto y no punto de partida (Dussel, 2000, p. 46).

A partir de então a ascensão da Europa como centro mundial define o resto do globo como periferia do continente europeu que agora ascende ao posto de dominação global. Um dos questionamentos que surge é em relação a própria ideia de Europa/europeu que os decoloniais apontam surgir como tal apenas posteriormente à ideia de América/americano.

A lógica eurocêntrica busca consolidar a partir da modernidade uma linha evolutiva própria e autossuficiente (desde a Grécia antiga) de consolidação de um pensamento europeu e da própria constituição social e política do continente. Suas bases filosóficas gregas, a ideia da polis e mesmo da ciência/racionalidade que desenvolvem-se a partir da Grécia até chegar ao Iluminismo em um processo de ascensão da razão e da ciência que seriam próprios da Europa Ocidental e não dependeriam assim de outras localidades, mesmo porque seriam todas naturalmente inferiores à Europa que desenvolve esse processo justamente por sua superioridade “natural” (e racial) e a partir de então domina e coloniza o globo.

Contudo, pensar a modernidade a partir da colonização da América e da criação de uma história propriamente mundial cria o entendimento de que a própria

identidade geocultural de Europa/europeu surge a partir da identidade da América/americano e não antes dela (e muito menos por um caminho propriamente europeu e autocentrado). Neste processo de idealização da constituição da Europa a partir do racionalismo iluminista se justifica e racionaliza as diversas dualidades que embasam essa dominação que fará surgir as ideias de Ocidente/Oriente, moderno/atrasado, branco/não branco, racional/místico. A própria racialização dos povos nativos da América, visando a categorização social e a divisão racial do trabalho (com forma de dominação) acaba por embasar a constituição dessas divisões e a própria noção de branco/europeu, que surge a partir da categorização de outros povos como negros/africanos e índios/americanos aglutinados em categorias genéricas e racistas.

Assim destacamos que só a partir do surgimento da ideia de América se pode pensar a existência de uma Europa, branca, civilizada e portadora exclusiva da modernidade além de que a própria construção desse conceito de Europa autocentrada e criadora de si própria é recente e mitológica. Como ressalta Quijano o mundo grego estava incluído não no contexto propriamente europeu mas sim do mediterrâneo, apresentando uma relação expressiva com o mundo judaico-islâmico do agora chamado Oriente Médio e Norte da África. Ademais eles seriam os herdeiros de fato da tradição greco-romana que apenas posteriormente é redescoberta na Europa Ocidental como forma de embasar o mito de desenvolvimento da modernidade europeia. Seguem os argumentos de Quijano (2005, p. 123) nesse sentido.

primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das América [...] era

islâmico-judaica. Segundo, que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, [...] quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão e do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças à América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa nova região. Por isso, a nova perspectiva geográfica da história e da cultura, que ali é elaborada e que se impõe como mundialmente hegemônica, implica, obviamente, uma nova geografia do poder. A própria ideia de Ocidente-Oriente é tardia e parte da hegemonia britânica. Ou ainda é necessário recordar que o meridiano de Greenwich atravessa Londres e não Sevilha ou Veneza?

A ideia de raça é central para a dominação porque a naturaliza e justifica biologizando/cientificizado uma suposta superioridade europeia que não só permitirá sua dominação do globo como a explica e a tornaria necessária. Seria tarefa da civilização europeia levar sua modernidade (ainda que à força) para os rincões do globo e impô-la aos povos bárbaros do mundo que não a conheciam, e se eles a rejeitavam apenas reafirmaram sua incapacidade e ignorância relativa à civilização, devendo assim ser forçados à ela. Para esse processo foi imprescindível a ascensão do cientificismo europeu e de um paradigma eurocêntrico do conhecimento cartesiano que criava a

perspectiva de um sujeito universal ocupado obviamente pelo homem, branco, europeu. Esse era entendido como capaz de pensar racionalmente e fazer ciência e os outros sujeitos não passavam de objetos de estudo daquele sujeito universal, não sendo portadores da racionalidade, se mantendo no campo das emoções e da natureza (da qual estariam mais próximos). Se esse (europeu) era o sujeito capaz de fazer ciência, a Europa era por consequência a única capaz de criar a modernidade e a civilização e levá-las ao mundo.

Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as ideias mitificadas de “progresso” e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade. Isto deu vazão à peculiar perspectiva histórica dualista/evolucionista. Assim todos os não europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não europeu/ pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou “modernizará” (Quijano, 2005, p. 129).

Assim se estabelece tal dualidade radical que divide o globo e os povos em categorias hierarquizadas como bem apontou Quijano, em um desenrolar histórico linear e progressivo. Dá-se que se a Europa é o mais moderno e os outros povos encontram-se em etapas mais atrasadas do desenvolvimento dando origem também a categoria de Oriente/oriental como o oposto a Ocidente/ocidental. Essas civilizações chamadas orientais não tiveram sua

cultura exterminada pela colonização europeia e a ocupação se deu de forma mais limitada ou incompleta quando comparadas à América onde o genocídio dos povos indígenas fez que se perdessem culturas inteiras.

Surge o Oriente como única identidade legítima o suficiente para ser tratado como o outro da Europa (ainda que atrasado), por outro lado na África e na América se generalizam centenas de povos e nações na categoria de índios ou negros. Enquanto o Oriente seria pensado em termos de sociedades mais atrasadas e que não haviam chegado ainda à modernidade, os negros e índios eram considerados simplesmente primitivos, nem mesmo legítimos o suficiente para se conformarem como outridade da Europa/Ocidente. Todos os povos seriam então atrasados em relação à Europa quando entendidos nesta noção unilinear de desenvolvimento e modernidade, contudo ocupam ainda uma linha temporal distinta, pelo fato de não serem europeus/brancos não havendo a possibilidade de alcançarem o estágio de desenvolvimento europeu por serem povos *naturalmente* inferiores por conta de sua raça. Assim poderiam (e deveriam) desenvolver-se no sentido europeu, buscar sua modernidade e uma proximidade maior com o sistema eurocêntrico, sem contudo haver a possibilidade de um dia estarem no mesmo patamar europeu, já que esse era ocupado por aqueles que seriam naturalmente e biologicamente superiores, percebidos como tal (também) pela própria dominação global que exerciam (Quijano, 2005, p. 122).

Todo aquello significa que la idea de clases sociales es elaborada en el pensamiento eurocéntrico, entre fines del siglo XVIII y fines del XIX, cuando ya la percepción de la totalidad desde Europa, por entonces el “centro” del

mundo capitalista, ha sido ya definitivamente organizada como una dualidad histórica: Europa (para el caso, sobre todo Europa central e Inglaterra) y no-Europa. Y esa dualidad implicaba, además, que mucho de todo lo que era no-Europa, aunque existía en el mismo escenario temporal, en realidad correspondía al pasado de un tiempo lineal, cuyo punto de llegada era, obviamente, Europa (Quijano, 2014, p. 310).

Dessa forma se desenrola mais uma crítica à noção de modernidade que é entendida a partir da racionalidade, tecnologia etc. Seria ilógico ignorar que numerosas culturas não europeias apresentaram sociedades baseadas nesses mesmos parâmetros que formariam a modernidade europeia, estando algumas mais “avançadas” nesse sentido que aquelas que surgem na Europa. Mesmo silenciando diferentes formas de racionalidade e ciência, a modernidade propriamente europeia não incluiria apenas a Europa e provavelmente não haveria sentido em vê-la como superior a outras sociedades que acumulavam processos similares de desenvolvimento racional/científico. Nas palavras de Quijano (2005, pp. 122-3)

Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as ideias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas altas culturas (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual Sistema-mundo, mostram inequivocamente os

sinais dessa modernidade, incluído o racional científico, a secularização do pensamento, etc. Na verdade, a estas alturas da pesquisa histórica seria quase ridículo atribuir às altas culturas não europeias uma mentalidade mítico-mágica [...] O mais que realmente se pode dizer é que, no atual período, foi-se mais longe no desenvolvimento científico-tecnológico e se realizaram maiores descobrimentos e realizações, com o papel hegemônico da Europa e, em geral, do Ocidente.

Destaca-se assim sua divergência em relação a uma série de visões que não entendiam a colonização das Américas como central para o desenvolvimento industrial europeu apostando em outras formas de abordagem deste processo como a da excepcionalidade europeia.⁵ Esse debate se prolonga na história da economia e vai para muito além das abordagens decoloniais, que por sua vez reforçam a posição central das Américas na industrialização europeia e na ascensão desse continente à posição dominante para além do fenômeno industrial. A industrialização seria então resultado de séculos de colonização e dominação embasados em outros fatores além do econômico, como a dominação racial, que impulsionaram a acumulação de capital nos países europeus. Ainda que se deva frisar que esse tema é ainda fonte de amplo debate numerosos dados corroboram a percepção da essencialidade da colonização americana para a industrialização inglesa (e conseqüentemente à ascensão europeia em termos do capitalismo global). Em se tratando da história

5 Ideia de que a industrialização teria ocorrido no continente por características próprias e excepcionais que seriam responsáveis pelo desenvolvimento da modernidade europeia de forma endógena e enfim sua industrialização anterior ao resto do globo.

econômica do Brasil, por exemplo, destacamos essa relação a partir dos dados apontados por José Arruda (2014), também acentuamos o artigo do autor como uma boa referência para uma abordagem desse debate que é apresentado de forma sintética em seu trabalho (e que não nos cabe aqui aprofundar). Assim sobre o argumento de que não haveria um papel central dos recursos americanos no financiamento da industrialização britânica

Michel Morineau contra-argumenta, apontando o lucro do comércio inglês em relação a Portugal que, apenas no ano de 1760, produziu 1.309.909 libras, recursos estes que, sabidamente, não eram gerados internamente no reino português, eram frutos da extração de excedentes coloniais, sobejamente da colônia brasileira (Arruda, 2014, p. 714).

E complementa ainda com outros dados mostrando que

Enquanto a renda real britânica cresceu 44% entre 1700 e 1770, a produção das indústrias conectadas aos mercados externos cresceu 156%, e as destinadas ao mercado interno, apenas 14%. Ao mesmo tempo, o perfil das exportações mudava substancialmente. Deslocava-se da Europa para as colônias. Entre 1701 e 1790 as exportações para a Europa recuaram 15%, passando de 72% no quinquênio 1701-1705 para 57% no quinquênio 1786-1790. Reversamente, as exportações direcionadas à América passaram de 6% para 25%; para a África de 4% para 13%; para a Ásia de 4% para 12%. Demonstração inequívoca de que o mundo das colônias disperso por três continentes — América, África e Ásia —, que consumia apenas 15% de

todas as exportações inglesas nos inícios do século XVIII, passou a 42% no final do mesmo. Sendo que o salto mais expressivo da procura colonial por mercadorias britânicas deu-se no período 1771-1790, exatamente o momento em que, na opinião da grande maioria dos especialistas na temática, dispara a industrialização inglesa (Arruda, 2014, pp. 714 -5).

Esse ponto retoma o importante debate em que os decoloniais se inserem quando colocam a centralidade da América para o desenvolvimento da modernidade capitalista europeia em diversos termos. Inserem-se em um debate mais amplo que perpassa a história econômica também com outras visões. Além da visão recém-citada de Arruda que enfatiza o papel americano na industrialização, outras propostas também buscam romper com a ideia da excepcionalidade europeia que os decoloniais se dedicam a desconstruir.

Ressaltamos então outros debates como o da Grande Divergência que busca compreender as bases da superação da economia europeia diante de outras sociedades que se colocavam à sua frente em termos econômicos, industriais e tecnológicos, como China e Índia. Autores como Pomeranz e Gunder Frank vão buscar bases que não partem da ideia de excepcionalidade europeia para uma abordagem desse processo, passando também pela colonização americana como ponto importante dessa superação. No caso de Pomeranz pela ideia de um refúgio ecológico que a América possibilita à Europa e que economias como a chinesa não teriam. Para esse refúgio a Europa poderia enviar o excedente populacional que se torna marginal a seu capitalismo, minorando possíveis crises sociais, por exemplo. Outro ponto importante

trazido pelo autor é o questionamento acerca da centralidade de fato da Europa até o século XIX. Nesse ponto entra em diálogo direto com o debate decolonial que coloca a Europa como centro do capitalismo global desde a chegada às Américas.

Para Pomeranz perceber que a Europa obtinha vantagens no sistema internacional não equivale a defini-la como centro, apontando que até no século XIX com a consolidação da industrialização o sistema global seria policêntrico onde a Europa influenciava e era influenciada pelos outros atores globais. Destacadamente no “Oriente”, a China se envolve como importante ator no cenário internacional que se colocava como centro global de acumulação e, contudo, foi sendo ultrapassado pelo desenvolvimento capitalista europeu. No século XIX com a industrialização essa divergência se torna crescente em velocidade acelerada ao ponto de as potências europeias de fato subalternizar o país com a ocupação de parte de seus territórios. Percebe a participação mais assertiva dos Estados europeus em comparação com o chinês no que tange o desenvolvimento comercial e capitalista além do expansionismo externo do poderio estatal. Assim por numerosos e debatíveis motivos a China deixa de ser o centro produtivo e de acumulação global em um sistema que no século XIX vai ter seu centro incontestável na Europa (Santos, 2020; Mathias, 2018).

Esses debates apesar de não serem o centro de nossa análise apresentam importantes perspectivas acerca da centralidade europeia e da subalternização do globo pelo capitalismo europeu bem como a posição central da América neste processo. Assim ainda que não se tratarem de visões decoloniais dialogam diretamente com essas visões e apresentam dados e perspectivas concernentes ao

debate em que a partir dos anos 1990 se inseriram os autores decoloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim percebemos que o desenvolvimento das categorias em torno da colonialidade do poder buscaram e buscaram abranger diferentes formas de dominação e subordinação surgidas destacadamente a partir da colonização das Américas, porém respondendo a numerosas outras dinâmicas e relações que influenciam a modernidade antes e depois de 1492.

Destacamos que essas categorias conformam apenas parte do debate decolonial que buscamos apresentar de forma sucinta conforme algumas visões centrais, estando, contudo, abertas ao debate e sendo de fato debatidas na atualidade para a melhor conformação das análises propostas. Por outro lado, acreditamos que os debates decoloniais apresentam uma série de críticas pertinentes ao paradigma eurocêntrico e propõem uma nova epistemologia efetivamente não eurocêntrica que pode enriquecer uma série de campos de análise.

Entre as contribuições mais imediatas para o campo da história econômica está a análise do trabalho e das diferentes formas de exploração do trabalho surgidas a partir da conquista da América mas que se espalharam pelo globo, embasados na subordinação racial, ou seja as diferentes formas de assalariamento (ou ausência dele) de acordo com a inserção de determinado país na divisão internacional do trabalho e da divisão racial interna existente. O debate decolonial complexifica a análise do trabalho assalariado como forma primordial de exploração

no capitalismo e traz à tona as diferentes formas modernas de escravidão e servidão que se mantêm apesar do alcance global do capitalismo na atualidade, se perpetuando como formas auxiliares de exploração do trabalho (ou mesmo principais a depender do momento e local). As diferentes gradações de espaço temporais do uso de determinada forma de exploração do trabalho se coloca como campo fértil para o estudo bem como suas interações com os sistemas políticos e sociais conformados em torno dessas formas de exploração, ou seja, como as formas específicas de exploração do trabalho modificam os sistemas político-econômicos em que estão inseridas de maneira a se reproduzir como forma de dominação e exploração. Outros temas prementes trazidos à tona são as relações raciais como influenciadoras (e talvez articuladoras) das relações econômicas internacionais ao longo da história do capitalismo; a expansão desse sistema sobre populações e modos de vida ancestrais e o papel da ideia de modernidade nesse processo, como ponta de lança na desconstrução dos modos tradicionais de ocupação da terra (processo central e permanente na conformação e reprodução do capitalismo).

Se nem todas as ideias e aplicações decoloniais podem ser abarcadas aqui, tampouco suas críticas foram abordadas já que não se trata do intuito central deste artigo. Aqui buscamos apresentar o debate, um pouco de sua genealogia e das ideias e categorias centrais para este pensamento. Contudo não podemos deixar de apontar que as análises mais atuais deste debate vem se debruçando também sobre o chamado *Buen Vivir*, modo de vida atribuído a povos originários latino-americanos, que apresentariam diferentes maneiras de existência e que muitas vezes são colocados como formas alternativas à

Economia-Mundo Moderna/Colonial Capitalista. Seriam formas que verdadeiramente resistem à colonialidade ao longo da história e colocam alternativas de produção e vida. Enfatizamos, por outro lado, que essas análises são muitas vezes criticadas por romantizarem os modos de vida e organização social dos povos originários, tanto no que tange suas formas pré-colombianas como as que se mantêm presentes entre povos originários no continente na atualidade.

Entre outras críticas aos decoloniais deve-se notar a percepção de que muitos destes autores que criticam o eurocentrismo pesquisam e lecionam em universidades norte-americanas, em que encontram muito mais recursos para a publicação e atuação intelectual do que os próprios decoloniais que vivem e atuam em universidades latino-americanas que contam, em geral, com menos recursos financeiros. Assim, desenrola-se também uma percepção de que estes debates ignoram em parte o debate do imperialismo e sua atuação na América Latina, que poderia derivar da posição privilegiada de muitos desses autores, atuantes desde o centro do imperialismo global. Deriva que para muitas perspectivas a crítica centrada na colonialidade do poder desviaria a atenção (propositadamente ou não) das dinâmicas imperiais e da penetração do debate crítico em movimentos sociais e intelectuais, tornando-se uma espécie de discurso crítico apaziguado, e por vezes academicista que ignora a importância do imperialismo e suas dinâmicas para movimentos sociais no continente. Além disso, o academicismo também vem a ser criticado no uso da linguagem e de conceitos que eventualmente parecem conflitar com a própria proposta de desconstrução do modelo de intelectualidade eurocêntrico.

Ainda que essas críticas devam ser desenroladas e são de grande importância (bem como as réplicas a elas) este texto não seria o âmbito mais apropriado a isso, tanto por sua limitação quanto pela própria proposta. Ainda assim (e justamente por isso) ressaltamos a importância da penetração deste debate nos círculos críticos brasileiros, ainda que seja para uma rejeição parcial. Reafirmamos essa posição pela grande potencialidade das categorias apresentadas e as possibilidades de enriquecimento a partir da crítica profunda e construtiva, e mesmo do possível descarte de determinadas leituras. Acreditamos que estes conceitos podem ser (e vem sendo) depurados a partir de um debate amplo não apenas na luta acadêmica e epistemológica, mas também na disputa política e na construção de possíveis modos de vida alternativos e de resistência a formas de dominação e subalternização da colonialidade do poder e do capitalismo que recaem sobre a Nossa América há mais de cinco séculos, tarefa para a qual toda e qualquer perspectiva crítica e de resistência será sempre necessária.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. Mesa 11: Economia, direito e descolonialidade. *II Seminário Nacional e I Seminário Internacional Economia, Política e Dependência*, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6t5i2ew4e4>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- ARRUDA, J. J. A. Superlucros: a prova empírica do exclusivo colonial. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 15, n.º 29, pp. 706-18, jul.-dez. 2014. Disponível em:

- <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2014000200706&script=sci_arttex>. Acesso em: 27 out. 2020.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.º 11, pp. 89-117, mai.-ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=So103-33522013000200004&script=sci_arttex>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BALLESTRIN, L. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade?: O Elo Perdido do Giro Decolonial. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 60, n.º 2, pp. 505-40, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=So011-52582017000200505&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- CASTRO-GÓMEZ, S. & MENDIETA, E. Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. In: CASTRO-GÓMEZ, S. & MENDIETA, E. (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. Disponível em: <<https://ensayistas.org/critica/teoria/castro/>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007a.
- CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. Prólogo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica*

- más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007b, pp. 9-24.
- CLÍMACO, D. A. (org.). Prólogo. In: QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014, pp. 13-54.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000, pp. 41-54.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, n.º 1, pp. 58-86, 2003.
- FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 80, pp. 115-47, 2008.
- LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGOUEL, R. (eds). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 127-68.
- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, R. M. (ed.). *América Latina, dependencia y globalización Ruy Mauro Marini Antología*. Bogotá: Siglo del

- Hombre; Buenos Aires: Clacso, 2008. ISBN 978-958-665-109-7. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/critico/marini/>>. Acesso em: 16 mai. 2019.
- MATHIAS, C. L. K. A Longa Duração, A Grande Divergência e A Grande Convergência: sumários apontamentos acerca da influência de Fernand Braudel na compreensão do atual sistema econômico mundial. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, vol. 19, n.º 30, pp. 235-54, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/18117>>. Acesso em: 15 set. 2020
- MIGNOLO, W. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000, pp. 55-86.
- MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 25-46.
- MIGNOLO, W. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, n.º 8, 2008, pp. 243-82.
- MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. & QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis: Revista Latinoamericana*, [s. l.], n.º 31, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/3749>>. Acesso em: 15 set. 2020.

- QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, vol. 13, n.º 29, 1992.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, [s. l.], n.º 37, pp. 4-28, 2002. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br / arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF)>. Acesso em: 15 set. 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 117-42. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12 Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2020
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014, pp. 285-330. Disponível em: <[https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/librodetalle.php? id_ libro=871](https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/librodetalle.php?id_libro=871)> . Acesso em: 15 set. 2020.
- SANTOS, M. A. Comparando e Integrando: Entre o crescimento econômico, a História Global e a Grande Divergência. *Esboços*, Florianópolis, ano 44, vol. 27, pp. 115-29, jan.-abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e66871>>. Acesso em: 27 out. 2020.

2

A Nova Economia Institucional e a História Econômica: aplicações e possibilidades de pesquisa

Alana Thaís Basso

A Nova Economia Institucional (NEI) busca compreender a formação e a mudança das instituições com o passar do tempo, bem como a sua interação com os arranjos organizacionais que formam as sociedades, econômica e politicamente. O objetivo deste capítulo é apresentar os principais pressupostos da NEI, as possibilidades de pesquisa em História Econômica que ela oferece e as suas limitações, ilustrando como a disciplina histórica pode se apropriar de diferentes ferramentas na construção do seu conhecimento. Na primeira parte do texto, abordaremos os principais conceitos e objetivos dos neoinstitucionalistas. A segunda parte aborda alguns estudos de história econômica em que as lentes da NEI

foram aplicadas nas análises, além de uma discussão sobre o papel da história para os neo-institucionalistas. A terceira parte levanta algumas possibilidades de pesquisa em história que poderiam se beneficiar de um olhar neo-institucionalista: o estudo dos engenhos de açúcar e do comércio ilegal do período colonial. Concluimos o capítulo com algumas problematizações sobre o modelo da NEI de desenvolvimento econômico para a América Latina.

CONCEITOS E OBJETIVOS DA NEI

Na introdução do *Handbook of New Institutional Economics*, Benham (2005), manual sobre a NEI editado pelos economistas Claude Ménard e Mary Shirley, ela é definida como uma escola que estuda as *instituições* e a forma como interagem com os *arranjos organizacionais*. As *instituições* são as regras escritas e não escritas, bem como as normas e as restrições, criadas para reduzir incertezas e controlar situações. Incluem, portanto: regras e acordos escritos que regulam relações contratuais e governativas; constituições e corpos de leis; regras políticas, financeiras, de governos e de sociedades; códigos de conduta diversos; normas de comportamento não escritas e crenças no geral. Os *arranjos organizacionais*, por sua vez, são as diferentes formas de governança implementadas para apoiar a produção e a troca; incluem: mercados, empresas e demais combinações que atores econômicos criam para facilitar transações; acordos contratuais que oferecem uma estrutura para organizar atividades; e traços comportamentais que fundamentam os arranjos escolhidos.

Os teóricos da NEI procuram estudar os modelos mentais envolvidos nas relações entre instituições e arranjos organizacionais; eles querem entender como os seres humanos interpretam a sua realidade e fazem as suas escolhas — o que configura o ambiente institucional que constroem ao longo do tempo. Na concepção neo-institucionalista, os seres humanos não possuem todas as informações de que necessitam e, por enfrentarem incertezas, realizam transações para adquirirem conhecimento. As instituições são criadas, nesse sentido, para reduzir os riscos e os custos de transação. As pessoas elaboram leis, constituições, contratos e regulamentos — as chamadas *instituições formais* — e seguem normas de conduta, crenças, hábitos de pensamento e de comportamento — as *instituições informais*. O objetivo da NEI é entender como surgem essas instituições, como elas se alteram com o passar do tempo e como forjam o desenvolvimento político e econômico de uma sociedade. A questão principal para a NEI, portanto, é compreender a *mudança*.

O surgimento da NEI está ligado ao desenvolvimento da economia como disciplina nos Estados Unidos durante o século XX. O economista Malcolm Rutherford e a economista e historiadora Mary Susanna Morgan, na introdução da obra *From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism* (1998), mostram as transformações da disciplina e a pluralidade que compõem o institucionalismo e a economia neoclássica, vertentes das quais a NEI é fruto. O institucionalismo era predominante no começo do século XX; após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os neoclássicos se destacam. Ambos, porém, coexistem e influenciam a disciplina até hoje. É desse contexto que surge a NEI e é dessas fontes que se alimenta a literatura

sobre as desigualdades, que começa a ganhar cada vez mais espaço, especialmente a partir dos anos 1990.

Conforme explicam Morgan & Rutherford (1998), as raízes do institucionalismo se encontram no fim do século XIX, mas é no período entre guerras (do fim da Primeira Guerra Mundial em 1918 ao início da Segunda Guerra em 1939) que ele assume um papel de destaque na academia. É uma tradição de pensamento associada ao economista e sociólogo estadunidense Thorstein Veblen (1859-1929),¹ e não corresponde a um corpo de pensamento, metodologia ou programa de pesquisa unificado ou bem definido. O que todos os que se caracterizavam como institucionalistas tinham em comum: um comprometimento reforçado com o que chamavam de uma investigação científica séria; o esforço por realizar um trabalho empírico detalhado (mesmo que com uma multiplicidade de métodos); o trabalho para construir teorias diligentes; e o comprometimento com o estudo das instituições econômicas e seu papel determinante nos resultados econômicos. Os institucionalistas tinham uma visão particular sobre a ciência e a convicção da inadequação de um mercado não regulado; utilizavam métodos das ciências naturais, como empirismo e experimentalismo, para criar

¹ Rutherford (1996) cita, além de Thorstein Veblen, os economistas Wesley Mitchell, John R. Commons, Clarence Ayres, Allan Gruchy, Wendell Gordon, Marc Tool, entre outros que têm suas contribuições publicadas e debatidas no *Journal of Economic Issues*, importante revista acadêmica da área de Economia, que, para o autor, ilustra a importância do institucionalismo entre seus pares e a diversidade de temas e problemas a que seus estudiosos se debruçam.

teorias baseadas em hipóteses realistas a fim de resolver problemas materiais do mundo.²

O institucionalismo, grosso modo, considera a cultura, a história e o mercado como sendo formados por interações entre os seres humanos, afirmando que o mundo econômico é condicionado pela história e que o crescimento econômico é resultado das mudanças das relações humanas e das tecnologias criadas. A economia neoclássica, por sua vez, que vai assumir um papel destacado na disciplina após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tem como principais hipóteses a racionalidade, o mundo econômico em constante equilíbrio, a maximização da utilidade e do lucro, e a ausência do Estado. A pluralidade existente entre os institucionalistas também se aplica aos neoclássicos, como destacam Morgan & Rutherford (1998). Ainda, de acordo com Santos & Godoy (2017), os institucionalistas criticam a visão neoclássica de que o homem é um ser econômico racional e a questão do equilíbrio geral, defendendo, em contrapartida, que o mundo econômico é condicionado pela história e está em constante transformação.

Com a eclosão da crise econômica mundial em 1929 e o período que se seguiu na década de 1930, conhecido como a Grande Depressão, um plano econômico de recuperação tornou-se urgente. Morgan & Rutherford

2 Morgan & Rutherford (1998) enfatizam que, embora o período entre guerras tenha se caracterizado pela discussão do que era, de fato, um método científico para a Economia, alguns padrões de pesquisa eram compartilhados por todos. De acordo com os autores, os economistas do período se entendiam como cientistas em suas análises, afirmando serem elas imparciais — contudo, sabemos que o discurso de imparcialidade nas ciências humanas e sociais muitas vezes tenta esconder visões e preferências bem demarcadas.

(1998) assinalam que é nesse momento que a economia é alavancada como parte fundamental dos discursos e das campanhas políticas, ganhando uma importância prática na construção de políticas de governo e na resolução de problemas sociais — como foi o caso do *New Deal*, por exemplo. A Grande Depressão demandou dos economistas o desafio de diagnosticar e tratar a doença que assolava a economia; colocou-os em uma função de interventores da realidade, criou uma demanda pelos seus serviços, fez que formulassem planos e sugestões concretas às quais poderiam ser aplicados modelos matemáticos e estatísticos adaptáveis. Contudo, o *New Deal* não era objeto de consenso entre os especialistas: a sua colocação de que o Estado deveria intervir na economia para garantir o pleno emprego e tentar recuperar os Estados Unidos em crise era vista como uma concepção carregada de valores, parcial, subjetiva — elementos que, naquele contexto de afirmação da economia como ciência, tinham conotação negativa e não científica. Conforme Morgan & Rutherford (1998), no período entre guerras a noção de objetividade na economia era associada a um conjunto de métodos e atributos que garantiriam os padrões científicos das análises — mais especificamente, métodos ligados à matemática e à estatística, consideradas verdadeiramente objetivas e imparciais, não ambíguos, técnicos.

Com o fim da Segunda Guerra, essa abordagem “técnica” à economia acabou formando um novo tipo de “inteligência profissional” que garantia que os conselhos e as análises políticas oferecidas pelos economistas aos governos eram puramente objetivos e sem nenhum tipo de juízo de valor (Morgan & Rutherford, 1998, p. 9). Conforme explicam os autores, nesse período os neoclássicos ganham destaque, acompanhando o crescimento da

crença na “solução de mercado” como resposta aos problemas sociais, políticos e econômicos de um país, bem como o aumento da fé na livre competição; os economistas do *mainstream* passam a retratar o mercado, a competição, os direitos individuais econômicos e a liberdade como fatores por si só objetivos, verdadeiros, sem valoração e parcialidade. A eficiência econômica se torna um “valor-guia” para o período, contrastando com a ideia majoritária do período entre guerras que afirmava que existia uma inter-relação entre as instituições legais e econômicas e que, por isso, elas não poderiam ser consideradas imparciais.

Além disso, é no contexto da Guerra Fria (1945-1991) e dos movimentos de independência na África e na Ásia que as teorias de modernização ganham destaque, visando analisar os fatores internos de desenvolvimento de cada país e explicar as diferenças entre eles. Morgan & Rutherford (1998) afirmam que, para muitos teóricos, os Estados Unidos se tornaram um padrão a ser alcançado em termos de desenvolvimento nacional e econômico. Nas décadas de 1990 e 2000 o referido país começou a realizar diversas intervenções armadas pelo mundo, marcadamente no Oriente Médio, por exemplo, com a justificativa de “levar a democracia” — mote utilizado anteriormente em diferentes intervenções militares e políticas perpetradas pelos Estados Unidos na América Latina, que auxiliaram na consolidação de ditaduras militares —, firmando-se como o porta-voz do mundo livre. Nesse período se intensifica a literatura sobre desigualdades, muito popular até hoje nas ciências sociais e econômicas, que procura entender o porquê das diferenças econômicas e sociais entre países — e, por ter um problema de interesse geral a ser resolvido, essas teorias

são muito mobilizadas por governos, cientistas e centros de pesquisa. Leonardo Marques & Tâmis Parron (2020, p. 270) afirmam que as teorias de modernização e as teorias de desigualdade têm diversas semelhanças políticas, ideológicas e metodológicas como, por exemplo, o fato de que recortam a realidade a ser analisada em unidades nacionais autônomas, “ignorando processos globais de acumulação de capital que, em simbiose com um sistema internacional de Estados, moldaram o mundo moderno”.³ Ambas as teorias, como ficará evidente, beberam da fonte do neo-institucionalismo.

De acordo com o economista Malcolm Rutherford (1996), o institucionalismo e a economia neoclássica se mantêm relevantes nos debates desde o início do século XX até hoje, mesmo com momentos de maior ou menor popularidade; o neo-institucionalismo, por ser turno, pode ser pensado como uma expansão de elementos do institucionalismo e da economia neoclássica — elementos que foram negligenciados pelas correntes citadas na visão da NEI, como, por exemplo, o destaque dado à racionalidade dos indivíduos na formação das instituições. A NEI se estabelece no *mainstream* da economia a partir dos seguintes trabalhos: *The Nature of the Firm* (1937),

³ No livro *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial* (2020), organizado por Norberto Ferreira, os historiadores Leonardo Marques & Tâmis Parron escrevem um capítulo dedicado ao exame de alguns problemas encontrados na literatura sobre desigualdades das ciências sociais. Essa literatura foi muito influenciada pela NEI, da qual partilha de alguns dos mesmos objetivos (entender por que alguns países são mais ricos do que outros, por exemplos) e das mesmas limitações (nacionalismo metodológico, estudo de unidades isoladas e comparáveis entre si a partir de um único critério, uso de tempo e passado como sinônimos de história, entre outros).

de Ronald Coase, Prêmio Nobel de Economia de 1991; *The Logic of Collective Action*, de Mancur Olson (1965); *Markets and Hierarchies* (1975), de Oliver Williamson, Prêmio Nobel de Economia de 2009; e, por fim, os trabalhos de Douglass North, Prêmio Nobel de Economia de 1993, especialmente *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990), entre outros. Note-se a boa recepção que a NEI tem entre seus pares (grande parte dos seus autores são vencedores do Prêmio Nobel), tendo um papel de destaque entre acadêmicos e influenciando análises e planos políticos estadunidenses.

Rutherford (1996) destaca que os neo-institucionalistas apontam uma falta de teoria nos institucionalistas, uma ausência de individualismo nas análises e uma não percepção da importância de processos de desenvolvimento institucional não intencionais, em oposição aos processos coletivos de tomada de decisão e de criação de instituições. Os institucionalistas, por seu turno, criticam a NEI por adotar teorias por vezes muito abstratas, por utilizar versões reducionistas de individualismo (o indivíduo entendido como um ser extremamente autônomo e racional, limitado, mas nem sempre influenciado pelas instituições que o rodeiam) e por ignorar características que surgiriam de forma espontânea em mercados e instituições.

A diferença fundamental entre os institucionalistas e os neo-institucionalistas encontra-se no método que escolhem para tentar entender a formação das instituições. Newton Paulo Bueno (2004a) explica que os institucionalistas entendiam as normas que formam as instituições como sendo fabricadas pela ação dos indivíduos em busca de seus objetivos particulares, e, mais do que isso, como sendo moldadas por fatores diversos, como a

evolução tecnológica e as formas de comportamento coletivo. Para eles, as ações pessoais são influenciadas pelas instituições; para entender a formação das instituições, desse modo, seria necessário utilizar como unidade de análise as próprias instituições. A premissa dos neo-institucionalistas é oposta: as instituições são explicadas pelas decisões que os indivíduos racionais tomam, ou seja, é preciso olhar para as escolhas e ações dos seres humanos para entender a formação das instituições. A NEI, portanto, aplica o individualismo metodológico em suas análises.

Já com relação à teoria neoclássica, Moisés Pais dos Santos & Amalia Maria Godoy (2017) ressaltam que a NEI não rompe totalmente, já que adota algumas de suas premissas, como o individualismo metodológico já mencionado, além de levar em conta a escassez e a competitividade para explicar as ações dos sujeitos. Contudo, conforme os autores citados, inova ao considerar o fator histórico — o tempo e o passado — e ao pensar a racionalidade como limitada, e não plena, como fazem os neoclássicos. Sobre a questão da limitação da racionalidade, ela decorre do fato de que os indivíduos não conhecem a totalidade de sua situação e conjuntura quando buscam garantir os seus interesses e, por isso, muitas vezes agem com cautela para minimizar ao máximo possíveis prejuízos. Sobre o fator histórico, é importante ressaltar que para a NEI a história é fundamental para a análise — e, na segunda parte do texto, iremos discutir essa questão com mais profundidade.

Outra diferença entre a teoria neoclássica e a NEI reside no que elas consideram ser o papel do *Estado*. Santos & Godoy (2017) comentam que, grosso modo, a questão em que as duas teorias se concentram é: o Estado deve ou

não deve interferir no mercado? Os neoclássicos partem da premissa de que a autoridade central não tem uma função primordial na coordenação e na propriedade dos recursos necessários para se alcançar o equilíbrio econômico; isso significa que consideram os processos políticos como externos, secundários ao funcionamento da economia. Já os neo-institucionalistas atribuem ao Estado uma função específica e fundamental: os mercados só surgem quando os direitos de propriedade estão garantidos, e é o Estado quem os garante porque ele possui o monopólio da oferta desses direitos.

O economista brasileiro Ronaldo Fiani (2003) destaca qual o papel do Estado para os neo-institucionalistas: é dele que parte a iniciativa de reformar instituições e é ele quem define os direitos de propriedade — ambas as questões são responsáveis pelo desempenho da economia de um país. O Estado, dessa forma, especifica a estrutura dos direitos de propriedade e garante a sua eficiência (o que ocasiona em crescimento econômico) ou a sua ineficiência (declínio econômico). Para a NEI o Estado não é somente o *locus* dos interesses sociais, mas também uma parte que age em torno de seus próprios objetivos. De qualquer forma, ambas as teorias — neoclássicos e neo-institucionais — defendem uma visão liberal do papel do Estado para o funcionamento da economia, privilegiando a livre competição.

A NEI ocupa-se em analisar as instituições e suas relações com os arranjos organizacionais. Douglass North (1994; 2005) explica que as instituições são as regras do jogo, e as organizações são os jogadores. As *instituições* são tanto as regras formais quanto as informais, bem como a maneira que são aplicadas; elas definem o que é permitido e o que é proibido fazer e, portanto, limitam

as escolhas individuais — influenciam e são influenciadas pelas ações humanas. Já as *organizações* são formadas por grupos de indivíduos reunidos por possuírem objetivos em comum, e podem ser de vários tipos: econômicas (empresas, cooperativas, sindicatos), políticas (partidos políticos, legislaturas, órgãos reguladores) e até mesmo educacionais (universidades, escolas).

A *matriz institucional* é o que vai definir o conjunto de oportunidades de determinada sociedade. Conforme aponta North (2005), se em determinada economia a maior taxa de retorno vier da pirataria, pode-se esperar que as organizações não investir em conhecimentos e habilidades que as tornem as melhores piratas; da mesma forma, se as atividades produtivas são as que garantem o maior retorno, as organizações irão investir recursos para adquirir habilidade e conhecimento a fim de aumentarem a sua produtividade. As recompensas, assim, são a chave para compreender as escolhas feitas pelos indivíduos. Entretanto, é importante notar que indivíduos de origens diferentes vão interpretar um mesmo dado de formas diferentes, o que poderá levá-los a escolhas diferentes. Aí reside a importância de compreender as instituições e as escolhas no tempo: as crenças dos indivíduos, dos grupos e das sociedades (crenças que determinam as escolhas) são a consequência do aprendizado por meio do tempo, e o aprendizado é acumulado durante anos, passado pelas gerações na forma de cultura.

A NEI postula, então, que a matriz institucional das economias afeta o desempenho econômico de determinada sociedade. Essa matriz é formada pelo conjunto de regras formais e informais e o seu *enforcement*, que é o que garante o cumprimento das regras e dita o comportamento da sociedade no tempo — e de seu sistema político,

econômico e judiciário. A matriz será *path dependent*, ou seja, ligada à trajetória — e, portanto, à história — específica de cada país, e North (2005) enfatiza que a mudança sempre deverá ser compreendida dentro da *path dependence* da matriz institucional estudada. A especificação que a NEI dá às análises contidas dentro das fronteiras nacionais (a *path dependence* como conceito atrelado, necessariamente, ao desenvolvimento de cada país) acaba fazendo que as teorias neo-institucionalistas sejam forjadas em um nacionalismo metodológico marcante. De modo geral, nacionalismo metodológico é olhar para a história restrita às fronteiras nacionais, ou seja, os fenômenos históricos são limitados e se confundem à nação analisada, sendo o processo histórico explicado a partir da história nacional.⁴ Isso faz que as análises se tornem restritivas, eurocêntricas e calcadas em uma visão evolucionista da história que crê que há uma linha contínua de progresso a ser seguida pelas nações, e que é essa linha que explicaria as desigualdades entre os países.

Seguindo com os pressupostos da NEI, as mudanças institucionais são elementos importantes de análise e ocorrem, segundo Santos & Godoy (2017), para reduzir custos de transação, definir novos direitos, reestruturar as organizações. As mudanças se sucedem por diversos motivos, como: esgotamento de instituições que não evoluíram ou não se adaptaram, mudanças demográficas que acarretam a necessidade de novas instituições, inovações tecnológicas que ocasionam mudanças institucionais, e mudanças nos recursos disponíveis. Para Douglass North

4 Para mais detalhes sobre a questão do nacionalismo metodológico nas ciências humanas e formas metodológicas de combatê-lo, confira o capítulo 7 deste livro sobre História Global.

(2005), a mudança institucional é um processo deliberado que parte das percepções que os atores possuem sobre as consequências de suas ações. A mudança é contínua, e as instituições refletem uma gama de aprendizados e experiências do seu passado.

O aprendizado, para a NEI, é a forma que os indivíduos têm de reduzir as incertezas. North (2005) aponta que o aprendizado acumulado de uma sociedade é formado pela linguagem, crenças, mitos e formas de fazer, ou seja, a cultura de uma sociedade. Esse aprendizado dita a *performance* social de determinado período e mostra as restrições das escolhas dos jogadores. Dessa forma, o foco da análise da NEI, para North, deve ser no aprendizado: na forma como se aprende, no que se aprende e como esses saberes são compartilhados entre os membros de uma sociedade; deve-se procurar compreender o processo por meio do qual as crenças e as preferências mudam com o passar do tempo, e de que forma elas influenciam a *performance* econômica.

Como observamos até agora, as instituições formam a estrutura de incentivo de uma sociedade e determinam a sua *performance* econômica. Nesse sentido, um conceito importante para a NEI é o de *custos de transação*, que são “os custos incorridos pelos indivíduos quando, ao deixarem de ser autossuficientes economicamente, passam a depender dos outros para obter os bens que necessitam” (Bueno, 2004a, p. 370). Eles fazem referência aos riscos contratuais existentes nas transações econômicas como, por exemplo: os custos para adquirir e processar informações sobre contratos ou eventos futuros que não podem ser previstos com certeza; custos para monitorar o desempenho das partes contratantes e garantir que

sigam o que foi acordado; custos legais de punições para quebras de contrato.

Para a NEI, as instituições são formadas a fim de diminuir esses custos, garantindo, portanto, maior eficiência. Quando as transações são custosas, as instituições são importantes — e North (1994) ressalta que as transações sempre custam algo. Entretanto, as instituições não são criadas para serem eficientes socialmente; elas são forjadas, especialmente as instituições formais, para defender os interesses dos que possuem o poder de barganha para criar as regras do jogo. Os custos de transação são os custos de especificar o que está sendo trocado e de reforçar os acordos.

Como as instituições ajudam a entender a *performance* econômica de determinada sociedade? Para North (1994), a *performance* econômica é explicada pela soma das regras formais, das normas informais e das características de aplicação delas. O economista afirma que enquanto as regras formais podem ser mudadas da noite para o dia, as normas informais passam por processos de mudança graduais. Como são as normas que fornecem legitimidade para as regras, a NEI postula que as mudanças revolucionárias nunca são tão revolucionárias quanto seus apoiadores gostariam de imaginar. Em outras palavras: quando se importa um modelo econômico de sucesso de outro país, por exemplo, os resultados nunca serão os mesmos, pois as normas informais são diferentes em cada país e afetam diretamente o resultado das regras formais. Aqui vemos, novamente, a característica do nacionalismo metodológico nas análises da NEI, que estuda o desenvolvimento de nações como fechadas em si mesmas — os países como unidades que pouco são influenciadas por contextos externos às suas fronteiras

(geográficas, históricas e econômicas) e os modelos econômicos como unidades cerradas e autônomas, não influenciadas por quaisquer fatores externos.

Os neo-institucionalistas definem desenvolvimento como o padrão de crescimento em que a pobreza absoluta é minoritária, o que só ocorre em sociedades que possuem organizações eficientes. Eficiência, por sua vez, é a configuração dos direitos de propriedade que podem impulsionar, ou não, o investimento privado; quando os direitos de propriedade são definidos e garantidos, incentivos são criados para que agentes ou organizações invistam em atividades produtivas. Santos & Godoy (2017) pontuam que as organizações possuem diferentes graus de eficiência, variando conforme a sociedade, e dependem dos direitos de propriedade e da interação entre instituições e organizações — interação que determina o nível de oportunidades e incentivos que uma sociedade poderá ter. Dessa forma, o investimento, incentivado pelas possibilidades de lucros privados advindos de arranjos institucionais e direitos de propriedade, se torna desenvolvimento quando ocasiona em benefícios sociais.

Santos & Godoy (2017) ressaltam que os fatores que a economia neoclássica considera fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade, como inovação, educação e capital acumulado, são vistos pelos teóricos da NEI como a consequência do desenvolvimento, e não a causa. É notável que, para a NEI, o desenvolvimento está atrelado aos investimentos privados, à economia de mercado e à competição capitalista; todos os caminhos devem levar a um resultado-modelo baseado nas democracias liberais ocidentais, especificamente de modelos europeus ocidentais ou norte-americanos — o que foge desse espectro é

considerado um fracasso de desenvolvimento a ser corrigido. Nesse sentido, qual o papel da História para a NEI?

NEI, O PROBLEMA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA ECONÔMICA

Como vimos na primeira parte deste capítulo, a NEI procura entender o surgimento e a mudança das instituições de uma sociedade no tempo, para levantar hipóteses e explicações sobre o desenvolvimento econômico e sobre o papel que os indivíduos têm nesse processo. Nessa seção, vamos apresentar alguns trabalhos em História Econômica que utilizam os conceitos da NEI para analisarem seus objetos, além de debater de que forma a metodologia neo-institucionalista se relaciona com o estudo do passado — e até que ponto se pode afirmar a sua historicidade. Não pretendemos esgotar as temáticas e as pesquisas feitas com o viés neo-institucionalista na história; queremos apenas expor alguns exemplos de sua aplicação, ilustrando as contribuições possíveis e as limitações da NEI à história econômica.

O método da NEI é construído na importância do estudo do passado para compreender o desempenho econômico de uma sociedade, o que remonta desde Adam Smith em *Riqueza das Nações* (1996 [1776]). Smith observou que o comércio torna as sociedades mais produtivas, pois favorece a divisão do trabalho entre pessoas com diferentes habilidades e identifica quais instituições dificultam o desenvolvimento comercial e, por consequência, o desenvolvimento econômico. Noguéról (2008) aponta que Douglass North, um dos principais nomes do neo-institucionalismo, conserva as ideias de Adam Smith sobre a

relação entre a *performance* econômica e as instituições, em que essas determinam aquela. Contudo, diferente de Smith, North e os neo-institucionalistas objetivaram formular uma teoria sobre a *mudança institucional*, qual seja: as instituições sofrem mudanças quando se tornam ineficientes e/ou quando sua manutenção acarreta custos elevados; a mudança não é consciente, mas sim um processo complexo relacionado às escolhas políticas de uma sociedade. Para compreender as instituições, a mudança institucional e a *performance* econômica, é necessário voltar-se para a história.

Até que ponto, contudo, há historicidade nas análises neo-institucionais? Ao procurar compreender a *performance* das economias através do tempo, a NEI tem por objetivo não somente lançar luz sobre o passado, mas também contribuir para a criação de uma teoria econômica por meio da construção de uma estrutura analítica que auxilie no entendimento da mudança econômica. A noção de tempo e de passado é de extrema importância para a NEI: para North (1994), por exemplo, o tempo relaciona-se com a mudança econômica e social; é a dimensão em que ocorre o processo de aprendizagem dos seres humanos, o que molda a forma como as instituições evoluem.

Sabemos, contudo, que tempo e história são conceitos diferentes. O *tempo* é uma das dimensões que configura a *realidade histórica*, juntamente com o *espaço* (o local em que se dá a existência histórica), a *estrutura* (o conjunto de relações que definem determinado sistema histórico) e o *sujeito* (aquele que pratica as ações, que faz a história). O *tempo* corresponde à duração da realidade histórica; é o parâmetro que mede a extensão e o transcurso da vida dos sujeitos (Petersen & Lovato,

2013). O que acontece em algumas análises neo-institucionalistas, por vezes, é utilizar o tempo como *sinônimo* de história: ao destacarem as críticas feitas pela NEI aos neoclássicos, Santos & Godoy (2017, p. 72) escrevem que “a NEI passa a considerar todo o sistema jurídico/normativo, em particular, os estabelecidos e garantidos pelo Estado, *assim como o tempo (a história)* como intervenientes na evolução social” (grifos nossos), para citar apenas um exemplo ilustrativo. Uma crítica que pode ser feita à NEI, portanto, é que muitas vezes, ao tentar privilegiar o olhar histórico em sua análise, ela acaba dando conta de acontecimentos singulares, recortados de um contexto histórico maior e desprovidos de historicidade, para que se encaixem em teorias cujo destino já está predestinado (a democracia liberal e o capitalismo ocidental). Sem um cuidado maior, análises neo-institucionais podem vir a ser anacrônicas.

Para a NEI, as instituições presentes nas metrópoles são transportadas para as colônias durante a Idade Moderna e influenciam diretamente no presente dos países que foram colonizados no passado. Sobre o assunto, contamos com os trabalhos do economista brasileiro Newton Paulo Bueno (2004a; 2004b) e do economista e historiador brasileiro Luiz Paulo Ferreira Noguez (2008; 2016), que verificam até que ponto os preceitos da NEI se aplicam para o caso brasileiro. Para financiar os custos militares e administrativos gerados pelas conquistas no ultramar, os países ibéricos seguiram caminhos diferentes dos britânicos. Na Inglaterra, a matriz institucional protegia os direitos de propriedade privada e incentivava a inovação tecnológica e a acumulação de capital; em Portugal e na Espanha, contudo, a grande quantidade de riquezas extraídas da América possibilitou aos reis

ampliarem o seu poder, ocasionando na necessidade de se criarem burocracias — dispendiosas e que aumentavam os custos de transação — para administrar os enormes fluxos de riqueza (Bueno, 2004b, p. 789).

A diferença entre as trajetórias institucionais nas metrópoles influencia as colônias da seguinte forma para os neo-institucionalistas, conforme aponta Bueno (2004a; 2004b): na América Inglesa, ocorreu a formação de instituições semelhantes às britânicas, garantindo o direito de propriedade, a diversidade política e religiosa, o domínio do controle local sobre o central — o que levou à liberdade econômica, em um nível que as colônias latino-americanas nunca tiveram. Na América Latina, predominaram as estruturas de governança burocrática ibéricas, que se caracterizam pela regulação estatal, pelo personalismo nas relações políticas e econômicas, por direitos de propriedade definidos de forma difusa e nem sempre protegidos pelo Estado — o que gerou restrições às atividades econômicas.

Nesse sentido, Nogueról (2016) evidencia como os neo-institucionalistas argumentam que as sociedades colonizadas pelos países ibéricos foram prejudicadas por suas elites econômicas que, por meio de mecanismos legais ou de tradições, se apropriaram do produto econômico de seus países. Isso acarreta o desestímulo das atividades econômicas e do crescimento econômico, ao mesmo tempo que as instituições existentes são reforçadas, o que impede a mudança em prol de melhor desempenho econômico. Na perspectiva da NEI, os Estados Unidos herdaram dos colonizadores britânicos instituições voltadas ao desenvolvimento de mercados pessoais, com baixos custos de transação, ocasionando em uma renda *per capita* elevada; enquanto a América Latina herdou as

instituições ibéricas de mercados pouco desenvolvidos e elevados custos de transação.

Para demonstrar como o modelo proposto pela NEI para entender a transmissão de instituições das metrópoles para as colônias nem sempre consegue abarcar a complexidade da realidade, Noguero (2016), com o uso de fontes primárias, analisa três casos distintos: Buenos Aires, Salvador e Brasil Holandês. O autor atesta que, mesmo com metrópoles colonizadoras diferentes (na sequência, Espanha, Portugal e Holanda), as três regiões desenvolveram instituições coloniais semelhantes. Essas instituições favoreciam “a formação de privilégios e de monopólios característicos do colonialismo primevo, fortemente influenciado pelo mercantilismo em voga em toda a Europa e, portanto, impedindo a formação de mercados impessoais com baixos custos de transação” (p. 467). A NEI faz uma separação marcante entre o modelo ibérico de transferência de instituições e o modelo inglês e holandês; Noguero (2016) expõe, contudo, que as instituições nas colônias não correspondem a essa separação.

A visão neo-institucionalista sobre o desenvolvimento das sociedades que foram colonizadas na Idade Moderna por impérios europeus tem alguns problemas teóricos e metodológicos evidentes. Além do já mencionado nacionalismo metodológico (a análise fica restrita, e mesmo se confunde, com as histórias dos Estados-nação estudados), há certo anacronismo ao atribuir características protonacionalistas aos impérios coloniais modernos, ou seja, procurar no passado características nacionais do presente, como baixo desenvolvimento econômico ou instituições pouco eficientes, ou até mesmo uma identidade nacional que não se aplica ao período analisado. Ademais, há a construção de respostas simples

para fenômenos complexos: a pobreza da América Latina é explicada pelo fato de ter sido colonizada por países ibéricos, que transportam suas instituições pouco eficientes (porque não são baseadas no desenvolvimento de mercados impessoais como as instituições inglesas, que são lidas como verdadeiramente eficientes por esses motivos pela NEI), sem levar em conta na análise a violência inerente ao processo colonial, a extração desenfreada de recursos naturais, a escravização e o genocídio de povos indígenas, e o tráfico transatlântico de escravizados como motor de construção do capitalismo — questões que superam as fronteiras nacionais que se intenta impor ao passado. Por fim, podemos considerar também na visão neo-institucionalista a percepção de um modelo único como o “correto”: o modelo capitalista ocidental do presente, que pode ser considerado verdadeiramente desenvolvido, como se existisse um propósito comum a todas as nações a ser alcançado; o capitalismo não é questionado, problematizado e nem mesmo analisado, mas apenas dado como um fato determinado.

Outra temática estudada pela NEI é o período pombalino (1750-1777).⁵ Numerosos são os trabalhos que abordam esse momento da história portuguesa e brasileira; aqui, apresentaremos o que os economistas brasileiros Cláudio Shikida (2006) e Fábio Pesavento & Sérgio Monteiro (2006) levantaram sobre o período com o olhar neo-institucionalista. Shikida (2006) apresenta algumas sugestões de reinterpretação do mercantilismo português

⁵ Marquês de Pombal foi primeiro-ministro de Portugal durante o período histórico europeu de surgimento e atuação dos *déspotas esclarecidos*, governantes que buscavam racionalizar a administração, amparados por ideias iluministas — embora sem se opor ao absolutismo.

sob a ótica da *rent-seeking*, isto é, tentativas de se conseguir rendas mediante manipulação do ambiente político e social em que as atividades econômicas ocorrem (a matriz institucional). Nesse sentido, o autor entende o mercantilismo como uma criação artificial dos Estados europeus para atender seus interesses específicos de obtenção de novas rendas no Novo Mundo. Nessa perspectiva, as medidas adotadas por Pombal são reinterpretadas por Shikida (2006) pelos argumentos neo-institucionalistas e da *rent-seeking*: as tentativas pombalinas de regular a burocracia estatal teriam por objetivo maximizar a receita real, controlando o desvio de recursos.

Fábio Pesavento & Sérgio Monteiro (2006), por sua vez, analisam o estímulo à diversificação agrícola da administração do Marquês de Pombal e a influência que isso teve no desempenho econômico do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Os autores usam a NEI como marco teórico e, por meio da análise dos cultivos de anil e arroz (produtos que tiveram o melhor desempenho como resultado dessa política de estímulo), demonstram como uma mudança nas regras informais determinou a mudança das regras formais de estímulo à diversificação e, também, a mudança do desempenho econômico.⁶

A dinâmica institucional está relacionada à evolução da matriz institucional de determinada sociedade; Pesavento & Monteiro (2006) apontam que grande parte da história de uma sociedade pode ser contada usando-se da evolução das suas matrizes institucionais e das consequências que dita evolução leva à economia e à política. A dinâmica é influenciada por duas questões: o equilíbrio

⁶ A análise mais completa desse assunto encontra-se publicada no livro de Pesavento (2013).

institucional e a *path dependence*. Quando existe um equilíbrio institucional, não existirá nenhum estímulo para que se alterem as regras formais e informais de uma sociedade; em outras palavras: o equilíbrio institucional garante a manutenção das instituições. A *path dependence*, como já mencionado, é o conceito que explica como os acontecimentos e conhecimentos passados interferem no presente, o que significa que as instituições de um dado período condicionam as mudanças e os desenvolvimentos institucionais que estão por vir. Para resumir essa questão:

O ambiente econômico e social dos agentes é permeado pela incerteza. Associado a esse fato, existem os custos de transação. Para reduzir tais custos e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem instituições. Estas podem ser caracterizadas como regras formais e informais. O conjunto dessas regras pode ser chamado de matriz ou arranjo institucional, e vai definir os incentivos para o surgimento e o desenvolvimento de organizações que podem ser econômicas, sociais e políticas. A dinâmica desta matriz sempre será caracterizada pela *path dependence*. A interação entre agentes, organizações e Estado define os custos de transação, os quais atuam sobre a evolução institucional e sobre o desempenho econômico (Pesavento & Monteiro, 2006, p. 3).

Pesavento & Monteiro (2006) explicam como que, na segunda metade do século XVIII, a economia colonial passava por dificuldades em razão do declínio das exportações e da produção aurífera mineira. Para lidar com esse problema, a Coroa portuguesa promove uma série de mudanças econômicas, políticas e administrativas,

capitaneadas por Marquês de Pombal. Algumas dessas mudanças, no nível prático: criação de companhias de comércio, como a do Grão-Pará e Maranhão; diversificação agrícola com o plantio de novas culturas; criação das Mesas de Inspeção para garantir o controle de qualidade dos produtos exportados; maior controle do contrabando; e aumento da presença de escravizados. Essas medidas visavam, além da superação dos problemas econômicos já mencionados, tentar diminuir a dependência política e econômica do império português com o império britânico.

Nesse sentido, utilizando os preceitos da NEI como embasamento teórico, Pesavento & Monteiro (2006) identificam que as mudanças de Pombal representaram uma nova configuração do Estado português, ou seja, uma nova regra informal (ou ideologia, nos termos conceituais neo-institucionalistas): superar a dependência política que tinham com os ingleses. Essa nova regra informal entra em vigor com a criação de novas regras formais, ou seja, as leis e os decretos pombalinos, dentre os quais as medidas de incentivo à diversificação agrícola do Rio de Janeiro, objeto de estudo dos autores. Em suma, eles demonstram como o conceito neo-institucional de regras formais e normas informais pode ser usado para explicar a melhora do desempenho da economia fluminense setecentista, pois a mudança criou um novo ambiente institucional, mais eficaz que o anterior.

Outra temática com discussões profícuas na história econômica é a transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas Américas. Aqui, contamos com o trabalho do economista brasileiro Adriano José Pereira em parceria com Luiz Paulo Ferreira Nogueurol, em artigo publicado em 2016 em que analisam dita transição a partir dos

pressupostos da NEI. Para os autores, a abolição do trabalho escravo no Brasil, feita de forma longa e lenta (diferente do que aconteceu na maioria das sociedades escravistas do continente), favoreceu a adaptação das firmas a essa nova situação e permitiu a sobrevivência de algumas das *plantations*. Isso possibilitou que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro não fosse afetado de forma tão negativa como ocorreu em sociedades caribenhas e no Sul dos Estados Unidos quando aboliram a escravidão.

Pereira & Nogueról (2016) comparam alguns casos para demonstrar as diferenças nos processos de abolição. Nos Estados Unidos, ela se deu por meio da Guerra de Secessão que ocasionou a destruição das *plantations*; em Cuba, a abolição ocorreu durante uma guerra civil, mas, nesse caso, as *plantations* não foram destruídas; no Haiti, por intermédio de uma guerra levada a cabo pelos escravizados contra a França que culminou na sua independência; em lugares como Peru e Uruguai, a abolição resultou de guerras de independência; no Canadá, Jamaica e outros domínios britânicos, ocorreu por meio de um ato do Parlamento, que buscou indenizar ex-senhores. Todos esses exemplos ocorreram antes da abolição finalmente ser concretizada no Brasil em 1888; existia, dessa forma, um receio entre as elites de que pudessem ocorrer atos de violência pelos escravizados, ou mesmo que as *plantations* pudessem ficar inviabilizadas, resultando em crise econômica, como aconteceu em algumas ilhas do Caribe e nos Estados Unidos.

Mesmo assim, como pontuam os autores, os senhores de escravos brasileiros perceberam que a escravidão seria, cedo ou tarde, abolida, e cabia a eles encontrar alternativas para evitar problemas observados em outros pontos da América. Assim, o formato de transição lenta

para o trabalho livre permitiu que a sociedade encontrasse custos de transação satisfatórios a fim de manter antigas fazendas funcionando e garantir o surgimento de novas. Para que a exportação de café e a produção de açúcar, alguns dos carros chefes da economia brasileira do século XIX, tivessem continuidade mesmo com o fim do uso da mão de obra escravizada, foram necessárias duas condições: a existência de trabalhadores (os libertos e os imigrantes) e “a criação de um ambiente institucional com baixos custos de transação, que habilitasse ex-senhores, ex-escravos e imigrantes a celebrarem contratos de trabalho de modo a manter viva a produção de produtos tropicais” (Pereira & Noguéról, 2016, p. 289).

A transição do trabalho escravo para o livre sob a ótica neo-institucionalista, como explicada por Pereira & Noguéról (2016), é uma reforma institucional que ocasionou em novos custos de transação. As sociedades que fizeram essa transição de forma lenta, como foi o caso do Brasil, não sofreram grandes impactos econômicos com a construção das novas instituições, justamente porque tiveram a possibilidade de elaborarem contratos de trabalho com custos de transação menores (as estruturas materiais das principais plantations, por exemplo, resistiram). Já as sociedades que tiveram uma transição violenta, como os Estados Unidos, ou repentinas e violentas, como o Haiti, tiveram mais dificuldades para obter os mesmos resultados econômicos, o que pode ser explicado pela destruição das estruturas físicas das plantations e pela criação de formas de trabalho avessas ao ritmo desgastante das plantations e pela elevação dos custos da mão de obra.

As análises da NEI sobre a história da escravidão e da sua abolição acabam sendo limitadas ao considerarem

os dois fatores como fenômenos fechados em si mesmo, estudados a partir de unidades nacionais também separadas, ignorando as conexões globais na formação e consolidação da escravidão e como ela foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo histórico entre os séculos XVI e XIX. Mais uma vez, o nacionalismo metodológico aparece no neo-institucionalismo como fator que restringe os problemas de pesquisa a espaços recortados, autônomos e passíveis de comparações que simplificam questões mais complexas e interconectadas.

O historiador Eric Williams, na obra *Capitalismo e Escravidão* (2012), publicada pela primeira vez em 1944, aborda a associação entre a escravidão nas Américas e a criação do mundo moderno e do capitalismo, mostrando, entre outras questões: como os percursos históricos das colônias da América do Norte estavam conectados aos das colônias das Antilhas, com o capital comercial europeu oriundo do tráfico de escravizados o elemento que articulava esses processos de exploração do mundo pelos impérios da Idade Moderna; como esse capital, oriundo do tráfico e da escravidão, auxiliou na conformação da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII. A obra de Williams mostra como a escravidão e o capitalismo são indissociáveis: a exploração dos recursos naturais do planeta e do trabalho e a vida de seres humanos é o cerne de um sistema desigual em sua origem, que se alimenta dessas desigualdades e as amplia em seu percurso histórico — o que, muitas vezes, é ignorado nos estudos neo-institucionais.

As teorias sobre modernização e sobre desigualdades, dignatárias da NEI, esforçam-se por pensar questões atuais em sua longa duração, voltando-se ao passado em busca de respostas para problemas atuais. Marques &

Parron (2020) reconhecem esse esforço, mas enfatizam os problemas causados pelo nacionalismo metodológico: a análise de unidades de comparação isoladas, em que se desconsideram os processos maiores que formam e que eram formados por essas unidades. A superação dessa limitação encontra-se em abordagens como a de Eric Williams supracitada, acrescidas, como sugere o historiador Rafalel de Bivar Marquese (2019), de pontos analíticos presentes nas teorias de “Sistema-mundo”.⁷ O Sistema-mundo fornece uma visão do capitalismo e da escravidão que, mesmo em contornos regionais ou nacionais, é compreendida em sua globalidade: como fenômenos integrados internacionalmente, que são historicamente mutáveis e não fixos no tempo e no espaço (e nas fronteiras dos países).

O neo-institucionalismo esforça-se por ser histórico ao colocar o estudo do passado como parte importante de sua metodologia, o que é interessante, pois permite que se analisem os fenômenos na longa duração e se identifiquem as raízes profundas no passado de problemas atuais. Contudo, por vezes as análises da NEI acabam trazendo um nacionalismo metodológico marcante e a simplificação de fenômenos complexos, decorrendo em anacronismos e, portanto, fazendo o oposto do que se propõe. Uma solução para essas limitações metodológicas pode estar na utilização de escopos globais e na identificação das conexões entre fenômenos complexos.

⁷ Sugerimos novamente a leitura do capítulo 7 deste livro sobre História Global, que explica com mais detalhes o que é o Sistema-mundo e quais seus autores e obras mais relevantes.

Passaremos, agora, a discutir outras temáticas que podem ser agraciadas com ferramentas e preceitos da NEI na história brasileira.

POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOB O OLHAR DA NEI

Nesta seção, nosso objetivo é propor algumas possibilidades de pesquisa em história utilizando conceitos da NEI. Faremos um exercício com o estudo da economia açucareira e do comércio ilegal na América portuguesa da Idade Moderna. Trata-se de uma reflexão teórica que não pretende esgotar os temas ou criar modelos de análise, mas sim fornecer algumas ideias iniciais de aplicação de conceitos de dois objetos de estudos caros à historiografia.

A economia açucareira colonial era caracterizada por plantações extensas e integradas, uso de mão de obra escravizada e o amparo do comércio negreiro organizado. O historiador estadunidense Stuart Schwartz em *Segredos Internos* (1988) analisa as relações entre senhores, escravizados e o trabalho nos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro. Graças a esse livro e a uma historiografia potente sobre o tema sabemos que o trabalho nas lavouras e nos engenhos era intensivo e exaustivo: os escravizados tinham baixíssima qualidade de vida, trabalhavam até a exaustão e não raro sofriam maus-tratos e castigos físicos, além de vivenciarem as mais diversas formas de coerção. Schwartz (1988, pp. 127-30) aponta como o trabalho determinava o papel dos agentes nesse sistema produtivo, destacando, por exemplo, o trabalho especializado das fábricas de engenho, cujas tarefas eram conferidas de perto por homens livres ou por escravizados mais bem colocados na hierarquia interna das plantations.

A produção de açúcar tinha uma natureza singular, com processos de trabalho integrados em ciclos que duravam meses e tarefas que deveriam ser seguidas com cuidado, seja no plantio, na colheita e no corte da cana, no transporte, na moagem, na fervura e na secagem. Havia gradações na posição social dos trabalhadores, que ainda precisavam se dedicar a tarefas outras para além do açúcar. Nesse sentido, a indústria açucareira “definiu as preocupações políticas e econômicas de seus administradores e cidadãos mais influentes”, determinando a fixação de impostos e tarifas, as limitações lançadas pelos governos ao crescimento dos engenhos, o abastecimento de gêneros alimentícios, o preço dos escravizados, as melhorias tecnológicas... Basicamente, “o açúcar criou o contexto da vida baiana” (Schwartz, 1988, p. 95).

Podemos notar, levando em conta a ótica neo-institucionalista, que a economia de engenho influencia diretamente as regras formais e as normas informais daquela sociedade. Os agentes, nas figuras dos senhores de escravos e dos produtores, procuram sempre agir de forma a diminuir os custos de transação com comerciantes e governo metropolitano (para garantir a eficiência mínima dos engenhos) e com os trabalhadores escravizados (empregando-os em outras funções necessárias para o desenvolvimento e sobrevivência das lavouras). Nesse último caso, os custos de transação eram calculados na forma cruel da escravidão: os senhores precisavam analisar quando valia a pena adotar a violência e quando valia a pena adotar outras formas de coerção com os trabalhadores escravizados (castigos físicos ou uma melhora na “posição” dentro da rotina do engenho). É possível, dessa forma, analisar essas relações sociais e suas

implicações na economia colonial por meio do *corpus* teórico neo-institucionalista.

Também existe uma preocupação, na obra de Schwartz (1988), em estudar a ascensão, o declínio e o ressurgimento do comércio baiano de açúcar entre os séculos XVI e XIX para compreender como o açúcar se tornou um dos pilares da economia colonial brasileira por tanto tempo. Deriva desse estudo o entendimento de que “aspectos essenciais do desenvolvimento social resultaram primordialmente das relações de produção inerentes à organização e operação dos engenhos” (p. 145). Aqui, percebemos que é possível pensar nas mudanças que a economia açucareira sofre no tempo como mudanças na matriz institucional, levando em consideração o engenho como uma espécie de “cosmos” econômico. Caracterizar os engenhos como uma matriz institucional própria e relacioná-la com a matriz geral da colonização e com o desempenho econômico colonial ainda são possibilidades abertas de pesquisa.

Pensar nos engenhos de açúcar de forma neo-institucional também se faz possível quando analisamos o desenvolvimento do plantio da cana-de-açúcar na longa duração. Nesse sentido, o historiador Joseph Miller (1997) destaca como a historiografia clássica sobre o tema define o engenho como uma “instituição”, parte de uma estrutura um tanto estática no tempo. No seu artigo, ele procura analisar o desenvolvimento do plantio de cana e dos engenhos na história, mostrando que o que conhecemos como engenhos (a sua versão mais acabada, os grandes complexos antilhanos do século XVIII) só foi possível em virtude de um longo processo de amadurecimento dos saberes.

Voltando à agricultura medieval da cana-de-açúcar no Mediterrâneo, Miller (1997) narra a história da evolução das unidades agrícolas até chegar aos engenhos da América na época moderna. Ele demonstra como as inovações nas técnicas agrícolas são feitas por estratégias conscientes dos proprietários: havia uma “intenção de inovar” e de investir recursos em mudanças, e os investimentos “se concretizaram apesar de constantes e significativas restrições, sob a forma de falta do capital necessário para assegurar os altos riscos e custos para estender o comércio e a produção para além-mar” (Miller, 1997, p. 18).

Nesse caso, é visível como a retomada da história de longa duração do cultivo da cana-de-açúcar pode ser pensada por meio da identificação das mudanças institucionais com o passar do tempo: como as normas informais, ou seja, os costumes, as crenças e os saberes foram sofrendo alterações visando aumentar a eficiência desse sistema produtivo. A NEI se interessa pelo estudo das tecnologias e seu papel no desenvolvimento econômico; para os engenhos e a economia açucareira, então, é viável que se analisem como essas mudanças influenciaram não apenas as modificações nas normas e hábitos, mas também nas regras formais: nas leis, nos contratos, nos modos de fazer política que envolviam a constituição dos engenhos e que desenharam os processos de produção, venda e consumo de açúcar pelo mundo.

A NEI também pode ser útil para se pensar a história do comércio ilegal na América colonial. O tema do contrabando possui robusta historiografia que não cabe

retomar aqui;⁸ contudo, muitos historiadores, como Zacarias Moutoukias (1988), Ernst Pijning (2001), Paulo Cavalcante (2006) e Fabrício Prado (2017) demonstram como o comércio ilegal deve ser compreendido como um processo dinâmico que envolvia diversos agentes com múltiplos interesses, incluindo as autoridades reais que deveriam combater o contrabando. O comércio ilícito era plenamente enraizado na sociedade americana do período moderno, assimilado à organização econômica, social e até mesmo jurídica, “que afirmava e não contradizia a autoridade real” (Pijning, 2001, pp. 398-9). Não apenas as autoridades tomavam parte nos descaminhos, como a população de maneira geral o fazia: de acordo com Prado (2017, p. 198), bens de consumo como tecidos, bebidas alcoólicas e produtos manufaturados eram mais acessíveis ao consumo por contrabando do que se fossem adquiridos no comércio lícito (em que os preços eram maiores e a variedade, menor).

Nesse caso, a NEI oferece muitas possibilidades de pesquisa: podemos pensar no interesse das autoridades em participar dos negócios ilegais como formas de *rent-seeking*, ou seja, de busca por rendas além das já estabelecidas com a cobrança de tributos e com o comércio legal. Esse conceito também pode ser aproveitado para se refletir sobre os objetivos de pescadores, traficantes de escravizados, comerciantes, agentes portuários e outros grupos de indivíduos que possuíam formas primárias de sobrevivência e que, mesmo assim, optavam por tomar parte no comércio ilegal, visando aumentar os seus rendimentos. Como vimos, as recompensas são a chave para

8 Para mais informações sobre a historiografia do comércio ilegal na América portuguesa, conferir o artigo de Pijning (2005).

compreender as escolhas dos indivíduos: nesse caso, os elevados riscos de tomar parte do comércio ilegal eram menores do que as recompensas que poderiam ser obtidas, o que ajuda a entender o enraizamento da prática naquelas sociedades. Além disso, existe a possibilidade de teorizar sobre a matriz institucional do comércio ilegal: quais normas informais regiam as relações entre contrabandistas e consumidores; quais aspectos formais eram burlados e de que forma; como a evolução dessa matriz, com o passar do tempo, induziu ao desenvolvimento econômico geral das colônias americanas; como as normas informais herdadas do comércio ilegal no período colonial influenciam a forma que, hoje, as sociedades sul-americanas realizam comércio e outras interações fronteiriças. As possibilidades são múltiplas.

Ademais, cabe acentuar que, quanto à América portuguesa, havia duas regras importantes a respeito do que tornava o comércio ilegal: todo o comércio das colônias portuguesas e para as colônias portuguesas deveria obrigatoriamente passar por Portugal; e todas as exportações de ouro de Portugal para nações estrangeiras eram proibidas. Pijning (2001) explica que a primeira regra visava garantir o monopólio comercial da metrópole com suas possessões ultramarinas e asseverar o pagamento dos tributos previstos em lei; a segunda regra, por sua vez, tinha por finalidade a manutenção do ouro no domínio português, sendo taxado pela Coroa e auxiliando no equilíbrio da balança comercial de Portugal em comparação com outros países europeus.

Aqui, podemos pensar, por um viés neo-institucionalista, como mudanças em regulamentos podem ocasionar em respostas tanto legais quanto ilegais pelos indivíduos ou pelos grupos de indivíduos. O economista Lee

Benham (2005) demonstra como novos regulamentos são produzidos geralmente com o intuito de influenciar comportamentos: seja para promover ou restringir competição, para distribuir renda etc. Respostas legais são, por exemplo, a mudança da produção doméstica para a produção de mercado. Já as ilegais se caracterizam pelo aumento ou por novas formas de economia informal, coerção, discriminação, corrupção e formação de organizações extralegais. Aqui, a participação no contrabando pode ser lida como uma resposta ilegal dos indivíduos às regras formais impostas pelo governo metropolitano sobre o comércio — que pretendia, com isso, garantir o controle do trato colonial.

Alguns conceitos da NEI, portanto, podem auxiliar na criação de hipóteses sobre quais eram os intuítos de diferentes grupos envolvidos com o contrabando, e como o comércio ilegal era uma forma que os sujeitos encontravam para contornar regras formais do governo metropolitano. Também é interessante quando utilizada em análises sobre o comércio açucareiro, colocando o funcionamento dos engenhos como uma instituição aprimorada com o conhecimento acumulado por gerações. Talvez o conceito de aprendizagem seja o mais interessante, pois permite certa maleabilidade para pensar as conexões entre os processos históricos. Contudo, é muito importante um cuidado metodológico que vise à historicidade para escapar do anacronismo, do nacionalismo metodológico e da concepção de história como progresso — que, às vezes, podem ocorrer em análises neo-institucionalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procuramos mostrar brevemente os principais conceitos da NEI e apontar suas potências e seus limites para o estudo da História Econômica. Na primeira parte do texto, evidenciamos como essa escola de pensamento surge no contexto das discussões neoclássicas e institucionalistas nos Estados Unidos e apresentamos algumas de suas principais contribuições, como as discussões sobre instituições e mudança institucional, Estado, matriz institucional e importância do aprendizado. Na sequência, debatemos a importância que a NEI dá à história, questionamos de que forma isso ocorre e citamos alguns trabalhos que foram feitos nos últimos anos por economistas e historiadores econômicos que utilizam perspectivas neo-institucionalistas para compreender temas como as heranças da colonização, as mudanças do período pombalino e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre na América. Por fim, procuramos levantar possibilidades de pesquisa que a NEI pode oferecer ao se estudar a economia açucareira e o contrabando no período colonial.

A importância que dá ao papel do aprendizado para a construção das matrizes institucionais é muito interessante para que se pense a economia de uma sociedade em conjunto com as questões culturais que a permeiam. O conceito de instituição e sua relação com os arranjos organizacionais pode ser criticado por ser muito fluido, passível de adaptação a numerosos contextos do passado por não apresentar uma rigidez conceitual. Contudo, e por esse mesmo motivo, permite que uma ampla variedade de possibilidades de pesquisa possa ser agraciada

com a teorização neo-institucional, o que pode ser muito benéfico quando bem aproveitado, como demonstram os trabalhos apresentados neste capítulo de economistas e historiadores brasileiros.

Muitas vezes, entretanto, ao reforçar o nacionalismo metodológico em suas análises, a NEI acaba caindo em anacronismos ao se propor histórica, criando análises que relatam histórias nacionais recortadas sem a devida historicidade que ela almeja alcançar. Isso ocorre porque o nacionalismo metodológico “congela e autonomiza o Estado enquanto unidade de análise, um procedimento epistemologicamente frágil não porque o mundo está se tornando cada vez mais integrado, mas porque essa unidade, em nenhum momento da história do capitalismo, foi efetivamente autônoma” (Marques & Parron, 2020, p. 265). Tentar compreender as diferenças entre os desenvolvimentos dos países no presente é um objeto de estudo muito importante para pensar em medidas de combate à desigualdade, mas as análises sofrerão sérios problemas em seus recortes se subestimarem as relações globais que o capitalismo impõe, no passado ou no presente.

Por fim, queremos levantar algumas proposições sobre o método neo-institucionalista de pensar o desenvolvimento econômico das Américas na longa duração. Os teóricos neo-institucionalistas elucidam que a história do desenvolvimento do mundo ocidental, como o conhecemos hoje, se inicia com o nascimento da dívida pública nos Países Baixos e na Inglaterra na Idade Moderna. Como explica Noguero (2008), a NEI afirma que ambos os países custeavam os seus Estados via coleta de impostos, sob o controle cada vez maior dos parlamentos locais, e via endividamento público com garantias aos credores do Estado. Essas garantias possibilitaram a queda das

taxas de juros cobradas e baratearam o financiamento, o que induziu a crença de que a propriedade privada era sagrada. Essa institucionalidade da propriedade privada foi transferida para as suas colônias e permitiu o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. A América Latina, por sua vez, herdeira das instituições espanholas, é vista como tendo o futuro “bloqueado”, porque as suas instituições priorizavam práticas mercantilistas embebidas em relações de privilégios pessoais.

Essa explicação neo-institucionalista, por desejar construir um modelo de análise, acaba por recorrer a algumas generalizações, criando uma espécie de “destino manifesto” (trocadilho intencional) às regiões colonizadas pelos ingleses e por suas instituições racionais, enquanto as demais colônias estariam fadadas ao fracasso. A prosperidade econômica, sinônimo de desenvolvimento para a NEI e para a literatura dedicada a entender porque nações fracassam ou enriquecem, só pode ser alcançada com o modelo de democracia liberal ocidental.⁹ Reforçamos que essas são algumas das consequências do nacionalismo metodológico que acompanha muitas das análises neo-institucionalistas.

Nesse sentido, concordamos com Noguéról (2008, p. 107), que afirma que ocorre uma simplificação da história latino-americana e o reforço da ideia de “herança maldita”: a herança ibérica calcada em relações paternalistas que impede o desenvolvimento econômico da América Latina. É perceptível que os autores da NEI, quando

9 Leonardo Marques & Tâmis Parron (2020, pp. 236-7) explicam que, com o colapso da União Soviética em 1991, a vitória da democracia liberal e do capitalismo parecia incontornável. Não por acaso que, a partir da década de 1990, ganha ímpeto a literatura dedicada a compreender os motivos da desigualdade e as formas de combatê-la.

levantam hipóteses sobre o desenvolvimento econômico dos países que foram colonizados por diferentes matrizes institucionais, partem de uma perspectiva norte-centrada, ou seja, focalizam na Inglaterra e nos Estados Unidos, de maneira geral, o centro e o modelo de sua análise. Todas as comparações são feitas levando o eixo anglo-saxão como o ponto de partida, o modelo a ser seguido; e, por esse motivo, relegam à América Latina um papel secundário já na sua metodologia.

A questão que mais chama a atenção e que afeta a nós, estudantes e pesquisadores latino-americanos, é que a simplificação dos postulados neo-institucionalistas sobre esse tema demonstra qual é o lugar de produção dessa corrente teórica — e a América Latina ocupa, nela, o espaço do “outro”. Na corrida do desenvolvimento, o mundo “subdesenvolvido” tem a largada atrasada, e a linha de chegada é marcada de forma arbitrária para que essa corrida nunca termine. Podemos explicar isso a partir de um rápido comentário sobre os usos que se fazem das teorias fora da academia. Os pressupostos levantados pela NEI são utilizados, como explica Noguéról (2008), para impor reformas de caráter neoliberal por organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial a países que dependem de seus recursos, com o argumento de que essas reformas seriam necessárias para garantir a segurança jurídica dos investimentos na América Latina e a redução dos custos de transação, o que melhoraria a *performance* econômica.

Noguéról (2008) afirma que isso se trata de um “abuso da teoria”,¹⁰ e enfatiza que a teoria neo-institucionalista

10 O mau uso da teoria, aliado a uma visão nacionalista e neoliberal, pode levar à percepção simplista e errônea de que, por exemplo, o que

está sendo usada como “instrumento de intervenção sobre as economias latino-americanas e em favor dos interesses dos credores de tais países, o que não necessariamente levará ao crescimento econômico, como aliás não levou entre 1990 e 2000, a década neoliberal” (Nogueról, 2008, p. 109). Criticar essa teoria é fundamental para o debate sobre desenvolvimento e, mais do que isso, para encontrar formas de a humanidade seguir existindo em um planeta em colapso político, econômico e ambiental.¹¹ Além disso, fornecer um novo uso para essa teoria, mesmo que apenas em um exercício teórico, é uma forma de nos colocarmos politicamente nesse debate, invertendo o seu olhar e, no jargão neo-institucionalista, mudando as normas informais desse jogo.

difere Inglaterra e Somália no presente são as *instituições* que ambos os países possuem, comentário feito recentemente na arena política brasileira. Esse tipo de “análise” ignora completamente o passado recente de exploração colonial e violência perpetrados pela Inglaterra e outros países europeus na região do Chifre da África, onde hoje se encontram a Somália, a Etiópia, a Eritreia e o Djibouti, para citar apenas o problema mais óbvio. Para mais detalhes, conferir: <<https://www.portaldemocracia.com.br/moro-compara-desenvolvimento-da-inglesa-ao-da-somalia-e-e-criticado-nas-redes/>>.

11 Marques & Parron (2020, pp. 271-2) destacam como a literatura mais recente sobre desigualdade — cujas raízes e influências estão no neo-institucionalismo — costuma ignorar a questão do capital como um problema histórico, o que faz que o problema do meio ambiente acabe sendo pouco explorado, ou mesmo ignorado, quando se pensa nas causas da desigualdade no presente. O aumento das desigualdades globais, o capitalismo e o colapso ambiental são indissociáveis: para resolver um problema é preciso pensar no outro.

REFERÊNCIAS

- BENHAM, L. Licit and illicit responses to regulation. In: MENARD, C. & SHIRLEY, M. *Handbook of New Institutional Economics*. Dordrecht: Springer, 2005, pp. 591-608.
- BUENO, N. P. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. *Economia*, Brasília, vol. 5, n.º 2, pp. 361-420, 2004a. Disponível em: <https://anpec.org.br/revista/vol5/vol5n2p361_420.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- BUENO, N. P. Possíveis contribuições da nova economia institucional à pesquisa em história econômica brasileira: uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 34, n.º 4, pp. 777-804, 2004b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ee/v34n4/v34n4a05.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- CAVALCANTE, P. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- COASE, R. The Nature of the Firm. *Economica*, vol. 4, n.º 16, pp. 386-405, 1937. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- FIANI, R. Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North. *Revista de Economia Política*, vol. 23, n.º 2, pp. 135-49, 2003. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/90-9.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- MARQUES, L. & PARRON, T. Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades. In: FERRERAS, N. O. (org.). *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*. São Paulo: Hucitec, 2020, pp. 234-75.

- MARQUESE, R. de B. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, vol. 26, n.º 41, jan.-abr. 2019, pp. 14-41.
- MENARD, C. & SHIRLEY, M. Introduction. In: MENARD, C. & SHIRLEY, M. *Handbook of New Institutional Economics*. Dordrecht: Springer, 2005, pp. 1-18.
- MILLER, J. C. O Atlântico Escravista: açúcar, escravos e engenhos. *Afro-Ásia*, vol. 20, n.º 19, 1997, pp. 9-36. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20946/13549>>. Acesso em: 1.º dez. 2020.
- MOUOUKIAS, Z. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.
- MORGAN, M. S. & RUTHERFORD, M. American economics: the character of the transformation. In: MORGAN, M. S. & RUTHERFORD, M. From interwar pluralism to postwar neoclassicism. *History of Political Economy* (Annual Supplement), vol. 30, pp. 1-26, 1998.
- NOGUERÓL, L. P. F. Histórias Econômicas de Economistas – Cliometria e Nova Economia Institucional. *Locus: Revista de História* (UFJF), vol. 14, n.º 1, pp. 91-112, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31573/21030>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- NOGUERÓL, L. P. F. Metrôpoles diversas e colônias semelhantes – uma análise crítica da hipótese das transferências institucionais entre metrôpoles e colônias. *Nova Economia*, vol. 26, n.º 2, pp. 465-90, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/neco/v26n2/1980-5381-neco-26-02-00465.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance: political economy of institutions*

- and decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. Economic performance through time. *The American Economic Review*, vol. 84, n.º 3, pp. 359-68, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2118057?seq=1>>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- NORTH, D. C. Institutions and the performance of economies over time. In: MENARD, C. & SHIRLEY, M. *Handbook of New Institutional Economics*. Dordrecht: Springer, 2005, pp. 21-30.
- OLSON, M. *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- PEREIRA, A. J. & NOGUERÓL, L. P. F. A transição para o trabalho livre no Brasil – hipóteses a partir da Nova Economia Institucional. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 19, n.º 2, 2016, pp. 265-94. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/386>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- PESAVENTO, F. *Um pouco antes da corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.
- PESAVENTO, F. & MONTEIRO, S. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro – 1750-1800. *XXXIV Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- PETERSEN, S. R. F. & LOVATO, B. H. *Introdução ao estudo da história: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.
- PIJNING, E. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, n.º 42, 2001, pp.

- 397-414. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a07v2142.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018.
- PIJNING, E. Sources and Historiography: conceptualizations of contraband trade in colonial Brazil. *América Latina en la Historia Económica*, n.º 24, jul.-dez. 2005, pp. 66-85.
- PRADO, F. P. Addicted to Smuggling: contraband trade in eighteenth-century Brazil and Rio de la Plata. In: ROSENMÜLLER, C. (ed.). *Corruption in the Iberian Empires: Greed, Custom and Colonial Networks*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2017, pp. 197-214.
- RUTHERFORD, M. *Institutions in economics: the old and the new institutionalism*. Cambridge University Press, 1996.
- SANTOS, M. P. dos & GODOY, A. M. G Desenvolvimento econômico na visão da economia institucional. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, vol. 16, n.º 31, 2017, pp. 66-84. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/66/12045>>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- SCHWARTZ, S. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHIKIDA, C. Em busca do Leviatã Pombalino: apontamentos iniciais para as evidências do rentseeking no sistema colonial português na era Pombalina. *Ibmec MG Working Paper*, n.º WP37, 2006.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 [1776].
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].
- WILLIAMSON, O. *Markets and Hierarchies: analysis and antitrust implications: a study in the economics of internal organization*. New York: Free Press, 1975.

3

A História do Pensamento Econômico no centro e na periferia: abordagens, perspectivas e possibilidades de pesquisas

*Marcos Taroco Resende*¹

A História do Pensamento Econômico (HPE), de forma sucinta, tem como tarefa primordial entender e explicar as ideias econômicas do passado e suas mudanças. Em um primeiro instante, pode parecer algo simples, olhar para o passado e mostrar as ideias econômicas e traçar sua “evolução”. Entretanto, dizer que o historiador do pensamento econômico olha para o passado é muito genérico, pois ele pode fazer isso procedendo de várias

¹ Meus agradecimentos ao professor Luiz Fernando Saraiva pelo convite de contribuir com este capítulo. Agradeço ainda aos professores Carlos Eduardo Suprinyak, Roberto Pereira Silva e Thiago Gambi, pelas críticas e sugestões, que contribuíram para uma versão mais aperfeiçoada do texto.

maneiras, aplicando diferentes metodologias e enfrentando diferentes desafios, dilemas e problemas. Nesse sentido, o objetivo do capítulo é familiarizar os estudantes de graduação e pós-graduação, não só da Economia, como da História e das outras Ciências Sociais, com discussões e reflexões metodológicas relacionadas aos estilos e às possibilidades de pesquisa em HPE, tanto em nível internacional quanto regional, na América Latina. A motivação que levou à escrita desse capítulo foi que, a despeito da sua relevância metodológica, as discussões aqui apresentadas raramente encontram tempo e espaço no ensino, mesmo nas disciplinas específicas de HPE em faculdades e escolas de Economia. A abordagem empregada, inspirada por fins didáticos, concentra-se em uma parte dos trabalhos relevantes que tocam ou ilustram as discussões metodológicas que são objeto do capítulo, de modo a criar uma base para futuros aprofundamentos dos interessados na área.

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO COMO CAMPO E SUBDISCIPLINA

Uma dimensão importante das discussões atuais de HPE é a sua posição institucional. Por isso, nesta seção mostramos um pouco da trajetória histórica e o cenário da HPE no âmbito internacional, estabelecendo alguns contrastes importantes com a América Latina. Esclarecemos que os termos “área” ou “campo” são usados para designar a HPE como uma forma de estudo e pesquisa em geral e a palavra “subdisciplina” para referir-se especificamente ao seu processo de profissionalização a partir da década de 1960.

Goodwin (2008) divide HPE em cinco períodos. O primeiro reside no Iluminismo do século XVIII, no qual a HPE, tal como utilizada pelos fisiocratas e por Adam Smith, foi usada mais como “retórica”, no sentido de que utilizavam os autores mais antigos para criticá-los ou para reafirmar suas “descobertas”. No segundo período, os autores da Economia Política Clássica no século XIX — James Mill, Nassau Senior, Robert Torrens, James Ramsay McCulloch — utilizaram a HPE como “cartografia”, isto é, para decidir quais ideias econômicas do passado eram as contribuições dignas de serem incorporadas ao cânone da literatura, com seus signos de progresso científico. O terceiro período se estende de 1870 até as primeiras duas décadas do início do século XX, em que os autores marginalistas teriam concebido a HPE como “revisão de literatura”, emulando o paradigma científico das ciências naturais, a exemplo da Física, para decidir quais ideias fariam mais sentido à luz do estado da arte da época.

No século XX, o campo passou por importantes mudanças. O quarto período, entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1960, é considerada a “era dourada” da HPE, na qual uma série de economistas de diferentes orientações metodológicas — para citar alguns, tais como Joseph Schumpeter, Frank Knight, Wesley Mitchell, Jacob Viner, Lionel Robbins, Gunnar Myrdal, John Maynard Keynes, John Commons, George Stigler — levaram a sério a área como uma ótica analítica para entender os problemas econômicos. Em outras palavras, a HPE se tornou outra abordagem analítica, legítima, prestigiada e incorporada ao centro da profissão, ocupando espaço nas principais revistas de Economia do mundo. Já o quinto período, é periodizado mais nitidamente a partir dos anos 1970, quando o campo perdeu o prestígio acumulado e

se tornou crescentemente marginalizado dos principais centros de pós-graduação, revistas e departamentos de Economia do mundo (Goodwin, 2008).

Conforme esclarecem Suprinyak & Cunha (2019), uma vez que a história do pensamento econômico foi deslocada do *mainstream* da profissão, em razão da crescente formação técnica e proliferação de subdisciplinas em Economia que tinham vantagens na obtenção do financiamento para pesquisa, a área foi “[...] sendo gradualmente extinta ou deslocada para junto de outras comunidades disciplinares” (Suprinyak & Cunha, 2019, p. 29). Embora tenha perdido seu prestígio em relação aos departamentos de Economia, a HPE passou por importantes transformações institucionais nos Estados Unidos e na Europa. Como resposta ao contexto de marginalização, a HPE iniciou um processo de profissionalização, tornando-se uma subdisciplina específica da Economia, com sua própria infraestrutura, seus próprios periódicos e associações (Goodwin, 2008).

De forma defensiva, novos veículos e espaços de divulgação e reflexão das pesquisas da área surgiram, atraindo mais interessados. Em 1974, foi criada uma das associações importantes da área, a *History of Economics Society* (HES). Outra associação de suma importância é a *The European Society for the History of Economic Thought* (ESHET), criada em Frankfurt (Alemanha) em 1995. Há outras relevantes associações nacionais de HPE, das quais destacamos a *Japanese Society for the History of Economic Thought*, fundada em 1950. Em 1969, foi criada a revista mais prestigiada da área, a *History of Political Economy* (HOPE). O *Journal of the History of Economic Thought* (JHET), fundado em 1979, mas publicado com esse nome desde 1990, e o *European*

Journal of History of Economic Thought (EJHET), criado em 1993, formam as principais revistas dedicadas exclusivamente para a HPE (Goodwin, 2008). Edwards (2020) ainda acrescenta nesse seleto grupo a *History of Economic Ideas* (HEI), publicada desde 1993. Outras revistas especializadas importantes são *a Research in the History of Economic Thought and Methodology*, *History of Economics Review* e, finalmente, a *History of Economic Thought and Policy* (Blaug, 2001; Suprinyak & Cunha, 2019).

Vale ressaltar que a posição atual e o prestígio da HPE na América Latina em geral, e no Brasil em particular, são privilegiados institucionalmente em vários sentidos. Em um dos únicos balanços da área no Brasil, Suprinyak & Cunha (2019) atestam isso em um artigo publicado no livro *História do Pensamento Econômico Brasileiro: pensamento econômico brasileiro*, cuja organização geral se deu pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). O detalhamento, nesse caso, foi importante, pois a publicação de um livro de HPE por uma associação de história econômica, para um observador estrangeiro que não conhece a realidade brasileira, poderia ser surpreendente.

Como sinalizado pelos autores no capítulo, a posição institucional privilegiada da HPE na América Latina se relaciona “[...] à importância conquistada na região por abordagens teóricas autóctones, que pretendiam colocar em evidência as limitações da teoria econômica dita ortodoxa quando aplicada à realidade latino-americana” (Suprinyak & Cunha, 2019, p. 30). Institucionalmente, a área já deu passos importantes, como a criação em 2015 da Associação Latino-Americana de História do Pensamento Econômico (ALAHPE). Para os autores, uma

característica fundamental no Brasil é o pluralismo e a diversidade encarnados no processo de profissionalização da Economia como disciplina acadêmica. Evidências disso levantadas pelos autores são a aceitação de artigos de HPE em revistas generalistas, revistas internacionais da área com alto ranqueamento no Qualis/CAPES e os espaços estabelecidos nos eventos das principais associações de Economia do país, tais como a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e, por fim, a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE:
HPE PARA ECONOMISTAS, COMO HISTÓRIA
INTELLECTUAL OU HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS?

Nosso ponto inicial para compreender a relevância da HPE e seus diferentes estilos de pesquisa é resgatar problematizações que vem angustiando vários historiadores do pensamento econômico desde a década de 1960 sobre os rumos que a área deveria tomar levando em conta a natureza de seu objeto e os aspectos institucionais. Analisamos nesta seção três abordagens mais comuns, que denominamos respectivamente “HPE para economistas”, “HPE como história intelectual” e “HPE como história das ciências”. Essas abordagens, informadas principalmente pelo contexto que se instalou na HPE no cenário internacional a partir dos anos 1970, são relevantes e até hoje condicionam as formas de se fazer pesquisa na área. Mais adiante, nos voltamos às especificidades da

HPE e seus estilos na América Latina e no Brasil, que, por sua vez, também suscitam outro conjunto de questões relevantes próprias, que serão discutidas na quinta seção, quando também destacamos sua fase de renovação das últimas décadas.

*História do pensamento econômico
para economistas*

Kenneth Boulding (1971), ex-professor das universidades de Michigan e do Colorado (Estados Unidos), elaborou uma perspectiva influente, de que as ideias dos economistas do passado são fundamentais e devem ser estudadas, não só para entendê-los em seus contextos, mas a fim de subsidiar a compreensão dos problemas econômicos do presente. O autor tem uma posição mediadora entre aqueles que exaltam a primazia científica das grandes descobertas e realizações do passado, representado pelo clássico *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1983) a outra que concebe que a literatura econômica do presente é, por excelência, a cristalização do estoque acumulado de conhecimento e de técnicas estatísticas, utilizando como exemplo o livro-texto *Fundamentos da Análise Econômica*, de Paul Samuelson (1983).

Essa posição do autor se dá pela utilização de duas ideias centrais: “ombros de gigantes” e “Princípio do Presente Estendido”. Por meio da primeira, argumenta que, de fato, o conhecimento econômico se acumula, porque houve “gigantes” — grandes economistas que fizeram grandes obras, as quais se tornam “ombros” para a futuras gerações. Isso não implica em uma percepção cumulativa e de progresso do conhecimento econômico, segundo a qual a leitura dos clássicos pode ser relegada.

Pelo presente estendido Boulding entende que um texto publicado por um autor em determinado momento do tempo não se limita a esse tempo, tendo importância e influência posterior, pela comunicação que estabelece com outros autores. A relevância do Princípio do Presente Estendido varia com a área, sendo extremamente importante na Economia e nas Ciências Sociais em geral. Essa atitude teórica e historiográfica de se pensar a HPE como útil ao conhecimento econômico atual carrega consigo uma determinada concepção de teoria econômica, que Arida ([1983] 2003) chama de modelo *soft science*. A teoria econômica nesse modelo é tomada como fundamentalmente intrínseca à própria história, e por isso, a HPE se torna teoria, com o intuito de se resgatar as ideias econômicas do passado, fundindo-as e recombina-das, para formular teorias e políticas sobre a economia do presente. E isso é possível porque nessa concepção as controvérsias do passado não podem ser resolvidas conclusivamente, mesmo com a aplicação sistemática de testes empíricos.

Outra voz ativa na defesa da utilidade da HPE para os economistas foi Mark Blaug, ex-professor de Economia da Universidade de Yale e do *London Institute of Education*. Em seu *Economic Theory in Retrospect* (1962 [1985]) o autor foca estritamente na análise das teorias econômicas do passado sob as lentes da “teoria econômica moderna”, isto é, privilegiando aspectos de coerência e lógica interna e estrutura analítica e seu falseamento na realidade, abordagem a qual denomina de “absolutismo”. Essa abordagem é escolhida em detrimento de outra, que enfoca nos contextos intelectuais mais amplos, aspectos sociais, influências políticas e filosóficas, instituições e as próprias vidas dos economistas, atitude historiográfica

que chama de “relativismo”. Blaug possui uma visão de ciência baseada no falsificacionismo,² embora aponte os diversos problemas da correspondência das características da teoria econômica neoclássica, altamente formalizada e abstrata, com os critérios de teste empírico típicos dessa concepção de ciência.

Essa visão está atrelada a outro modelo da teoria econômica, da tipologia de Arida ([1983] 2003), a *hard science*. Nesse modelo, a teoria econômica se associa a noção de fronteira do conhecimento, o que implica que

2 O falsificacionismo é uma concepção da ciência, e do método científico, cujo maior representante é o filósofo austríaco Karl Popper. Em seu livro intitulado *A Lógica da Pesquisa Científica* ([1935] 1993), Popper propõe que a teoria não parte de observações e tampouco pode ser verificada com um número grande de experimentos e resultados favoráveis (como afirmavam os indutivistas). Ao contrário, o “critério de demarcação” fundamental do progresso científico para o autor é a tentativa de falseamento empírico de uma hipótese. A ciência progride por tentativa e erro, pois a rejeição de uma hipótese leva a formulação de uma nova, que novamente é testada contra as observações (Popper, [1935] 1993). Essa visão foi questionada e desafiada de forma contundente por outra visão igualmente influente entre os filósofos da ciência, a do físico e filósofo da ciência estadunidense, Thomas Kuhn, com seu célebre *Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado em 1962. A inovação da análise do autor foi conceber a ciência como uma atividade eminentemente histórica e também uma perspectiva sociológica, em que a ciência é fruto das regras, assimetrias de poder e instituições no interior de determinada comunidade científica (Kuhn, 1962 [1982]). Desenvolvendo uma série de novos conceitos, como revoluções científicas, paradigmas, ciência normal e anomalias, o autor entende que o avanço científico se dá por revoluções, e dependem, sobretudo, de uma convenção (escolha) da comunidade científica, do que propriamente de testes empíricos de hipóteses que não foram falsificadas. As ideias de Kuhn são fundamentais para desenvolvimentos que vão impactar a HPE a partir da década de 1990, que é discutida na seção “HPE como história das ciências”.

os estudantes em formação não precisam de maneira alguma voltar aos clássicos para entender a economia do presente. Bastaria ler os últimos artigos e manuais publicados na área nos últimos cinco anos, pois pretensamente todo o conhecimento econômico “verdadeiro” dos séculos passados, produtos dos debates de cada época, estaria ali acumulado e cristalizado, e o que se provou falso, não estaria. Nessa concepção ocorre o que o autor chama de “superação positiva”. Na teoria econômica como *hard science*, o lugar da HPE assume a forma de “história das ideias”, que desperta curiosidade e paixões, mas não é capaz de informar nada para as formulações teóricas e analíticas recentes dos economistas. E se é assim, a existência da fronteira do conhecimento econômico relega à HPE uma função de identificar erros de outras teorias do passado, bem como antecipações, tudo à luz do atual estado da teoria econômica.

Essa concepção do lugar da HPE é derivada do livro mais conhecido e influente da área, o *História da Análise Econômica*, de Joseph Schumpeter. O autor distingue a “história da análise econômica”, seu objeto, em que ele estuda o desenvolvimento interno da teoria econômica em seu plano analítico e de suas ferramentas, da “história dos sistemas de economia política” e da “história do pensamento econômico”. Para o autor, a história dos sistemas de economia política seria “a exposição de um conjunto compreensivo de políticas econômicas que seu autor advoga com base em certos princípios unificadores, como princípios como «liberalismo», socialismo, etc.” (Schumpeter, 1954 [1986], p. 36). De outro lado, o pensamento econômico seria algo mais popular e generalizado, isto é, “[...] a soma total de todas as opiniões e desejos relativos a assuntos econômicos, especialmente

no que diz respeito às políticas públicas relativas a esses assuntos que, em determinado momento e lugar, flutuam na mente do público” (p. 36). Portanto, os sistemas de economia política estariam ligados à formulação e implementação das políticas econômicas, enquanto o “pensamento econômico” é percebido como as ideias do cotidiano. O importante para o autor foi retirar a ideologia da “análise econômica”, pois assim é possível efetivamente falar em progresso científico, o que dá base, em certa medida, para o “absolutismo” de Mark Blaug.

A clivagem e a posição de Mark Blaug assumem um tom mais brando e reflexivo em outro artigo, no qual discute dois estilos historiográficos, “reconstruções históricas” e “reconstruções racionais”, concebendo-as como maneiras perfeitamente legítimas de se fazer HPE (Blaug, 1990). Já em seu *No History of Ideas, Please! We are economists* — Blaug (2001) — há uma diferença importante em sua argumentação. O autor enfatiza que chegou à conclusão de que somente a abordagem da reconstrução histórica respeita integralmente a natureza da HPE. Mesmo estudando os contextos intelectuais e sociais de produção do conhecimento dos antigos economistas, a HPE seria fundamental na tarefa de contribuir para a compreensão da Economia do presente e as limitações da teoria econômica disponível, que não é mais concebida com todo entusiasmo da sua primeira obra.

Subjacente a essa conclusão do autor está a ideia, que é mais desenvolvida por Heinz Kurz (2006), professor de Economia da Universidade de Graz (Áustria), de que a Economia não é um “mercado de ideias” perfeitamente eficiente, em que as melhores ideias são selecionadas e incorporadas no estado da arte do presente, o que implicaria que economistas poderiam ignorar a HPE. Kurz

(2006), assim como Boulding (1971) entendem a teoria econômica na forma *soft science*, na qual a HPE se torna essencial na formulação da própria teoria econômica, por meio da preservação de ideias importantes, que podem ser retomadas pelos economistas heterodoxos, para se inserirem no debate econômico atual.

Essa posição de defesa da importância da HPE para os economistas tem se renovado e se reciclado nas últimas décadas, em um contexto de fortalecimento relativo de propostas alternativas, que serão discutidas proxima-mente. Ivan Moscati (2008), professor de Economia da Universidade de Insubria (Itália), argumenta que a HPE deve manter fortes laços teóricos e institucionais com a Economia, propondo que os historiadores do pensamento econômico estejam cada vez mais treinados e se dediquem à economia neoclássica, como estratégia para chamar a atenção dos economistas e das principais revistas da área, assim como para propósitos de ensino para os alunos de Economia e melhor inserção em eventos e discussões nos departamentos dessa área.

Mais recentemente, Hans-Michael Trautwein, professor de Economia da Universidade de Oldenburg (Alemanha), e ex-presidente da *European Society for the History of Economic Thought* (ESHET) – 2016-2018, enalteceu as capacidades analíticas dos historiadores do pensamento econômico em serem “os últimos generalistas”, por possuírem habilidades únicas em relação ao restante da profissão, e a importância da área se dá justamente em virtude de sua capacidade de reduzir os custos da fragmentação da Economia (Trautwein, 2017). Similarmente, André Lapidus, professor de Economia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne e ex-presidente da ESHET, entre 2018 e 2021, inspirado nas reflexões

de Mark Blaug, propõe uma nova tipologia, salientando a viabilidade do que chama de “abordagem intensiva” da HPE. A “abordagem intensiva” considera que as ideias são importantes nos seus próprios contextos (como nas reconstruções históricas), mas ainda assim, podem auxiliar e criar novas visões sobre o presente, contribuindo para avançar o conhecimento (como nas reconstruções analíticas) (Lapidus, 2019).

Em suma, na “HPE para economistas”, a área é vista como útil ou para entender a evolução das ideias que desembocaram na atual fronteira do conhecimento, a partir da noção de uma teoria econômica *hard science* (Blaug [1962] 1985; 1990) ou por meio de uma concepção *soft science* da teoria econômica, em que HPE possui um papel na formulação da teoria econômica (Boulding, 1971; Kurz, 2006; Blaug, 2001) por uma postura de crítica a seu estado corrente (Blaug, 2001) ou na ênfase dada à importância da associação entre HPE e heterodoxia (Kurz, 2006). Há ainda aqueles, que mesmo possuindo algum grau de crítica à teoria neoclássica, enfatizam, pragmaticamente que a HPE deve se reafirmar na Economia por meio do estreitamento de relações com a teoria neoclássica, afluindo suas vantagens pedagógicas (Moscati, 2008; Trautwein, 2017; Lapidus, 2019).

HPE como história intelectual

O leitor, desconsertado com título da seção, pode se perguntar: ora, mas não é claro que a HPE é uma história intelectual? As palavras “pensamento econômico”, “intelectual” e “ideias” podem gerar confusão, levando a uma resposta afirmativa a priori equivocada, uma vez

que a história intelectual se desenvolveu na disciplina histórica, e a HPE na Economia

Como é exposto por Falcon (1997), a história intelectual é um campo de difícil definição estrita, pois a história das ideias ou ainda a história intelectual não são a mesma coisa, possuindo ainda variações nos seus significados e diferentes correntes ao longo de pelo menos três séculos na disciplina histórica. Por exemplo, quando Arida ([1983] 2003) diz que na concepção da teoria econômica como *hard science*, a HPE assume a forma de história das ideias, na verdade, está se referindo à “história da análise econômica”, para usar a terminologia de Schumpeter ([1954] 1986), em que a HPE se foca essencialmente no desenvolvimento e progresso interno da teoria econômica, sem dar a devida importância ao contexto histórico, como ocorre nas “reconstruções racionais”, adotando a tipologia de Blaug.

O que chamamos de “HPE como história intelectual” é justamente o oposto, pois demarca uma posição defendida por muitos historiadores do pensamento econômico que a HPE deveria se aproximar paulatinamente dos métodos e abordagens da História Intelectual, seja na sua versão da “Escola de Cambridge”, com Quentin Skinner e John Pocock, seja na história dos conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*) de Reinhart Koselleck, valorizando os contextos históricos em que determinada teoria econômica foi desenvolvida e que seu autor viveu.

Um dos maiores advogados da aproximação entre a HPE e a história intelectual foi Donald Winch, economista e ex-professor das universidades de Berkeley (Estados Unidos), Edinburgh (Escócia) e Sussex (Inglaterra). Dentro do “guarda-chuva” da história intelectual, a maior influência de Winch era a da chamada Escola de

Cambridge, com Quentin Skinner, John Pocock e outros, focando na história do pensamento político moderno. Uma ideia básica dessa corrente historiográfica é que o significado pleno de um texto passa pela descoberta do que o autor realmente disse ou pretendia dizer, isto é, realiza-se a busca por “discursos” e “intenções”, que são inerentemente atrelados à ação e aos objetivos dos autores analisados, nos próprios contextos históricos e convenções linguísticas da época estudada (Richter, 1990; Falcon, 1997).

Na década de 1960, Winch (1962) propôs que a HPE deveria se distanciar da profissão dos economistas, estabelecendo que, na verdade, o ambiente político, filosófico, os ambientes históricos e institucionais também reverberam na produção do conhecimento econômico, o que, segundo ele, ocupava escassa preocupação dos historiadores do pensamento econômico da época. Warren Samuels (1974), ex-professor de Economia da Universidade Estadual de Michigan, embora não vá tão longe a ponto de sugerir o afastamento da HPE da Economia, como Donald Winch, defendeu que a HPE aflore sua característica intrínseca de um “ramo da história intelectual”.

Em um mesmo sentido, cinco décadas depois, em 2015, o autor reafirmou a direção rumo à história intelectual, criticando enfaticamente um estilo insular que chamou de “visão ortodoxa de história do pensamento econômico” (Winch, 2016, p. 117). Tal visão, muito influenciada por grandes economistas que fizeram HPE na “era dourada” da área, consistiria em apreender textos dos economistas do passado submetido a uma prática historiográfica conhecida como *Whig history*, que valoriza o progresso da ciência, muitas vezes de forma triunfalista, como autores do passado erraram, “acertaram”

e “anteciparam” ideias atuais. O que Donald Winch defendeu novamente é que levar em conta esta abordagem mais ampla dos fatores políticos e sociais do contexto de produção intelectual é essencial para compreender determinado autor e suas ideias econômicas.

Outro expoente propositor dessa perspectiva é Keith Tribe, professor do Instituto de História e Arqueologia da Universidade de Tartu (Estônia) e ex-professor de Economia da Universidade de Birmingham (Inglaterra). Diferentemente de Donald Winch, a abordagem do autor é, em parte, alinhada à história dos conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*), uma das variadas formas de se fazer história intelectual. Essa tradição historiográfica alemã, surgida no pós-guerra, é de forma geral associada com Reinhart Koselleck, e ao projeto de um dicionário de conceitos políticos e sociais, o *Geschichtliche Grundbegriffe* (GG), que foi publicado em nove volumes entre 1972 e 1997. Focando nas transformações da Alemanha no século XVIII e início do XIX, a proposição básica subjacente a esse projeto é que os conceitos são construções intelectuais que refletem rápidas mudanças ocorridas na sociedade e no pensamento político (Richter, 1990; Tribe, 2016). Apesar de influenciado pela história dos conceitos, Keith Tribe ainda bebe de diversas outras correntes historiográficas de história intelectual em suas pesquisas.

Um dos livros mais explícitos da abordagem de Keith Tribe é *The Economy of the Word: Language, History, and Economics*, publicado em 2015. Nesse livro, o autor argumenta que os historiadores do pensamento econômico devem prestar enorme atenção ao que chama de “economia da palavra”, isto é, ao uso da linguagem que, em última instância, constitui o objeto da HPE. Sumarizando sua abordagem, “ao estudar Economia, nós deveríamos

prestar atenção à linguagem da economia. Afinal, a «história do pensamento econômico» é de fato a história da linguagem econômica” (Tribe, 2015, p. 297, tradução nossa)”. Esse tipo de abordagem do autor toma um dado texto não só como um objeto material, mas também como passível de ser submetido à uma análise linguística e histórica. Essa análise linguística enfatiza aspectos como a organização interna do texto, os significados dos conceitos que são condicionados social e historicamente, as apropriações dos significados dos textos pela maneira como determinado texto foi recebido e lido em diferentes épocas, e sua influência na consolidação de determinado “significado”.

Em seu recente manual de HPE, escrito juntamente com Roger Backhouse, adota-se a perspectiva de uma história intelectual mais ampla. Conforme os autores: “é histórico não somente por lidar com ideias e políticas do passado, mas procurando colocar e entendê-las em seu próprio contexto histórico” (Backhouse & Tribe, 2018, n.p, tradução nossa). Isso pode ser ilustrado pela abordagem de não focar somente em textos canônicos dos economistas, para buscar correspondências entre noções e conceitos antigos com os da teoria econômica moderna, como ocorreu nas reconstruções racionais. Isso ilustra bem a preocupação dos autores defensores da HPE como história intelectual com a exploração dos contextos históricos, e entender as ideias dos economistas, como partes indissociáveis desses contextos.

HPE como história das ciências

Outra proposta que vem ganhando um espaço relativo dentro da história do pensamento econômico desde

os anos 1990 é a história das ciências. Embora, como a história intelectual, dê importância aos contextos de produção das ideias econômicas, a HPE como história das ciências ataca a questão de um ponto de vista analítico e metodológico diferente. O que chamamos de “HPE como história das ciências” foi forjada por uma geração de historiadores do pensamento econômico, tais como Margaret Schabas, Roy Weintraub, Phillip Mirowski, dentre outros e que ganhou notoriedade durante a década de 1990. Um dos textos fundadores dessa proposta foi o influente *Breaking Away: History of Economics as History of Science* (1992), de Margaret Schabas. Nele, a autora argumenta de forma bem direta que a HPE, ao se manter institucionalmente na Economia, estaria condicionada a perpetuar uma formação amadora — quando um grande economista se aposenta e se volta para o estudo da HPE, ou por outros acadêmicos sem qualificações profissionais específicas e um estilo mais associado com a *Whig history*.

Para contornar essa situação, a autora é taxativa: a HPE deveria criar laços estreitos com a história da ciência, temática e institucionalmente. Para isso, alguns caminhos apontados, como o afastamento da tradição da análise de textos dos grandes economistas e maior foco no olhar dos historiadores do pensamento econômico para temas como a profissionalização da Economia e dos economistas durante certo período, as instituições científicas e suas regras, as ligações e influências da Economia com outras ciências, como a Biologia, Química, Física etc. Essa posição da autora é reafirmada em Schabas (2002), estabelecendo que a proposta da HPE como história das ciências envolveria ainda a troca de nome da subdisciplina, *history of economics* (história da economia), em vez

de *history of economic thought* (história do pensamento econômico). Para Schabas, as ideias dos economistas devem ser colocadas em seus próprios contextos sociais e intelectuais e só isso já justifica e legitima a investigação histórica, sendo que a atitude de tentar encontrar utilidade para o presente, seria distorcer a própria história.

Outro grande entusiasta dessa proposta é E. Roy Weintraub, matemático e professor de Economia da Universidade de Duke (Estados Unidos). Em 1996, levantou a seguinte questão: O que define uma contribuição legítima para a subdisciplina “História da Economia”? De forma polêmica, Weintraub (1996) critica a tradição de se associar o historiador do pensamento econômico àquelas pessoas que citavam e analisavam historicamente as obras de grandes economistas, considerando que elas não são legítimas contribuições à subdisciplina. Subscritendo ao *Breaking Away* de Margaret Schabas (1992), o autor enfatiza que o trabalho na área deve ser julgado pelos padrões profissionais específicos da área histórica, como é para a história da matemática, a história da física ou da biologia, especificamente pela capacidade de encontrar e interpretar fontes primárias como evidências para a construção dos argumentos. O problema para ele é que os historiadores do pensamento econômico tendem a seguir os padrões profissionais e científicos dos economistas, que não são apropriados para a subdisciplina (Weintraub, 1996).

Weintraub (1999) enfatiza a utilidade dos chamados *Science Studies* ou *Science and Technology Studies* — um campo de estudos ocupados por sociólogos, filósofos da ciência etc. — em que a ciência é concebida como um produto da atividade humana, de forma concreta. Esses estudos visam entender o que “os cientistas

realmente fazem”. Adaptando para o caso da HPE, o que “economistas realmente fazem”. Para ser mais claro, essa proposta indica o estudo concreto dos cientistas na prática das suas atividades de pesquisa, enfatizando o papel das instituições acadêmicas e governamentais em que o conhecimento é produzido, as agências de financiamento à pesquisa, as inovações tecnológicas e os contextos que permitiram construções de modelos econômicos, a vida na comunidade profissional e suas redes de contato, o papel e a expansão dos economistas nos governos e em outras instituições da sociedade, a relação da Economia com outras ciências, como a Matemática e a Física etc. Nas palavras do autor em um *working paper*: “isso nos ajuda a entender o mundo diferente das práticas atuais dos economistas em um contexto que é invisível quando passamos de texto em texto” (Weintraub & Düppe, 2018, p. 12, tradução nossa). Essa foi uma prévia do livro organizado pelos autores, intitulado *A Contemporary Historiography of Economics*, que reflete sobre uma série de abordagens e métodos oriundos dos desenvolvimentos dos *science studies* desde a década de 1950 que podem ser utilmente utilizados na HPE (Düppe & Weintraub, 2018).

Essa proposta para a HPE, apesar de ganhar cada vez mais adeptos nas últimas décadas tem enfrentado reações importantes, que resistem a adotar tal estratégia institucional e intelectual. Por exemplo, Rebeca Gómez & Alexander Tobón (2009), respectivamente professores de Economia das Universidades de Lyon (França) e Antioquia (Colômbia), adotam um tom intenso de defesa da HPE, sugerindo que a *history of economic thought* e a *history of economics* (mais alinhado com a proposta da história das ciências) são subdisciplinas diferentes, pois

a primeira é destinada a economistas que se preocupam em contribuir os debates atuais. De uma forma também enfática em relação às críticas da abordagem da HPE como história das ciências, Moscati (2008) estabelece que por vezes há certas atitudes “imperialistas”, que tendem a considerar os *science studies* como a única forma legítima de se fazer HPE. Não menos importante, embora concorde com a relevância dos contextos sociais, políticos e culturais e pela necessidade da melhoria dos padrões historiográficos da subdisciplina, o autor aponta um problema nesses estudos: a escassa atenção aos próprios textos dos economistas, que não são tomados por si mesmos como objetos de investigação. Institucionalmente o autor também não enxerga a viabilidade dos benefícios de uma guinada aos *science studies*.

PESQUISAS EM HPE: ABORDAGENS, METODOLOGIAS E LIMITES

Uma primeira maneira de se fazer HPE, muito tradicional na área, é o que se chama de exegese textual. Por meio dela, o historiador do pensamento econômico busca o “verdadeiro” significado de um texto ou de um conjunto de textos dos grandes economistas do passado, tais como Adam Smith, David Ricardo, Joseph Schumpeter, John Maynard Keynes, dentre outros (Biddle, 2003; Marcuzzo, 2008). Dado a dificuldade da tarefa, existem vários significados em disputa, e por isso, a exegese incorpora ao longo do tempo pesquisas que visam reinterpretar os textos clássicos (Suprinyak & Cunha, 2019).

Não há uma única forma de fazer uma exegese textual e ela pode ser feita para atingir diferentes objetivos,

a depender do objeto e do problema de pesquisa. Se houver inconsistências em um mesmo texto, como entender o “verdadeiro significado”? Em um texto clássico sobre essa questão interpretativa, George Stigler (1965) diferenciou, de um lado, o “princípio da exegese científica” e, de outro, o “princípio da exegese pessoal”. O princípio da exegese científica informa que o texto deve ser interpretado a partir da sua comprovação com as conclusões analíticas mais gerais do autor. Já o princípio da exegese pessoal centraria na busca do que o autor “realmente acreditava”, dado seu estilo. O primeiro seria o critério fundamental e relevante, e que para Stigler fazia mais sentido, se o intérprete do texto quer verificar as inconsistências à luz do progresso científico e da análise da Economia moderna, e não por uma escolha da “citação preferida”, a qual não instruiria nada para o progresso da ciência econômica.

Embora as fontes primárias fundamentais para as exegeses textuais sejam os próprios textos publicados pelo autor em questão, conforme Biddle (2003), nas últimas décadas, os historiadores do pensamento econômico têm mobilizado outras fontes arquivísticas, como cartas e biografias, para esclarecer pontos de inconsistências na obra analisada. Isso é mais claro se levarmos em consideração o uso para aquilo que Stigler denominou de “exegese pessoal”. As fontes primárias são enfatizadas pelos proponentes da HPE como história intelectual ou história das ciências, ainda que não exclusivamente e não somente, pois mobiliza-se também fontes secundárias.

Outro estilo muito utilizado em HPE é o da reconstrução racional, como já discutimos. Blaug (1990) define as reconstruções racionais como o olhar para o passado a partir dos “nossos próprios termos” do presente, buscando os erros e os acertos, estabelecendo as contribuições

teóricas dos economistas. Em um mesmo sentido, Maria Cristina Marcuzzo (2008), professora da Universidade de Roma, entende a reconstrução racional como uma atitude de olhar as ideias dos economistas para a compreensão dos problemas “contemporâneos ou da análise econômica moderna” (p. 109). A reconstrução racional se distingue da exegese textual pela “[...] tradução das ideias do passado em conceitos reconhecíveis aos olhos modernos, vestindo-os com ferramentas modernas” (Marcuzzo, 2008, p. 110, tradução nossa), até mesmo em uma linguagem matematizada e formalizada da teoria econômica, principalmente se for feita em autores antes da consolidação do paradigma neoclássico em meados do século XX (Mirowski & Hands, 1998). As reconstruções racionais são diferentes da exegese textual, de buscar o “real” significado dos textos, teorias e ideias dos economistas no passado.

O estilo historiográfico da reconstrução racional apresenta um viés presentista, tal como estabelecemos na seção anterior sobre a “HPE para economistas”. Vale lembrar que essa posição pode ser associada a uma posição de *Whig history* de progresso científico, ou ainda se alinhar com escolas de pensamento econômico consideradas “heterodoxas”. Marcuzzo (2008) reforça essa possibilidade e enfatiza que a primeira posição visa “julgar o passado”, enquanto a segunda “busca alternativas no passado”, dado o estado corrente do conhecimento econômico. Todavia, para Ana Maria Bianchi (2018), as reconstruções racionais, ao focar em como as ideias e os conceitos se alteraram ao longo do tempo, e apropriá-los em termos modernos, são legítimas, porém, no limite, não é necessário a HPE para isso. Como exemplo, a autora cita que a área de Economia Regional desenvolveu

uma série de técnicas de verificação empírica daqueles setores produtivos que remetem aos conceitos de encaideamentos para frente e para trás de Albert Hirschman.

Em terceiro lugar, destaca-se as reconstruções históricas. Há historiadores do pensamento econômico que defendem que as reconstruções históricas, ao fazer a historicização das ideias econômicas, isto é colocar as ideias no seu tempo, lugar e contexto, sem a primazia da preocupação com o presente, respeitam mais a natureza das ideias econômicas e da disciplina de HPE (Blaug, 1990; Marcuzzo, 2008; Bianchi, 2018).

Segundo Blaug (1990), genericamente, as reconstruções históricas são uma maneira de conceber as ideias e teorias econômicas a partir de “seus próprios termos” e em seu contexto. Esse é um bom ponto de partida, pois conforme Marcuzzo (2008), a ascensão desse estilo de se fazer HPE firmou e contribuiu para a autonomia da subdisciplina, situando-a com mais vigor na investigação do “passado”. Para isso, o processo de ganho de um peso relativo por parte das reconstruções históricas foi associado à exploração de novas fontes primárias e acesso a arquivos, visando entender os contextos nos quais as ideias foram produzidas e empregadas, os fatos, os lugares e as circunstâncias intelectuais que rondavam a produção do conhecimento econômico, bem como suas relações com as ideias políticas e filosóficas de seu tempo que podem ter influenciado as ideias de determinado economista (Marcuzzo, 2008).

É preciso ter em conta que ambas as propostas da HPE como história intelectual e como história das ciências são formas de se fazer reconstruções históricas, no entanto, com objetivos e abordagens metodológicas diferentes. De um lado, a abordagem da HPE como história

intelectual enfatiza a importância da historicização das ideias econômicas como produto de um contexto específico, realçando as ligações com ideias mais amplas, políticas, sociais e culturais. De outro lado, a HPE como história das ciências, de forma geral, reconstitui o passado, contextualizando as práticas profissionais e científicas, e os aspectos sociológicos que subsidiam o processo de formação das ideias econômicas, salientando o papel das instituições acadêmicas e as regras de legitimação no interior da comunidade dos economistas. O uso de fontes primárias, como por exemplo, textos não publicados, entrevistas, biografias, documentos oficiais de instituições, publicações em jornais de circulação e manuais, em pesquisas de HPE tem crescido nos últimos anos, e não são exclusividade das reconstruções históricas, embora muito empregadas nessa modalidade de se fazer HPE.

As reconstruções históricas permitem realçar a importância dos estudos de HPE para o diálogo com a História e as outras Ciências Sociais, pois em um contexto de produção intelectual, as “ideias” tipicamente econômicas são relacionadas com outras dimensões da vida social, como os acontecimentos históricos que marcaram determinada época e seu contexto, a política, a social, a cultural etc. Na verdade, ao estudarmos os economistas nos seus próprios contextos, essa conjunção de dimensões, por vezes, pode não ser claramente distinguíveis, e reciprocamente, é possível observar os contextos históricos pelas lentes de um personagem, no caso da HPE, os economistas.

AS ESPECIFICIDADES DA HPE NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Suprinyak & Cunha (2019) diagnosticam que na América Latina as zonas entre a HPE e o debate econômico contemporâneo são cinzentas. Os autores identificam que a HPE praticada na região e no Brasil tende a focar nos “grandes economistas” sensíveis a temas latino-americanos, como os estruturalistas e outros autores latino-americanos, com especial interesse para a importância das ideias na contribuição para os debates atuais de desenvolvimento econômico. Conforme os autores, isso pode trazer problemas para a área, pois “quando os critérios dos economistas se sobrepõem aos critérios dos historiadores, abre-se a possibilidade de que o debate teórico seja informado por resultados de pesquisa que não atendem aos padrões mínimos de boa prática historiográfica” (p. 34).

Similarmente, Bianchi (2018) identifica vários desafios para a área na América Latina, à luz de sua experiência profissional. O primeiro desafio que a autora encontra é de atravessar os campos disciplinares, trazendo para a subdisciplina novas abordagens e métodos de outras áreas, como a Filosofia da Ciência, a Metodologia, a História Intelectual etc. Outro desafio é que as pesquisas devem-se atentar para os temas relevantes da região, mas nunca perder a universalidade da área, estando próximas a discussões teóricas e metodológicas presentes nos desenvolvimentos da comunidade internacional da área.

Embora relacionado com os dois anteriores, o desafio que mais nos interessa é o de “reconhecer que o passado é passado” (Bianchi, 2018). O ponto principal da

argumentação da autora sobre isso é que os “nossos autores favoritos” podem até contribuir para algum ponto de discussão contemporânea de problemas econômicos ou ainda inspirar proposição de políticas, porém, a investigação em HPE não deve se limitar a esse objetivo. Para ela, é necessário colocar os autores em seus contextos, ler seus textos e analisar criticamente os documentos, bem como se atentar aos contextos institucionais e sociais dos autores, entender com quais autores, movimentos intelectuais e ideias ele estava dialogando no passado, bem como a intenção ao produzir determinado texto. Portanto, a autora coloca em relevo a importância de se fazer reconstruções históricas, na forma, por exemplo, de uma história intelectual.

Se no cenário internacional a HPE atravessa uma crise institucional e de identidade aguda, contudo, mesmo com a existência de certos problemas e desafios que remontam aos próprios dilemas da área internacionalmente, na América Latina e no Brasil, a HPE vem se revitalizado e crescendo de forma importante, mesmo nos cursos de Economia e nas principais associações e revistas da área, tendo com a História Econômica um diálogo benéfico. A partir dos anos 2000, abriu-se uma nova fase de renovação importante na região, com a proliferação de pesquisas com novas propostas metodológicas e recortes interessantes. Isso nos leva a outra questão mais profunda: dos pontos de vistas teóricos e metodológicos, a HPE praticada na América Latina deve ser a mesma praticada no restante do mundo, como nos Estados Unidos e na Europa? De outra maneira, como as especificidades da América Latina impactam no estilo e na produção de pesquisas em HPE?

Cunha & Suprinyak (2017), ao analisar os movimentos intelectuais e políticos dos processos de emancipação dos países da América Latina na primeira metade do século XIX que são discutidos por vários autores no livro *The Political Economy of Latin American Independence*, tentam desconstruir a imagem que as ideias econômicas daquele contexto seriam somente reflexos do pensamento absorvidos do centro destituídos de originalidade e sem conteúdo teórico, e a única originalidade residiria apenas na segunda metade do século XX, com as ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Em oposição a essa visão, os autores destacam o complexo processo de recepção, assimilação e apropriação das ideias econômicas produzidas no exterior para um contexto histórico específico, alheio ao contexto e aos problemas que inspiraram a formulação das ideias recebidas. Na opinião dos autores, esse processo pode ser muito bem considerado “[...] como uma verdadeira Economia Política latino-americana [...] A Economia Política da Independência latino-americana tem tanto direito a reclamar originalidade doutrinária que qualquer uma das suas contrapartes mais prestigiosas” (Cunha & Suprinyak, 2017, p. 9).

Na abordagem propiciada pela a análise dos autores, adquire fundamental relevância a seletividade pela qual os autores latino-americanos se apropriam e adaptam ideias e teorias recebidas da Europa e dos Estados Unidos, para aplicá-los aos próprios contextos, o que por vezes significa uma concepção e um uso totalmente distintos daquele empregado no centro, dado os interesses e os propósitos daquele que se apropria. Dos vários exemplos problematizados pelos autores, destacamos três, a título de exemplificação, das tipologias de Economia Política

que os autores encontram no contexto investigado: liberalismo, nacionalismo e desenvolvimentismo.

Em relação ao liberalismo econômico no Brasil, José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, inspirado nas doutrinas de Adam Smith e Jean-Baptiste Say, defendeu que mesmo que o trabalho livre seja mais produtivo, nas condições específicas da produção agrícola do Brasil, era o trabalho escravo que mais se adequava. No que se refere ao nacionalismo, no Chile, Júlio Menadier (1823-1887), ao se apropriar das ideias econômicas do economista alemão Friedrich List, defendeu a proteção da agricultura, e não para advogar em favor da industrialização, como originalmente formulado. Por fim, os autores ressaltam que o conjunto de ideias e políticas econômicas conhecidas como desenvolvimentismo, cujas origens remontam o século XIX, em si mesmo, seria uma contribuição original da América Latina para o conhecimento econômico.

Essa maneira se enxergar a apropriação das ideias econômicas originadas no centro, que são adotadas, adaptadas e recriadas na periferia é a base de uma abordagem em HPE chamada de disseminação internacional das ideias econômicas, da qual o economista português José Luís Cardos é uma grande referência. Em seus trabalhos, Cardoso (2009; 2017), com especial interesse em Portugal, vem explorando diversos casos de disseminação do pensamento econômico, destacando a importância desses estudos em reclamar as histórias nacionais de um conhecimento econômico, que se pretende universal. Na perspectiva do autor, as histórias do pensamento econômico nacionais são complexas e se mostraram relevantes para um entendimento mais apurado da formação da

ciência econômica e a relevância desses conhecimentos para as realidades nacionais.

Respostas similares também podem ser encontradas para o caso do pensamento econômico brasileiro. Valias Neto (2018), em um trabalho rigoroso em busca de uma agenda para a pesquisa de HPE no Brasil, também aponta que a literatura recente sobre a difusão do pensamento econômico para as áreas periféricas é uma abordagem importante para entender a HPE em perspectivas nacionais. De um mesmo prisma analítico, Cosentino, Silva & Gambi (2019) problematizam e discutem a existência de uma história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Os autores se posicionam claramente contra a divisão estabelecida por Schumpeter entre a “história da análise econômica” e a “história do pensamento econômico”. Segundo a perspectiva adotada pelos autores, a divisão de Schumpeter ([1954] 1986) implica em uma HPE sem os pés na própria história, isto é, trata-se de uma HPE desistoricizada porque desconsidera que o pensamento econômico se dá em função do tempo e espaço.

O fundamento por trás dos autores é o questionamento da existência de uma teoria econômica universal de inspiração falsificacionista baseada na concepção de ciência de Popper ([1935] 1993), próxima às ciências exatas. Partindo de uma concepção diversa, da Economia como uma ciência social, em que existe uma multiplicidade de teorias econômicas, os autores assentam sua posição na afirmativa que “[...] Tal diversidade exige histórias do pensamento econômico plurais” (p. 72). O que os autores chamam a atenção é que seguindo a lógica estabelecida pela distinção de Schumpeter, não é possível falar em nacionalidades de pensamentos econômicos em distintos países, pois ele é, por definição, universal.

Se julgarmos o pensamento produzido por países periféricos (nesse caso, o Brasil) pelos critérios analíticos da teoria econômica tal como ela foi constituída historicamente no centro, não há que se falar em um pensamento econômico brasileiro, porque no Brasil não há formulações teóricas e analíticas pretensamente “puras”, isto é, uma “análise econômica” descolada das realidades históricas. Discordando dessa visão, Cosentino, Silva & Gambi (2019) argumentam que mesmo assimilando e adaptando ideias disseminadas internacionalmente, o pensamento econômico nacional pode apresentar originalidade, na forma de uma “adaptação original”.

Afinal, então, onde está localizado esse pensamento econômico brasileiro e quais suas características? Ganham importância nos critérios de definição dos alvos do pensamento econômico brasileiro tanto a questão da adaptação do conhecimento disseminado pelo centro para a periferia quanto as reflexões de autores de problemas específicos de seu próprio contexto, almejando resoluções de problemas econômicos nas instâncias administrativas, a exemplo dos debates de política econômica nos séculos XIX e XX. Em geral, essas pessoas eram professores de Direito, Engenharia, Comércio, membros das classes mais abastadas, políticos, no parlamento ou no governo, que tinham contato com as ideias econômicas transmitidas internacionalmente, adaptando-as de acordo com seus próprios interesses e para a implementação das políticas econômicas. Em suma, as proposições ensejadas pelos autores colocam em relevo a importância dos contextos históricos próprios das realidades específicas, as quais ao mesmo tempo são objeto e inspiram a produção de ideias econômicas.

Curty & Malta (2019) propõem a chamada “abordagem das controvérsias”, uma proposta metodológica de estudo e pesquisa em HPE, e como ponto de partida fundamental para compreender a HPEB, por meio dos debates econômicos de uma forma mais ampla. De inspiração marxista, apelando ao método dialético e ao materialismo histórico, a abordagem das controvérsias une o abstrato (a teoria) e o concreto — em seus elementos políticos, ideológicos, sociais e culturais — como partes dialeticamente ligadas na produção do pensamento econômico. As autoras são enfáticas em criticar a divisão de Schumpeter e daqueles que a adotam, pois inviabiliza, com base em critérios eurocêntricos, a existência de uma HPEB. E dentro dessa chave-analítica de se pensar o pensamento econômico brasileiro a partir de critérios calcados nas nossas especificidades históricas, é muito instigante a proposição das autoras incorporar os chamados “intérpretes do Brasil” como parte de uma HPEB. No mesmo espírito de alargar as possibilidades de escrita de uma HPEB, Saraiva (2019) chama a atenção que o editor anônimo da 1.^a edição de *Cultura e Opulência no Brasil: por suas drogas e minas*, de 1837, considera um livro útil a todos os interessados em economia política.

Um aspecto importante subjacente a estas discussões sobre especificidades da HPE no Brasil são as características específicas da Economia como disciplina acadêmica em relação à Europa e aos Estados Unidos. Ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, onde há larga tradição de séculos de Economias Políticas, cada uma condicionada historicamente por cada contexto nacional (Paula, Cerqueira & Albuquerque, 2007), e que adquire um caráter próprio de profissionalização no fim do século XIX com o marginalismo (Hodgson, 2001), no

Brasil, a primeira faculdade especificamente de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEARJ), foi criada em 1938. Essa faculdade seria incorporada em 1946, sob o nome de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), originando o primeiro curso de Economia do país (Scalercio & Almeida, 2012; Salomão, 2021). E é somente nas décadas de 1960 e 1970 que surgem as primeiras pós-graduações em Economia, originando a profissionalização da área (Loureiro, 1997).

Antes disso, existiam disciplinas de Economia integradas em outros cursos, como já dissemos. Isso é muito bem ilustrado pelos textos do professor João Antônio de Paula (2017; 2021), nos quais com sua usual erudição, nos brinda com um extenso e cuidadoso mapeamento das ideias econômicas de intelectuais portugueses e estrangeiros, viajantes, cronistas, missionários, jesuítas, homens de Estado, e outros habitantes do Brasil desde o século XVII. Com base nisso, o autor salienta que, portanto, existe um pensamento econômico do Brasil desde então. Para o autor uma característica fundamental desse pensamento é a importância das relações com a cultura e o pensamento em Portugal e as reflexões sobre as características da vida e da economia colonial. Ademais, o autor traça a trajetória dos diferentes espaços de discussão na sociedade, divulgação, tradução e ensino de textos de Economia Política, que nada mais é que a HPEB, que tem suas origens no início do século XIX, com a vinda da Corte para o Brasil, e a liberação da imprensa, a criação de bibliotecas, a criação de faculdades de Direito, Engenharia e Comércio que vinculavam temas de Economia Política. Afirmando a vitalidade e a necessidade de se

pensar o Brasil a partir de matrizes culturais próprias, João Antônio de Paula afirma que o pensamento econômico brasileiro, que é original, possui enorme relevância para a própria constituição do Brasil, porque reflete projetos nacionais.

Uma implicação fundamental das discussões apresentadas até agora nesta seção, que se afasta da “análise econômica” de Schumpeter ([1954] 1986), é que a formulação e a implementação das políticas econômicas se tornaram um recorte muito importante para a reconstituição da HPEB, pois nelas a teoria e a realidade estão imbricadas e inter-relacionadas, o que cria um fértil terreno para o diálogo entre a HPE e a História Econômica, atento às especificidades locais. Essa abordagem pode implicar em pesquisas interessantes no que concerne a novos recortes em busca de um pensamento econômico brasileiro. Tomando o Ministério da Fazenda como um locus privilegiado das ideias econômicas no Brasil, o livro *Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1989-1985)* é um exemplo frutífero de se pensar o pensamento econômico brasileiro (Salomão, 2021).

Para finalizarmos, apontamos que a própria história da Economia como disciplina acadêmica e profissão, pode ser adotada como uma agenda de pesquisa que proporciona recortes interessantes para novas pesquisas para a HPE latino-americana. Há diversos trabalhos recentes que incorporam, em diferentes graus, os aportes teóricos e metodológicos de áreas como a Sociologia e a Ciência Política para reconstituir a história do campo dos economistas na América Latina e no Brasil, em particular, desde suas instituições, regras sociais e de poder, influência na sociedade e no governo (Valdés, 1995; Loureiro,

1997; Biglaiser, 2009; Montecinos, 2009; Klüger, 2017; Fernández & Suprinyak, 2019; Suprinyak & Fernández, 2021; Resende, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo central estimular e familiarizar os estudantes de graduação e pós-graduação de Economia, de História e das Ciências Sociais em geral com reflexões metodológicas próprias da área de HPE. Buscamos apontar também que no cenário internacional, mesmo com a marginalização de forma notável em relação a área de Economia, a HPE vem apresentando sinais de renovação. Na América Latina em geral, e no Brasil, em particular, por causa de um maior pluralismo, a HPE ocupa uma posição institucional com maior prestígio relativo junto a Economia. Esse contraste não deve ser um impulso para nos acomodarmos. As diferentes posições sobre o futuro da HPE trazem desafios e questionamentos que repercutem nos estilos de pesquisa praticados, e devemos estar conscientes disso, em busca de métodos de pesquisa mais rigorosos. Na América Latina e no Brasil, a partir dos anos 2000, novos trabalhos começaram a tratar as especificidades teóricas e metodológicas de se pensar o pensamento econômico em países periféricos, o que abriu e vem abrindo espaço para múltiplos e diversificados recortes.

Não há, evidentemente, uma maneira “correta” ou “mais legítima” de fazer pesquisa em HPE. Ter consciência dos diferentes estilos de pesquisa e entender os benefícios e limites do tipo de abordagem que cada um preconiza é fundamental para aplicar aquele que é mais

condizente com o problema de pesquisa tomado pelo pesquisador e melhorar os resultados de pesquisa sob uma análise crítica contínua. O impulso crítico surgido nas últimas décadas, propondo a história intelectual, e ainda os *science studies*, trouxeram questões metodológicas riquíssimas para a HPE, abrindo novos caminhos, recortes e perspectivas de pesquisa, bem como a ênfase em fontes primárias e a necessidade de abordá-las criticamente cada vez mais nas práticas de pesquisa. Se em nível internacional, as reconstruções históricas, seja em sua forma de história intelectual ou história das ciências, desafiam a racionalização da HPE, na América Latina elas também representam um desafio que deve ser incorporado para o contínuo aprimoramento das práticas de pesquisa.

Se bem que a HPE não deva se submeter inteiramente às necessidades do presente, e o estilo tradicional de se fazer história do pensamento esteja sendo questionado por outras abordagens, furtar-se do diálogo com os economistas pode significar a aceitação passiva de um tipo específico de ciência econômica, com um estilo profissional e dotado de uma visão econômica seletiva e a-histórica, destituindo sua natureza de ciência social, que o mesmo “problema econômico” admite múltiplas respostas e proposições alternativas. O recurso à história tem um valor inestimável que os historiadores do pensamento econômico devem resguardar. Não se pode dizer, conclusivamente, muito do futuro institucional da HPE. Este futuro será construído por meio de disputas. Todavia, a atual diversidade de posições, de abordagens e métodos, a despeito das restrições institucionais inevitáveis, é rica e é um terreno fértil para lançar alicerces mais firmes para o futuro.

REFERÊNCIAS

- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: GALA, P. & REGO, J. M. (orgs.). *A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia*. São Paulo: Editora 34, [1983] 2003.
- BACKHOUSE, R. E. & TRIBE, K. Introduction. In: BACKHOUSE, R. E. & TRIBE, K. *The history of economics: a course for students and teachers*. Agenda Publishing, 2018.
- BIANCHI, A. M. Challenges of doing Research in the History of Economic Thought: a Latin American perspective. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 48, pp. 215-28, 2018.
- BIDDLE, J. E. Research styles in the history of economic thought. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E. & DAVIS, J. B. (eds.). *A Companion to the History of Economic Thought*. Oxford: Blackwell, pp. 1-11, 2003.
- BIGLAISER, G. The internationalization of ideas in Argentina's economics. In: MONTECINOS, V. & MARKOFF, J. (orgs.). *Economists in the Americas*. Edward Elgar Publishing, pp. 63-99, 2009.
- BLAUG, M. *Economic Theory in Retrospect*. 4.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, [1962] 1985.
- BLAUG, M. On the historiography of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 12, n.º 1, pp. 27-37, 1990.
- BLAUG, M. No History of Ideas, Please, We're Economists. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 15, n.º 1, pp. 145-64, 2001.
- BOULDING, K. E. After Samuelson, Who Needs Adam Smith?. *History of Political Economy*, vol. 3, n.º 2, pp. 225-37, 1971.
- CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão

- internacional do pensamento econômico. *Nova economia*, vol. 19, n.º 2, pp. 251-65, 2009.
- CARDOSO, J. L. Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation. In: CUNHA, A. & SUPRINYAK, C. (eds.). *The Political Economy of Latin American Independence*. London and New York: Routledge, pp. 32-40, 2017.
- COSENTINO, D. V.; SILVA, R. P. S. & GAMBI, T. F. R. Existe um pensamento econômico brasileiro?. In: COSENTINO, D. V. & GAMBI, T. F. R. (orgs.). ABPHE (org. geral); SARAIVA, L. F. *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, pp. 59-96, 2019.
- CUNHA, A. M. & SUPRINYAK, C. E. Political economy and Latin American independence from the nineteenth to the twentieth century. In: CUNHA, A. M. & SUPRINYAK, C. E. (eds.). *The Political Economy of Latin American Independence*. London and New York: Routledge, pp. 25-49, 2017.
- CURTY, C. & MALTA, M. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileira: a abordagem das controvérsias. In: COSENTINO, D. V. & GAMBI, T. F. R. (orgs.). ABPHE (org. geral); SARAIVA, L. F. *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, pp. 97-134, 2019.
- DÜPPE, T. & WEINTRAUB, E. R. (eds.). *A contemporary historiography of economics*. New York and London: Routledge, 2018.
- EDWARDS, J. Fifty Years of HOPE: Changing Priorities in the Historiography of Economics. *History of Political Economy*, vol. 52, n.º 1, pp. 1-46, 2020.
- FALCON, F. História das Ideias. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. *Domínios da história: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- FERNANDEZ, R. G. & SUPRINYAK, C. E. Manufacturing pluralism in Brazilian economics. *Journal of Economic Issues*, vol. 53, n.º 3, pp. 748-73, 2019.
- GÓMEZ, R. & TOBÓN, A. In search of a definition for the history of economic thought. *Lecturas de Economía*, n.º 71, pp. 235-50, 2009.
- GOODWIN, C. History of Economic Thought. In: DURLAUF, S. N. & BLUME, L. E. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics online*. 2.ª ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.
- HODGSON, G. *How economics forgot history. The problem of historical specificity in social Science*. London: Routledge, 2001,
- KLÜGER, E. *Meritocracia de Laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. 2017. 851f. Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2017.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, [1962] 1982
- KURZ, H. D. Whither the history of economic thought? Going nowhere rather slowly?. *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 13, n.º 4, pp. 463-88, 2006.
- LAPIDUS, A. Bringing them alive. *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 26, n.º 6, pp. 1.084-106, 2019.
- LOUREIRO, M. A. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MARCUZZO, M. C. Is history of economic thought a “serious” subject?. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, vol. 1, n.º 1, pp. 107-23, 2008.
- MIROWSKI, P. & HANDS, D. W. A paradox of budgets: the postwar stabilization of American neoclassical demand theory. In: MORGAN, M. S. & RUTHERFORD, M. From

- interwar pluralism to postwar neoclassicism. *History of Political Economy* (Annual Supplement), vol. 30, pp. 260-92, 1998.
- MONTECINOS, V. Economics: the Chilean History. In: MONTECINOS, V. & MARKOFF, J. (orgs.). *Economists in the Americas*. Edward Elgar Publishing, pp.142-94, 2009.
- MOSCATI, I. More Economics, Please: We're Historians of Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 30, n.º 1, pp. 85-92, 2008.
- PAULA, J. A. Pensamento econômico e história do pensamento econômico do Brasil. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R. & SAES, F. A. M. (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos de ABPHE*. São Paulo: Alameda Editorial, pp. 433-500, 2017.
- PAULA, J. A. *Capítulos de história do pensamento econômico do Brasil*. São Paulo: Hucitec: ABPHE, 2021.
- PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E. A. & ALBUQUERQUE, E. M. Nações e estilos de economia política. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 27, pp. 357-74, 2007.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, [1935] 1993.
- RESENDE, M. T. *Liberalismo e Tecocracia: política econômica, economistas e suas disputas nas ditaduras militares do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- RICHTER, M. Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe. *History and theory*, vol. 29, n.º 1, pp. 38-70, 1990.
- SALOMÃO, I. C. (org.). *Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889-1985)*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- SAMUELS, W. J. The history of economic thought as intellectual history. *History of Political Economy*, vol. 6, n.º 3, pp. 305-23, 1974.

- SAMUELSON, P. A. *Fundamentos da análise econômica*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SARAIVA, L. F. Prefácio. In: COSENTINO, D. V. & GAMBI, T. F. R. (orgs.). ABPHE (org. geral); SARAIVA, L. F. *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, pp. 7-16, 2019.
- SCALERCIO, M. & ALMEIDA, R. *Eugênio Gudín: inventário de flores e espinhos - um liberal em estado puro*. Rio de Janeiro: Ed. Insight, 2012.
- SCHABAS, M. Breaking away: history of economics as history of science. *History of Political Economy*, vol. 24, n.º 1, pp. 187-203, 1992.
- SCHABAS, M. Coming together: History of economics as history of science. *History of Political Economy*, vol. 34, n.º 5, p. 208-225, 2002.
- SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. London: Allen & Unwin, [1954] 1986.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- STIGLER, G. J. Textual exegesis as a scientific problem. *Economica*, pp. 447-50, 1965.
- SUPRINYAK, C. E. & CUNHA, A. M. A história do pensamento econômico no Brasil: um panorama. In: COSENTINO, D. V. & GAMBI, T. F. R. (orgs.). ABPHE (org. geral); SARAIVA, L. F. *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, pp. 25-58, 2019.
- SUPRINYAK, C. E. & FERNÁNDEZ, R. G. The Vanderbilt Boys and the Modernization of Brazilian Economics. *History of Political Economy*, pp. 893-924, 2021.
- TRAUTWEIN, H.-M. The last generalists. *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 24, n.º 6, pp. 1.134-66, 2017.

- TRIBE, K. Intellectual History as *Begriffsgeschichte*. In: WHATMORE, R. & YOUNG, B. (eds.). *A Companion to Intellectual History*. John Wiley & Sons, pp. 61-71, 2016.
- TRIBE, K. *The Economy of the Word: Language, History, and Economics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-14, 2015.
- VALDÉS, J. G. *Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile*. Cambridge University Press, 1995.
- VALIAS NETO, F. M. *Apontamentos metodológicos e historiografia do pensamento econômico: a favor de uma agenda de pesquisa em HPE brasileira*. 2018. 254f. Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2018.
- WEINTRAUB, E. R. How should we write the history of twentieth-century economics?. *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 15, n.º 4, pp. 139-52, 1999.
- WEINTRAUB, E. R. What Defines a Legitimate Contribution to the Subdiscipline “The History of Economics”?. *HES Editorial*, 1996. SHOE archives. Disponível em: <<https://listserv.yorku.ca/cgi-bin/wa?A2=ind9609&L=shoe&T=0&P=2072>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- WEINTRAUB, E. R. & DÜPPE, T. *Historiography of contemporary economics*. CHOPE Working Paper, 2018.
- WINCH, D. Intellectual history and the History of Economics. In: WHATMORE, R. & YOUNG, B. (eds.). *A Companion to Intellectual History*. John Wiley & Sons, pp. 170-83, 2016.
- WINCH, D. N. What Price the history of economic thought?. *Scottish Journal of Political Economy*, vol. 9, n.º 3, pp. 193-204, 1962.

4

Da igreja do Diabo ao Moinho Satânico: História Econômica e Antropologia das Economias na gênese do capitalismo

*Luiz Fernando Saraiva
Rejane Valvano Corrêa da Silva*

*Se tu podes vender a tua casa, o teu boi,
o teu sapato, o teu chapéu, coisas que são
tuas por uma razão jurídica e legal, mas
que, em todo caso, estão fora de ti, como
é que não podes vender a tua opinião, o
teu voto, a tua palavra, a tua fé, porque
são a tua própria consciência, isto é, tu
mesmo?*

(Machado de Assis, A igreja do Diabo)

O presente capítulo busca problematizar no âmbito da História Econômica as intrincadas relações

econômicas em sociedades não capitalistas e capitalistas e, ainda, as transformações estabelecidas por esse sistema quando de seu estabelecimento em escala global a partir do século XVIII até os dias atuais. Esse esforço recebeu um grande e nada desprezível aporte teórico e metodológico com base no desenvolvimento da Antropologia no final do século XIX e, mais particularmente, da Antropologia Econômica — atualmente mais conhecida como Antropologia das Economias.

O diálogo entre a História Econômica e a Antropologia das Economias possui um marco fundante na publicação da obra *A Grande transformação*, de Karl Polanyi, ainda em 1945, e que levou historiadores, economistas e antropólogos a reverem muitos dos conceitos acerca do funcionamento das sociedades progressas e atuais em relação com a “lógica do capital”, caso de comunidades nativas isoladas ou no caso do Brasil àquelas remanescentes de experiências sociais escravistas como os quilombos, parte significativa das populações nativas e as comunidades ditas “tradicionais”.

Usando uma metáfora extraída do conto de Machado de Assis, *A igreja do Diabo*, publicado em 1884, teceremos alguns comentários das características peculiares que surgiram a partir do sistema capitalista na História da humanidade e problematizar como a Antropologia das Economias e a História Econômica abordaram essa questão de maneiras distintas e depois convergentes nos seus percursos intelectuais. Além disso, pretendemos apontar como essas duas áreas de conhecimento podem enriquecer os debates acerca do resultado dos modos de vida capitalistas nomeado como Antropoceno.

Dessa forma o texto se divide para além dessa introdução em mais quatro seções, a saber: a igreja do Diabo

como metáfora da Economia Capitalista; o percurso da Antropologia Econômica para a Antropologia das Economias; um breve repertório das concepções da História Econômica e do funcionamento das sociedades ao longo do tempo com as influências originárias da Antropologia e; algumas considerações finais apontando caminhos possíveis nos últimos 20 anos a partir dos debates trazidos pelos conceitos de Antropoceno, História Ambiental e da possível catástrofe que se nos avizinha .

DA IGREJA DO DIABO AO MOINHO SATÂNICO: VISÕES SOBRE O CAPITALISMO

Um dos poucos consensos que existem nas Ciências Sociais é o caráter inédito e avassalador que a emergência de uma economia de mercado em nível global acelerada a partir do final do século XVIII e início do XIX provocou nas diversas sociedades humanas. O capitalismo, a economia global, a moderna sociedade industrial (e de consumo) são expressões distintas para um mesmo fenômeno que, grosso modo, se consolidou a partir da “dupla” Revolução (Francesa e Industrial Inglesa) e na expansão de seus produtos, valores e mercados, de maneira não opcional, ou seja, impositiva na maioria das vezes e para os mais diversos povos do planeta. Esse processo cujos resultados chegam a colocar em risco a nossa própria existência como conhecemos tem, ao contrário do consenso inicial de sua eclosão e importância, uma miríade de interpretações distintas nas mais diversas áreas da História, Economia, Antropologia, Sociologia, Geografia, Literatura, enfim das Ciências Humanas em geral e das Sociais em particular.

Em certo sentido o escritor Machado de Assis enfeixa um sem número dessas constatações. Dos mais brilhantes e universais escritores de fins do século XIX e início do XX reconhecido pela crítica literária mundial e profundo conhecedor dos cânones ocidentais (Bloom, 2003), Machado era também parte da herança africana e lusitana nascido e criado na capital de um império recém-formado e que era, por definição, uma “planta exótica” na América Republicana. Pertencente a várias “periferias” (social, racial, mundial) soube traduzir como poucos as contradições da moderna sociedade capitalista que se consolidava na velocidade crescente dos navios a vapor, das ferrovias, dos telégrafos e dos telefones que foram sendo gradativamente implementados ao longo de sua vida (1839-1908).

Na clássica definição de Roberto Schwarz (2000), Machado foi *Um mestre na periferia do capitalismo*, ou seja, o “bruxo do Cosme Velho” — como também era chamado — percebeu as contradições profundas do novo sistema mundial no qual viveu, ao mesmo tempo que recorria a toda herança da cultura clássica ocidental para fazer a crítica irônica dessa mesma sociedade entendendo os limites propostos entre “lá” e “cá”, entre “centro” e “periferia”. Se a escolha do título da obra já denuncia à época de sua escrita — as interpretações histórico-estruturais *cepalinas* e o marxismo dialético *frankfurtiano* da Faculdade de Filosofia e Letras da USP — as análises de Schwarz abriram um leque de possibilidades para entender as críticas que Machado de Assis fazia à economia capitalista, tanto em tintas locais com todas as contradições de uma economia escravista, porém moderna, como

também na análise de um capitalismo mundial que se consolidava.¹

O romance *Memórias póstumas de Braz Cubas* — que foi o texto analisado por Schwarz — trazia como “pano de fundo” uma síntese entre um capitalismo nacional, indolente, escravista e uma economia mundial cada vez mais marcada pela aceleração do mercado. A defesa de que a literatura possuía grande poder para explicar as transformações nos modos de vida mundiais é uma das grandes heranças da crítica literária que emerge na obra.

Aberta essa “senda”, outro autor que debruçou sobre o pensamento machadiano foi o historiador Sidney Challoub no seu livro *Visões de liberdade* (1990), em que analisa especificamente uma crônica publicada na coluna semanal “Bons Dias” na qual Machado realiza uma sátira ao processo abolicionista na figura de um antigo proprietário urbano e o seu jovem escravizado Pancrácio às vésperas da lei de 13 de maio. Na leitura da crônica o ex-senhor propunha relações de trabalho extremamente injustas ao seu criado que aceitava tudo com genuína alegria. Segundo Challoub em vez de somente denunciar as relações paternas que emergiram entre ex-senhores e libertos no processo de abolição da escravidão, a crônica demonstrava a própria falência do sistema na última

1 Antônio Cândido de Mello e Souza, um dos mestres de Roberto Schwarz e da crítica literária brasileira em seu estudo, “Literatura e Subdesenvolvimento”, reforça essa ideia de que a distância da América Latina dos grandes centros de decisão mundial criaram gerações de intelectuais com grande argúcia e senso crítico. Outros críticos, tradutores e historiadores como John Gledson já chamaram a atenção ao poder explicativo da obra de Machado para a História, no caso vamos nos ater as análises que valorizam a visão de Economia na obra Machadiana (cf. Gledson, 1983; 1986; 1991; 2006).

década do império (1880-1889) que forçava os proprietários a negociar com os escravizados que, por sua vez, possuíam leituras bem próprias desse processo. Dessa forma, Challoub recupera mais uma vez o caráter da ironia do texto machadiano, acrescentando camadas de significado que nem sempre são compreendidas em uma primeira leitura.²

O economista Gustavo Franco, por sua vez, escreveu o livro *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista* (2008). Nessa obra Franco se utilizou exclusivamente das crônicas semanais publicadas por Machado de Assis entre 1883 até 1900. A leitura de Franco centra-se na análise sarcástica que Machado realizou dos acionistas preferenciais que se preocupavam única e exclusivamente dos dividendos pagos pelas empresas. Também perpassa a crítica ao governo e aos títulos da dívida pública que garantiam remuneração e ociosidade aos portadores e dos surtos especulativos que o Brasil viveu durante o período conhecido como Encilhamento (entre 1889 até 1892).

Particularmente o que nos interessa aqui é a questão recorrente entre uma economia de mercado (ou capitalista), os preceitos religiosos cristãos e a figura ou a ideia do Diabo recorrente em vários outros textos de Machado de Assis. No conto que, segundo algumas análises, teria sido escrito no formato de parábola, *A igreja do Diabo* de 1884, Machado de Assis narra quando Lúcifer em uma

² Entre as numerosas ironias de Machado, o nome do escravizado, Pancrácio remete a um dos primeiros Santos martirizados pelo imperador Diocleciano no século IV, também é o Santo padroeiro dos trabalhadores na Espanha. A crônica foi publicada no jornal *A Gazeta de Notícias*, no dia 19 de maio de 1888, portando 6 dias após a Lei Áurea. Para mais análises da crônica, cf. Eduardo de Assis Duarte (2020).

conversa com Deus resolveu lançar a sua igreja à semelhança da igreja de Deus, com doutrina, livros, hierarquias e ritos, porém, com todos os valores invertidos. Os pecados da soberba, luxúria, preguiça, avareza, gula e venalidade seriam na verdade as virtudes da nova religião e grande parte do conto é o relato dos argumentos do Diabo para justificar essas virtudes/pecados.³

A ideia de criar essa igreja teria ocorrido ao Diabo quando percebeu que mesmo os homens probos e crentes cometiam pecados em maior ou menor grau e os comparava a “franjas de algodão em mantos de veludo”. Segundo o raciocínio desenvolvido então, seria somente puxando essas franjas (ou os pecados) que a igreja do Diabo iria prosperar e se espalhar por todo o mundo construindo um “manto de seda”. Apesar do crescimento dessa igreja e da sua prosperidade entre os homens, o espanto do Diabo se dá quando percebe que os novos fiéis que cometiam todos os tipos de falcatruas e maldades também cometiam de maneira escondida e reticente pequenos atos de bondade, como a de restituir às vítimas parte do que lhes fora tirado.

Intrigado com esse fenômeno o Demônio procura novamente por Deus e escuta dele a frase que encerra o conto “Que queres tu, meu pobre Diabo? As capas de algodão têm agora franjas de seda, como as de veludo tiveram franjas de algodão. Que queres tu? É a eterna contradição humana”.

3 Esse argumento da inversão dos mandamentos e das virtudes cristãs será utilizado em outros contos e textos de Machado, por exemplo, cf. “O sermão do Diabo”, crônica publicada em “A semana”, *Gazeta de Notícias*, em 4 de setembro de 1892.

Esse conto de Machado já foi analisado por diversos autores que encontram uma série de referências culturais e estratégias de escrita — de Goethe e seu *Fausto*, passando pela filosofia de Schopenhauer, até a antiguidade clássica e a sátira menipeia. O que nos interessa especificamente nesse conto é a noção, repetida posteriormente na obra machadiana que relaciona diversas vezes o mercado (ou a economia de mercado) ao demoníaco e ainda as próprias contradições existentes (Gonçalves, 2005; Costrino & Pereira, 2020).

A nossa leitura de *A igreja do Diabo* é justamente na interpenetração do “veludo” da “seda” e do “algodão”, entendemos que essa é uma metáfora perfeita para a Antropologia das Economias que, popularizada a partir de Karl Polanyi (1945), sempre afirmaram o ineditismo que foi uma sociedade de mercado (ou capitalista) que emerge junto da Revolução Industrial e se espalha pelo mundo a partir do século XIX. Segundo o autor de *A Grande Transformação*, muito mais que as máquinas, ou as mudanças tecnológicas, foi a generalização de uma economia regida pelo mercado que deu origem ao capitalismo como fenômeno histórico. Segundo Polanyi, a economia de mercado foi **O moinho satânico** que alimentou as transformações em todos os setores da vida humana.⁴

Ao mesclar os estudos do passado com as observações realizadas pelos antropólogos, particularmente os estudos de Malinowski e seu *Argonautas do Pacífico*, Polanyi postula que em todas as sociedades humanas o mercado servia para permutar produtos e serviços entre

4 A expressão “O moinho satânico” corresponde a segunda parte do livro e engloba os capítulos 3 ao 10, em que desenvolve os argumentos centrais de sua tese acerca da economia de mercado.

os homens, mas que a noção de lucro, juros, moeda e riqueza (ou capital), e derivados (como especulação, usura e acumulação) se, não era de todo inexistente, ao menos era restrita a pequenas parcelas daquelas sociedades.

O assim chamado capital mercantil (e os mercadores) surgiram muito cedo em várias civilizações, mas nunca a lógica mercantil atingiu a todos os estratos da vida social, muito menos da vida econômica. O próprio Karl Marx dizia que o capital mercantil (e usurário) seria “antediluviano”, ou seja, em outra referência religiosa, reconhecia a existência de princípios e práticas mercantis em quase todas as sociedades humanas, embora elas não fossem determinantes no seu funcionamento.⁵

O que Polanyi procurou demonstrar é que grande parte das sociedades do passado possuíam valores culturais e sociais (o manto de veludo) que impediam a generalização de valores mercantis que já existiam (as franjas de algodão). Estendendo o conceito de Polanyi e a metáfora de Machado podemos dizer que, inversamente, na moderna sociedade capitalista a economia regida pelo mercado (ou o manto de seda) encontra limites morais, éticos, religiosos que durante um bom tempo foi entendido por economistas como atavismos, heranças culturais ou mesmo *deseconomias* (ou novas franjas de algodão).

5 A referência exata em Marx é: “Compreende-se, assim, por que, em nossa análise da forma básica do capital, forma na qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, deixamos inteiramente de considerar suas formas populares e, por assim dizer, **antediluvianas**: o capital comercial e o capital usurário” (Marx, 2013, p. 178). Novamente nos cânones da cultura ocidental, a expressão antediluviana se refere a eventos ocorridos antes do dilúvio, ou seja, nos primórdios da existência humana.

Princípios como *domesticidade*, *reciprocidade* e *re-distribuição* foram “leis” econômicas muito mais estáveis e duradouras e mantiveram todas as economias até o advento do capitalismo em funcionamento, senão vejamos.

Segundo as pesquisas dos antropólogos com as comunidades ditas “primitivas” e dos historiadores com as sociedades do passado, a *domesticidade* seria semelhante ao conceito de “economia natural”. A economia natural significa dizer que homens e mulheres em unidades familiares, tribais, clônicas, feudais e mesmo urbanas, produziam principalmente para a sua subsistência. Grande parte da produção era voltada para o abastecimento local e, o comércio propriamente dito era realizado em torno do que “sobrava” ou do que “faltava”. Daí o espaço menor que o mercado (como local, ou abstração mental) ocupava na vida das pessoas. Normalmente a ida ao mercado era sazonal e envolvia o local e o distante.

Já o princípio da *reciprocidade* explicava as relações sociais que modernamente denominamos como “dever-haver” entre os produtores e consumidores, muito mais pelos padrões morais, culturais, religiosos e políticos do que pelos valores “monetários”. Derivados dos estudos de Malinowski, mas também de Marcel Mauss e o seu *Ensaio sobre o Dom* (1924), a ideia é de que as trocas entre as pessoas na imensa maioria da história da humanidade não foram mediadas pela ideia de comércio, ou lucro, mas sim pela ideia de uma obrigação moral de devolução. Quando alguém cede algo ao outro (o dom) isso obrigava a uma devolução (o contradom).

Nas sociedades “horizontais”, ou aquelas sem grandes distinções sociais ou organização política fortemente hierarquizada, o trabalho, e/ou a troca de bens e produtos assumia relações muitas vezes de obrigações morais e

sociais — numerosos exemplos como respeito, cuidado e alimentação que os mais jovens devem aos mais velhos, ou os membros de uma família devem aos parentes de seu parceiro/a são dados pelos estudos etnográficos em praticamente todos os continentes habitados. Nas sociedades mais estratificadas — como exemplo, o feudalismo europeu ocidental — essa reciprocidade se daria pela complexa relação de deveres e direitos que os servos estabeleciam com os seus senhores. Servos deviam obediência, trabalho e impostos aos seus senhores, enquanto estes deviam proteção aos “seus”. A famosa frase de Santo Agostinho, “Assim, pois, a cidade de Deus que é tomada como una, na realidade tripla. Alguns rezam, outros lutam, outros trabalham” resumiria, portanto, relações de trabalho não baseadas em um mercado como nas modernas sociedades capitalistas.

Por fim, o princípio da *redistribuição* assumia que o controle da produção, distribuição (circulação) e consumo seria centralizada em alguma instância, passando desde o chefe de uma aldeia que organizaria a distribuição da caça e da coleta ao final do dia entre todos, até pelas próprias estruturas estatais da antiguidade, como os impérios chineses, egípcios ou da mesopotâmia. Os impostos em produtos, trabalhos ou seres humanos cobrados às aldeias, as obras públicas para construção de canais, represas, pirâmides, zigurates ou muralhas, a distribuição “desigual” desses bens entre todas as camadas — como na passagem bíblica dos sete anos de fome no Egito — eram realizados pelas autoridades com base em critérios não econômicos (ou mercantis), ainda que registros contábeis e até mesmo monetários pudessem ser feitos.

Esses três princípios se misturavam em vários níveis e com especificidades numerosas e, segundo Polanyi, explicavam grande parte das relações econômicas de todas as sociedades até o advento e a generalização de uma economia de mercado. As atividades mercantis, praticamente onipresentes, somente explicariam uma pequena parcela da economia dessas mesmas sociedades. O comércio (ou o mercado) somente se daria nas “franjas” da sociedade, daquilo que sobrava localmente e, portanto, poderia ser vendido, para comprar aquilo que não era produzido localmente e, que então, vinha de longe. Não é de se admirar que nessas sociedades o comércio e os comerciantes fossem um misto de habitantes e de “estrangeiros”. Algo misterioso, o comerciante uniria regiões distantes e desconhecidas, portador de segredos e bens estranhos e ainda de uma dupla mentalidade: a “local”, em que predominava *domesticidade*, *reciprocidade* e *redistribuição* e a “mercantil”, em que vigorava o lucro, a permuta e a barganha.

Esse caráter obscuro das práticas mercantis não passou despercebido à maioria dos intelectuais que assistiram ao nascimento do capitalismo ou estudaram a sua gênese. O que causa certo espanto e reforça a importância da literatura irônica de Machado é o da associação do capitalismo à religião e mais especificamente a princípios morais subvertidos (ou ao Diabo na tradição ocidental). Talvez a expressão mais conhecida nesse sentido seja o aforismo de Adam Smith em *A riqueza das nações* (que “fundaria” o capitalismo de acordo com o senso comum) quando afirmou que “não é da **generosidade** do açougueiro, do comerciante de cerveja ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas, sim, do cuidado que

eles dedicam a seus **próprios interesses**” (Smith,1996 [1776], p. 74, ênfase nossa).

Essa associação entre o interesse próprio, egoísta, quase “pecaminoso” porque feria a maior parte dos discursos religiosos (e o cristão em particular) já pode ser visto bem antes da obra de Adam Smith, como em *A fábula das abelhas* de Bernard Mandeville publicado em 1732 em que tomando uma colmeia como a metáfora de uma economia mercantil dizia:

Assim, o vício em cada parte vivia
Mas o todo, um paraíso constituía
[...]
Assim, o vício fomentava o engenho
Que, unido ao tempo e ao bom desempenho
Propiciava da vida as comodidades
Seus prazeres, confortos e facilidades
A tal extremo que mesmo os miseráveis
Viviam melhor que os ricos do passado
E nada podia ser acrescentado
(Mandeville, 2018 [1732])

Na análise pioneira sobre o pensamento econômico da Idade Moderna Alberto Hirschman em *As paixões e os interesses* (1979) demonstrou a “operação” que transforma pecados em virtudes com o advento do capitalismo desde, pelo menos o século XVII. O subtítulo da obra de Hirschman aliás — *argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo* —, reforçam a existência de dois pontos centrais aqui: 1) a larga e longa existência das práticas mercantis *antes* da emergência do capitalismo e 2) a operação intelectual que será realizada para entender

todas as nuances do seu aparecimento e espraiamento pelas sociedades modernas.

Também em um sentido positivo na avaliação do capitalismo, Max Weber e o seu célebre ensaio sobre a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de 1904, atribui a “nova” religiosidade calvinista o “arranque” da Revolução Industrial nos EUA (2001). A tentativa de moralizar a ânsia pelo lucro e sucesso material de Weber não obscureceu, no entanto, a maioria das associações do capitalismo a ideia da perversão dos valores cristãos. Um dos maiores “discípulos” do sociólogo alemão, David Landes, por exemplo, atribui entre as causas do pioneirismo ocidental na Revolução Industrial e do capitalismo a uma “ética faustiana” que segundo ele será responsável pela emergência do indivíduo competidor (1994).

Uma posição mais ponderada (ou crítica) vem de George Simmel, filósofo alemão que escreveu, entre outras obras, o ensaio de 1896, *O dinheiro na cultura moderna*, o livro a *Filosofia do dinheiro* (1900) e *Psicologia do dinheiro e outros ensaios* (1889). Nessas três obras o autor relaciona o dinheiro — ou melhor uma economia monetizada — à emergência de forma superiores de abstração intelectual, mas também a reformulação de formas de solidariedade e valores sociais antigos. Como iremos trabalhar melhor na próxima seção, Simmel associava o dinheiro e a sociedade capitalista ao ineditismo de uma situação em que a religião surgia como a única explicação poderosa (o bastante) para demonstrar seus pontos de vista, disse ainda o autor, “tal como Deus na forma da fé, também o dinheiro, na forma do concreto, é a máxima abstração a que se alcançou a razão prática” (Simmel, 2009, p. 39).

Recentemente o também filósofo estadunidense Michael Sandel escreveu *O que o dinheiro não pode comprar: limites morais do mercado* (2012) no qual questiona se queremos uma sociedade em que tudo esteja a venda, ou existem “bens” morais e cívicos que não poderiam ser vendidos ou precificados. Segundo o autor, “a era do triunfalismo de mercado coincidiu com uma época em que o discurso público se esvaziou consideravelmente de qualquer substância moral ou espiritual” (Sandel, 2012, p. 201). Suas palavras encontram ecos na obra de Simmel que cem anos antes dizia:

[no] mundo moderno cada vez mais coisas podem ser compradas com dinheiro, alcançadas pelo dinheiro [...] por causa disso não levamos em consideração, frequentemente, que os objetos da transação (monetária) econômica ainda têm aspectos que não podem ser expressos em dinheiro (Simmel, 1896 apud Sousa, 1998, p. 8).

Se dezenas de outros exemplos da literatura, da Sociologia, Filosofia e História poderiam ser arrolados sobre o impacto que uma economia de mercado teve para as sociedades contemporâneas a partir do século XIX, é fato que a Antropologia teve local privilegiado nessas observações

DA ANTROPOLOGIA ECONÔMICA À ANTROPOLOGIA DAS ECONOMIAS

No final do século XIX, ao mesmo tempo que Machado de Assis refletia sobre as contradições da sociedade em que vivia, as práticas antropológicas surgiram

com o intuito de estudar diversos modos de vida. Elas eram uma forma de produzir conhecimento por meio de viagens a lugares geograficamente distantes observando outras sociabilidades e as anotando segundo um método científico que estava nascendo. O problema é que essa área de conhecimento surge em um contexto político de colonização: conhecer “o outro” para poder dominá-lo ou, segundo visões evolucionistas românticas e “bem-intencionadas”, ajudar a acelerar o processo de evolução dessas sociedades consideradas “primitivas” para um estágio mais avançado. Dentro dessa visão evolucionista, existiriam as sociedades que tinham economia (porque usavam dinheiro) e história (porque dominavam técnicas de escrita) e as que não tinham ambas. Porém relatos etnográficos mostraram aos poucos que essa perspectiva era preconceituosa e etnocêntrica.

Essa perspectiva evolucionista de classificar as diferentes sociedades vem sendo duramente criticada desde meados de 1950 em várias partes do mundo, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) durante a qual os “mais civilizados e evoluídos” produziram genocídio em massa com requintes tecnológicos cientificamente planejados. As bombas em Hiroshima e Nagasaki em 1945 e os campos de extermínio nazistas estavam no oposto da suposta paz, que seria desejada e racionalmente até inevitável, pois “A Razão” prevaleceria sobre o irracional. Esses eventos mostraram que Kant foi ingênuo e romântico ao não considerar que os interesses econômicos vão muito além dos cálculos, ou que mesmo os mais fervorosos (do iluminismo e do capitalismo) cometem seus pecados, nas palavras de Machado.

Inicialmente, os antropólogos viajavam com a intenção de compreender a “totalidade das sociedades” e

entendiam que isso era possível em poucos anos (de dois a quatro) por serem “menos desenvolvidas”, ou mais “simples”. Para compreender essas sociedades os dados eram organizados para fins didáticos por temas como crenças e rituais, economia, idioma, relações de parentesco/regras de casamento, leis e costumes, organização social (fratrias, grupos relacionais etc.). Assim, os aspectos das trocas e dos meios de sobrevivência (caçadores, coletores, agricultores etc.) aparecem no meio de outras tantas características quando eram estudados “os povos” (os *Nuer* do Sudão por Evans-Pritchard, os *Kwakiutl* atual Canadá por Franz Boas, os *Ndembu* do Zâmbia por Victor Turner, os *Trobriandeses* das Ilhas Trobriand na Papua Nova Guiné por Malinowski, os *Tiv* da Nigéria Central pelos Bohannan). A Antropologia Econômica era a parte que focava nos modos de reprodução social ao longo das gerações, que geralmente estava relacionada com o restante dos temas (os subcampos da pesquisa antropológica social/cultural). A espinha dorsal das pesquisas em Antropologia Econômica são os valores sociais que orientam a produção e a distribuição dos produtos do trabalho de cada sociedade viabilizando sua reprodução social.

Simultaneamente, no final do século XIX, tanto a sociologia, quanto a antropologia estavam surgindo como áreas específicas de produção de conhecimento. Alguns debates estavam começando a surgir, como é o caso de Georg Simmel já citado. *A filosofia do dinheiro* compõe um dos clássicos sobre antropologia e/da economia. Esse livro afirmou um ponto fundamental que seria incorporado pelos economistas e historiadores e relativizado posteriormente pelos antropólogos: a emergência de uma economia monetária como o auge da racionalização

dos seres humanos, a partir da quantificação (valoração objetiva) de bens.

Tanto Karl Marx quanto Simmel afirmam que no capitalismo as coisas ganham autonomia, pois o dinheiro possibilita que elas circulem indiferente aos valores qualitativos (subjetivos, pessoais). Vernik (2009) resume dizendo que o dinheiro teria para Simmel significado positivo e negativo. O positivo seria a maior liberdade pessoal e a figura do estrangeiro deixa bem claro essa possibilidade de ruptura com a sociedade de origem. O lado negativo é que o cálculo racional ignora as diferenças, porque reduz tudo a um denominador comum, ou seja, uma objetividade despersonalizada.

Simmel entendia que o dinheiro (monetarização) e a felicidade teriam funções diferentes na sociedade. O dinheiro aparece como símbolo da modernidade capitalista e sua racionalidade capaz de fazer cálculos. Enquanto que a alegria e o sofrimento seriam características da vida da humanidade, ou seja, em qualquer tempo e lugar estariam presentes. Sendo que felicidade e sofrimento sociais seriam os efeitos produzidos sobre os indivíduos pelas estruturas sociais que, no caso das sociedades monetarizadas, serão os efeitos das estruturas assimétricas do dinheiro e do poder. Embora Simmel não faça distinção de classes sociais (e muito menos pense a luta de classes) como Marx fez, o primeiro reconhece a desigualdade de distribuição do dinheiro nas sociedades modernas capitalistas (Vernik, 2009).

Como Waizbort (2013) comenta sobre Simmel, um dos efeitos do dinheiro é que por ele mediar trocas dando valores objetivos e por estar mais próximo, acaba por tornar-se o próprio fim. A pessoa não quer dinheiro para comprar algo, mas para guardá-lo. O fato de o dinheiro

permitir que coisas tão diferentes sejam quantificadas e trocadas transformam-no em algo sem cor. A vida e seus diferentes bens seriam coloridos, cheio de características particulares e mesmo únicas (o vaso que minha mãe pintou para mim no meu aniversário), porém o dinheiro tiraria todos os aspectos subjetivos e particulares e um vaso seria reduzido ao seu preço, um número objetivo.

Simmel utiliza como metáfora a diversidade das cores em oposição à mesmice do cinza, que é quase um preto. As coisas “perdem sua cor” ao receberem um preço; o dinheiro torna igual (mesmo valor objetivo) coisas distintas. Sendo o dinheiro o maior símbolo do capitalismo moderno, revela o movimento, a mobilidade, a circulação de bens, a liberdade para fluir, a velocidade, como sendo seus valores sociais. Waizbort chama a atenção para a ambiguidade existente no dinheiro e, conseqüentemente, no capitalismo moderno: o dinheiro une e separa ao mesmo tempo, é ponte e porta. As pessoas que vivem em uma cidade grande podem escolher diante de tantos bens disponíveis para serem consumidos, e, nesse sentido, há uma liberdade maior, mas ao mesmo tempo há um anonimato — o isolamento diante dos outros que não conhecem “o seu Eu verdadeiro”. As pessoas passam a viver inquietas e insatisfeitas, enquanto seu espaço interior se amplia (sua idiossincrasia é estimulada e aceita em uma sociedade individualista), as relações com os outros estão reduzidas às trocas objetivas (consumo usando dinheiro), as coisas perdem seu valor qualitativo e muitas vezes a vida perde seu sentido. E sendo o dinheiro a forma mediadora essencial, ele homogeneiza a vida, que de colorida passa a não ter mais cor nenhuma. O dinheiro é cinza e não tem espaço para matizes e nuances que pressupõe diferenças qualitativas.

Os antropólogos desde o início prezam nuances e, assim, conhecer outros modos de vida — sociedades não capitalistas — algumas vezes possibilitou fazer reflexões sobre a sociedade da qual partiam. Outro texto clássico para Antropologia Econômica, e que já foi citado anteriormente aqui neste capítulo, é *Argonautas do Pacífico* (1922) de Malinowski. Durante sua observação participante entre os habitantes das ilhas Trobriand, a planta-ção de inhames e suas trocas chamaram a sua atenção, dentre vários motivos, porque, segundo Keesing & Strathern (2014) havia uma produção acima da subsistência da unidade familiar, que era redistribuída (para a família da irmã do dono da casa) de acordo com as regras de parentesco. Além das regras sociais do cultivo e da circulação dos inhames, Malinowski desenvolveu sua análise acerca do “kula”, uma forma de troca “intertribal”. Em um circuito fechado, *mwali* (braceletes de concha branca) e *soulava* (colar de conchas vermelhas), que são enfeites utilizados somente em cerimônias importantes, circulam em direções opostas passando por cada integrante do kula, sem nunca parar. Um artigo é trocado pelo outro mediante cerimônias e rituais, e junto com as trocas do kula são comercializados bens que não são fabricados em cada ilha. As rotas comerciais são bem organizadas e obedecem a um sistema fechado e o fato dessas trocas acontecerem ao mesmo tempo reforçam deveres e obrigações mútuos; serviços são prestados e presentes são trocados. Não há acréscimo de bens materiais no que tange os braceletes e colares, até porque não permaneciam com ninguém por muito tempo, mas “apenas” circulavam. Sua função social principal era reforçar os laços de aliança e não acrescentar bens, embora eles estejam associados nos rituais de troca. Malinowski

chega a comparar a atitude mental (forças psicológicas) dos *trobriandeses* por meio do kula com as joias da Coroa britânica: ambos teriam um sentimentalismo histórico pelos objetos (quando e quem utilizou), porém no kula a posse é temporária e a posse do tesouro europeu é permanente. Como a troca de presentes pode envolver um lapso de tempo (seja de horas ou mesmo um ano), há uma ideia de dívida, de obrigação de retribuir. É um erro:

... pressupor que o “homem primitivo” [...] está, pelo menos sob o ponto de vista econômico, livre de quaisquer convenções ou restrições sociais. A verdade é bem outra. Muito embora o nativo do Kula, como qualquer outro ser humano, tenha paixão pela posse [...], o código social das leis que regulam o dar e receber suplanta sua tendência aquisitiva natural (Malinowski, 1976 [1922], p. 85).

Logo depois da publicação de Malinowski, em 1925, o sociólogo Marcel Mauss — que era sobrinho de Emile Durkheim — publicou *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (2003a)⁶ em cuja introdução afirmou que era preciso conhecer a complexidade das relações de trocas entre estas sociedades. Definindo por “fenômenos sociais totais” aqueles que exprimem simultaneamente todas as espécies de instituições — religiosas, jurídicas, morais (políticas e familiares), econômicas (produção/prestação, consumo/distribuição), estética e morfológica —, Mauss explicita seu objeto de estudo como sendo as prestações e seu caráter forçado

6 Há várias traduções para o título desse livro e, além de dádiva, o mais conhecido é dom e contradom (esse seria o presente retribuído).

e interessado. Em outras palavras, uma vez recebendo um presente, a obrigação de retribuí-lo se apresenta sob pena de romper uma aliança ou mesmo entrar em guerra. A reciprocidade é uma forma social de garantir alianças sociais. Ele tem um duplo objetivo nesse texto: a) analisar a natureza das transações humanas nas sociedades, descrevendo os fenômenos de troca e de contrato, posto que todas as sociedades têm mercados econômicos; b) ver a moral e a economia que agem nessas transações. Mauss tem como material de análise relatos sobre os povos da Polinésia, Melanésia, Noroeste americano e alguns grandes direitos (romano, hindu clássico, germânico...). O que são trocados? Coisas úteis e também amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras.

Assim, Mauss, a partir de sistematizações e comparações de pesquisas realizadas anteriormente por outras pessoas (dentre elas Franz Boas e Malinowski), afirmou que estudar trocas é estudar economia, ampliando a compreensão por economia e dizendo que todas as sociedades têm economia, ou seja, em todo lugar as pessoas realizam trocas. Importa reforçar que as trocas poderiam envolver coisas diferentes (um bezerro por ovos) ou similares (entre os Samoa, são trocadas esteiras brasonadas entre chefes por ocasião do casamento, por exemplo). Sua tese é que as retribuições acontecem por envolver moralidades e/ou valores religiosos; essas obrigam a dar, receber e retribuir: três obrigações que foram por ele identificadas em todas as sociedades que estabelecem contratos por meio dos presentes (dos dons), que ele chama de “sistema de prestações totais”. Importante reforçar que as pessoas que realizam as trocas o fazem em nome de um grupo e não para um interesse individual. Não existe,

afirma Mauss, “economia natural”, pois toda troca é socialmente definida (quais bens serão trocados, em que circunstâncias).

Nas sociedades com prestações totais (de clã a clã, de família a família) ou com o princípio de troca-dáviva, a noção de crédito é central. Uma vez que o pagamento não é à vista e imediato, há um tempo entre o receber e o retribuir que está embutido na certeza de que uma dádiva será retribuída... um dia. O tempo faz parte desse processo de troca/contraprestação: “... a dádiva implica necessariamente a noção de crédito...” (Mauss, 2003a, p. 237), a espera demonstra confiança na aliança previamente estabelecida. O presente dado é como se fosse um empréstimo a quem recebeu; no futuro, este retribuirá ao credor.

Duas décadas depois, o famoso antropólogo francês Claude Lévi-Strauss retomou a pesquisa de Mauss e incluiu que mesmo em sociedades monetarizadas, como a francesa, por exemplo, encontramos trocas que se realizam sem dinheiro e até para não se conseguir algo novo. Em *As estruturas elementares do parentesco*, cuja primeira edição é de 1949, há um capítulo intitulado “Princípio da reciprocidade” no qual ele quer retomar os debates até então realizados sobre transmissão de bens por Mauss, Raymond Firth, Boas, Turner, dentre outros. Lévi-Strauss exemplifica a troca de cartões na época do Natal nas sociedades modernas. Uma pessoa dá um cartão desejando feliz natal para outra pessoa e recebe em troca outro cartão dizendo a mesma coisa. Como explicar isso em sociedades supostamente “mais desenvolvidas”? Para Lévi-Strauss não existem sociedades mais ou menos evoluídas, o que existem são formas de pensamento diferentes. Esse autor também chama a atenção para o

aspecto simbólico da troca. No exemplo dado dos cartões de natal, o que está sendo trocado é afeto, que é materializado, em alguma medida, pelos cartões e ritualizado no momento de sua troca, que gera ou mantém o afeto entre os envolvidos.⁷ Nos termos de Machado, podemos dizer que mesmo na igreja do Diabo são cometidos atos de bondade (para além das trocas mercantis).

A partir dessa compreensão ele dá o exemplo do constrangimento de se dividir um alimento com outra pessoa, mesmo que não seja conhecida, quando duas pessoas, por exemplo, dividem uma mesma mesa em um restaurante. O antropólogo argumenta que entre economia e parentesco haveriam “elementos de um mesmo complexo cultural”: o constrangimento de um consumo individual em um ato que exigiria participação coletiva. O desconforto de não dividir um alimento, ou de só consumir um alimento especial em uma situação acompanhado (os alimentos consumidos em banquetes), pressuporia o princípio de reciprocidade. Da mesma forma, a proibição do incesto — mecanismo que força uma família a fazer aliança com alguém de fora (de outra família) como uma forma de reciprocidade — acontece pois se um homem não casa com sua irmã é porque socialmente está garantido que outro homem de outra família também renunciará a sua irmã. Há uma economia presente nos

7 Talvez para os nascidos no século XXI não faça muito sentido esse exemplo da troca de cartões no Natal dada por Lévi-Strauss. Uma comparação com trocas nos dias atuais seriam as trocas virtuais de mensagens, onde quem toma a iniciativa de desejar um feliz ano novo, por exemplo, espera que o outro lhe responda desejando o mesmo. Também as redes sociais e a quantidade de “likes” que uma pessoa recebe demonstra o prestígio que a mesma possui no na comunidade, ou grupo social (mesmo que virtual)

casamentos mediante a qual novas alianças são estabelecidas e conseqüentemente um ciclo de trocas. Em poucas palavras, Lévi-Strauss argumenta que toda relação social tem a reciprocidade como base.

Também na década de 1940, Polanyi publicou *A grande transformação*, no qual critica vários princípios econômicos dos liberais como já vimos. Uma crítica central foi feita à abordagem “formalista” dos economistas que propõe uma espécie de natureza econômica no ser humano, por meio da qual todo ser humano, em qualquer época ou organização social, se comportaria da mesma maneira. Para Polanyi, isso é uma “falácia economista” porque pega um comportamento típico da sociedade de mercado e generaliza. As sociedades anteriores ao capitalismo teriam sua economia “imersa/enraizada”⁸ na sociedade como um todo (relações políticas, religiosas, sociais), sendo o mercado uma parte da sociedade. A nova economia que estava surgindo autônoma do contexto social (desenraizada, portanto) estava realizando uma “ruptura violenta”, uma “grande transformação” tornando a sociedade em um acessório ao mercado.

A proposta de uma abordagem “substantivista” da economia feita por Polanyi surge, segundo Cangiani (2011, apud Levitt, 2012), a partir de análise comparativa de diferentes sistemas econômicos. Sua pesquisa demonstra que a concepção formalista de economia surgiu de todo um processo histórico-social de uma sociedade apenas, a moderna capitalista.

⁸ A palavra utilizada no original por Polanyi é “*embedded(ness)*”. O verbo em inglês *embed* pode ser traduzido por incrustar, encaixar, embutir, encravar, enterrar, engastar. As traduções feitas nos textos de Polanyi oscilam entre imersa, submersa e (des)enraizada.

Os antropólogos leitores de Polanyi com inserção no grupo substantivista tomam como um de seus objetivos mostrar justamente a diversidade de organizações sociais e os lugares de suas economias. Em 1965, Paul Bohannan junto com o professor de economia George Dalton organiza o livro *Markets in Africa* (1965), em que é possível ler sobre pesquisas realizadas em “oito economias de subsistência em transição” como entre os *Sonjo-A*, os *Lele*, e camponeses em economias africanas. Os autores apresentam outras organizações sociais com suas economias não capitalistas, reforçando que existe uma economia mesmo sem uso de dinheiro. Três anos depois o casal Paul e Laura Bohannan escreveram o livro *Tiv Economy*, sobre a sociedade Tiv na Nigéria onde identificaram o que chamaram de “esferas de troca”, ou seja, os bens eram agrupados em um de três grupos e poderiam ser trocados por outro bem do mesmo grupo. Essa divisão dos bens em três esferas diversas demonstrava uma diferenciação qualitativa entre os bens, certa hierarquia entre eles, os mais e os menos valiosos, sem, no entanto, recorrerem a uma valoração quantitativa. A comparação entre os bens continuava sendo qualitativa, não objetiva.

Na década seguinte, Marshall Sahlins — cuja obra teve grande influência nos estudos de Karl Polanyi — focou em argumentar que a cultura influencia mais os comportamentos do que os aspectos biológicos e econômicos, por isso ele é uma referência central no que tangue pensar a diversidade de formas e significados que “o” capitalismo ganhava mundo afora. A coletânea de textos de Sahlins publicada em *Stone Age Economics* em 1972 apresenta ensaios que foram escritos durante os últimos dez anos e uma perspectiva da Antropologia Econômica substantivista.

Em seu texto *La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura* de 1976, Sahlins analisa a escolha dos animais para serem comidos ou não, a fim de provar que as escolhas econômicas são informadas pela cultura da qual se faz parte. Em uma manifestação realizada em Connecticut, EUA, em 1973, pessoas protestavam contra o fato de haverem colocado carne de cavalo à venda. Sahlins vai então comparar a carne de boi, considerada nesse país como uma espécie comestível, com a do cavalo e do cachorro, que são “espécies tabu” nesse país. Mesmo diante da inflação nesse ano, algumas pessoas consideraram inadmissível comer certas carnes. Sahlins vê uma extensão da proibição do canibalismo a algumas espécies animais. Isso aconteceria mediante a distinção entre animais-sujeitos (podendo ser considerados, até mesmo, como membros da família) e os animais-objetos (que não recebem nome e ficam vivendo sem manter relações próximas aos humanos). Em outras palavras, as escolhas dos consumidores de carne não passaram por critérios racionais de comer a carne mais barata, e sim comer pelo que é socialmente/culturalmente aceito, mesmo diante de um cenário de inflação da carne bovina.

Em 1988, publicou “Cosmologias do Capitalismo: o setor transpácífico do ‘sistema mundial’” (2004a). Em primeiro lugar, Sahlins vai dizer que é preciso colocar “o” capitalismo no plural, pois ele não é vivido da mesma forma no mundo, daí falar em diferentes cosmologias, formas de ver e viver o capitalismo. Ele defende que as economias locais tem de ser estudadas em uma relação com o “sistema mundo” e, ao mesmo tempo, mantendo sua autonomia. Nesse texto, Sahlins estuda três sociedades interligadas por um sistema de trocas das quais participavam mercadores ocidentais e os nativos do Havaí,

da China e de Kwakiutl. Sahlins se esforça para ver as trocas e os significados do chá entre China e Inglaterra, por exemplo, e seus diferentes objetivos ao tomarem chá, além de outras questões que não podemos aprofundar aqui (Lanna, 2001)

Em 1996, publicou no importante periódico *Current Anthropology* seu “A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental” (2004b) que começa com a afirmação de que um dos grandes méritos de S. Mintz (falaremos sobre esse antropólogo mais a frente) foi explicitar o quanto o capitalismo é uma economia cultural; a função econômica do doce (representado fundamentalmente pelo açúcar) não é algo que sempre existiu em todo lugar do planeta. Foi preciso criar uma exigência por produção intensa com muitas horas de trabalho para que comer algo que proporcionasse muita energia (valor calórico), o doce, independentemente de seu valor nutricional, passasse a ser consumido em larga escala. A igreja do Diabo se espalhou pelo mundo, como se um processo missionário de conquista por novos adeptos, mas não aconteceu da mesma forma em todo o lugar que chega, pois há peculiaridades locais.

Uma inovação de tema dentro da antropologia foi a pesquisa que a antropóloga Mary Douglas realizou com o economista Baron Isherwood sobre o consumo dentro de sociedades modernas, que foi publicado em 1978, *O mundo dos bens* (2004). Douglas trabalhou tanto na Inglaterra quanto nos EUA, e é considerada uma grande referência nos estudos sobre antropologia da economia. O capítulo “The Lele resistance to change” do livro *Markets in Africa* (1965), organizado por Bohannan & Dalton, foi escrito por ela. Depois de estudar os Lele e os Bushong que estavam separados pelo Rio Kasai, a antropóloga decide

estudar a própria sociedade moderna capitalista em vez das “outras sociedades”. Uma de suas questões é mostrar como a função principal do consumo é dar sentido, criar significados, e não apenas satisfazer a necessidade individual (bem-estar material e psíquico) e/ou demandas da sociedade (exibição). O consumo é visto pelos dois autores como uma forma de relacionar-se com as pessoas, sendo mediados pelas coisas consumidas. Criticando a racionalidade econômica, “... a ideia do indivíduo racional é uma abstração impossível da vida social...” (Douglas & Isherwood, 2004, p. 27), eles querem analisar o raciocínio metafórico a fim de escrutinar as relações sociais que subjazem o consumo (excessivo) na sociedade, pois “... Os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes” (idem, p. 36). Antropólogas no Brasil vêm pesquisando sobre consumo e identificando diversos significados conferidos aos bens consumidos, desde a “nova sociedade emergente” do final do século XX início do XXI no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (Lima, 2008) até o consumo de calças de marca entre funkeiras (Mizrahi, 2006).

Outro especialista nos estudos sobre relação ser humano e coisas/objetos é o antropólogo Daniel Miller, que em 1987 publicou *Material Culture and Mass Consumption* e no ano seguinte *A Theory of shopping*. Ele vem juntando alguns temas como consumo na internet e uso de mídia (e nesse sentido também consumo de tecnologia) para a manutenção/ obtenção de saúde. Há uma série de pesquisadores que tratam o tema do consumo e aqui estamos sinalizando um nome de quem está vivo e ativo, posto que Mary Douglas já faleceu.

No Brasil, desde a década de 1960 vem sendo feitas pesquisas em Antropologia Econômica e depois em

antropologia da economia. O antropólogo Federico Neiburg (2010) realizou uma grande revisão bibliográfica nessa subárea da antropologia com a economia — da produção nacional sobre temas que passam sobre impactos da vida urbana com a vinda de imigrantes, mudanças sociais no Nordeste do país em razão das plantações canavieiras, lugares de mercado (pesquisas em feiras populares), sentidos e usos do dinheiro, moralidades a partir das quais são julgados pagamentos (prostituição, pornografia, relações religiosas e familiares), transações ilegais e informais, ponto de vista das populações colonizadas (como indígenas se apropriam e significam dinheiro e mercadorias), consumo, emergência de novos sujeitos econômicos, antropologia das finanças. Nesse artigo ele explica o termo que usamos no título desta parte do texto “antropologia da economia” e não mais “Antropologia Econômica”. Essa foi feita nos anos 1960 e 1970, como vimos anteriormente. A partir da década de 1980, os antropólogos consideram legítimo e central estudar tanto os usos e significados cotidianos no que diz respeito à economia, quanto os profissionais da economia (os *experts*) e os capitalismos no que tangem as trocas e os fluxos de dinheiro em que as relações entre “centros” e “periferias” são “embaralhadas”, como fica claro nos estudos de Sahlins, por exemplo. Daí a importância que Neiburg afirma ter o texto *The laws of the market* de Michel Callon, publicado em 1998, no qual é retomada a necessidade de estudar as relações entre os conjuntos de instituições e práticas (*economy*, em inglês) e de ciências e teorias (*economics*).

Considerando o final do século XX e o início do século XXI, podemos perceber que as trocas intelectuais e os debates entre sociólogos, antropólogos e historiadores ficam mais intensas e os debates mais interdisciplinares.

Grandes nomes no debate internacional atual incluem, dentre outros claro, nos EUA a socióloga norte-americana Viviana Zelizer, o antropólogo David Graeber da London School of Economics — recentemente falecido — e na França a socióloga e antropóloga Florence Weber e a historiadora Laurence Fontaine. Desses autores focaremos nos dois primeiros tendo em vista o objetivo “panorâmico” desta seção.

Em 1979, Zelizer publicou *Moral e mercado*, sendo que 15 anos depois publicou *The social meaning of the Money* (1997) em que retomou algumas questões colocadas por Simmel (inclusive sua metáfora sobre as cores do dinheiro) e argumentou que a diversidade de significados traz cor ao então cinzento dinheiro. Com o objetivo de explicar a “... variedade de formas por meio das quais as pessoas identificam, classificam, organizam, usam, separam, projetam, guardam e até ornamentam dinheiros quando elas lidam com suas múltiplas relações sociais...” (Zelizer, 1997, p. 1). Ela analisa, por meio da análise dos usos públicos e privados do dinheiro nos EUA entre os anos 1870 e 1930, as mudanças que ocorreram. E como escrevemos anteriormente citando Neiburg, é preciso entender, defende Zelizer, como que realmente, ou seja, no dia a dia e não na teoria, funciona o dinheiro. Distinguir e comparar as teorias econômicas com as práticas cotidianas viabiliza o conhecimento do como, quando e para que as pessoas distinguem os dinheiros. Um exemplo é como as pessoas encaram de maneira diferente dinheiro ganho por meio de trabalho, loteria ou herança.

Essa mesma pesquisadora dá um passo importante nos debates feministas quando, em 2005, publica *A negociação da intimidade* (2011). Partindo de material jurídico e outras fontes, ela critica a teoria econômica dos

“mundos hostis” e demonstra que é possível e até mesmo interessante em alguns casos pagar por relações que envolvem afeto. A teoria dos “mundos hostis” defende que o mundo do dinheiro seria o mundo onde prevaleceria a razão e os interesses, enquanto em outro mundo estariam os afetos nos quais coisas e relações não poderiam ser precificadas. Esses mundos seriam incompatíveis e deveriam ficar sempre separados, pois senão “contaminariam” um ao outro. Os limites morais são rígidos dentro dessa visão e um exemplo que perpassa várias sociedades em diferentes tempos é a não relação entre amor e sexo. Entre casais que se amam o sexo não pode ser pago, nem tratado como mercadoria.⁹

Zelizer coloca o dedo na ferida quando demonstra brigas judiciais na sociedade norte-americana durante processos de divórcio, partilha de bens entre herdeiros diante de testamentos e do caso dos cálculos para indenizar sobreviventes e familiares das vítimas do 11 de setembro.¹⁰ Em outra parte desse livro, a autora mostra como no próprio cotidiano as pessoas misturam intimidade com a atividade econômica. Um dos objetivos que perpassa a maioria de seus textos é mostrar como laços importantes, inclusive os íntimos, envolvem atividade

9 O fato de se pagar por sexo em uma relação de prostituição seria visto como algo “inferior” justamente porque o sexo sem amor seria reduzido a um serviço sem sentimentos, enquanto o que recebe o dinheiro se reduziria a um objeto (de desejo) que não é amado. A pessoa que se prostituiria seria alguém que venderia o que deveria não ter preço — as relações sexuais.

10 Nesse mesmo sentido, o filme *Quanto vale?* (2021), dirigido por Sara Colangelo e baseado no livro de Kenneth Feinberg, aborda os cálculos feitos para ressarcirem as vítimas e seus familiares do ataque terrorista em 11 de setembro às Torres Gêmeas.

econômica. Mais do que isso, a socióloga comprova em suas pesquisas que as pessoas constroem e negociam suas intimidades com essa atividade. E essas transações pressupõe outras moralidades que conjugam e até reforçam os laços e as obrigações sociais.

Existe uma circulação grande de dinheiro entre membros de família, amigos e serviços informais. Pesquisas sobre os processos durante os quais leis foram formuladas prevendo e definindo direitos e deveres que envolvem questões econômicas são importantes no cenário da antropologia da economia. Os cálculos e a obrigatoriedade de pagar pensão a filhos, por exemplo, no Brasil pressupõe e implica em uma série de valores morais e econômicos simultaneamente.

Em tempos de pandemia, Zelizer deve ser lida e relida posto que defende o pagamento por atividades de cuidado realizadas tanto dentro quanto fora do âmbito familiar. Esses cuidados vão da compra de alimentos e roupas, aos cuidados com a saúde de um membro doente e/ou idoso, além do cuidado das crianças. Quem deve prover os cuidados da saúde? No Brasil, esses cuidados são divididos entre o Estado e as famílias. Temos o SUS e simultaneamente uma rede privada de hospitais e clínicas.

Graeber, que foi orientado no doutorado por Sahlin, teve uma grande repercussão em 2011 ao publicar seu livro *Dívida: os primeiros 5.000 anos* (2012). Um antropólogo que foi engajado em lutas políticas, liderou o *Occupy Wall Street*, assumindo-se anarquista, se esforçou ao longo de sua vida acadêmica e política em desnaturalizar certos sentidos comuns como o de que o crédito só teria aparecido depois da existência do dinheiro. Os discursos sobre inovações financeiras teriam como um de seus objetivos convencer uma grande parcela da população a

deixarem nas mãos dos profissionais especialistas para tomarem decisões econômicas. O que significa quando reduzimos nossas obrigações morais às dívidas?

O livro se aproxima muito do método “polanyiano” presente em *A grande transformação* ao realizar discussões entre a Antropologia e Economia, tendo como fio condutor a História. Ou seja, como o próprio título indica, Graeber se propõe a escrever uma História da evolução das sociedades a partir de princípios econômicos surgidos das relações culturais. As religiões — e não mais apenas a tradição judaico-cristã como visto antes — aparece como o principal “fio condutor” que unifica as relações morais e econômicas. A proximidade entre os vocábulos crédito e credo não é apenas uma coincidência, mas parte de um processo muito amplo, para não dizer universal, em que a dívida — do homem para com deus(es), do filho para com o pai, do indivíduo para com a comunidade, pátria ou país — assumiu o papel central na organização das atividades econômicas de distintas sociedades.

Integrando de certa forma as discussões de Simmel (acerca do dinheiro) com as de Polanyi (acerca de um mercado autorregulado) Graeber propõe que na maior parte das sociedades as dívidas eram morais, não monetárias e não reguladas pelo mercado. Somente quando na expansão da civilização ocidental nos últimos 500 anos todas, ou a maior parte, das dívidas puderam ser quantificadas, monetarizadas e negociadas no mercado é que o capitalismo se fez luz.

O livro também rompe com a concepção universalista das sociedades judaico-cristã, mostrando que a maldade, a corrupção ou o Diabo não é uma figura universal nas diversas religiões humanas — que tinham cosmogonias muito mais complexas e nem sempre duais (bom e mal)

— sendo o Diabo, como o açúcar, um dos principais produtos de exportação/universalização das sociedades capitalistas.

A importância do texto fundador de Mauss para Graeber fica bem claro no pequeno (se comparado ao livro de mais de 500 páginas) artigo escrito por ele com Marcos Lanna ainda em 2005. Nele, os dois antropólogos veem com esperança uma construção diferente de organização social a partir de um Estado que regule o mercado, em que a dádiva seja uma forma de relação social mais justa que a da sociedade baseada em valores do ideal moderno-cristão. De uma dádiva desinteressada para uma obrigação de retribuir se pode, segundo esses dois autores, ter uma sociedade mais próxima do socialismo.¹¹

Os estudos antropológicos sobre trocas, nas sociedades ou simplesmente entre diferentes agentes sociais, podem ajudar os historiadores basicamente sob duas circunstâncias: a) quando historiadores estudam sociedades não capitalistas; b) quando estudam as trocas realizadas na sociedade capitalista entre agentes sociais que mesmo envolvendo dinheiro não se resumem apenas a uma lógica monetária.

11 Para uma leitura bem acessível e resumida, conferir WINE, Allan. 2021. “David Graeber”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/autor/david-graeber>>.

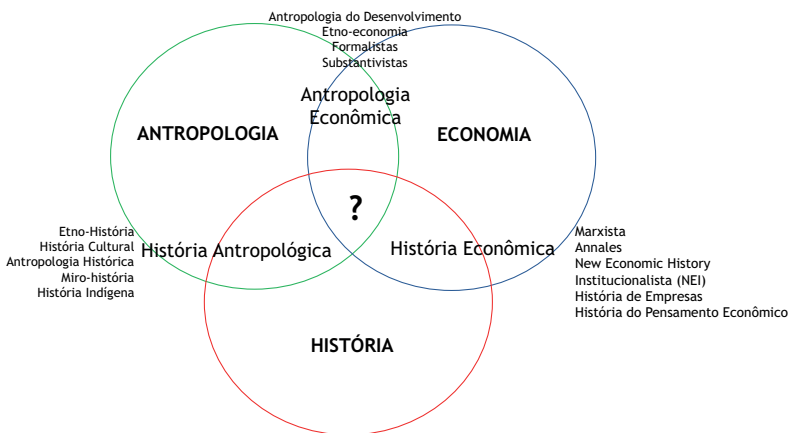
O livro postumamente lançado de Graeber com o Arqueólogo David Wengrow (*O Despertar de Tudo*, 2022) reforça uma visão não linear da evolução das sociedades humanas e da ênfase do pensamento ocidental em criar uma tipologia evolucionista delas. Entretanto, a tensão promovida pelo advento do capitalismo e os diversos padrões “mentais” (ou culturais) que “universalmente” se opuseram a esse sistema continuam latentes na obra de Graeber.

ANTROPOLOGIA, ECONOMIA E HISTÓRIA (INTER)FACES (IM)POSSÍVEIS?

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.

(Karl Polanyi, *A grande transformação*)

O diagrama que abre esta seção é um esforço de mostrar o quão complexa vem sendo a aproximação entre Antropologia, Economia e História. Se, podemos encontrar semelhanças e congruências entre análises *formais* na literatura, ciências sócias e filosofia acerca da economia capitalista, o intercâmbio de conceitos, teorias e métodos entre esses três campos do conhecimento foi bem mais tortuoso, até mesmo no presente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Sem podermos (e querermos) discutir ou elencar todas as interfaces possíveis entre a Antropologia, a História e a Economia, o nosso objetivo em todo o texto é principalmente o “centro” da imagem, que nomeamos, provisoriamente de *história econômica de base antropológica*. Para podermos delimitar um pouco melhor esse objeto, devemos ao menos sumarizar as interfaces ou conexões possíveis.

Conforme vimos na seção anterior, desde muito cedo a Antropologia ofereceu poderosas análises acerca do capitalismo com base em suas origens, tanto nos exemplos de sociedades não capitalistas, como nas críticas às próprias “crenças” capitalistas. Entretanto, a Economia demorou a “aceitar” essa realidade, como nos diz Molina, “la historia de la antropología económica puede explicarse en gran parte como un debate contra los preceptos de la economía neoclásica” (2004, p. 8). À exceção de Thorstein Veblen e alguns economistas da corrente institucionalista, poucos economistas aceitaram as críticas ou os conceitos dos antropólogos até, pelo terceiro quartil do século XX.

Se o final do século XIX e o início do XX foi marcado pelo desenvolvimento da Antropologia como campo do conhecimento novo e ainda a Literatura oferecia “mestres” na crítica do seu tempo, a História e a Economia trilhavam caminhos distintos.

A *Economia Política* (ou Economia Clássica) teve grande importância para a construção do campo da História em geral e da História Econômica em particular. A análise da *Economia Política* era diretamente ligada a uma interpretação que levava em conta a historicidade como um fenômeno importante para a eclosão do capitalismo. O que os economistas *clássicos* buscavam entender em suas análises era a evolução das forças

políticas, econômicas e sociais que haviam permitido o arranque industrial europeu desde a sua vertente mais *liberal* (da qual Adam Smith segue insuperável) até a sua vertente *socialista* — por isso Marx será considerado como o último clássico. Isso porque o marxismo como corrente teórico-política provocou uma grande interface entre a História e a Ciência Econômica.

Diferentemente da Revolução Marginalista do final do século XIX, que separou a economia da política, os historiadores econômicos em sua vertente mais liberal buscavam na generalização da técnica e tecnologia, das forças de mercado, na racionalização crescente dos fatores de produção e de uma mentalidade progressista (ou liberal) como o motor explicativo da História. A vertente socialista, ou marxista, buscava, por outro lado, na formação do proletariado e no longo e tortuoso processo de submissão formal do trabalho ao capital (via principalmente ao assalariamento) as origens do fenômeno que modificava já há um século a face do planeta.¹²

Uma exceção ao pensamento dominante na economia seria a Escola Histórica Alemã, principalmente em sua última fase liderada por Werner Sombart e da qual Max Weber foi partícipe. A maioria dos seus “membros” não entendia como a Economia poderia ser uma ciência que não levasse em conta as decisões dos Estados,

12 Por mais que Karl Marx houvesse analisado o processo de implementação do capitalismo em seus aspectos sociais, políticos e culturais e que mesmo em seus manuscritos inéditos até a segunda metade do século XX como as *Formens* (Formações Econômicas Pré-Capitalistas) ele anunciasse a importância dos valores extraeconômicos no funcionamento das sociedades pré-capitalistas (como no estudos de Maurice Godelier que veremos mais à frente) o fato é que historiadores marxistas aceitaram bem pouco os argumentos dos antropólogos até esse momento.

governos e agentes ao longo do tempo para o crescimento econômico dos povos. Isso significava ainda que os aspectos culturais seriam importantes indicativos das condições de maior ou menor desenvolvimento das várias nações. Essa maior ênfase no conceito de Cultura obviamente se relacionava a(s) história(s) distinta(s) pelo qual cada sociedade atravessaria. Não obstante a valorização da história e dos aspectos culturais não retirou o caráter essencialmente conservador e elitista da maioria dos seus membros (Baingo, 2009).

Também já é sobejamente conhecida a “revolução” provocada pela *Escola dos Annales* a partir da década de 1930, onde historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre promoveram o encontro da História com a Economia, a Geografia e ainda a própria ideia de uma *História Problema* (ou com um objeto de análise). Os historiadores ligados aos *Annales* construíram, principalmente na assim chamada *segunda geração*, interpretações calcadas em grandes séries que dialogavam com diversas áreas das ciências sociais (preços, salários, relações de trabalho, comércio local, nacional e internacional, impostos etc.) que tem na obra de Fernand Braudel *O Mediterrâneo*, uma de suas mais importantes sínteses.

Mesmo com todos os avanços dos estudos desses historiadores econômicos, as explicações tendiam a ver na evolução econômica um caminho mais ou menos tortuoso em busca de uma economia de mercado e industrial, liberta de suas “franjas de algodão” arcaicas. Os resquícios feudais na Europa, as heranças da escravidão na América, o processo de conquista e a submissão rápidos na África, Ásia e Oceania impunham limites à formação de economias modernas. A busca pelas causas do avanço e/ou atraso em direção ao capitalismo (ou ao socialismo)

era o principal objeto dos estudiosos da História Econômica. Não é demais lembrar duas obras emblemáticas nesse sentido, o livro *Estudos sobre o desenvolvimento do Capitalismo* de Maurice Dobb de 1946 que promoveu um intenso debate conhecido como *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo* entre os historiadores marxistas e *Prometeu Desacorrentado* de David Landes de 1952 que virou uma grande referência entre os estudiosos do *mainstream* econômico.

Isso significa que as relações entre a História Econômica (que é o que mais nos interessa aqui) e a Antropologia, especificamente a Antropologia das Economias eram muito distantes, para não dizer conflituosas em alguns momentos. A grande maioria dos historiadores econômicos não incorporava conceitos originários do campo da Antropologia. Mesmo a obra de Karl Polanyi era vista como uma interpretação *derivada* das obras de Karl Marx (Carvalho, 2015). No Brasil a importância que o marxismo teve, por exemplo, na formação do campo da História (novamente com o destaque para a História Econômica) e a própria importância das teorias keynesianas e cepalinas nos cursos de economia impediam um intercâmbio mais intenso com as discussões propostas.

Não obstante essa distância, a permanência de Karl Polanyi na Universidade de Colúmbia nas décadas de 1940 e 1950 permitiu um amplo projeto de investigação liderado por ele e a publicação em 1957 de *Trade and Market in the Early Empires*, com capítulos de vários dos seus discípulos como Joan Martínez Alier, Harry Pearson, Conrad Arensberg e Alberto Nicolás, consolidou uma tendência em se utilizar dos conceitos antropológicos, particularmente no estudo das sociedades “antigas”.

Com base nos estudos de Moses Finley, a partir de 1972, com a publicação de seu livro *The Ancient Economy*, a História Econômica das sociedades antigas assumiram as referências da Antropologia — particularmente de Mauss e Polanyi — como a principal vertente explicativa do que ficou conhecida uma interpretação *Substantivista*, em oposição a uma concepção *Formalista* (Cardoso, 1994). O que esses autores tinham em comum era a análise de sociedades onde a pequena participação do mercado na vida econômica explicava grande parte das relações de trabalho, trocas e demais atividades. As sociedades “antigas” seriam, portanto, apoiadas no trabalho camponês, escravo ou servil, a maior parte da produção “circulava” como tributos, presentes ou oferendas e o papel do comércio limitado a pequenas parcelas da sociedade.

As críticas recentes à obra de Moses Finley como as de Alain Bresson (2007) não inviabilizam a importância desse autor e menos ainda a chegada das referências do campo da Antropologia à História Econômica da antiguidade, tornando-se importante campo de interlocução com as pesquisas recentes da área. Temas como a suposta concepção negativa que Aristóteles possuía acerca da *crematística* (a “vontade” de ganhar dinheiro) em oposição a *oconomica* (ou a economia doméstica), ou ainda a ausência de um conceito abstrato de *mercado* na Grécia antiga têm sido relativizados e ampliados (Carvalho, 2015).

Também nos estudos das Sociedades Medievais e Modernas (ou grosso modo até o século XVIII) a “chegada” da Antropologia Econômica — novamente de forte base maussiana — se deu pelas análises de Wiltold Kula sobre a sociedade feudal polonesa ao longo de sua história e as generalizações que ele realizou a partir de então (Kula, 1962). Questões como prestígio comunitário,

honra, nome e domesticidade teriam mais importância no mundo rural do Leste europeu do que os ganhos de escala que ocorreram na porção ocidental da Europa, reforçando aspectos culturais, até então, pouco levados em conta nas análises de historiadores econômicos.

Um marco nesse processo de aproximação entre as posições de Marx e Polanyi pode ser vista na edição espanhola do livro coletivo organizado por Polanyi *Comercio y mercado en los imperios antiguos* de 1976. O prefácio de Maurice Godelier traz um alentado estudo aproximando as duas trajetórias intelectuais e aparando as “arestas” que separavam esses dois autores. Segundo Godelier, a publicação de textos inéditos de Marx as *Formens* (Formações Econômicas Pré-Capitalistas), mostram que o autor de *O Capital* já teria lançado as bases para uma interpretação dos modos de produção pré-capitalistas em que as relações sociais e os valores culturais, políticos e religiosos explicariam o funcionamento dessas economias, e não o contrário. A lição tirada por Godelier e que teve grande repercussão entre historiadores franceses foi a maior permanência de valores e comportamentos arcaicos nas sociedades do Antigo Regime, aliás, termo adotado porque confortavelmente explicava grande parte das permanências e continuidades de uma França (e Europa) pré e pós-Revolução de 1789.¹³

É particularmente a partir dos anos 1990 que as interpretações culturais da economia chegam no campo

13 Também o prefácio/estudo introdutório que Eric Hobsbawm faz a publicação das *Formens* chama a atenção a esse fato, ou seja que as interpretações de Marx sobre as sociedades não ou pré-capitalistas valorizavam aspectos sociais, culturais e político sobre os fatores “econômicos” *stricto sensu*, ou de como a economia nessas sociedades estava “submersa” em dimensões extraeconômicas.

da História Econômica. Nos EUA tivemos obras como Charles Sellers, *Market Revolution* de 1994 ou *Soul by Soul: Life inside the Antebellum Slave Market* de Walter Johnson's em 1999 que relativizaram os comportamentos econômicos das sociedades escravistas. Isso representou uma severa crítica a *New Economic History* que desde os anos de 1970 estudavam as relações econômicas das sociedades sulistas como análogos ao moderno capitalismo estadunidense, principalmente a partir dos estudos de Fogel & Engerman — a *Time on the Cross*. A publicação de *Toward a History of Cultural Economy* por Rosanne Currarino em 2012 demonstrou como as mudanças no mercado mundial ao longo do século XIX alteraram as relações culturais e demonstra ainda a atual aproximação entre a História Econômica com a História Cultural (essa permeada de conceitos e teorias antropológicas).

Do outro lado do Atlântico, diversos historiadores britânicos têm avançado nos padrões morais e nas características culturais da sociedade inglesa para conseguir explicar a emergência e o desenvolvimento do capitalismo na própria Inglaterra. Partindo do conceito de uma longa e lenta Revolução Industrial nas pesquisas de Crafts & Harley (1992) cujas origens poderiam ser buscadas no século XV, pelo menos. Historiadores britânicos têm consagrado o conceito de “Gentlemanly Capitalism” em que a atuação das classes aristocráticas inglesas teve mais importância (política e cultural) do que a “burguesia industrial” (Davidson, 2012; Cangiani, 2011).¹⁴

14 Gregory Clark (2007) realizou uma análise econômica que reduzia a História Econômica da Humanidade em termos muito simples: Os rendimentos *per capita* oscilando desde a Idade da Pedra até o início da Revolução Industrial, a reação dos historiadores os levou fatalmente

Na produção brasileira, um marco importante das questões trazidas pela Antropologia foi, sem dúvida alguma, os estudos derivados das pesquisas dos professores da UFRJ João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino. Originalmente denominado *O Arcaísmo como Projeto* (nome do primeiro livro publicado pelos dois em 1993) e mais recentemente denominado *Antigo Regime nos Trópicos* é um grande esforço intelectual que privilegia aspectos culturais e políticos na análise do comportamento dos grupos dominantes da economia colonial brasileira e acaba por enfatizar as práticas derivadas das relações políticas, morais e religiosas.

Os estudos dos autores se desdobraram em uma série de críticas que, primeiro colocou em xeque as análises econômicas somente baseadas nas relações de mercado, e, posteriormente, demonstrou como os elementos típicos de *Antigo Regime* foram as principais motivações no processo de conquista e colonização do território brasileiro. Também a crítica a uma História Econômica que não levasse em conta os aspectos culturais e sociais foram diversas vezes apontados como a principal causa da derrocada da História Econômica entre nós e da necessidade de sua superação.

Talvez a grande contribuição dos estudos de uma História Econômica que incorpore a antropologia das economias entre nós seja a compreensão mais refinada de quanto a nossa sociedade deve aos seus elementos históricos e culturais, derivados da escravidão, da conquista e submissão das sociedades originais e das estruturas políticas, religiosas sua concentração persistente e “macabra” de renda (Fragoso, 2002, p. 9)

em direção a aspectos culturais que dificilmente seriam mensuráveis em outras análises.

Por outro lado, as posições *formalistas* dentro da Antropologia Econômica e os estudos históricos sempre tiveram um campo relativamente promissor, principalmente entre uma produção que estudava determinados comportamentos econômicos, ou ainda determinadas áreas (ou ativos) como as moedas (ou a economia monetária). O estudo mais emblemático nesse sentido continua sendo o livro de Heskovits de 1952, *Economic anthropology: a study of comparative economics* que postula que os recursos são escassos em todas as sociedades humanas (quer no passado, quer no presente) e que as opções individuais e coletivas sempre são a fim de satisfazer as suas necessidades materiais. Apesar das contribuições de Raymond Firth que incluiu elementos extraeconômicos como a magia, a religião e o parentesco nas atividades econômicas a teoria econômica seria possível de ser aplicada em todas as sociedades humanas (Molina, 2004, p. 46)

Obras de grande sucesso editorial como *Manias, pânico e crises: um histórico das crises financeiras* de Charles Kindleberger (1992) abordam características do funcionamento dos mercados e das sucessivas crises ao longo do tempo (a começar por uma suposta bolsa de valores no Império Romano) destacando comportamentos similares do mercado de ações. Temas como comportamento de manada por acionistas, especulações, boatos e tantos comportamentos caricaturais identificados e descritos em detalhes desde a crise de 1929 servem como ponto de partida e de chegada para esses comportamentos econômicos.

Outro exemplo é o livro *A história do dinheiro* de Jack Weatherford (1999) que trata as várias formas de moeda surgidas ao longo da história de várias civilizações, ao mesmo tempo que se apoia em exemplos de pesquisas etnográficas de moedas “exóticas”. A evidência que

o comportamento monetário das civilizações do passado guarda grande similitude com os dias de hoje reforça uma posição que vê na “evolução” do dinheiro (ou da moeda) a origem da moderna sociedade capitalista. A passagem que ele resgata Fausto e o seu pacto com Mefistófeles (ou o Diabo) na obra de Goethe e é emblemática das metáforas tratadas nesse texto: foi o diabo que “encontrou o segredo para fazer ouro, o segredo que todos os alquimistas haviam procurado durante séculos. Consegue permissão do imperador para imprimir papel-moeda — «afolha enviada do céu»” (Weatherford, 1999, p. 141).

Por último, o livro de Milton Friedman (1992) *Episódios de História Monetária* já trazia no próprio subtítulo (ao menos da versão original e em espanhol *Paradojas del dinero: episodios de historia monetaria: hacia un nuevo liberalismo económico*) o sentido em que o texto se filia. Defendendo os pressupostos neoliberais e, principalmente a sua teoria quantitativa de moeda — a chamada Escola Monetarista — usa de exemplos antropológicos tomados da etnografia de Willian Henry Furness III nas Ilhas Carolinas (Yap) na primeira década do século XX. Furness estudou as moedas *fei* que segundo ele

consiste[m] de grandes, sólidas e grossas rodas de pedra, com diâmetros que vão de 30 centímetros a 4 metros, tendo no centro um buraco que varia de tamanho com o diâmetro da pedra e no qual pode-se inserir um pau suficiente grande e resistente para suportar o peso e facilitar o transporte (Furness, 1910 apud Friedman, 1992, p. 17).

O que interessou a Friedman foi o registro de que algumas dessas moedas eram tão grandes que não compen-savam o transporte entre os seus possuidores nas várias

aldeias e casas das ilhas e que, somente a posse simbólica dela conferia poder e riqueza aos proprietários. Friedman comenta ainda (sempre apoiado nos relatos de Furness) que os alemães (que mantiveram o domínio sobre as ilhas entre 1899 até 1919) simplesmente marcavam as moedas com símbolos da República de Weimar para os ilhéus que se recusavam a pagar os tributos aos colonizadores em forma de trabalho. Isso foi o suficiente para “confiscar” as riquezas e empobrecer as famílias locais. Por analogia, o economista dizia que esse comportamento não foi muito distinto daquele que levou a “volta” das pilhas de ouro em barras dos países europeus depositadas no Fort Inox no final dos anos de 1960 e início dos 1970 — em detrimento dos EUA que apresentou déficits sequenciais em sua balança de comércio a partir de então — ainda que essa mudança fosse simplesmente “remarcar” os países proprietários dessas fortunas.

No caso, um dos mais influentes economistas da “Escola de Chicago” não estava verdadeiramente interessado nos pressupostos antropológicos em questão, mas simplesmente a afirmação do quão a sua teoria quantitativa da moeda estaria formal (e antropológicamente correta) em contraposição às teorias keynesianas dominantes nas décadas de 1940 até 1970.¹⁵

Dessa forma, poderíamos encerrar essa seção, lembrando que a Antropologia como qualquer campo das ciências em geral e das sociais em particular não é isenta

15 Os demais capítulos do referido livro são “exercícios” em vários campos da Economia (como a história contrafactual ou da teoria econômica) que tem como objetivo central provar como a teoria neoliberal e, principalmente, a teoria monetária como os principais instrumentos de atuação no âmbito da economia. Cf. entre outros Corazza & Kremer (2003).

de posições políticas e ideológicas. Assim não existe “uma” história econômica de base antropológica, mas variadas teorias e interpretações que podem ser selecionadas e operadas pelos historiadores.

ANTROPOCENO, ECONOMIA E HISTÓRIA: UM NOVO MUNDO É (IM)POSSIVEL

Nesta parte do texto a proposta é pensar e apresentar questões econômicas a partir da relação entre os seres humanos e as transformações, os usos e os significados da natureza. Partiremos da concepção de natureza de Karl Marx, passaremos rapidamente por algumas pesquisas e questões antropológicas que envolvem o dualismo natureza/cultura e finalizaremos na apresentação dos debates atuais acerca do antropoceno. Impossível abordar aqui todas as linhas de pesquisas realizadas por antropólogos criticando e denunciando os efeitos do capitalismo; porém propomos que, para falarmos sobre antropoceno e pensá-lo no que tange aspectos econômicos, uma apresentação resumida de algumas mudanças na forma de encarar “a natureza” e seus “processos naturais” vai dar uma base adequada para entender a agenda que vem mobilizando conhecimentos interdisciplinares sobre antropoceno.

Para Marx (1968), a natureza é fonte de matéria-prima e é por meio do trabalho, durante o qual o ser humano aplica sua força sobre a natureza, que é transformada pelo homem. Seja o esforço de colher frutas ou algo mais longo como plantar uma semente até poder colher os frutos de uma árvore, a relação do ser humano com a natureza é de transformá-la segundo os seus interesses e as suas necessidades. O trabalho pode acrescentar novas propriedades

a algo que inicialmente está na natureza. O homem pode cortar uma árvore, cuja madeira tem suas propriedades, e transformá-la em uma mesa, passando a servir para apoiar coisas. A mercadoria mesa é vendida como produto do trabalho do homem sobre a natureza. Assim, o objetivo principal de Marx ao falar sobre a natureza era pensar a relação entre os seres humanos e seu trabalho (sua ação e seus posteriores valores de troca e de uso). Segundo Krader (1980), para Marx, entre o homem e a natureza há um intercâmbio e uma continuidade material.¹⁶

Na mesma época, Darwin estava formulando sua teoria da evolução, se contrapondo à explicação criacionista, segundo a qual Deus teria criado a natureza como ela é, ou seja, sem ter sofrido alterações ao longo dos séculos, sendo sempre a mesma. Darwin traz uma historicidade (temporalidade) às espécies ao demonstrar mudanças ao longo dos anos/séculos, além de incluir os seres humanos como parte da natureza e não um caso separado. Mas se Darwin mostra em suas pesquisas que as espécies entram em extinção ou sobrevivem em função da “seleção natural”, essas mudanças (adaptações para usar o termo dele) aconteceram pelas relações entre as diferentes espécies que habitam o planeta. O ponto central nas ciências sociais é que toda a sociedade transforma a natureza e, segundo Marx, é fundamental analisar as peculiaridades/novidades do capitalismo nessa relação. Ao contrário de Darwin, Marx não está focado nas mudanças que acontecem entre as espécies, nem nas adaptações que os seres humanos teriam

16 “... É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material...” (Marx, 1968, p. 79).

de realizar por causa da natureza. Para Krader (1980), Marx, como leitor de Darwin, vê a teoria do evolucionismo como um processo ao longo do qual a natureza sofre adaptações, assim como os seres humanos (que também fazem parte da natureza) têm o seu processo histórico. É preciso incluir o tempo para saber a real e concreta transformação da natureza por meio do trabalho nas sociedades capitalistas. E não tem como debater sobre antropoceno sem incluir o tempo e os processos sociais.

No clima de debates sobre evolução, antropólogos evolucionistas clássicos como Lewis H. Morgan, Edward B. Tylor e G. Brinton liam seus dados adaptando a noção de evolução das espécies (da natureza que culminaram nos humanos) na evolução do que se entendia por raças (que comportamentos e moralidades seriam determinados biologicamente). A diversidade humana para esses três era explicada pelo estágio evolutivo que cada raça estava dentro da cultura (assim no singular “a” cultura). Será o antropólogo Franz Boas um dos primeiros a criticar o evolucionismo e o racismo, bem como vários determinismos (geográfico, racial, psicológico). No final do século XIX, Boas escreveu sobre as diferenças entre os povos e as suas relações com a natureza: o meio ambiente para ele influenciava as culturas, mas não as determinava. O fato de Boas ter iniciado sua carreira como curador do Museu Americano de História Natural, em Nova York antes de ser professor em Colúmbia, somente reforça a importância e o pioneirismo desse autor por construir um olhar etnográfico para além das experiências *in loco*, mas também avaliando os seus “vestígios materiais” (Castro, 2004).

Na corrente francesa socioantropológica, a distinção entre natureza e cultura é um de seus pilares. A natureza é o que não muda no tempo, sendo tomada como igual

em qualquer lugar (por exemplo, a lei da gravidade). Por outro lado, a cultura é onde está a diversidade das sociedades e, por ser algo construído, não dado, envolvia tanto as diferenças das “civilizações”, quanto às mudanças que aconteciam dentro de uma mesma sociedade ao longo do tempo. Exemplos bem simples foram dados por Mauss (2003b) como a necessidade universal de que todo ser humano tem de dormir e comer (“é natural”), porém as particularidades de se dormir em uma cama, no chão, em uma rede, ou de comer comidas cruas, cozidas, fritas, são materializações da diversidade cultural.

Na antropologia social britânica e norte-americana, também durante um tempo, a natureza era considerada como “dada”, ou seja, um pano de fundo (ou um palco) em que as relações sociais aconteciam. A partir do pós-guerra, os estudos ecológicos surgiram como uma linha de pesquisa dentro da Antropologia Cultural nos EUA, que focavam na relação entre comportamento cultural e fenômenos ambientais (Vayda, 1969). Influenciados por Franz Boas, esses estudos entendiam que o meio ambiente era parte do mundo material. A diversidade cultural foi explicada porque há diferentes fenômenos ambientais (lugares que têm desertos e lugares com invernos rigorosos demandam técnicas e saberes diferentes); mas também para os mesmos fenômenos ambientais se encontrou diferentes formas de agir e significar.

Essa perspectiva de natureza imutável, dada, passiva e generalizada (“a” natureza), passou, ao longo do século XX, a ser criticada sob diversas perspectivas e em diversas áreas de conhecimento. Braudel e Wallerstein, que não eram antropólogos, pensaram capitalismo mudando o olhar da relação das sociedades com “a natureza” nas décadas de 1960 e 1970. O que se consegue produzir em

um lugar, não se consegue em outro, pois há diversidade na natureza espalhada pelos continentes. Ambos partem de uma base teórica em Marx.

O historiador Braudel publicou em 1967 o primeiro volume de *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV- XVIII* (1997), em que argumentou que o mercado era construção de locais em relação de acordo com as condições geográficas (quais alimentos, por exemplo, podiam ser cultivados onde) — a natureza tem diversidade de climas, espécies, e a produção de matéria-prima não ignora isso. Os produtos locais foram circulando inicialmente em terras próximas, mas com o domínio de navegação em alto-mar foi possível aos europeus viajar mais longe da costa e chegarem ao Novo Mundo (vem da Europa vinho e presunto, e saem das Américas milho, batata e feijão). Isso em pleno século XV, pois a caravela portuguesa, por exemplo, nasceu em 1430. As expansões dessas trocas relacionadas ao desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias possibilitou o que Braudel chamou de “economia mundo”. E foi por que ele fez pesquisas de longa duração (fazendo um recorte por séculos acerca de certos temas, em vez de pegar poucos anos ou poucas décadas para analisar) que conseguiu mostrar processos complexos de aprendizagem de técnicas e tecnologias que mudavam a forma como as pessoas de diferentes lugares (países e continentes) trabalhavam e produziam bens/mercadorias em seus respectivos lugares geográficos e suas especificidades para depois serem negociadas pelo mundo afora. A natureza não deveria ser tomada como um palco ou uma espécie de pano de fundo inerte onde os seres humanos viveriam; para Braudel, esses tinham de se adaptar às condições geográficas de cada local. Assim, “a natureza” ganha diversidade e certa atuação.

O sociólogo Immanuel Wallerstein expandiu e formulou o conceito de “economia mundo” em sua trilogia *O sistema mundial moderno*, cujo primeiro volume foi publicado em 1974. O mundo (no caso aqui, o planeta Terra) tem suas economias interligadas (daí se falar em uma economia política internacional) mantendo algumas especificidades. Assim, haveriam os países centrais, os semiperiféricos e os periféricos, sendo os centrais onde se produziriam principalmente bens industrializados e os (semi)periféricos produziriam matéria-prima. Como essa explicação tem um olhar mais macro, não pensando a diversidade interna dos países, costuma não interessar a maioria dos antropólogos no Brasil. No entanto, foi inovador na sua época por demonstrar como economias locais estavam se tornando influenciadas por economias de toda parte do mundo dentro de um sistema capitalista que paga mais pelos bens industrializados do que pela matéria-prima, assim como hierarquiza o valor da mão de obra das pessoas que atuam nesses dois diferentes trabalhos — gerando uma desigualdade econômica cada vez maior.

Segundo o antropólogo australiano Chris Gregory (1998), os antropólogos até a década de 1970 ignoravam a economia clássica tradicional. A partir da década de 1980, outra forma de olhar a distribuição de riquezas no mundo foi feita por dois antropólogos: o norte-americano Sidney Mintz e Eric Wolf. Ambos demonstram com suas pesquisas a exploração da mão de obra escravizada em função de interesses capitalistas de europeus colonizadores e da expansão imperialista norte-americana, além de ambos terem lido Wallerstein, Marshal Sahlins e terem dialogado entre si.

Mintz fez pesquisa no Caribe e ficou conhecido pela sua produção sobre a história do açúcar. Seu livro

Sweetness and Power foi publicado em 1985 e teve grande influência em vários debates, da antropologia da alimentação à forma de analisar a produção econômica do açúcar no Caribe para ser consumido pelos colonizadores europeus e norte-americanos. Esse uso das colônias como fonte de matéria-prima para as metrópoles aconteceu em geral como sendo um dos objetivos dos colonizadores. Com a revolução industrial e a consequente possibilidade de produzir mais mercadoria em menos tempo, as colônias foram mais demandadas. E assim como desde o início, os custos ambientais (esgotamento dos solos, perda de biodiversidade) e os humanos (escravização, migração forçada, sofrimento e mortes) nunca foram motivo para pararem o processo de exploração. O açúcar é um exemplo de produção local para consumo global, quem produz é quem menos consome.

Wolf estudou os camponeses (seu texto *Camponeses* foi publicado em 1966) em diversos locais, ajudou a fundar o estudo das “sociedades complexas” e criticou/denunciou as condições das *plantations*. Ele demonstrou como estavam articuladas formas diferentes de organizar a produção de mercadorias: proletariado na Europa e mão de obra escravizada nas *plantations* no Novo Mundo. É considerado leitura obrigatória quando se quer entender processos envolvendo questão agrária e expansão do sistema capitalista mundial. Seu livro *A Europa e os povos sem história* (2005), publicado em 1982, expõe suas críticas ao capitalismo industrial como modo de produção que influenciou na migração de pessoas para se tornarem classes trabalhadoras assalariadas ou escravizadas. Seu principal objetivo foi tornar visível os inter-relacionamentos e interdependências no espaço e no tempo de diferentes sociedades e culturas humanas.

Por Wolf focar nos camponeses, os textos dos antropólogos que fizeram trabalho de campo com esses agentes sociais aqui no Brasil (Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia, José Sérgio Leite Lopes, Beatriz Feldman-Bianco, Gustavo Lins Ribeiro, dentre outros tantos) podem inspirar pesquisas em História Econômica.

Várias pesquisas realizadas por antropólogos denunciam e demonstram o quanto os sistemas capitalistas de produção de riquezas produzem concentração de renda, aumento da pobreza, insustentabilidade etc. E nesse sentido é injusto pensar que apenas os que estudam antropologia da economia teriam dados sobre capitalismo; há desde os estudos clássicos no Brasil sobre relações de exploração no campesinato, passando por relações com meio ambiente e economias informais, dentre tantas entradas para tratar essas questões.

No Brasil, trabalhos de campo realizados por etnólogos ameríndios mostravam como diferentes cosmologias não faziam a distinção entre natureza e cultura como se faz na ciência moderna ocidental. As cosmologias ameríndias, com apenas uma cultura, porém diversas naturezas (multinaturalismo) se mostram o avesso da noção de uma natureza e diversas culturas (multiculturalismo) (Viveiros de Castro, 2002). Essas cosmologias inspiraram antropólogos e sociólogos a repensarem as próprias categorias de análise. Diversos debates surgem a partir da década de 1980, mas aqui neste texto cabe apenas mencionar que animais, forças da natureza e plantas passam a ganhar uma agência nas próprias teorias antropológicas. A natureza que antes era entendida como um palco estático e inerte, passa a ser um agente junto com os humanos. Mais à frente retomaremos isso, mas antes precisamos

abordar como outros usos e significados da natureza aparecem dentro de perspectivas econômicas.

Pegando os debates antropológicos em outra linha de pesquisa, a dos conflitos sociais, é central resgatar o registro de uma mudança que inclui a natureza. Na introdução de *A ambientalização dos conflitos sociais* (2004), Leite Lopes escreve que os conflitos sociais passaram a ter uma nova questão pública, tonando-se “ambientalizados” a partir das repercussões da conferência em Estocolmo sobre meio ambiente realizada em 1972. Quando poluição decorrente das indústrias (chuva ácida, presença de elementos químicos venenosos ao ser humano em seus alimentos etc.) começa a chegar dos países vizinhos, surgem as “questões globais”. Diante de novos riscos e perigos, o ambientalismo poderia ser uma forma de conter e controlar o capitalismo. Segundo Leite Lopes, aconteceram processos de transformação no Estado e nos comportamentos das pessoas.

Outra linha de pesquisa é a “ecologia política”, que, segundo o antropólogo Paul Elliott Little, foi um desdobramento da “ecologia cultural”, e que focou nas análises das relações de poder sobre os usos e acessos aos recursos naturais e como isso vem influenciando a formulação de políticas públicas. No seu texto “A prática brasileira da ecologia política: aportes na antropologia” (2010), Little faz um esforço de reunir a produção intelectual dentro desse recorte da ecologia política no Brasil e não temos como resumir tudo neste capítulo, por isso citaremos alguns debates que consideramos como os mais conectados ao que estamos apresentando aqui. De 1975 a 1989, o preservacionismo (que defende a natureza retirando o ser humano de seu convívio) foi intensificado no Brasil: aumentou o número de Unidades de Conservação da Natureza

consideravelmente. E se para a “biologia da conservação” essas unidades significavam conquistas, para as pessoas que moravam nas áreas escolhidas para proteção integral significou ameaça ao seu modo de vida. Essas pessoas passaram a ser vistas como um “problema”. As pesquisas antropológicas nesse período visaram principalmente denunciar e se unir às mobilizações dessa gente que sofria/sofre para que “o país” pudesse crescer economicamente, ou seja, se “desenvolver”. E uma das principais críticas desses pesquisadores aos movimentos ambientalistas (tanto preservacionistas quanto conservacionistas) é ao seu projeto modernizante, que é etnocêntrico, colonizador e homogeneizador. Por mais que muitos povos indígenas causem impacto material em seus ambientes, esses são bem menores do que os impactos da sociedade moderna que se empenha em concretizar “o desenvolvimento”. Dois exemplos citados pelo autor são as pesquisas de Mauro Almeida, sobre a luta dos seringueiros na Amazônia por seus territórios e sua sobrevivência, e de Andréa Zhouri, pelos direitos das pessoas atingidas e/ou afetadas por acidentes com barragens hidrelétricas — grandes símbolos do desenvolvimento, uma vez que aumentam a disponibilidade de energia para as indústrias no país.

Little encerra seu texto citando a urgência colocada por José Pádua em se incorporar na noção de paisagem a “dimensão bioesférica”, que traz um sentido geopolítico ao debate e que é considerada pelos que têm interesses econômicos e ambientais. Essa dimensão aparece, por exemplo, no programa negociado internacionalmente de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), no qual, por meio de uma proposta econômica (em que há dívidas e créditos a partir dos usos — capitalistas — da natureza), a redução da emissão dos

gases de efeito estufa é reduzida a um mercado mundial. A noção de desenvolvimento sustentável é a “nova utopia” e aos antropólogos vem cabendo principalmente mediar diálogos a fim de buscar justiça aos grupos sociais afetados e seus respectivos ambientes.

O que mudou nas pesquisas antropológicas no século XXI? As lutas sociais continuam, bem como a desigualdade, mas a proporção e a urgência de se ter de buscar novas soluções parecem ter aumentado exponencialmente. Se, em um olhar individualista e liberal, os problemas ambientais pareciam ser preocupações exclusivas ou principalmente de antropólogos, biólogos e povos/minorias afetadas, com a evidência de que o aquecimento global continua, cientistas de diversas áreas de conhecimento alertam que todos nós terráqueos (tudo o que existe no planeta) seremos afetados. É o fim do holoceno e o início do antropoceno.

O conceito de antropoceno foi formulado pelo biólogo especialista em ciência marinha Eugene F. Stoerner e ganhou repercussão em 2000 quando escreveu com o químico nascido na Holanda Paul Crutzen. Basicamente, os seres humanos teriam se tornado uma “força geológica” porque estão provocando mudanças climáticas (aquecimento global e todas as suas consequências), e isso seria uma novidade terrível na história do planeta Terra. Terrível, pois vem sendo a própria destruição da espécie humana trazendo muito sofrimento e porque vários efeitos, como geleiras derretendo, não foram planejados e, pelo menos no início, não se sabia como reduzi-los. Estaríamos desde há algum tempo (séculos XVI, XVIII, ou séculos XIX – XX) vivendo em uma nova era geológica. O holoceno teria acabado com o início do antropoceno. O acúmulo (acelerado) de gases de efeito estufa está provocando mudanças nunca antes motivadas por ações

dos seres humanos. Quando teria começado essa intervenção humana sobre o planeta é motivo de debates até hoje, até mesmo se é razoável falar em nova era geológica, porém pesquisadores de várias áreas afirmam e provam que os modos de vida consumista, com circulação mundial de mercadorias, produção de bens em escala industrial, extensas monoculturas, tudo isso (que é viabilizado e estimulado pela economia capitalista) ao longo de poucas décadas (séculos para alguns) está afetando a camada de ozônio. E quando se trata em aquecimento global até os exploradores inescrupulosos, racistas e/ou genocidas estão colocando em risco a vida de seus filhos e netos.

O início de uma nova era também tem outros nomes como “capitaloceno” do geógrafo e sociólogo norte-americano Jason W. Moore, que seria, em pouquíssimas palavras, a era das relações que privilegiam o acúmulo sem fim de capital (2015). Para ele, os fatos geológicos pressupõem processos históricos. Ele critica o termo “antropoceno” porque remete a uma generalidade abstrata em que todos os seres humanos teriam se tornado forças geológicas, o que não é real. Para Moore é central enfatizar as desigualdades entre os seres humanos viabilizadas pelo capitalismo desde o século XVI.

O historiador nascido na Índia, Dipesh Chakrabarty reforça em 2009, em seu *The Climate of History: four theses*, a urgência dos pesquisadores das humanidades estudarem a agência dos seres humanos sobre a mudança climática, relacionando globalização com aquecimento global. Não são novidade os debates sobre os limites ecológicos do capitalismo realizados por historiadores. Se Braudel já enfatizou lá em 1949 que a natureza não deveria ser vista “apenas como pano de fundo” pois influenciava os comportamentos dos seres humanos, será a historiadora

da ciência Naomi Oreskes que chamará a atenção para os rastros deixados no planeta pelos seres humanos. Chakrabarty entende que o argumento de Oreskes é que se o antropoceno começou com a Revolução Industrial, intensificou muito a partir de meados do século XX. Não se trata apenas de falar sobre interações entre homem e natureza, mas de identificar e analisar como os seres humanos viraram uma força da natureza em um sentido geológico. Resumindo: é preciso incluir a crise ambiental nas propostas de “desenvolvimento”; compreender os processos que levaram ao que estamos vivendo hoje.

No que tange os conhecimentos produzidos pelos antropólogos, as pesquisas relativizam alguns conceitos, como “crise”, “fim do mundo” e “extinção”, e mostram a diversidade de efeitos do antropoceno em humanos e não humanos. O doutor em economia e mestre em antropologia no México, Guillermo Foladori, escreveu com o antropólogo uruguaio Javier Taks “Um olhar antropológico sobre a questão ambiental” (2004), no qual argumentam como a antropologia pode ajudar na compreensão da “problemática ambiental” e assim ajudar na formulação de políticas (econômicas) que viabilizem sociedades mais sustentáveis. Um de seus argumentos é sobre a necessidade de desmistificar que a crise ambiental seria resultado somente de desenvolvimento técnico típico das sociedades capitalistas industriais. Eles fornecem exemplos de espécies que entraram em extinção em sociedades não capitalistas e que resultaram em crise ambiental (desequilíbrio de ecossistema). Porém, é fundamental reforçar que o tornar-se agente geológico é exclusividade do capitalismo. Foladori & Taks (2004) concluem nesse sentido que é urgente criticar o relativismo cultural absoluto

e focar em novas formas de sociabilização, sem ignorar os processos culturais locais, evidentemente.

O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro e a filósofa brasileira Déborah Danowski vêm debatendo sobre as implicações do antropoceno há mais de dez anos e ambos são referência aqui no Brasil e no mundo. Um dos focos dela é o aspecto das ficções para pensar o que irá acontecer no futuro. A partir de sua trajetória de pesquisa etnológica, o antropólogo aponta outras perspectivas de significar e viver com a natureza que são bem diferentes da proposta “europeia-moderna-branca” do capitalismo.

Não tem como resumir suas ideias aqui, mas para instigar o leitor a buscar outros textos, apontaremos o livro *Há mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins*, publicado em 2014. Por meio da explanação de cosmologias ameríndias, é feita uma crítica ao antropocentrismo, que prevê uma suposta superioridade dos humanos sobre tudo o mais que existe no planeta. Os humanos podem até fazer mil intervenções no planeta, mas não devem esperar que não haja (re)ações, avisam os ameríndios, como Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Sonia Guajajara. Eles vêm ganhando visibilidade nas arenas científicas e ambientais denunciando os estragos feitos pela “cultura capitalista” em seus territórios. Eles também estão discutindo os efeitos do antropoceno e podem ser ouvidos em vídeos no YouTube. Em *A queda do Céu* (2015), Kopenawa explica a noção de “viver bem, mas não melhor” dos indígenas Yanomami, que se opõe à noção de progresso e desenvolvimento sem fim dos “homens brancos modernos”. Ailton, da etnia Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) afirma sem pestanejar que o modo de vida capitalista está destruindo as matas, desequilibrando a

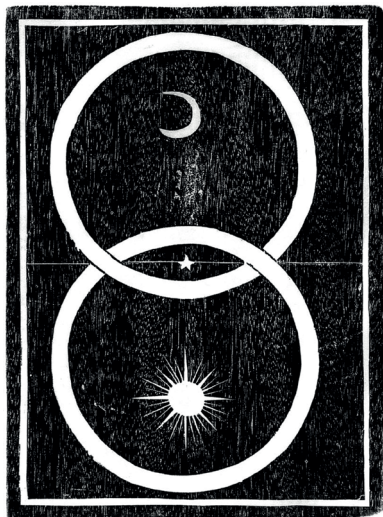
natureza e ameaçando a vida no planeta porque não se pensa natureza e os humanos em relação.

A antropóloga Anna Tsing (2015) olha por novos ângulos a relação entre ecologia e capitalismo. As espécies não existem isoladas de outras espécies, assim “os cereais domesticaram os humanos” e também “... Novos fungos radioativos colonizaram as paredes da sala do reator nas ruínas de Chernobyl...” (p. 193). As paisagens no antropoceno sofrem interferências humanas e “mais que humanas”. Ela argumenta que é necessário realizar estudos multiespécie da paisagem, pois o “fazer mundos” é uma ação multiespécie apesar dos desejos de controle dos humanos. Nas ruínas onde eles não pode viver, há espécies que se multiplicam. A pergunta sobre se o mundo está acabando para Tsing tem um acréscimo: fim do mundo para quem?

Se o antropoceno e/ou o capitaloceno de fato estão ameaçando a existência de grande parte das espécies do planeta e anunciam o apocalipse — para ficarmos na tradição ocidental cristã — convém pensarmos se seria a “redenção” do planeta ou das várias comunidades humanas de volta aos princípios de dom e contradom, incluindo aí a relação com a natureza, ou então se seria o domínio mais e mais irresistível da economia de mercado com toda exclusão e violência acarretado pelo Moinho Satânico.

Não somente por uma coerência de estilo, mas também pela oportunidade de mostrar o poder que a Literatura como uma das formas de expressão do espírito humano, podemos encerrar esse texto trazendo outro “mestre na periferia do capitalismo”, Guimarães Rosa que nasceu no mesmo ano que Machado de Assis morreu (1908) e a sua maneira também tratou do demônio e da maldade entre nós, das numerosas explicações que o autor deu ao Diabo, talvez a que melhor expressa a “missão”

que a Literatura tenha para nos dar seja a última frase dita por Riobaldo, protagonista de um dos maiores romances do século XX, “O diabo não há! Existe é homem humano. Travessia” (Rosa, 2019).



Diadorim ii, Xilogravura de Arlindo Daibert, 1984
a partir da obra *Grande Sertão, Veredas*.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.
- ASSIS, M. de. *50 contos de Machado de Assis*. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BAINGO, W. K. Escola histórica alemã e o pensamento listiano protecionista do século XIX: ambiguidade ao laissez-faire inglês ou virtudes nacionais de EUA e Alemanha?.

- Revista Cadernos de Economia*, 13, n.º 24, pp. 7-18, 2009.
- BLOCH, M. *Os reis taumaturgos: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder régio particularmente na França e na Inglaterra*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BLOOM, H. *Gênio: os 100 autores mais criativos da história da literatura*. Trad. José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BOHANNAN, P. & BOHANNAN, L. *Tiv Economy*. 2.ª ed. Northwestern University Press, 1982.
- BOHANNAN, P. & DALTON, G. (orgs.). *Markets in Africa. Eight subsistence economies in transition*. New York: The Natural History Library, 1965, 372p.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, 2 volumes. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Volume 3: O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 347-50.
- BRESSON, A. *L’économie de la Grèce des cités: Les structures et la production*. Paris: Armand Colin, 2007.
- CALLON, M. *The laws of the market*. Oxford: Blackwell, 1998.
- CANDIDO, A. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, A. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 140-162.
- CANGIANI, M. Karl Polanyi’s Institutional Theory: Market Society and Its “Disembedded” Economy. *Journal of Economics Issues*, vol. XLV, n.º 1, p. 194, mar. 2011.
- CANGIANI, M. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: LEVITT, K. P. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, pp. 11-44.
- CARDOSO, C. F. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: UnB, 1994.
- CARVALHO, A. G. O substantivismo polanyiano e os modelos atuais de abordagem do mercado na Grécia antiga.

- Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, vol. 15, n.º 1, pp. 235-67, 2015.
- CASTRO, C. Apresentação. In: BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, pp. 7-23.
- CHAKRABARTY, D. The Climate of History: Four Themes. *Critical Inquiry*, 35(2), pp. 197-222, winter, 2009.
- CHALLOUB, S. *Visões de liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORAZZA, G. & KREMER, R. L. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. *Análise econômica*, Porto Alegre, vol. 21, n.º 40, pp. 65-87, set. 2003.
- COSTRINO, A. & PEREIRA, G. C. Reverberações dos procedimentos formais de Luciano de Samósata nos contos de Machado de Assis. *Caletroscópio*, vol. 8, n.º 1, pp. 138-56, 2020.
- CRAFTS, N. F. R. & HARLEY, C. K. Output Growth and the Industrial Revolution: A Restatement of the Crafts-Harley View. *The Economic History Review*, New Series, vol. 45, n.º 4, pp. 703-30, nov. 1992.
- CURRARINO, R. Toward a history of cultural economy. *Journal of the Civil War Era*, vol. 2, n.º 4, pp. 564-85, 2012.
- DALTON, G. Primitive Money. In: DALTON, G. (org.). *Tribal and peasant economies. Readings in economic anthropology*. Nova York: The Natural History Press, 1967, pp. 254-81.
- DANOWSKI, D. & VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2015.
- DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?*. Chicago: Haymarket, 2012, pp. 650-62.
- DOBB, M. *Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [1946].
- DOUGLAS, M. & ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Traduzido do inglês.

- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp. 149-69; 171-87, 2004 [1978].
- DUARTE, E. de A. *Seleção, notas, ensaios. Machado de Assis afrodescendente*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020.
- FILTNESS, D. *Poverty, saving banks and the development of self-help, c. 1775-1834*. Cambridge: University of Cambridge, 2013.
- FINLEY, M. I. *The ancient economy*. Univ of California Press, 1999 [1972].
- FOGEL, R. W. & ENGERMAN, S. L. *Time on the Cross: Evidence and Methods, a Supplement*. Little, Brown, 1974.
- FOLADORI, G. & TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, vol. 10, n.º 2, pp. 323-48, 2004.
- FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.
- FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. & GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, J. L. R. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, pp. 3-28, 2002.
- FRANCO, G. *A Economia em Machado de Assis. O Olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- FRIEDMAN, M. *Paradojas del dinero: episodios de historia monetaria: hacia un nuevo liberalismo economico*. Grijalbo, 1992.
- GLEDSON, J. Machado de Assis and the Abolition of Slavery: An Almost Unknown Cronica. *Letterature d'America: Rivista Trimestrale*, Rome, 4(18), pp. 101-16, summer 1983.
- GLEDSON, J. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GLEDSON, J. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- GLEDSON, J. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONÇALVES, A. Fábula, apólogo e parábola em Machado de Assis. *Forma Breve*, n.º 3, pp. 221-8, 2005.
- GOODY, J. *O roubo do “capitalismo”*: Braudel e a comparação global. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2012 [2006], pp. 207-42.
- GRAEBER, D. *Debt: the first 5,000 years*. Brooklyn/London: Melville House Publishing, 2012 [2011].
- GRAEBER, D. & LANNA, M. 2005. Comunismo ou comunismo? A política e o ‘Ensaio sobre o dom’. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 48, n.º 2, pp. 501-23, 2005.
- GRAEBER, D. & WENGROW, D. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Trad. Claudio Marcondes e Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- GREGORY, C. A. Exchange and reciprocity. In: INGOLD, T. (ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*. London and New York: Routledge, 1998, pp. 911-39.
- HERSKOVITS, M. J. *Economic anthropology: A study of comparative economics*. Alfrd A. Knopf, 1952.
- HIRSCHMAN, A. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Trad. Lúcia Campeio. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- HOUDART, S. Humanos e não humanos. *Ilha*, vol. 17, n.º 2, pp. 13-29, ago.-dez. 2015.
- JOHNSON, W. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Harvard University Press, 1999.
- KEESING, R. M. & STRATHERN, A. J. *Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea*. (Cap.8 – Sistemas econômicos). Petrópolis: Vozes, 2014, pp. 174-211.
- KINDLEBERGER, C. P. *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Porto Alegre: Ortiz, 1992.

- KOPENAWA, D. & ALBERT, B. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRADER, L. Evolução, revolução e Estado: Marx e o pensamento etnológico. In: HOBBSAWM, E. J. *História do marxismo*, vol. 1 – o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 263- 300.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KULA, W. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Editorial Presença, 1962.
- LANDES, D. *Prometeu Desacorrentado: Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.
- LANNA, M. Ensaio bibliográfico Sobre Marshall Sahlins e as “cosmologias do capitalismo”. *Mana*, 7(1), pp. 117-31, 2001.
- LEITE LOPES, J. S. (coord.); ANTONAZ, D. et al. (orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004, pp.17-38.
- LÉVI-STRAUSS, C. O princípio de reciprocidade. In: LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Traduzido do francês. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1982 [1949], pp. 92-107.
- LEVITT, K. P. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, pp. 11-44.
- LIMA, D. N. de O. *Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2008.
- LITTLE, P. E. A prática brasileira da ecologia política: aportes na antropologia. In: DIAS DUARTE, L. F. & BENEDITO MARTINS, C. (orgs.). *Antropologia, Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS/Ciência Hoje/Discurso Editorial/Barcarolla, 2010, pp. 341-65.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. 1976 [1922].

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* (Livro I, vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1867].
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (Livro I – O processo de produção do capital). Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a [1924], pp. 183-314.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b [1934], pp. 399-422.
- MENDEVILLE, Bernard. *A fábula das abelhas Ou vícios privados, benefícios públicos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2018 [1732].
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MILLER, D. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MINTZ, S. W. *Sweetness and Power. The place of sugar in Modern History*. Nova York: Penguin Books, 1986 [1985].
- MIZRAHI, M. *Figurino funk: uma etnografia sobre roupa, corpo e dança em uma festa carioca*. Mestrado em Antropologia Cultural – PPGSA/IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006
- MOLINA, J. L. *Manual de Antropologia Económica*. Bogotá: UAB, 2004.
- MOORE, J. W. Anthropocene or Capitalocene? On the Nature and Origins of Our Ecological Crisis. In: MOORE, J. W. *Capitalism in the Web of life: ecology and the*

- accumulation of Capital*, pp. 169-92. Nova Iorque: Verso Books, 2015.
- NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In: DIAS DUARTE, L. F. & BENEDITO MARTINS, C. (orgs.). *Antropologia, Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS/Ciência Hoje/Discurso Editorial/Barcarolla, 2010, pp. 225-58.
- PINTO, F. S. Mecanismos interdiscursivos no conto O sermão do Diabo de Machado de Assis. *Revista Eletrônica de Estudos Literários-REEL*, n.º 9, 2011.
- POLANYI, K. *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Labor S. A., 1976.
- POLANYI, K. *A grande transformação. As origens da nossa época*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1945].
- POLANYI, K. et al. *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory*. Glencoe: The Free Press, 1957.
- Quanto vale?* (Título original: Worth). Direção: Sara Colangelo. Estados Unidos, 2020. 1h58min. (baseado no livro de Kenneth Feinberg).
- ROSA, G. *Grande sertão: veredas*. 22.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SAHLINS, M. La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: SAHLINS, M. *Cultura e Razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1976], pp. 166-203.
- SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”. In: SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004a [1988], pp. 455-501.
- SAHLINS, Marshall. A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental. In: SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004b [1996], pp. 455-501.
- SAHLINS, M. *Stone Age Economics*. London & New York: Routledge Classics, 2017 [1972].

- SANDEL, M. J. *O que o dinheiro não compra*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.
- SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SELLERS, C. *The Market Revolution: Jacksonian America, 1815-1846*. Oxford University Press, 1994.
- SIMMEL, G. *The Philosophy of Money*. London & New York: Routledge, 2004 [1900].
- SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J. & OELZE, B. (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 2005.
- SIMMEL, G. *Philosophie de l'argent*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009 [1900].
- SIMMEL, G. *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009 [1889].
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 [1776].
- SOUZA, J. & ÖELZE, B. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998, pp. 23-40.
- THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, A. L. & SILVA, S. (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses – e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- TSING, A. L. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha*, vol. 17, n.º 1, pp. 177-201, 2015.
- TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019, 284p.
- VAYDA, A. P. (org.). *Environment and Cultural Behavior: Ecological Studies in Cultural Anthropology*. Nova York: The Natural History Press, 1969.
- VERNIK, E. Dinero y felicidad. In: VERNIK, E. *Simmel: una introducción*. Buenos Aires: Quadrata, 2009, pp. 93-108.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena In: VIVEIROS DE CASTRO, E.

- A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, pp. 347-99. (Há uma versão resumida com o mesmo título em *O que nos faz pensar*, n.º18. Rio de Janeiro, set. 2004, pp. 225-54).
- WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. 3.^a ed. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013, pp. 131-68.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system. Capitalist agri-culture and the origins of the European world-economy itz the 16th. century*. New York: Academic Press, 1974, vol. 1.
- WEATHERFORD, J. *A história do dinheiro*. São Paulo: Negócio Editora, 1999.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2.^a ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001 [1904].
- WINE, A. David Graeber. *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2021. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/autor/david-graeber>>.
- WOLF, E. R. *Peasants. Foundations of Modern Anthropology Series*, vol. 3, n. 0000, p. 56. New York: Prentice Hall, 1966.
- WOLF, E. R. A Revolução Industrial. In: WOLF, E. R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Edusp, 2005 [1982], pp. 323-56.
- ZELIZER, V. *Morals and Markets: The Development of Life Insurance in the United States*. Columbia University Press, 1979.
- ZELIZER, V. *The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other currencies*. New Jersey: Princeton University Press, 1997 [1994].
- ZELIZER, V. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes, 2011 [2005].

Seção 2

Metodologia e Possibilidades

5

A transição do feudalismo ao capitalismo e o debate marxista

Rebecca de Oliveira Freitas

Este texto se debruça sobre os debates marxistas travados sobre o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, em especial as contribuições escritas por Maurice Dobb e Paul Sweezy na década de 1950 e Robert Brenner na década de 1970. É justo se perguntar sobre qual a relevância de abordar essa temática na atualidade e, mais especificamente, de evocar debates travados há mais de 50 anos. Iniciamos, assim, justificando a existência desse texto. Pensar as origens do capitalismo significa, em primeiro lugar, dotá-lo de historicidade — algo que, frequentemente, a compreensão cotidiana e, por vezes também a acadêmica, perde de vista. O capitalismo nem sempre existiu e, portanto, não necessariamente sempre existirá — apesar das evocações do fim da história e das

tentativas de naturalização da lógica intrínseca do capital como lógica universal dos seres humanos e da história.

Olhar para o debate da transição também contribui para pensar outros contextos históricos, ainda que não a partir de uma transposição mecânica. O debate sobre o papel das periferias do capitalismo na sua formação e sua inserção no sistema capitalista mundial foi explorado por diversas correntes, como a história atlântica, história global, teoria (marxista) da dependência, para citar algumas. Várias dessas contribuições foram construídas em um diálogo direto com os textos do debate “original” sobre a transição. Além disso, é atual a reflexão sobre a temática da acumulação primitiva relacionada às constantes expropriações que marcam o funcionamento do capitalismo em geral, em sua reprodução ampliada e sede por constante expansão — aqui se destacam a contribuição de autores como Rosa Luxemburgo, sobre a lógica da acumulação do capital, mas também o debate contemporâneo levantado por David Harvey, e a acumulação por espoliação, e Virgínia Fontes ao tratar das expropriações e do capital-imperialismo. Esse aspecto do debate é bem abordado no texto de Júlio Carvalho neste mesmo livro.

Não só para pensar a expansão do capitalismo este debate se mostrou atual, mas também nas experiências de transição ao socialismo. O debate sobre acumulação primitiva socialista foi um marco importante da década de 1920 na União Soviética e a transição ao capitalismo constitui relevante referencial comparativo para pensar o processo de industrialização vivido na década de 1930 e a coletivização forçada do campo. Também na China contemporânea essa é uma reflexão suscitada pelos processos de transformação em andamento.

A abrangência da temática também constitui um importante objeto para a história econômica, entendida como “... a interconexão dos estudos da produção material, da distribuição da riqueza, das condições de vida e do trabalho, das instituições políticas, da cultura e da ideologia” (Lázaro, 1969, p. 9), na contramão da redução da história ao âmbito da superespecialização. Mais especificamente, impulsiona reflexões teórico e metodológicas na abordagem marxista. E é com esse último ponto em mente que desenvolveremos o texto. A ideia aqui é abordar a forma como diferentes interpretações marxistas do debate da transição trataram o impulso para a mudança histórica ocorrido na transição entre o feudalismo e o capitalismo, a partir da utilização de conceitos como modo de produção, relações de produção e forças produtivas. Passaremos pelas principais características do clássico debate da transição empreendido entre Maurice Dobb e Paul Sweezy na década de 1950, bem como as contribuições do chamado marxismo político, com Robert Brenner e Ellen Wood. A organização do texto, contudo, não está dada a partir da cronologia dos debates, mas a partir de três diferenças fundamentais entre os debatedores: (i) a definição de feudalismo; (ii) a origem interna ou externa do impulso à mudança; (iii) a natureza do período de transição. Para explorar o segundo ponto, nos debruçaremos sobre a obra de Karl Marx e as contribuições de Cláudio Katz ao debate. Por fim, como uma seção adicional ao texto, incluímos contribuições recentes que buscam articular a dimensão de gênero e do trabalho reprodutivo à discussão da transição, a partir da obra de Silvia Federici. Por meio desse percurso, reafirmamos a importância desse debate e de uma leitura não dogmática e coisificadora dos meios e das relações de produção

como um caminho importante para se pensar a história desde um ponto de vista marxista.

:: :: ::

Durante a década de 1950, desenvolveu-se no campo marxista um acalorado debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Inaugurada pela crítica de Paul Sweezy ao livro *A evolução do Capitalismo* publicado em 1946 por Maurice Dobb (1983 – edição brasileira), a polêmica logo incluiu réplica e tréplica e mobilizou outros autores como Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill e Georges Lefebvre.¹ Os autores se perguntavam sobre a origem do impulso para a transição e o peso de dinâmicas externas e internas ao modo de produção feudal em sua dissolução, como o comércio, o surgimento de cidades e os conflitos de classe. Tal discussão não se restringiu ao debate sobre a transição em si, mas também trouxe à tona reflexões sobre conceitos centrais para a abordagem marxista da história, como *modo de produção* e *luta de classes*. Suas repercussões não se limitaram aos círculos marxistas e esses textos seguem sendo um importante marco no quadro historiográfico sobre o período. Abordaremos agora os pontos que consideramos principais desse debate, sem pretensão de esgotá-lo, relacionando-os com as discussões presentes na obra de Karl Marx sobre essa temática.

O livro de Dobb representou um relevante questionamento às interpretações tradicionais da transição,

¹ Esses artigos, inclusive o de Sweezy inaugurador da polêmica, estão organizados em uma coletânea com introdução de Rodney Hilton (Dobb, Sweezy et al., 1977).

reunidas por Ellen Wood (2001) sob o rótulo de modelo mercantil.² Para as explicações mercantis, a transição do feudalismo ao capitalismo teria consistido no desenvolvimento da tendência trans-histórica da humanidade a “comerciar, barganhar e trocar”, uma vez liberta das amarras feudais. O surgimento da sociedade de mercado capitalista seria, assim, uma questão de acréscimo quantitativo de elementos como comércio e centros urbanos, qualitativamente fadados em essência à geração do capitalismo. Dessa forma, o nascimento do capitalismo não seria explicado, mas pressuposto, desde que não houvesse limitações contingentes impedindo seu desenvolvimento (Wood, 2001, p. 21). Para essas interpretações, o feudalismo é considerado um hiato do desenvolvimento dessas tendências e, portanto, o impulso à transição lhe seria estranho e externo.

Diferentemente do modelo mercantil, Dobb procurou no interior do próprio modo de produção feudal a chave para entender a transição ao capitalismo. Iniciemos, assim, com sua definição de feudalismo:

A ênfase dessa definição estará baseada não na relação jurídica entre vassalo e suserano, nem na relação entre produção e destinação do produto, mas na relação entre o produtor direto (seja ele artesão em alguma oficina ou camponês cultivador da terra) e seu superior imediato, ou senhor, e no teor sócioeconômico da obrigação que os liga

2 Os economistas políticos ingleses seriam os representantes clássicos dessa abordagem, com destaque para a obra de Adam Smith. Contudo, Ellen Wood também associa essa interpretação, ainda que matizada, a autores como Henri Pirenne e Max Weber — a obra desse último é abordada por ela com maiores pormenores em *Democracia Contra Capitalismo* (2003).

entre si. [...] tal definição caracterizará o feudalismo primordialmente como um “modo de produção” e isso formará a essência de nossa definição (Dobb, 1983, p. 27).

Ao enfatizar a relação entre os produtores diretos e os senhores, Dobb identifica fundamentalmente o feudalismo com a servidão. Isso é, aquilo que Marx chamou de *pequeno modo de produção*, no qual o produtor possui os meios de produção e o excedente era extraído por meio de métodos extraeconômicos. É importante frisar que a relação de servidão não é definida em termos da relação legal ou política entre senhor e camponês, mas por seu conteúdo econômico, podendo adquirir diversas formas — como a prestação de trabalho ou pagamento de renda em dinheiro. Essa concepção terá um impacto para o terceiro ponto de divergência entre os autores abordados neste texto, que trata da natureza do período de transição.

A definição de feudalismo consiste na primeira grande diferença entre Dobb e Sweezy. Para o economista, igualar o feudalismo à servidão não daria conta de sua especificidade histórica, já que esse tipo de relação de produção, longe de ser exclusiva do feudalismo, seria encontrado em contextos diversos. O essencial para sua definição seria a existência de uma produção voltada para valores de uso, em oposição aos valores de troca dominantes sob o capitalismo. Essa característica seria responsável pela ausência de uma pressão para o desenvolvimento da produtividade, presente no capitalismo. Apesar de reconhecer a existência de alguns elementos de instabilidade interna ao sistema, como a competição por terras entre os senhores e vassalos e o crescimento populacional, Sweezy caracteriza o feudalismo europeu

ocidental como inerentemente conservador e imobilista (Dobb, Sweezy et al., 1977, p. 43). Partindo dessa definição de feudalismo, ele afirma que somente um fator externo poderia explicar as mudanças ocorridas entre o século XIV e XVI que redundaram na transição para o capitalismo: o comércio de longa distância — e aqui chegamos ao segundo ponto de divergência entre os autores. É com o crescimento do comércio de longa distância a partir do século XI que as classes dominantes teriam adquirido uma “crescente extravagância” e, conseqüentemente, tendido a uma maior exploração dos camponeses. A tendência à fuga deles para as cidades seria explicada pelo crescimento e pela atração exercida por elas, processo também ligado ao comércio e, portanto, estranho ao sistema feudal.

Resumindo as críticas da teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo: não tendo analisado as leis e tendências do feudalismo europeu ocidental, engana-se ao tomar como tendências imanentes certos desenvolvimentos históricos que de fato só podem ser explicados como produto de causas externas ao sistema (Dobb, Sweezy et al., 1977, p. 49).

Assim, Sweezy afirma que os elementos explicativos mobilizados como internos por Dobb seriam, na verdade, impulsionados por forças externas ao feudalismo. Voltemos aos argumentos de Dobb. Ele reconhece que, em comparação com a economia capitalista, a sociedade feudal é muito pouco dinâmica. Contudo, isso “não quer dizer que o feudalismo não tivesse no seu interior nenhuma tendência para a mudança” (Dobb, Sweezy et al., 1977, p. 72). Destacando a existência de uma interação entre

fatores internos e externos, Dobb deu primazia explicativa para as contradições internas ao modo de produção feudal. Assim, o comércio teria tido influência na transição uma vez que teria acentuado conflitos internos já existentes — a lógica é inversa à de Sweezy.

Como vimos, sua definição de modo de produção feudal tem como centro a servidão, ou seja, a forma de propriedade e as relações sociais estabelecidas entre os seres humanos. O impulso à mudança vem, assim, da contradição entre camponeses, produtores diretos e senhores, isto é, da luta de classes. Essa não é uma questão menor, já que dentro do campo marxista houve interpretações, em especial, associadas à ortodoxia da Terceira Internacional Comunista, que davam primazia ao estado da técnica na definição de modo de produção e, conseqüentemente, na dinâmica de mudanças ao longo da história. Essa leitura afirmava que “a história é, fundamentalmente, o crescimento do poder produtivo humano, e que as formas de sociedade (que são organizadas ao redor de estruturas econômicas) emergem e desaparecem na medida em que elas permitem e promovem, ou evitam e desencorajam esse crescimento” (Cohen apud Katz, 1993, p. 365). Essa é uma visão muito mecânica da mudança histórica, e foi questionada por diversos autores marxistas e não marxistas que a consideravam por demasiada economicista e típica de um marxismo vulgar.

Dessa forma, Dobb ressalta o papel da luta de classes no solapamento das bases desse modo de produção. A tentativa dos senhores de manter a dominação sobre os camponeses demandava dispêndios crescentes, seja pela via das concessões, seja pela via da intensificação da coerção. Essa intensificação da exploração feudal é parte do impulso para a fuga dos camponeses. Assim, para Dobb

o “aperfeiçoamento dos meios de exploração era necessário para garantir a reprodução social da nobreza como classe dominante, mas acabava comprometendo no médio ou longo prazo a reprodução material da sociedade como um todo” (Mariutti, 2000, p. 21).

A luta de classes também constituiu o eixo da explicação da transição para Robert Brenner. O historiador estadunidense reacendeu o debate em 1976, quando publicou *Estrutura Agrária de classes e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial*. Nesse texto o autor empreendeu uma dura crítica do modelo demográfico,³ o qual chamou de neomalthusiano, e também do modelo mercantil, ao qual associou a interpretação de Sweezy, chegando a caracterizá-lo como neosmithiano (Brenner, 1982). Sua crítica sustentava que

é a estrutura de relações de classe, de poder de classe, que determinará a maneira e o grau em que determinadas mudanças demográficas e comerciais específicas afetarão as tendências de longo prazo de distribuição de renda e crescimento econômico — e não o contrário (Brenner, 1985, p. 31).

Se o destaque dado à luta de classes o aproximou de Dobb, Brenner o criticou por ver na dinâmica interna do feudalismo a libertação de uma lógica capitalista já existente (Brenner, 1978, p. 122). Assim, para Brenner, Dobb também pressuporia a existência/tendência ao

3 Os principais expoentes desse modelo foram Le Roy Ladurie e M. Postan. Como o foco deste texto é sobre as polêmicas no seio do marxismo, não entraremos nessa discussão. Para um panorama dessa polêmica ver Mariutti (2000).

capitalismo ao explicá-lo, embora de forma diferente do modelo mercantil.

Brenner dá maior especificidade ao surgimento do capitalismo, afirmando sua origem agrária e inglesa — um ponto importante, já que destaca que a dissolução do feudalismo teria dado mais de um resultado na Europa: o capitalismo na Inglaterra e o absolutismo na França. Uma vez que senhores e camponeses buscavam reproduzir-se como classe, teriam involuntariamente alterado as relações de produção de modo a se tornarem sujeitos aos imperativos do mercado — elemento definidor do capitalismo para Brenner. Sendo um país centralizado politicamente, com uma classe dominante desmilitarizada e com uma concentração de terras em grandes propriedades, a Inglaterra teria dado origem a uma lógica própria à relação entre arrendatários e latifundiários. Os grandes proprietários da Inglaterra não desfrutariam e não precisariam de formas extraeconômicas de extração de excedente, já que os arrendatários crescentemente eram obrigados a se sujeitar ao mercado e a impulsionar a produtividade para manter seus contratos e sua reprodução. Dessa maneira, seriam as formas sociais de propriedade que dariam um impulso à extração econômica do excedente.

Brenner chama de regras de reprodução o fato de que tanto os produtores diretos quanto os grandes proprietários teriam passado a depender diretamente do mercado para sua reprodução, o que conformaria aquilo que ele chama de capitalismo agrário, próprio da Inglaterra daquele período (Brenner, 1985, p. 31). Esse argumento é desenvolvido por Ellen Wood, que afirma ser o imperativo do mercado, característico do capitalismo agrário, aquele que impulsiona a transformação do comércio e indústria ingleses no sentido capitalista, bem como o

impulso para a crescente proletarização das massas, com a multiplicação das expropriações (Wood, 2001, p. 163).

Essa interpretação recebeu uma série de críticas. Le Roy Ladurie, historiador francês associado à terceira geração da escola dos Annales, questionou a fusão dos fatores políticos e econômicos no argumento de Brenner. Seu crítico mais contundente foi Guy Bois, historiador marxista francês, o qual denominou pejorativamente a abordagem de Brenner de marxismo político (Wood, 2001, p. 55). Alex Callinicos (1990), filósofo político marxista britânico nascido no Zimbábue, também fez uma crítica a essa vertente. O autor reconhece seu mérito ao criticar as abordagens que viam no comércio e no mercado mundial a origem do capitalismo, bem como ao ressaltar o papel distintivo da Inglaterra no surgimento de uma agricultura capitalista. Contudo, considera que o argumento de Brenner negligencia a noção de formas de transição assumidas em outros lugares à proporção que o capital começa a tomar controle sobre a produção, não dando atenção a fatores como o colonialismo e o imperialismo nesse processo, por exemplo. Além disso, considera que uma ênfase exclusiva sobre a luta de classes termina produzindo um argumento circular, em que a luta de classes gera mais luta de classes — o que vê como uma explicação voluntarista da transição. O autor defende, assim, que deveria haver maior ênfase sobre a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Vemos, assim, que esse debate não se constituiu de forma consensual no âmbito do marxismo, nem se restringiu a ele. Uma das fontes de sua força consiste na elaboração de interpretações que fugiram de explicações monocausais e mecânicas da transição, ainda que com ênfases e concepções metodológicas distintas. No

entanto, podemos reconhecer uma crítica generalizada à explicação da transição protagonizada por Sweezy, que se ancora na afirmação do papel da luta de classes. Esse destaque para as relações entre as classes é especialmente importante quando abordamos os escritos de Marx sobre essa temática.

No capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*, Marx aponta a existência de um ciclo vicioso em que a acumulação de capital pressupõe a existência das condições de sua reprodução ao mesmo tempo que as produz: “porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias” (Marx, 2013, p. 785). Dessa forma, ele aponta para a necessidade de ter havido um período anterior ao capitalismo, uma pré-história do capital, em que se acumularam as condições necessárias para acumulação de fato capitalista. O título de seu capítulo — “a assim chamada” acumulação primitiva — possui uma crítica irônica aos autores da Economia Política Inglesa. Eles descreviam esse processo de acumulação como um fruto da poupança e dedicação ao trabalho de alguns, enquanto outros não teriam tido a mesma capacidade ou vontade de acumular capital. Ao contrário dessa visão idílica do nascimento do capitalismo, Marx vê na transição um momento de constituição violenta da condição fundamental para a existência do capitalismo: a polarização do mercado entre proprietários dos meios de produção e proletários como a condição fundamental da produção capitalista. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 2013, p. 786).

Em sua resposta à redação da Otechestivenye Zapiski e em sua correspondência com Vera Zaslitch,⁴ o autor reafirma esta interpretação presente em *O Capital*: seu objetivo seria mostrar o movimento histórico que, “divorciando os produtores de seus meios de produção, converteu os primeiros em assalariados e os detentores dos últimos em capitalistas” (Marx & Engels, 2015, p. 66).

Segundo Marx, este teria sido um processo de libertação do proletariado em dois sentidos: tanto no sentido de não constituir ele próprio posse de ninguém, e ser, portanto, livre, quanto de estar livre da posse dos meios de produção de sua própria existência.

De um lado, são pressupostos processos históricos que colocaram uma massa de indivíduos de uma nação, etc., se não de início na condição de trabalhadores realmente livres, ao menos na de trabalhadores que o são potencialmente, cuja única propriedade é sua capacidade de trabalho e a possibilidade de trocá-la por valores existentes;

4 Em 1877 Marx escreveu à redação do jornal russo em resposta a um artigo publicado por Nicolai Mikhailovski que o criticava por dar ao processo de transição ao capitalismo vivido pela Inglaterra um caráter universal. Marx respondeu afirmando a especificidade histórica do desenvolvimento da Europa Ocidental. Esse tema reaparece nas cartas que troca com a revolucionária russa Vera Zaslitch, dissidente do movimento *narodnik*, com passagem pelo grupo Tchorny Péredel (período da troca das cartas) e uma das fundadoras do Partido Operário Social-Democrata Russo — posteriormente membro de sua fração menchevique. Na carta, e nos quatro esboços redigidos por Marx, está presente o debate sobre a possibilidade do processo revolucionário iniciar-se na periferia do capitalismo, bem como o papel que poderia ser cumprido pela comuna rural russa nessa transição. Tal temática também está presente na introdução à edição russa do Manifesto Comunista, escrita em 1882 por Marx & Engels.

indivíduos frente aos quais todas as condições objetivas da produção se apresentam como *propriedade alheia*, como sua *não propriedade*, mas ao mesmo tempo permutáveis como *valores* e, em consequência, apropriáveis até “certo ponto” pelo trabalho vivo (Marx, 2015, p. 412).

A base desse processo seria a expropriação da terra do campesinato. A ela, Marx soma, no *Grundrisse* (2015), a dissolução das relações em que o trabalhador figura como proprietário dos instrumentos e a perda dos meios de consumo para viver como produtor — resultado da sua expropriação da terra e dos meios de trabalho.

Marx acentua, novamente no capítulo XXIV, que os meios utilizados para esse processo de expropriação não foram puramente econômicos, mas também violentos. Não é à toa que afirma que “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (Marx, 2013, p. 830). Ele cita o exemplo do processo dos cercamentos como uma evidência da forma como a lei e o Estado se tornaram veículos de roubo das terras dos camponeses. Marx resume assim essa formulação:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2013, p. 804).

Os trabalhadores têm, então, de adquirir a disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, a qual lhes é submetida “por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas” (Marx, 2013, p. 808).

Com o tempo, inicia-se um processo de naturalização das exigências do modo de produção capitalista pelos próprios trabalhadores — ainda que isso não elimine por completo a necessidade do uso de violência extraeconômica. A relação de dominação capitalista pressupõe a apropriação da vontade alheia e salientar esse caráter demonstra como Marx não via as classes como reduzidas a suas posições econômicas e, tampouco via suas subjetividades reduzidas a reflexo delas: a construção de uma classe trabalhadora que via com naturalidade as relações do capital foi, justamente, uma construção — nada natural como o destaca veementemente Marx. Uma construção parte do processo de acumulação primitiva, ou seja, parte da base necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Ele descreve a forma como a legislação foi utilizada historicamente para comprimir os salários de modo a garantir a acumulação, em um momento em que a composição orgânica do capital ainda era baixa e que, portanto, a subordinação do trabalho ao capital ainda era formal. Dessa maneira, há um destaque para como ferramentas, como o Estado e o direito, foram utilizadas para a implementação de violência não econômica para a consecução da acumulação primitiva do capital. Marx (2013) aponta, para além do processo de expropriação já descrito até aqui, a empresa colonial, bem como a dívida pública, como formas de acumulação de capital, nesse sentido material, entre os capitalistas.

No *Grundrisse* (Marx, 2015), ainda, ele frisa que o capital teria origem na fortuna mobiliária acumulada mediante usura e lucros mercantis. Contudo, que essa fortuna acumulada só se tornaria capital porque encontrou trabalhadores livres e meios materiais e de subsistência livres.

Ao contrário, sua [do capital] *formação primitiva* se dá simplesmente pelo fato de que o valor existente como *fortuna em dinheiro* é capacitado pelo processo histórico da dissolução dos antigos modos de produção para, por um lado, *comprar* as condições objetivas do trabalho e, por outro lado, receber em troca, por dinheiro, o próprio trabalho *vivo* dos trabalhadores tornados livres (Marx, 2015, p. 417).

Como pode-se ver, a ênfase de Marx se dá sobre o processo de formação das relações capitalistas e do estabelecimento de seus sujeitos, ou seja, proletários e capitalistas. Se é evidente que essa divisão em classes se dá em um contexto com um nível de desenvolvimento das forças produtivas específico, esse não é o centro de sua formulação. Sua elaboração não diz respeito meramente a acumulação de capital, no sentido material, suficiente para o início da produção. Pelo contrário, ele destaca a gênese do capital como a gênese da relação social capitalista — o capital já surge como relação e não como coisa.

Por essa razão, nada pode ser mais estúpido do que conceber essa formação primitiva do capital como se ele tivesse acumulado e criado as condições objetivas da produção e as tivesse então oferecido ao trabalhador delas *despojado*. Ao contrário, a fortuna em dinheiro em parte

contribui para *despojar* dessas condições as forças de trabalho dos indivíduos aptos ao trabalho (Marx, 2015, p. 418).

É essa leitura da importância do acúmulo de relações sociais de produção como gênese do capitalismo que embasa a análise de Cláudio Katz (1993) sobre a obra de Brenner. Katz acentua a relevância de Brenner no questionamento às interpretações tecnicistas da transição, uma vez que deslocou das forças produtivas o papel da determinação interna e da evolução das formações sociais na história, analisando à luz da luta de classes da qual emergiriam. Contudo, Katz considera que o autor não teria conseguido explicar mudanças fundamentais na natureza das relações de classe, qual seja, o porquê de os senhores não terem conseguido manter a dominação nos moldes extraeconômicos tradicionais sobre os produtores diretos, mas conseguirem, posteriormente, expropriá-los. Katz considera que a chave para responder a esse problema reside em uma abordagem que não ressalte apenas o papel negativo do campesinato no processo de transição, como aqueles que foram expropriados, mas positivo já que constituíram o principal impulso do desenvolvimento das forças produtivas durante o período medieval.

Essa reflexão questiona diretamente as leituras que viam o feudalismo como um modo de produção cujas relações intrínsecas tendiam ao imobilismo, como vimos em Sweezy. Isso representa a quebra de uma leitura mecanicista de Marx, centrada sobre a técnica, em que seriam as classes dominantes necessariamente aquelas a conduzir o desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com essa visão, como a prioridade de investimento da classe

dominante feudal se encontrava no fortalecimento de seus meios extraeconômicos de extração de excedente, deduz-se que não havia desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, os produtores diretos proprietários de seus meios de produção foram responsáveis por importantes transformações econômicas existentes durante o período medieval:

O arado pesado e as técnicas aprimoradas de arreio necessárias para puxá-lo; os campos maiores apropriados para as novas técnicas de cultivo; o sistema de rotação de culturas de dois e três campos; mudanças nas culturas, como a substituição do centeio pelo trigo como principal safra de inverno — essas inovações marcantes na tecnologia agrícola medieval e no manejo da terra foram protagonizadas pelo campesinato (Katz, 1993, p. 370).

A partir dessa leitura, Katz aponta que a contradição presente no impulso à mudança histórica não deve ser localizada entre as forças de produção e as relações de produção, como se fossem polos completamente distintos da realidade social, mas imersos dentro da própria contradição de classes. Nesse sentido, a intensificação da pressão exercida pelos senhores feudais sobre os camponeses não ameaçaria o desenvolvimento das forças produtivas em geral, mas da exploração feudal em particular — processo para o qual a resistência camponesa teria cumprido importante papel.

Esse questionamento a uma visão estática das forças produtivas e das relações de produção se expressa em outros autores, como Raymond Williams e E. P. Thompson. Ao se perguntar sobre a pertinência da metáfora base-superestrutura, Williams (2011) destaca a necessidade de

se refletir, em especial, sobre o conceito de base. Segundo o autor, o maior problema do marxismo vulgar nesse âmbito foi a redução da base a, em primeiro lugar, um objeto estático e, em segundo lugar, uma visão restrita das forças produtivas. À base coisificada, ele opõe a sua construção processual dentro da história, a base só o é em movimento. À visão restrita de forças produtivas, a qual praticamente reduz o seu conteúdo à produção capitalista contemporânea, o autor opõe uma compreensão da produção e reprodução da vida real. No mesmo sentido, Thompson (2012) centra sua crítica na rejeição à coisificação dos processos sociais. Essa coisificação se daria por uma visão restrita do conceito de modo de produção, o qual seria reduzido às questões materiais da economia. A partir disso, a classe se tornaria uma posição no jogo econômico material. No entanto, a classe não é, para o autor, uma categoria estática, mas se faz determinada por questões econômicas e culturais no movimento a partir da experiência de homens e mulheres realmente existentes. É a rejeição de uma teoria apriorística e a afirmação da classe que se faz no seio da luta de classes. Essas abordagens dão conta de uma visão mais complexa não só ao dar relevância explicativa à esfera da cultura, mas ao qualificar a própria base da própria estrutura social, recusando explicações mecânicas da dinâmica histórica.

Voltando a Katz, o autor afirma que a dissolução dos vínculos de servidão teria dado espaço para o desenvolvimento de uma crescente diferenciação no interior do campesinato, que contribuiria para a fragmentação do campesinato como classe. Isso não significa dizer que não houvesse conflitos internos ao campesinato anteriormente, mas eles seriam sobrepujados pela unidade como classe em oposição à aristocracia. Ou seja, há um destaque

à luta de classes como um conformador importante da unidade delas. Mais do que isso, essa diferenciação daria origem à tríade latifundiário-arrendatário-assalariado, destacada por Marx como o marco da possibilidade e a necessidade de um processo de acumulação primitiva de capital. Uma que os senhores de terra não podiam mais extrair o excedente da mesma forma por dispositivos extraeconômicos, tiveram de encontrar novas formas de organização da terra e do trabalho, o que direcionou seus investimentos para o campo produtivo e estimulou uma competição e aprofundamento da diferenciação entre os arrendatários. Dessa relação simbiótica entre senhores de terra aristocratas e os arrendatários capitalistas teria nascido o núcleo da nascente classe dominante.

Dessa forma, Katz sustenta que o processo de declínio do feudalismo e o nascimento do capitalismo seriam dois processos distintos. Relacionados, evidentemente, mas diferentes. O modo de produção feudal teria se desmembrado a partir de suas contradições internas, já que sua forma de reprodução minava a continuidade da exploração nos mesmos termos, porém nenhuma das classes gestadas em seu interior teriam buscado revolucionar a sociedade. O impulso a novos imperativos para a produção teria vindo a partir do impulso produtivo e da diferenciação social do campesinato e da articulação específica com os proprietários de terras, somente possível após a dissolução dos laços feudais. Assim, o autor afirma que para Marx “não há uma dinâmica necessária impulsionando o tipo de luta de classes baseada na relação de exploração em direção à revolução social” (Katz, 1993, p. 381).

Esse é um tema importante, pois consistiu no terceiro ponto principal para a diferenciação entre os autores

apresentados nos debates de 1950 e 1970: o modo de produção vigente durante o período de transição. Dobb sustenta que o período entre o século XIV e o século XVI seria um período complexo e transitório.

Ninguém está sugerindo que a luta de classes dos camponeses contra os senhores deu origem, de maneira simples e direta, ao capitalismo. O que ela fez foi modificar a dependência do pequeno modo de produção em relação à suserania feudal e, com o tempo, libertar o pequeno produtor da exploração feudal. Foi, portanto, do pequeno modo de produção (na medida em que ele assegura independência de ação, e em que a diferenciação social, por sua vez, se desenvolve no seu interior) que o capitalismo nasceu (Dobb, Sweezy et al., 1977, p. 74).

Contudo, considera que esse período ainda preservaria características típicas do feudalismo o suficiente para ser entendido dentro dos marcos do modo de produção feudal, ainda que em processo de dissolução. Sweezy o critica duramente em relação a isso, afirmando que esse período de transição não poderia ser caracterizado nem como feudalismo nem como capitalismo. Ele se opõe a visão de que dois sistemas sociais se confrontariam diretamente e lutariam por supremacia em processos de transição e denomina esse período intermediário de *produção pré-capitalista de mercadorias*. Apesar de não concordar com o conteúdo de sua análise da transição, Wood destaca que a separação do declínio do feudalismo da ascensão do capitalismo seria um mérito de sua interpretação. Essa separação também está presente em Brenner, e faz parte de seu esforço de não pressupor a existência da lógica capitalista no declínio do feudalismo.

Dessa forma, podemos ver como diferentes entendimentos do que constituiu o modo de produção (ou sistema como é chamado por Sweezy) feudal se relaciona diretamente com a forma como os autores explicam a dinâmica histórica. Em especial, o lugar ocupado pela luta de classes tem grande potencial para questionar visões teleológicas do desenvolvimento histórico em geral e leituras mecanicistas da teoria de Marx em específico.

:: :: ::

Para finalizar o texto, gostaríamos de ressaltar que esse debate de forma alguma ficou restrito às discussões apresentadas referentes à segunda metade do século XX. Existiram outras contribuições importantes naquele período e mais recentemente, em especial destacando a importância de observar o processo da transição desde uma perspectiva global, compreendendo o papel cumprido pela história atlântica e pela escravidão e colonização no processo de acumulação primitiva.⁵ Também é importante acentuar as leituras empreendidas mais recentemente pela história global, abordada por Fernanda Novaes, Antônio Bacellar e Henrique Spitz em capítulo específico deste volume. Essas também são leituras essenciais para se pensar a questão da transição por uma ótica marxista que não puderam ser abordadas neste capítulo por uma questão de espaço e recorte. Buscando relacionar o debate apresentado a um relevante debate mais contemporâneo,

5 As principais contribuições nesse sentido são de os *Jacobinos Negros* de Cyril James e *Capitalismo e Escravidão* de Eric Williams. Um comentário dessas obras na perspectiva da história global pode ser encontrado em Marquese e Pimenta (2015). Ver, também, Linebaugh e Rediker (2008).

centraremos sobre um aporte relacionado às relações de gênero. Silvia Federici em seu livro *Calibã e a Bruxa* (2017) sustenta que o processo de acumulação primitiva e de criação das condições para produção propriamente capitalista não podem ser compreendidos sem levar em conta a forma como se estruturou a reprodução da força de trabalho ao longo desse período. A autora afirma que

ii. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”;

iii. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (Federici, 2017, p. 117).

Vemos, assim, que mais do que acrescentar um aspecto da acumulação primitiva abordada por Marx, Federici objetiva incluir a reestruturação da reprodução da força de trabalho e a concentração de diferenças de gênero como condição sem a qual a formação do modo de produção capitalista não poderia ter se existido. Ela atribui especial importância à perseguição às bruxas do século XVI nesse processo e dá uma marca de gênero aos processos de cercamentos e extinção dos direitos

consuetudinários. É um apontamento interessante, uma vez que demanda um estudo histórico da formação das relações que são afirmadas estruturais ao capitalismo por outras autoras, notadamente de abordagens unitárias como a teoria da reprodução social.⁶

Entretanto, é possível reconhecer algumas limitações importantes no trabalho de Federici, como a tendência a idealizar a situação das mulheres no pré-capitalismo e a leitura que em diversos pontos iguala Marx às apropriações mecanicistas feitas de seu pensamento, caracterizando-o como um autor teleológico defensor do capitalismo como uma etapa do progresso humano. Além disso, a abrangência temporal e geográfica extremamente ampla e assistemática de seu trabalho, que abrange países com a Itália, Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos ao longo de um período de quatro séculos, termina por dificultar o reconhecimento da especificidade histórica da transição. Sua explicação revela poucas ligações entre os diversos aspectos abordados e os imperativos do mercado, com exceção do fato de que todos eventualmente se tornaram capitalistas (Blank, 2014, p. 164). Nicole Leach (2019) corrobora essa crítica ao afirmar ser difícil compreender o que exatamente constitui o capitalismo no livro de Federici — representado como uma “contrarrevolução que destruiu as possibilidades da luta antifeudal”. Segundo Leach:

6 Essa abordagem defende que a esfera da produção e da reprodução da vida fazem parte de um processo integrado, ou seja, que é impossível compreender plenamente o capitalismo sem considerar de que forma a chave do sistema, ou seja, a força de trabalho é reproduzida (Bhattacharya, 2019).

A falta de especificidade histórica e as constantes mudanças temporais e geográficas na narrativa de Federici traem seu compromisso com uma abordagem não determinista e não teleológica da transição. Isso confunde sua conceituação do caráter distinto do capitalismo e, por sua vez, expande conceituações de acumulação primitiva a tal ponto que se torna omniabrangente (Leach, 2019, p. 323).

Dessa forma, Leach aponta para uma relação entre as contribuições do marxismo político, com as contribuições de Brenner e Wood, e o problema proposto por Federici como uma chave para um programa de pesquisa que consiga reconhecer a existência de uma especificidade na transição ao capitalismo que transformou não somente as relações de propriedade e produção, mas também de reprodução e regimes de gênero, culminando em um sistema imbricado desde sua gênese de opressão de gênero e exploração de classe. São apontamentos interessantes que demonstram a vitalidade e a atualidade da discussão sobre a transição, um terreno ainda aberto a muitas contribuições.

Como vimos, o clássico debate marxista sobre a transição traz importantes reflexões sobre conceitos centrais para a interpretação marxista da história, tais como modo de produção e forma como as forças produtivas e as relações de produção se relacionam em uma unidade dialética, na qual a luta de classes joga especial papel. Mais do que pensar nessas categorias abstratamente, essa produção também traz os desafios e, sobretudo, os potenciais dessas categorias na análise de situações históricas concretas. Longe de se restringirem à análise da transição na formação do capitalismo, essas categorias,

e o método materialista histórico dialético, representam um importante referencial para um estudo não mecanicista da dinâmica histórica. O tema da transição é um objeto da história econômica por excelência. Assim, observar a trajetória dos principais debates travados a esse respeito, da qual trouxemos uma breve porção, é também ver o embate entre diversas abordagens no seio da história econômica, para a qual o tema da transição.

REFERÊNCIAS

- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, vol. 32, p. 15, set. 2019.
- BLANK, G. Marxism, Gender and “the Transition”: a comparative review of Federici and Secombe. *Analyze – Journal of Gender and Feminist Studies*, pp. 161-71, 2014.
- BRENNER, R. Dobb on the transition from feudalism to capitalism. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 2, n.º 2, pp. 121-40, 1978.
- BRENNER, R. The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism. In: ALAVI, H. & SHANIN, T. (eds.). *Introduction to the Sociology of “Developing Societies”*. London: Macmillan Education UK, 1982, pp. 54-71.
- BRENNER, R. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. In: ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (eds.). *The Brenner Debate*. 1.ª ed. [s.l.] Cambridge University Press, 1985, pp. 10-63.
- BRENNER, R. Bourgeois revolution and transition to capitalism. *The first modern society: Essays in English history in honour of Lawrence Stone*, pp. 271-304, 1989.
- CALLINICOS, A. The limits of “political Marxism”. *New Left Review*, vol. 184, n.º 1, pp. 110-5, 1990.

- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.
- DOBB, M.; SWEEZY, P. et al. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- KATZ, C. J. Karl Marx on the transition from feudalism to capitalism. *Theory and Society*, vol. 22, n.º 3, pp. 363-389, jun. 1993.
- LÁZARO, J. F. Y. O futuro de história econômica. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 17, n.º 1, 31 dez. 1969.
- LEACH, N. Rethinking the Rules of Reproduction and the Transition to Capitalism: Reading Federici and Brenner Together. In: LAFRANCE, X. & POST, C. (eds.). *Case Studies in the Origins of Capitalism*. Marx, Engels, and Marxisms. Cham: Springer International Publishing, 2019.
- LINEBAUGH, P. & REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MARIUTTI, E. B. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate*. Mestrado. Campinas: Unicamp, 2000.
- MARQUESE, R. & PIMENTA, J. P. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, vol. 8, n.º 17, 2015.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. [s.l.]. São Paulo: Boitempo, 2015.

- MARX, K. & ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. [s.l.]. São Paulo: Boitempo, 2015.
- THOMPSON, E. P. Algumas considerações sobre classe e “falsa consciência”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- WILLIAMS, R. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

6

Expropriações capitalistas: gênese e atualidade

*Julio Cesar Pereira de Carvalho*¹

Somente no Rio de Janeiro, de acordo com cálculos do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas da cidade, mais de 22 mil famílias passaram por remoções ou desapropriações entre 2009 e 2015 — em processos relacionados tanto ao mundial de futebol quanto aos Jogos Rio 2016. (Carneiro, 2018)

Ao longo desse período, as previsões catastróficas de especialistas foram confirmadas e a reforma [trabalhista], que retirou direitos fundamentais dos brasileiros, só serviu para agravar a crise do emprego e renda. Atualmente, segundo

¹ A pesquisa conta com auxílio financeiro do CNPq.

o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 12,5 milhões de brasileiros estão desempregados.
(Guimarães, 2018).

Se há grandes categorias que podem vincular os dois temas das matérias jornalísticas dispostas anteriormente, a de *expropriações* certamente é uma delas. Conforme veremos ao longo deste capítulo, as apreensões acerca dessa concepção apresentam elementos fundamentais para compreender as distintas formas pelas quais o capitalismo, para garantir a sua reprodução, abala a vida das frações mais vulneráveis da sociedade.

Percebido originariamente como a expulsão violenta dos produtores de suas terras e consequente “liberação” deles para a exploração nos centros industriais, ao longo dos anos as expropriações foram ganhando novos incrementos e interpretações. O objetivo principal deste capítulo é apresentar, de forma não exaustiva, determinados fundamentos dessa categoria, de modo a realçar sua atualidade, bem como algumas das divergências interpretativas que a acompanharam no decurso do tempo.

É indispensável alertar que não nos propomos, aqui, a fazer uma exposição que esgote a temática. Tampouco conseguiremos expor todos os elementos fundacionais relacionados às expropriações ou acerca das diversas polêmicas dentre os autores marxistas em torno dessa concepção. De forma mais sutil, as palavras dispostas a seguir servem muito mais para trazer alguns poucos, mas fundamentais, eixos basilares do entendimento deste conceito, de maneira a ambientar minimamente

o público sobre a importância das expropriações para a compreensão histórica do capitalismo.

Este texto é fruto de discussões e estudos em torno da alçada da História Econômica, duas áreas que geralmente são insuladas e que têm um difícil enlace entre si. Pelo lado da economia, sobretudo nas vertentes mais afinadas à Nova História Econômica, percebe-se certa sacralização dos dados, a fim de tratá-los de forma anacrônica. Ou seja, essas abordagens recorrentemente distanciam suas análises dos condicionantes históricos, de modo a universalizar, de forma mais ou menos linear, categorias da economia neoclássica em distintos tempos e espaços.

Já no campo da história, após o fracasso dos movimentos revolucionários de 1968 e do desgaste do “socialismo realmente existente”, houve uma diminuição significativa de conceitos caros ao campo marxista, como *classes sociais*, *estrutura*, *ideologia*, dentre outros. Sendo dominada, então, por estudos voltados à cultura, a história foi se fragmentando cada vez mais, sendo feita e repercutida apenas nos círculos acadêmicos especializados (Lázaro, 2014, pp. 10-2).

Joseph Fontana y Lázaro (2014, p. 23) defende que a História Econômica não pode ser reduzida a uma simples variedade temática da história, pois não se limita a analisar atividades econômicas isoladas. De forma distinta, essa área do conhecimento visa atrelar os aspectos mais propriamente econômicos em um contexto mais amplo, com a “intenção de explicar a natureza dos fatos sociais”. Por outro lado, esse campo de trabalho também não pode ser percebido apenas como um ramo da economia, tendo em vista que busca estudar o tempo longo e a complexidade dos fenômenos sociais (Lázaro, 2014, p. 23).

Não apenas no que se refere à categoria central estudada neste texto (expropriações), mas em relação a toda sua forma de análise, o marxismo jamais instituiu uma cisão entre história e economia, sendo a conjunção entre esses elementos um dos cerne de seu método.² Como será possível perceber nas seções subsequentes, os aspectos históricos são sempre interpelados à explicação dos fatores, da organização e das formas de produção da atualidade. Desse modo, visamos realçar que a compreensão da lógica mercadológica, da acumulação e reprodução capitalistas foi constituída e reclama, sistematicamente, por novas formas de expropriação.

No próximo subcapítulo, será apresentada a categoria em Marx, a partir de alguns pontos dispostos no capítulo XXIV de *O Capital* (1996b), no qual o autor explana os principais aspectos que originaram o capitalismo. Com isso, será efetuada uma breve digressão à teoria do valor no intuito de enfatizar a centralidade das expropriações para a compreensão dos quesitos elementares do capitalismo.

A segunda parte será dedicada a expor o debate acerca do caráter não episódico ou “pré-histórico” das expropriações no capitalismo, lançando luz a alguns dos debates fundamentais em torno da categoria ao longo do tempo. Perpassando por autores como David Harvey (2005), Ellen Meiksins Wood (2006) e Virgínia Fontes (2010), será realçado algumas das divergências entre essas distintas abordagens e suas (re)interpretações para a contemporaneidade.

A última seção deste capítulo se dedica a ilustrar alguns estudos de caso que identificam formas contemporâneas de expropriação. No intuito de tornar a

² Para uma síntese sobre o método de Marx, ver Netto (2011).

discussão aqui apreendida mais palpável, será exposta a manifestação desse fenômeno por distintos olhares. Os exemplos perpassarão pela reprodução atual das expropriações pela via da escravidão moderna; pela articulação política e ideológica de entidades organizativas das classes dominantes; via condição de gênero no capitalismo e, por fim, como causa e desdobramento de grandes obras de infraestrutura.

CARACTERÍSTICAS BASILARES DA EXPROPRIAÇÃO

Para compreender em que consistem as expropriações é coerente tecer algumas notas sobre o que Karl Marx (1996b) chamou de *acumulação primitiva*. No capítulo XXIV de *O Capital* (1996b), denominado “A assim chamada acumulação primitiva”, o autor se concentra em realçar os fundamentos históricos que possibilitaram a formação da sociedade capitalista.

O principal elemento que configura a acumulação primitiva é a expropriação dos produtores diretos. Ou seja, para Marx (1996b), a sistemática separação dos trabalhadores de seus meios de produção foi um fenômeno elementar para a consolidação e o amadurecimento do capitalismo. Esse processo ocorreu de forma agudamente violenta, por meio da pilhagem, do roubo, da matança, da escravização etc.

Já na parte inicial do capítulo, Karl Marx (1996b, p. 342) nos alerta que as expropriações ocorrem de formas específicas e distintas, a depender do país, e ressalta que se concentrará no caso inglês, pois lá a acumulação primitiva assumiu sua forma clássica. O autor, então, remonta ao final do século XV, momento em que, na Inglaterra, os

camponeses já não eram servos feudais.³ Sendo economicamente autônomos, esses trabalhadores recebiam algumas parcelas produtivas, usufruíam das terras comunais e, nos tempos vagos, aproveitavam para trabalhar para os poucos grandes proprietários em troca de salário (Marx, 1996b, p. 342).

A partir disso, Marx (1996b) vai elencando uma diversidade de fatos históricos em que ocorreram momentos de expropriação dos trabalhadores, algo que contribuiu, gradativamente, para a formação dos grandes centros industriais ingleses, que passaram a absorver e explorar a força de trabalho dos despossuídos. Além disso, as expropriações foram permitindo a concentração de riqueza nas mãos de proprietários maiores, que se tornaram aptos a fazerem reinvestimentos.

São numerosos os exemplos levantados pelo autor. As primeiras movimentações nesse sentido remontam ao crescimento do mercado de lã no último terço do século XV e primeiras décadas do século XVI. Impulsionados pelo aumento do preço desse insumo, os grandes senhores feudais expulsaram violentamente o campesinato de sua base fundiária, transformando as terras da lavoura em grandes pastos (Marx, 1996b, p. 343).

É válido realçar um aspecto relacionado à conformação das leis sobre este tema. Em um primeiro momento, o próprio corpo monárquico reconheceu a incoerência da concentração fundiária, como foram os casos dos decretos instituídos por Henrique VII e Henrique VIII, entre o final do século XV e início do XVI, que visavam o

3 Sobre a transição do feudalismo para o capitalismo por uma abordagem marxista, ver o capítulo deste livro, redigido por Rebecca Freitas.

refreamento do acúmulo exacerbado de terras, mas não lograram sucesso (Marx, 1996b, pp. 344-5). Ou seja, nesse período, as desapropriações eram efetuadas principalmente por coerção direta.

No decurso dos séculos, o próprio Estado passou a arregimentar e incrementar as expropriações. Para evidenciar alguns episódios frisados por Marx nesse sentido, pode-se sublinhar a Reforma Inglesa do século XVI, que criou a lei dos pobres, acarretando no roubo dos recursos e das propriedades da igreja, que, por sua vez, lastreavam as antigas relações de propriedade (Marx, 1996b, p. 346). E talvez aquela que tenha sido a mais dramática do período em tela, a instituição das Bills for Enclosures of Commons (leis para o cerceamento das terras comunais), no século XVIII, que capturaram as terras comunais, formaram monopólios, diminuíram os salários do campesinato para abaixo do mínimo de sua subsistência e geraram rebaixamento no número de camponeses (Marx, 1996b, pp. 348-51).

Karl Marx sintetiza bem esse processo no trecho a seguir:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado “livre como os pássaros” (Marx, 1996b, p. 355).

Essas diversas formas históricas pelas quais ocorreram as expropriações se tornaram vitais para a estruturação do capitalismo, pois os trabalhadores se tornaram “livres” ao serem desapropriados de seus meios de produção. Essa liberdade, no entanto, assume um contorno perverso no capitalismo, uma vez que manifesta um caráter dual. Por um lado, os trabalhadores não mais estão submetidos a uma condição de servidão ou escravidão, mas, por outro, estão desapropriados de seus meios de produção. Assim, o que resta à massa de produtores que tiveram suas terras e instrumentos de trabalho solapados é a venda de sua força de trabalho em troca de salário (Marx, 1996b, p. 340).

Além da brutal separação dos trabalhadores tradicionais de seus meios de produção, outro fator histórico basilar para a consolidação do capitalismo foram as dominações coloniais. Como bem destaca Karl Marx (1996b, p. 372), “o tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagens, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital”. Desse modo, tanto as expropriações ocorridas em âmbito interno, quanto as decorrentes da dominação internacional, tiveram o objetivo de instituir a apropriação de importantes fontes produtivas, assim como “libertar” os produtores para o capital.

Embora tenha tratado de forma mais detalhada da assim chamada acumulação primitiva apenas no capítulo semifinal do Livro 1 de *O Capital*, a temática está longe de ser um assunto acessório ou marginal na obra do autor. Esse tópico é essencial na compreensão das categorias primordiais que definem o capitalismo pela perspectiva

de Marx, como aquelas relacionadas à caracterização do valor da mercadoria.⁴

No capitalismo, as relações humanas são subsumidas, tendo em vista que as interações sociais passam a ser amparadas, fundamentalmente, pela troca de mercadorias, que são, por sua vez, produtos de trabalho humano abstrato. Esse é um elemento congênito do capitalismo, uma vez que em outras formas sociais — como a feudal — a produção era efetuada, principalmente, para satisfazer as próprias necessidades dos produtores ou de agrupamentos a eles imediatamente atrelados, como os senhores feudais, trocando-se apenas o excedente (Marx, 1996a, pp. 170-1). Portanto, na sociedade burguesa, os frutos do trabalho são produzidos e orientados, de antemão, para a permuta e não para suprir necessidades básicas da sociedade.

Já no primeiro capítulo da obra (capítulo 1.1), Marx afirma que, no capitalismo, a mercadoria tem um duplo caráter. Ela possui, então, um valor de uso, que lhe confere utilidade e, por outro lado, ela também é valor de troca, que é uma expressão do valor, sendo esse o componente que iguala mercadorias distintas, o elemento abstrato comum entre elas que efetiva sua realização na troca. Então, diferentemente de sua aparência, as mercadorias não têm vários valores de troca, tampouco suas trocas são relativas ou casuais (Marx, 1996a, pp. 166-9).

Ademais, o valor não é somente a propriedade das coisas, mas se caracteriza como uma relação social. Aí entra a importância do trabalho, que, tal qual a mercadoria,

4 Para uma explicação mais aprofundada sobre a teoria do valor em Marx sugerimos o texto de autoria de Bielschowsky & Barbosa Filho (2020), bem como, evidentemente, a leitura direta das fontes citadas.

também tem um duplo caráter, sendo trabalho útil e também social (abstrato). Desse modo, o que vai conferir valor à mercadoria é o tempo de trabalho humano abstrato socialmente necessário para a sua confecção. Assim, o trabalho, na realização do momento da troca, é socialmente igualado, é abstraído de suas especificidades, e sua utilidade, ainda que essencial, é marginalizada.

Como ressalta Márcio Lupatini (2018) ao fazer uma abordagem sobre a fórmula geral do capital,⁵ a força de trabalho é crucial e indispensável nesse processo, pois ela é a única mercadoria capaz de formar valor e mais-valia. Ou seja, em termos muito simplificados, pode-se afirmar que o possuidor do dinheiro precisa, de um lado, direcioná-lo para a obtenção de insumos e dos meios de produção (objetos e instrumentos de trabalho) e, por outro lado, ele também deve, necessariamente, comprar uma mercadoria específica, a única capaz de fazer que haja valorização do valor, qual seja, a força de trabalho.

Para que esse processo de valorização da mercadoria ocorra, é indispensável que os trabalhadores estejam “livres”, que eles estejam desprovidos e impossibilitados de obter seus próprios meios de produção; é necessário que eles estejam expropriados, não tendo outra mercadoria para vender a não ser a sua própria força de trabalho (Lupatini, 2018, pp. 72-3). Toda essa articulação entre as categorias que explicam o cerne do modo de produção capitalista e a acumulação primitiva é sintetizada pelo próprio autor no trecho de abertura do capítulo XXIV de *O Capital*:

Viu-se como dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida mais-valia e da mais-valia

5 Ver capítulo IV de *O Capital* (1996a).

mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias [...] (Marx, 1996b, p. 339).

A partir de pontos dispostos no capítulo XXIV de *O Capital* (1996b), buscamos evidenciar nesta seção algumas das características sedimentares das expropriações em Karl Marx. Concomitante a isso, foi efetuado um enlace entre esse entendimento e a teoria do valor, de modo a sublinhar a importância e imprescindibilidade dessa categoria para a compreensão dos elementos fundacionais do capitalismo. O próximo tópico desta seção será dedicado a abordar alguns debates e (re)interpretações sobre o caráter não episódico das expropriações.

*O caráter não episódico das expropriações:
debates e abordagens*

Atualmente, há um considerável consenso entre os autores marxistas sobre o caráter contínuo das expropriações na reprodução do capitalismo.⁶ Talvez a primeira obra que tenha explanado essa discussão de forma a obter maior repercussão seja a de Rosa Luxemburgo (1970), originalmente publicada em 1913. Ao longo do século XX esse debate teve grandes desdobramentos e suas reinterpretações foram carreadas ao sabor das próprias transformações do capitalismo. Se há um grande acordo sobre a contiguidade das expropriações no capitalismo,

⁶ Só para destacar alguns autores nacionais contemporâneos: Boschetti, 2018; Mota, 2017; Behring, 2018; Fontes, 2010; Miguel, 2018.

o fluxo dos aspectos e entendimentos conjugados a essa temática prosseguiu de forma um tanto quanto tortuosa. Nesta seção, iremos frisar alguns dos aspectos elementares desse embate.

Marx não deixou evidente, no capítulo XXIV de *O Capital*, sua percepção em relação à permanência necessária das expropriações para a reprodução do capitalismo. Se, por um lado, ele afirma que “a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho [...] constitui a *pré-história do capitalismo*” (Marx, 1996b, p. 380, grifo meu), em outras passagens ele induz o leitor a perceber esse processo como imanente a esse sistema. Isso fica sugerido no próprio complemento que acompanha o conceito disposto no título (“a assim chamada”), que parece impedir uma afirmação categórica de que se trata tão somente da fase pré-histórica do capitalismo. Além disso, a incitação a uma ideia de permanência da acumulação primitiva fica evidente em outros trechos, como o que segue:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente (Marx, 1996b, p. 340).

Para Rosa Luxemburgo (1970, p. 314), no entanto, as expropriações em Marx constituíam apenas um momento progresso do capitalismo. A autora ressalta que Marx identificava o roubo, a violência e a escravização daquilo que ela chama *Economia Natural* como a fase de gênese

do modo de produção capitalista; apenas como um pressuposto do capital.

Contrapondo esse entendimento, Luxemburgo (1970, p. 315) defende que a necessidade elementar do capital de se reproduzir de forma ampliada, ou seja, de amplificar os meios de produção, a mais valia e a força de trabalho, torna *sempre* imprescindível a existência e usurpação de formas de produção pré-capitalistas disponíveis no mundo inteiro. Nas palavras da autora:

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão de obra para seu sistema assalariado (p. 317).

Por meio dessa comprovação a autora argumenta haver a existência de duas formas de mercado, que são distintas, mas organicamente embrenhadas, a face externa e a face interna. O conceito de mercado interno corresponderia às formas sociais capitalistas, ao passo que mercado externo corresponderia à zona social não capitalista. Portanto, a troca de mercadorias entre Alemanha e Inglaterra, por exemplo, configuraria relações de mercado interno e, por outro lado, as relações econômicas entre a indústria alemã e suas próprias populações camponesas seriam caracterizadas como mercado externo. A necessidade inerente ao capitalismo de capitalizar parte da mais-valia precisaria, recorrentemente, ser realizada via expropriação das formas pré-capitalistas de organização (Luxemburgo, 1970, pp. 315-6).

David Harvey (2005, pp. 118-9), em sentido análogo ao de Luxemburgo (1970), defende que o capitalismo precisa sempre de uma esfera “exterior” para garantir sua estabilidade, mas pode tanto se apropriar de algo externo, quanto produzir ativamente novas formas de desapropriação, criando uma dialética “dentro-fora”. Ele ressalta que Marx tem certa limitação em relação às expropriações por estar imbuído na concepção da economia política, como aquela de Adam Smith, que reconhece apenas o caráter precursor da acumulação primitiva diante do capitalismo (Harvey, 2005, p. 119).

Para compreender os contíguos processos de expropriação que acompanham o capitalismo o autor trabalha com a noção de sobreacumulação. Essa concepção consiste, em linhas gerais, no fato de haver excedentes de capitais ociosos, sem possibilidade de serem injetados em investimentos lucrativos, sendo esse, o mote elementar das crises sistêmicas. As expropriações serviriam, portanto, para instituir a alocação dessa fração remanescente de capitais.

José D’Assumpção Barros (2012) realça que um dos principais problemas a serem evitados nas análises históricas é a ilusão de sincronicidade e o anacronismo nos modelos analíticos. Isso significa que se deve evitar estabelecer paradigmas explicativos globalizantes, que desconsiderem as especificidades regionais e temporais de cada processo (Barros, 2012, p. 110). Tais precauções são imanentes ao próprio modelo de análise marxista em razão do caráter *histórico* do materialismo dialético. Ou seja, as relações e organizações materiais de produção são sempre interpeladas pelos condicionantes históricos que permeiam um dado contexto. Além disso, os aspectos geográficos também são tidos como fundamentais nesse

paradigma analítico, uma vez que se consideram as particularidades de cada parte do mundo para se compreender a reprodução global do capital. Esses fatores são muito bem incorporados pelos autores que tratam das expropriações no capitalismo contemporâneo.

As abordagens de David Harvey apontadas a seguir já têm de antemão a preocupação com esses elementos históricos e geográficos, algo que também poderá ser percebido nos demais autores a serem abordados. Portanto, se as expropriações e as formas de produção e reprodução de capitais têm suas determinações, elas devem ser consideradas tendo em vista as especificidades das organizações produtivas características de cada tempo e espaço.

David Harvey, analisando as formas contemporâneas de reprodução do capitalismo, aborda a gradativa proeminência do sistema de crédito e do capital financeiro⁷ como balizadores das relações sociais. Essa formatação se acentuou, sobretudo, a partir das crises da década de 1970 e, para o autor, os fatores oriundos desse processo, como o endividamento público, a destruição de ativos por meio da inflação, dentre outros quesitos, conformam o carro-chefe das expropriações recentes (Harvey, 2005, p. 123). Em virtude da permanência desse fenômeno, o autor substituiu a alcunha “acumulação primitiva” por “acumulação por espoliação”.

Desse modo, além do cercamento da base fundiária e da expulsão da população residente de suas terras, fenômeno que permanece como uma das sinuosas

⁷ Pelas limitações da proposta e do formato deste texto, não será possível explicar com maior profundidade o processo de financeirização do capitalismo. Para uma abordagem mais detalhada sobre essa temática por um viés da história econômica, ver Duménil & Lévy, 2010; 2014.

características pelas quais o capitalismo se reproduz, Harvey realça haver uma espécie de aprimoramento das espoliações na contemporaneidade. Ataques especulativos no mercado financeiro, direitos de propriedade intelectual, degradação ambiental pelo avanço de formas capital-intensivas de produção agrícola, condicionalidades dos empréstimos de entidades internacionais (Fundo Monetário Internacional [FMI], Banco Mundial etc.), privatização de sistemas de saúde e de educação são algumas das formas pelas quais ocorrem os processos de acumulação por espoliação na atualidade (Harvey, 2005, pp. 122-3).

Ellen Meiksins Wood (2006, p. 19) contrapõe a percepção de David Harvey (2005) de que, como aqui já exposto, Marx compreenderia a *acumulação primitiva* como a pré-história do capitalismo pelo fato de ter absorvido o entendimento dessa categoria de Adam Smith. Wood (2006) afirma que, embora Harvey contraponha a concepção da economia política smithiana de que a acumulação primitiva caracterizou tão somente o momento originário do capitalismo, ele, na verdade, acaba compactuando com a análise do economista inglês por outra perspectiva (Wood, 2006, p. 19).

Isso decorre, segundo a autora, por Harvey caracterizar a *acumulação capitalista* como o cerne da temática em questão, como fica patente em seu entendimento de sobreacumulação, aqui já elencado. Ellen Wood (2006) destaca que o elemento distintivo de Marx, diferentemente do que parece sugerir o geógrafo britânico, é justamente ter se afastado da concepção de Smith. Afinal, a origem do capitalismo não estaria sedimentada na concentração de riqueza (sobreacumulação), mas na imposição de imperativos de mercado que, recorrentemente, ocorre por

meio da coerção e por meio de violentas formas de transformação social⁸ (Wood, 2006, p. 20).

Wood (2006) ressalta que, embora a acumulação por “predação, fraude e violência” continue sendo característica elementar do imperialismo, esse fenômeno passou a ter uma nova lógica. Isso significa que, mais que apreensão e concentração de riqueza, o capitalismo contemporâneo *cria* novas sujeições sociais à dependência do mercado. Ou seja, a “acumulação primitiva” passou a ser muito mais consequência do que causa do capitalismo (Wood, 2006, p. 21).

Esse aspecto foi trazido novamente à tona mediante intenso debate de Virgínia Fontes (2010) com as categorias e as interpretações de Ellen Wood sobre as expropriações. Absorvendo, dialogando e problematizando os elementos trazidos pela autora, Fontes ressalta que, em linhas gerais, as expropriações são, simultaneamente, condição e decorrência das relações capitalistas (Fontes, 2010, p. 75). Por outro lado, em diálogo com Harvey, Fontes argumenta que, embora atores tidos como alheios à integralidade da lógica do capital, como os pequenos produtores de terra, constituam uma fronteira para o capital, não é possível considerar que estejam no *lado de fora* do capitalismo. De forma direta ou indireta, tais sociabilidades encontram-se incorporadas ou assimiladas à lógica mercantil, ainda que de maneira profundamente desigual (Fontes, 2010, pp. 71-2).

8 Virgínia Fontes também aborda essa discussão em seu diálogo com as interpretações de Harvey sobre a existência ou não de uma exterioridade ao capitalismo (ver adiante). A autora recorre ao Livro III de *O Capital* para asseverar que já em Marx é possível perceber uma concepção na qual o capitalismo necessita da conservação e reprodução das expropriações para a sua existência (Fontes, 2010, p. 67).

Endossando o argumento de que as expropriações constituem um processo permanente, Virgínia Fontes (2010, p. 45) evidencia que esse fenômeno precisa se aprofundar e se generalizar para a manutenção das bases da acumulação capitalista. A autora denota às expulsões de grandes massas camponesas de suas terras e consequente concentração de capitais (agora em nível cada vez mais internacionalizado) a alcunha de *expropriações primárias*. Acontece que essas, na formatação atual das relações de produção, passaram a ter um salto qualitativo. Isso significa que sua expansão ocorre concomitante à retirada de direitos sociais e trabalhistas, privatizações, desmantelamento do caráter público da educação e da saúde, apropriação de saberes de povos tradicionais etc., sendo tais fatores caracterizados pela autora como *expropriações secundárias* (Fontes, 2010, pp. 54-9). Essas feições das expropriações contemporâneas são fundamentais para a manutenção e reprodução do capitalismo, sendo eixos elementares para que populações sejam inseridas em condições críticas, as tornando cada vez mais vulneráveis e disponíveis ao mercado (Fontes, 2010, p. 47).

Mesmo que articulem categorias e interpretações distintas em muitos pontos, tanto Harvey (2005) quanto Fontes (2010) reconhecem que, embora constantes e agudamente necessários, os métodos diretos de coerção não são as únicas maneiras de expansão das expropriações. David Harvey ressalta que os modos originários de produção têm de ser constante e violentamente combatidos. Porém, por outro lado, eles também passam por formas de cooptação, que exercem o papel de neutralizá-los e absorvê-los em prol do capitalismo por meio de determinadas bases consensuais (Harvey, 2006, p. 122).

Já Virgínia Fontes (2010) argumenta que o amplo desmantelamento de direitos na América Latina ocorrido, sobretudo, a partir das últimas décadas do século XX foi amparado por um contexto de coerção direta contra os trabalhadores, como as demissões e o combate aos movimentos sindicais. Entretanto, a dominação burguesa inerente a esse processo também se revestiu por um aprimoramento das formas de convencimento social (Fontes, 2010, p. 55).

Marcio Lupatini (2018) destaca, ainda, mais um elemento que demarca a perenidade da acumulação primitiva no capitalismo. Elencando uma interpretação que Rosdolsky (2001) fez dos escritos de Marx dispostos no *Grundrisse*, ele ressalta que, para além do apartamento entre trabalhadores e meios de produção, a *centralização de capitais* segue dando a linha de compasso para a fluidez do capital. Isso quer dizer que a captura dos pequenos capitalistas pelos grandes, semelhante ao processo de concentração fundiária no “pré-capitalismo”, conforme exposto na seção anterior, permanece sendo o combustível das relações de produção na atualidade⁹ (Lupatini, 2018, pp. 94-6).

Vimos, nesta subseção, que há um grande consenso entre os autores marxistas a partir do século XX de que as expropriações não constituem apenas um elemento episódico na história do capitalismo. De forma distinta, elas ainda são uma das pedras de toque desse sistema. Além disso, as desapropriações criam novas formas de (auto) reprodução, tornando massas populacionais vulneráveis

9 É pertinente ressaltar que no período pós-Segunda Guerra Mundial a centralização de capitais ganhou uma escala e profundidade sem precedentes, sendo uma categoria que está no cerne da concepção marxista de *capital monopolista* (Baran & Sweezy, 1982).

e dispostas às relações mercadológicas. Foi realçado, também, que a centralização de capitais teve, de certo modo, suas raízes deitadas na acumulação primitiva e, além disso, que é intrincado afirmar que há um “lado de fora” do capitalismo, sendo essa temática alvo de grandes embates entre os autores aqui elencados. A última parte deste capítulo será dedicada a realçar algumas análises empíricas referentes às expropriações na contemporaneidade.

AS EXPROPRIAÇÕES POR NOVAS PERSPECTIVAS: A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO POR ENTRE OS ESTUDOS DE CASO

Alguns pesquisadores têm se esforçado não apenas em remodelar o entendimento acerca das expropriações, mas também em asseverar o caráter imanente desse fenômeno na formação histórica brasileira. Não cabe aqui explanar os detalhes interpretativos sobre a temática dentre os autores elencados a seguir, tendo em vista que suas abordagens estão mais ou menos calcadas nos teóricos dispostos anteriormente. Esta parte final serve, sobretudo, para ilustrar o debate aqui já tratado, de modo a tornar a discussão mais palpável a partir de estudos empíricos específicos.

Frisando a interface entre o Brasil e as expropriações,¹⁰ José de Souza Martins (1995) expõe aquilo que se

¹⁰ O autor não usa exatamente a alcunha “expropriações”, mas sim “acumulação primitiva”. Como disposto na seção anterior, as expropriações são a mola propulsora da acumulação primitiva. Logo, decidimos por explicar a análise de Martins (1995) pela categoria de “expropriações” para manter a coesão textual.

conforma como uma das características fundamentais na formação histórica do país, a escravidão. Demonstrando como essa forma de organização produtiva configurou e ainda se faz presente no avanço das relações capitalistas brasileiras, o autor apresenta um estudo empírico que expõe sua compilação de denúncias de trabalho escravo na região amazônica. O recorte temporal da pesquisa abrange desde a modernização conservadora na ditadura (1966) até princípios dos anos de 1990.

Sob a retórica de integrar o país e ocupar áreas supostamente vazias, o regime ditatorial instituiu projetos de ocupação econômica do Amazonas. Esse processo foi fundamental para a consolidação da estrutura latifundiária contemporânea, vinculada a grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Com participação das frações capitalistas mais modernizadas à época, como Bradesco, Camargo Corrêa, Volkswagen, Paranapanema, White Martins, dentre outras, a sedimentação desse processo teve como eixo basilar aspectos atrasados apenas em aparência, como a expulsão e a escravização dos povos nativos (Martins, 1995, p. 3, 20).

A consequência mais imediata da expansão latifundiária no Amazonas se deu por meio da expulsão direta das populações camponesas e originárias de suas terras. Nesse movimento, algumas tribos indígenas chegaram a perder dois terços de sua população. Uma vez desapropriados, muitos deles tiveram de migrar para cidades da própria região, se submetendo a subempregos, passando a ocupar áreas periféricas e favelizadas (Martins, 1995, p. 3).

A outra forma pela qual foram estabelecidas as expropriações para o avanço capitalista na Amazônia se deu por diferentes métodos de trabalho compulsório.

Lastreada, sobretudo, pelo endividamento, Martins percebeu que massas de trabalhadores foram escravizadas nesse processo. Em determinados casos, isso ocorreu de forma temporária, como aquela mão de obra apreendida para desmatar e possibilitar a instauração da agropecuária (peonagem). Em outras ocasiões esse processo se deu de modo mais regular, como na produção de borracha e castanha-do-pará (regime de aviamento) (Martins, 1995, pp. 6-10).

Entre 1970 e 1993, por meio de inspeções da Pastoral da Terra e de depoimentos dos peões que conseguiram fugir, foram identificadas 431 fazendas em que houve trabalho escravo, sendo 308 localizadas na Amazônia. Considerando a soma das denúncias de distintas épocas foi estimado que nessas fazendas houve, no mínimo, 85 mil trabalhadores escravizados (Martins, 1995, p. 5). Em argumentação semelhante aos autores da seção anterior, Martins (1995) ressalta que essas formas contemporâneas de escravização não são meros resquícios de formações predecessoras dispostas a serem suprimidas pelo desenvolvimento do capitalismo. Elas se tornaram pressupostos e produtos do capital (Martins, 1995, p. 7).

A escravização e a intensa degradação das relações de trabalho no campo constituem uma constante até os tempos atuais. Apenas para frisarmos um caso, o grupo empresarial paulista Cosan S.A., que é uma das maiores agroindústrias sucroalcooleiras do mundo, com capital altamente centralizado e inserido na Bolsa de Valores, foi submetida a processos jurídicos por diversas questões trabalhistas. Esses imbróglios estão atrelados desde a criação de “listas sujas” contra trabalhadores que adoeceram, até o emprego de trabalho escravo, como a

que envolveu sua unidade em Igarapava (SP) (Usina Junqueira), em 2009 (Carvalho, 2020, p. 101).

Por outra chave analítica, Virgínia Fontes vem despendendo esforços para compreender a questão das expropriações por meio da dominação burguesa via entidades filantrópicas (Fontes, 2020). Esse vem sendo um seguimento dos estudos empíricos embasados na tradição teórico-conceitual de longa data na qual a autora embasa suas investigações.

Em relação ao quadro teórico mais amplo que permeia os estudos da autora, há especial importância em considerar os *aparelhos privados de hegemonia* (APHs) como garantidores da conformação material e ideológica das classes dominantes. Amparada nas categorias acerca do Estado e da sociedade civil em Antonio Gramsci (2000), esses APHs são caracterizados como organizadores das classes sociais, podendo ser corporificados em Organizações Não Governamentais (ONGs), associações patronais, entidades filantrópicas etc. Se configurando como espaços de articulação das vontades coletivas, tais entidades afeiçoam a consagração da base consensual entre as classes sociais. Como saldo, exercem um papel pedagógico diante da sociedade, fomentando a aceitação e/ou naturalização das expropriações capitalistas (primárias e secundárias), além de universalizarem valores e interesses específicos de classe por entre as políticas estatais (Fontes, 2010; 2020).

Em busca de conferir centralidade à temática de gênero para compreender as expropriações, Milena Barroso (2018) faz uma imersão teórico-conceitual no intuito de realçar a imprescindibilidade do assunto para a consolidação e fluidez do capitalismo. Com base em autoras como Silvia Federici (2017) e Angela Davis

(2017), Barroso destaca que o processo violento pelo qual as massas populacionais foram e são submetidas para a reprodução ampliada do capital, afeta de forma mais enfática o gênero feminino. A evolução do modo produtivo mercantil tem de ser erigida, nesse sentido, por meio da exploração particular das mulheres, uma vez que elas são as responsáveis tanto pela reprodução da vida social, quanto pela concepção da mercadoria mais essencial, a força de trabalho (Barroso, 2018, p. 318).

A autora argumenta, portanto, que o capitalismo não apenas enceta uma organização genérica das relações produtivas entre os trabalhadores, mas também é sedimentado por uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são confinadas ao trabalho reprodutivo e submetidas a uma estrutura de poder masculinizada (Barroso, 2018, p. 319). Essa subjugação é consubstanciada a partir do sistemático e violento controle do corpo das mulheres, sendo esse o principal terreno de sua exploração e resistência (Barroso, 2018, p. 321).

Talvez o empenho mais recente no sentido de “atualizar” o entendimento das expropriações mediante estudo de caso, no Brasil, tenha sido o de Guilherme Leite Gonçalves & Sérgio Costa (2020). Baseado em autores clássicos como os aqui realçados, além de outros como Klaus Dörre (2012) e André Gunder Frank (1978), Gonçalves & Costa (2020) instituíram a categoria de *acumulação entrelaçada*. Esse paradigma analítico conjuga duas formulações adicionais ao tema, a de modernidade entrelaçada, baseada em Sebastian Conrad & Shalini Randeria (2002), e a de desigualdades entrelaçadas, de autoria de um dos compositores do livro (Costa, 2012).

Em suma, a *acumulação entrelaçada* reúne algumas características gerais que têm como base o enfoque

no caráter interconectado das diferentes épocas históricas e regiões do mundo, além das distintas dimensões da expansão capitalista. Dentre os fatores que a define, a categoria traz uma forte ênfase na “interpenetração de hierarquias sociais de gênero, raça, etnicidade, classe etc.” para a compreensão do avanço do capitalismo (Gonçalves & Costa, 2020, p. 34).

A partir desse aparato teórico, os autores efetuam um sistemático estudo de caso sobre o Projeto Porto Maravilha, que visava a “revitalização” urbana da região portuária do Rio de Janeiro. Tendo o ferramental das expropriações corporificado no entendimento de *acumulação entrelaçada*, Gonçalves & Costa (2020) examinam as formas contraditórias pelas quais a construção desse projeto garantiu a acumulação capitalista. Essa, por sua vez, foi assentada em elementos históricos e estruturais relacionados à expulsão de famílias e povos originários, escravidão, supressão de culturas tradicionais, financeirização, crises sistêmicas, amparo e alterações legislativas, dentre diversos outros quesitos (Gonçalves & Costa, 2020).

Seja por formas primárias ou secundárias, se reproduzindo por meio de desapropriações de terras ou dissolução de direitos, as *expropriações* foram e continuam sendo um processo fundamental para a consolidação e ampliação do capitalismo. Pretendemos, neste capítulo, instituir uma breve apresentação de alguns dos aspectos e autores mais basilares que conduzem o entendimento dessa categoria por entre as perspectivas marxistas. Longe de dar conta de toda a complexidade e da miríade de aspectos e polêmicas relacionadas à temática, visamos, antes de tudo, realçar o vínculo orgânico entre expropriações e o modo de (re)produção capitalista. O empenho ilustrativo que anima este texto, portanto, é o de despertar o interesse dos leitores e

das leitoras por um tema tão caro à compreensão da nossa vida em sociedade e que pode (e deve) servir como instrumento analítico e amparo às lutas sociais.

REFERÊNCIAS

- BARAN, P. & SWEEZY, P. *El capital monopolista: ensayo sobre el orden económico y social de Estados Unidos*. 17.^a ed. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1982.
- BARROS, J. D'A. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca de singularidade na moderna história econômica e seus desafios. *Revista de Economia*, vol. 38, n.º 1, ano 36, pp. 109-31, jan.-abr. 2012.
- BARROSO, M. F. Expropriação pela violência contra as mulheres. In: BOSCHETTI, I. (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- BEHRING, E. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, I. (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- BIELSCHOWSKY, P. & BARBOSA FILHO, U. R. A teoria do valor de Marx. In: BUGIATO, C.; SARTÓRIO, L. V. & RUFINO, M. (orgs.). *Marx e as questões contemporâneas*. 1.^a ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, I. (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- CARNEIRO, J. D. 'Só arrancaram a casa do lugar e fim': 4 anos depois, desapropriados da Copa questionam remoções desnecessárias. *BBC News Brasil*, 17 jun. 2018.
- CARVALHO, J. C. P. *A finança capitalista e o agronegócio brasileiro: uma análise da estratégia de acumulação da Cosan S.A. (2005-2006)*. Mestrado em Ciências Sociais. Seropédica: UFRRJ, 2020.

- CONRAD, S. & RANDERIA, S. E. Geteilte Geschichten. “Europa in einer postkolonialen Welt”. In: CONRAD, S. & RANDERIA, S. E. (orgs.). *Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale Perspektiven n den Geschichts - uns Kulturwissenschaften*. Frankfurt am Main, Campus, 2002.
- COSTA, S. Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina. *Tempo Social*, vol. 24, n.º 2, pp. 123-45, 2012.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DÖRRE, K. Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus. In: DÖRRE, K. et al. (orgs.). *Soziologie – Kapitalismus – Kritik: eine Debatte*. Frankfurt, Suhrkamp. 2012.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, S. et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FONTES, V. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e Marxismo*, vol. 8, n.º 14, jan.-jun. 2020.
- FRANK, A. G. *World Accumulation, 1492-1789*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1978.
- GONÇALVES, G. L. & COSTA, S. *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIMARÃES, J. Reforma trabalhista reduziu renda, não

- gerou emprego e precarizou trabalho. Brasil de Fato, 11 nov. 2018.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2.^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- LÁZARO, J. F. El futuro de la história económica. *História Econômica e História de Empresas*, vol. 17, n.º 1, 2014.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- LUPATINI, M. Notas sobre expropriação na “odisseia” do capital. In: BOSCHETTI, I. (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro (tomo 1). São Paulo: Abril Cultural. (“Os Economistas”), 1996a.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro (tomo 2). São Paulo: Abril Cultural (“Os Economistas”), 1996b.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica de economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, J. de S. A reprodução do capital e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, n.º 6, pp. 1-25, 1995.
- MIGUEL, R. N. *Dinâmica capitalista, contrarreforma do Estado e expropriações contemporâneas no Brasil*. Doutorado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2018.
- MOTA, A. E. A regressão civilizatória e a regressão de direitos e das políticas sociais. *Argum.*, vol. 9, n.º 3, set.-dez., 2017.
- NETTO, J. P. *Introdução ao método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- WOOD, E. M. Logics of Power: a conversation with David Harvey. *Historical Materialism*, vol. 13, n.º 4, pp. 9-34, 2006.

7

A abordagem global para a História Econômica

Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo

Fernanda Novaes de Freitas

Henrique Luiz Oliveira Spitz

História global pode ser um conceito amplo, com diferentes possibilidades de interpretação. O próprio nome *global* já nos remete a algo grandioso, ou mesmo inalcançável. Mas a história global é um termo diverso também por estar em disputa, seja entre seus críticos ou entre aqueles e aquelas que a reivindicam. Ao redigir este breve capítulo tivemos de fazer escolhas, tendo em vista que corríamos o risco de divagar e perder o formato proposto por este livro. Aqui, iremos definir história global como perspectiva, atitude diante da pesquisa, e uma série de opções metodológicas e teóricas que irão nos auxiliar a

transitar pela trincheira da História Econômica, para que você, leitor ou leitora, possa se apropriar dela.

Munidos das considerações sobre pensamento decolonial apresentadas no capítulo de Abi-Ramia e dos debates marxistas sobre o capitalismo histórico que abriram este livro vamos compreender como a história global se tornou cada vez mais relevante e quais as suas bases e implicações para a História Econômica. Isso não quer dizer que iremos nos esquivar de apresentar outras narrativas e questões de dissenso sobre a história global — seria um campo? um objeto? moda ou perene? Tendo tais questões em mente, optamos por apresentar de forma mais objetiva esse histórico como conceito e área nas Ciências Sociais e seu lugar no meio acadêmico.

A primeira parte deste capítulo será centrada na emergência do que chamamos atualmente de *história global*, em especial sua proposta inicial de crítica ao nacionalismo metodológico e o eurocentrismo presentes na História Atlântica. Seguiremos então para a segunda e terceira partes do capítulo, sobre a relevância da perspectiva global para a História Econômica — a convergência de outros debates já em curso no campo e a proposta de síntese e reformulação — e apresentando a mobilização das suas influências teóricas. Na quarta seção abordaremos possibilidades de aplicação da história global como método e abordagem de pesquisa. Analisaremos exemplos e questões colocadas por cientistas às teses preexistentes da História Econômica e como suas obras se diferenciam entre si. Aqui veremos a diversidade das *atitudes globais*, como a abordagem mundossistêmica de Immanuel Wallerstein, a Escola da Califórnia de Andre Gunder Frank, os estudos de cadeias de *commodities* e as novas perspectivas para a história comparada. Por fim, faremos

comentários a respeito das críticas mais relevantes à história global, apontando obstáculos, problemáticas e propondo novas possibilidades de pesquisa, que não devem de forma alguma limitar a imaginação de quem optar por se apropriar das abordagens aqui apresentadas.

PREMISSAS TEÓRICAS E A GLOBALIDADE HISTÓRICA

A história global como uma perspectiva teórico-metodológica vem ganhando cada vez mais espaço, por apresentar abordagem mais abrangente perante fenômenos históricos e por suas críticas à ênfase em recortes delimitados por impérios — britânico, ibérico, francês, holandês — ou unidades de Estado-nação. Muitas dessas críticas foram direcionadas à História Atlântica, campo que estava em seu auge no mesmo período de insurgência da história global, nas décadas de 1970 e 1980. Ainda que os estudos e conclusões da História Atlântica tenham servido de base e ponto de partida da história global, a ênfase em novos recortes e na integração entre espaços gerou nítida diferenciação.

As problemáticas apontadas não são exclusividade da História Atlântica, são parte da construção das Ciências Sociais modernas. Como argumentamos a seguir, a história global se propõe a fazer análise crítica do conceito de modernidade e do capitalismo, nas formas desiguais pelas quais se reproduzem no tempo e espaço. No entanto as desigualdades se fazem também na mentalidade e na produção acadêmica, e a história global não é isenta de reproduzir os constructos aos quais se opõe. A seguir, apresentamos uma breve reflexão sobre os elementos críticos que fizeram parte da insurgência da história global

como a conhecemos, seus limites e como eles implicam a História Econômica.

A História como campo formal de estudo — e as Ciências Sociais de modo geral — tem gênese coesa à formação dos Estados-nação no século XIX, e por isso trazem em suas análises uma importância central às unidades políticas nacionais, o que chamaremos de *nacionalismo metodológico*. Em outras palavras, seria a compreensão dos fenômenos históricos circunscritos — e que se confundem — à história das nações, sendo os fenômenos e processos explicados a partir dessas unidades.

Para o sociólogo Immanuel Wallerstein, referência para os estudos globais, a compreensão das nações como unidades pelas quais acontece o *desenvolvimento* são restritivas, presentes tanto nas teses clássicas do século XIX quanto na teoria atlântica mais recente à época (Wallerstein, 1998). Wallerstein aponta que a crítica não vai no sentido da invalidação das histórias nacionais ou dos impérios, mas de que essa forma específica de compreensão do Estado-nação vem acompanhada de ideais evolucionistas e eurocêntricos: a Europa vista como o centro do mundo, responsável por levar o progresso às regiões “atrasadas”. Concordamos com o que foi apresentado por Abi-Ramia neste livro: categorias e procedimentos europeus foram vistos como universais e aplicáveis às demais sociedades, contribuindo, no plano teórico, para a implementação e legitimação de políticas imperialistas e colonialistas. Como afirma o historiador italiano Gennaro Ascione, a universalização do conceito de modernidade — e aqui incluímos a noção dos Estados-nação europeus — e a expansão do capitalismo são as bases da materialidade do colonialismo (Ascione, 2016).

Ascione atenta para o fato de a história global, apesar das críticas, por vezes superdimensionar os feitos do Ocidente, colocando mais uma vez, a Europa no centro dos processos. Em 2013, o historiador econômico indiano Sanjay Subrahmanyam, em sua aula inaugural proferida no Collège de France, fazia um questionamento similar: no estudo clássico de Fernand Braudel do Mediterrâneo, “os pontos de vista dos otomanos, dos mongóis da Índia e dos Chineses foram [...] negligenciados em um certo estilo de «história mundial»” (Subrahmanyam, 2017). Surge a questão: como dimensionar os limites entre a violência dos processos econômicos globais que articularam o colonialismo e a desigualdade, e ao mesmo tempo conceber agência dos espaços considerados periféricos ou menos relevantes para tais processos na historiografia tradicional? Essa segue sendo uma das questões de dissenso mais importantes da história global, mas que pode parecer estranha a certas tradições como a Nova História Econômica, por sua interpretação neopositivista e quantificadora dos processos.

A história global não foi a primeira a pensar a relação entre o colonialismo/imperialismo e a economia-mundo, ou ainda o eurocentrismo da historiografia. Frantz Fanon influenciou a história global quando fez um debate marxista heterodoxo sobre colonialismo, diferenciando as burguesias dos países subdesenvolvidos daquelas dos países centrais. Os movimentos de independência do século XX denunciavam as histórias fragmentadas, que invisibilizavam o elo entre o avanço civilizatório e a violência. Como veremos adiante, a Teoria da Dependência também foi uma das fontes mais influentes da história global.

Para a historiadora mexicana Sandra Kuntz Ficker, essas referências seriam menos importantes, tendo em vista que a problemática central da história global não seria a análise do capitalismo (Ficker, 2014, p. 27). A autora aponta que a grande inovação da história global, pelo menos a partir de Wallerstein, seria a concepção de uma unidade chamada “Sistema-mundo” — a economia-mundo europeia —, uma leitura que o autor fez com base em elementos teóricos de Fernand Braudel. A marca definidora seria o estudo das relações imbricadas no contexto do Sistema-mundo, fosse esse ou não capitalista (Ficker, 2014, pp. 35-6). Mas para nós a história do capitalismo é um marco essencial, se queremos pensar quais as implicações da abordagem global para a História Econômica. E isso nos traz uma questão antiga, já abordada neste livro: quando começa o capitalismo e como defini-lo historicamente?

Se pensarmos como o historiador Sebastian Conrad (2019), a história global é *perspectiva* e *teoria*, uma *temática* e “uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais”.¹ Entender o capitalismo sob tal ótica não se encaixa por completo na perspectiva marxista clássica, em que o modo de produção e a acumulação de capital são

1 O autor pondera que, “no entanto, não existe consenso sobre o caminho que se deve percorrer para atingir tal resultado. Existem muitas outras abordagens que competem, hoje, pela atenção dos investigadores: desde a história comparada e transnacional, à história mundial, passando pela «grande história», pelos estudos pós-coloniais e pela história da globalização. Tal como a história global, estas perspectivas também procuram expor e explicar as conexões do passado”. Ver Conrad (2019, p. 16). Sobre a dificuldade de se conceituar história global, ver Pérez (2016).

fatores elementais. O desenvolvimento do capitalismo histórico seria muito mais heterogêneo, diverso nos diferentes espaços, pois sua caracterização não estaria em *elementos*, mas em processos, conexões. O que dá lugar, por exemplo, para pensarmos a escravidão no capitalismo. A relação que Eric Williams propôs, na década de 1940, entre o trabalho de escravizados nas Índias Ocidentais e a criação das condições necessárias para a industrialização britânica confrontam definições ortodoxas de extração de mais-valia no capitalismo produtivo por meio do trabalho livre assalariado. Williams veio muito antes de Conrad, e não foi considerado um historiador global, mas atualmente o conceito de *segunda escravidão* — cunhado a partir da influência de Williams — é considerado parte das análises globais. Os teóricos da segunda escravidão entendem uma interação relacional entre o trabalho forçado e o sistema capitalista global, o primeiro respondendo diretamente às demandas do segundo, uma relação não de causa e consequência, mas de simbiose.²

Permanece a questão de se o capitalismo, como sistema global, poderia ser definido apenas a partir da industrialização, se esse seria o fenômeno fundador da globalização. Colocando de outra forma, a partir de qual momento podemos considerar que existe uma história que seja *global*?

Um dos recortes de tensão da história global é o posicionamento cronológico da “globalidade” do mundo. Em discordância com o argumento de Kevin O’Rourke & Jeffrey Williamson (2002), os pesquisadores em história global Dennis Flynn & Arturo Giráldez (2017) afirmam

2 Ver Tomich, 2011; Marquese, 2019.

que a globalização é um fenômeno de inícios da era moderna, e não da Revolução Industrial do início do século XIX. O posicionamento de O'Rourke & Williamson não é um ponto fora da curva: para um setor de historiadores, economistas e outros cientistas sociais, a globalização é um fenômeno observável apenas após a expansão industrial do capitalismo. Seja por critérios de integração de mercados, a convergência internacional de preços e o aumento de importações na Europa — argumentos de O'Rourke & Williamson — ou por fatores endógenos como o aumento da liquidez de determinadas economias nacionais, o período da Revolução Industrial é certamente um divisor de águas para a compreensão do capitalismo. No entanto, autores de diferentes linhas de pensamento da história global posicionam a gênese da globalização em um momento inicial do capitalismo, o que seria uma chave interpretativa: o capitalismo como sistema histórico poderia ser entendido como *intrinsecamente global*, e não que *caminha à globalização*.

Enfatizando os aspectos da transformação ambiental, da interação continuada entre populações de diferentes regiões e especialmente do papel da China na demanda por prata da América Hispânica, Dennis Flynn & Arturo Giráldez posicionam a globalização na segunda metade do século XVI, em alinhamento com as interpretações sinocêntricas da chamada Escola da Califórnia (2004, pp. 82-3, 98). Já Wallerstein, em sua perspectiva mundossistêmica, aponta que o início do capitalismo, e por conseguinte uma unidade de relações globais, teria sido possível a partir das incursões coloniais da Europa às Américas e Ásia (Wallerstein, 2011). As perspectivas globais não construíram consenso sobre o tema, e seguem tentando desnaturalizar visões fragmentadas e

eurocênticas de formas diversas, como veremos de forma detalhada na penúltima seção deste capítulo.

Procurando superar estas análises nacionais e eurocênticas, a história global propõe expandir o campo de reflexões, evidenciando redes de interação mais amplas de forma a chegar a novos resultados. Mas o próprio processo de constituição dessas narrativas, como vimos, não têm coesão, e isso é fruto do percurso intelectual de formação da história global. Na próxima seção, veremos como a perspectiva global se tornou relevante às questões da História Econômica e as expectativas atuais para o campo.

UMA ATITUDE GLOBAL PARA A HISTÓRIA ECONÔMICA

Partindo das críticas apresentadas até aqui, é possível identificarmos algumas pistas do porquê a abordagem global seria útil ao campo da História Econômica. As próprias noções de *grande escala*, *circulação*, ou mesmo a releitura de conceitos mais clássicos, como *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky, são ideias trazidas pela história global de fácil associação ao campo econômico. Mas não podemos encarar tais associações como óbvias, uma formulação que veio pronta e coesa. Como abordado na seção anterior, a chamada “virada global” na História e nas Ciências Sociais na década de 1980 não foi um percurso de ruptura total, mas sim um extenso processo de confrontamentos, experimentação e síntese, que fez uso do que já vinha em desenvolvimento na História Atlântica, histórias nacionais ou regionais, não apenas se engajando em debates, mas de fato incorporando suas teses sob novas premissas. Ainda que outros

trabalhos tenham sido confrontados de maneira irreconciliável com as narrativas insurgentes. Para entendermos a simbiose entre a perspectiva global e a História Econômica, é importante entendermos: a) o que história global não é, tendo em vista que pode ser um conceito amplo e precisamos delimitá-lo; b) dentre as diferentes concepções de história global, qual nos interessa.

Dos estranhamentos mais comuns ao termo “global” estão a problemática da escala — da qual falaremos com mais detalhes na seção seguinte — e a ideia de um objeto em tempo-espço grande demais para ser observado. Portanto a primeira diferenciação que apontaremos é que a história global não é “grande história” ou “história ampla”. Um projeto de história ampla seria a conjunção de trabalhos pontuais sobre determinados períodos, regiões e povos, na tentativa de construir uma História completa, como alguns esforços enciclopédicos dos séculos XVIII e XIX, que colocaram a disciplina juntamente com Filosofia, História Natural e Ciências Políticas. Ou ainda trabalhos atuais, alguns elaborados como a *The Penguin History of the World* (Roberts, 2014) ou a *História econômica do mundo* (Cameron, 2004), até os mais comerciais como *A história do mundo para quem tem pressa* (Marriot, 2015). Há ainda projetos como *Big History Project*, fundado em 2011 por Bill Gates e David Christian, iniciativa interdisciplinar que busca observar fenômenos não só da experiência humana, mas do universo, passíveis de análise apenas em longuíssima duração e com os esforços colaborativos de cientistas e laboratórios de diversas áreas. A história global pode ter grandes recortes de espaço-tempo, mas não tem como objetivo final tal esforço, ou a pretensão de fazer uma história de tudo.

Ainda pensando em trabalhos de fôlego, as obras de história temática também têm objetos amplos, tratando de grandes assuntos como *história da culinária* ou *história da arte*. Alguns dos exemplos mais proeminentes seriam as obras do medievalista francês Philippe Ariès, *História social da criança e da família* (1981) e *História da morte no Ocidente* (2012), respectivamente sobre a construção social da infância e da morte. Para abordar temas tão amplos — conceitos —, Ariès e outros historiadores com abordagem semelhante lançam mão do método comparativo, muito usado também na história global. No entanto, partem de princípios que não necessariamente precisam de uma unidade comum, ou de uma coesão global para apoiar sua análise, e por esse motivo a história temática se diferencia da perspectiva global.

Outra comparação comum é entre história global e história mundial, cujos limites são mais fluidos e sobrepostos. Para o historiador guianense Richard Drayton e o alemão David Motadel não existe “consenso [...] sobre a utilidade da diferenciação entre história «mundial» e «global», e na prática essas bandeiras acolheram iniciativas muito semelhantes” (Drayton & Motadel, 2018). De fato, muitos trabalhos podem ser considerados interseccionais a ambas, e reivindicar uma das classificações para uma publicação, evento acadêmico ou pesquisa pode ser questão de escolha. Sabendo que não existe consenso sobre o tema, como afirmam Drayton & Motadel, faremos a diferenciação por critérios de objeto e abordagem, os quais consideramos mais adequados e abrangentes.

A história mundial tem, por definição, o intuito de observar relações entre diferentes nações e regiões, especialmente sob o espectro do questionamento às narrativas euro-anglocentradas da prosperidade do Ocidente.

Os exemplos mais eminentes são *A Grande Divergência* de Kenneth Pomeranz (2013) e *Why Europe grew rich and Asia did not* — “Por que a Europa enriqueceu e a Ásia não” — de Prasannan Parthasarathi (2011). Essas obras, de formas distintas, questionam a tese da excepcionalidade endógena que teria levado à disparada da Inglaterra na corrida industrial. A temática é mundial, mas os trabalhos compartilham de métodos e perspectivas globais. Aqui, duas observações são necessárias: a primeira é que não existe divisão rígida entre história global como método e história mundial como recorte temático, se tratando mais de um espectro de ênfases que se sobrepõem e se complementam. Segundamente, os trabalhos citados fazem parte de uma sessão específica da história global, que apontam a relevância das estruturas e redes de comércio asiáticas para a construção da economia-mundo moderna, debatendo o fenômeno da divergência e da hegemonia britânica na historiografia. Nesse sentido, as obras representam apenas uma parcela das possibilidades de estudos que podem ser considerados da história global e da história mundial.

Abaixo, apresentamos um diagrama para ilustrar elementos da história mundial e da história global presentes em ambas as obras:

Diagrama 1



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Como mencionado, os livros de Pomeranz & Parthasarathi trazem centralidade, respectivamente, à determinados espaços chineses e indianos para reposicionar narrativas reificadas do desenvolvimento industrial da Inglaterra, sejam mais clássicas como de Robert Brenner (1982) ou mais recentes como de David Landes (2005). No entanto, a questão não é apenas trazer uma ideia de agência ou fazer uma reparação histórica a esses espaços — antes tidos como primitivos e que teriam sido modernizados pelos europeus —, mas sim, antes de tudo, uma reinterpretação da história do capitalismo.

O que as histórias mundial e global vêm apresentando de mais inovador para a historiografia é a revisão dos parâmetros definidores do capitalismo como sistema socio-histórico, e para tal foi preciso passar a pensá-lo como um sistema multifacetado, supranacional e em constante transformação. Por isso, a conjunção dos fatores apresentados no diagrama caminham em constante interseção: há a necessidade de trazer narrativas periféricas, que não se limitem a fronteiras nacionais, novas modalidades de comparação e a ênfase nas conexões e fluxos, pois é nessa zona — ou *arena* — que a economia-mundo capitalista se torna observável. À proporção que definimos de forma mais concreta as questões, os dispositivos e a construção intelectual da história global, compreendemos que a História Econômica não a delimita, mas é em grande parte sua razão de ser.

Já dissemos que dentre as questões levantadas pela história global à História Econômica destacam-se a crítica à rigidez das fronteiras políticas, o superdimensionamento de conjunturas locais, a naturalização de conceitos hegemônicos e, especialmente, a universalização de um suposto *modus operandi* da economia-mundo capitalista. Mas essa não é a única história global que há pelo menos duas décadas vem passando por um tensionamento na disputa do termo, o que influencia a forma como compreendemos sua incidência na História Econômica. A história global estaria se tornando uma abordagem mais relevante ou mais defasada nos debates econômicos? Apresentamos a seguir uma breve análise sobre a trajetória da história global como temática nos espaços acadêmicos.

Coincidindo com nossa análise sobre a “origem” da história global, o gráfico 2 apresenta crescimento nas

citações ao termo — *global history* — no final da década de 1980, tomando expressividade consistente na década de 1990 e disparando a partir de 2010. Já no gráfico 1, existe uma inflexão na década de 2010: pela primeira vez, as citações ao termo com iniciais em letras maiúsculas superam as citações em caixa baixa, e assim permanece. Até mesmo, a distância entre ambas cresce. A mudança pode parecer uma tendência estilística, mas analisando a produção acadêmica sobre o tema percebemos que se trata de uma alteração e ampliação do que é “história global”. O que está em curso é a transfiguração do termo: de *perspectiva experimental* para *campo formal*. Historiadores passaram a se perguntar *o que pode ser global?*, e foi se construindo um campo que ainda não é de todo aceito, mas que conquistou iniciais maiúsculas. São cada vez mais bolsas de estudos, laboratórios e publicações que têm como tema central a história global.³

3 *Journal of Global History* (2006) publicação da Cambridge University Press; *Global History and Culture Centre* (2007) laboratório da Universidade de Warwick são apenas alguns dos exemplos.

Gráfico 14

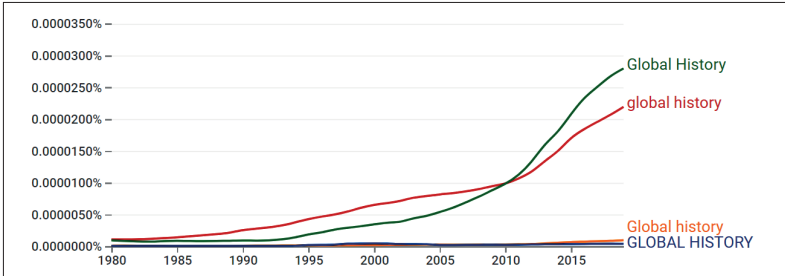
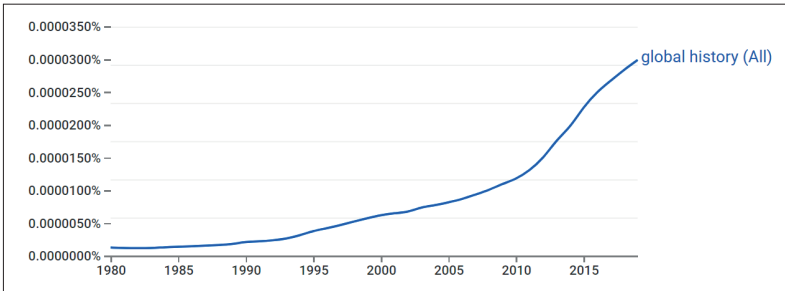


Gráfico 2



É importante ressaltar que a autora Sandra Kuntz Ficker, previamente citada, chegou a marcos cronológicos semelhantes aos que apontamos. Diferente de nossa

4 Gráficos elaborados a partir dos projetos *Culturonomics* e *Google Ngram Viewer*. As ferramentas ainda não fazem busca de termos em português. Os gráficos 1 e 2 indicam a quantidade de citações em obras acadêmicas do termo *global history*, sendo que o gráfico 1 apresenta a distinção entre os termos diferenciando letras maiúsculas e minúsculas e o gráfico 2 mostra o universo das citações como um todo, sem diferenciação das letras. O que podemos observar é um aporte visual do desenvolvimento da história global a partir de citações em livros, revistas acadêmicas e outras publicações do gênero, desde a década de 1980 até 2019.

apreciação preliminar dos gráficos, Ficker levantou títulos de obras do El Colegio de México e das bibliotecas de Stamford em Ciências Sociais que traziam no título a palavra “global”, partindo então para uma análise de conteúdo e referências. Ainda que nosso recorte e interpretação não seja o mesmo de Ficker — e no nosso caso, partimos de observação menos aprofundada —, apresentamos conclusões muito próximas. A autora também conclui por uma centralidade da academia estadunidense para a captação do termo “global” nas Ciências Sociais, tema sobre o qual nos aprofundaremos a seguir.

Em artigo para a revista *Aeon*, o historiador Jeremy Adelman (2017) narra como as transformações de um mundo com cada vez menos barreiras instigou a necessidade de imaginações globais, e de *historiadores globais*. A queda do muro de Berlim e os debates ambientais teriam instado dos historiadores uma tentativa científica mais *cosmopolita*, que pudesse acompanhar a dinamicidade do mundo dos negócios, a velocidade da internet e os ideais liberais de paz mundial pós-Guerra Fria. Essa narrativa está presente majoritariamente nas universidades estadunidenses — de onde parte o autor — sobre como a globalização contemporânea de finais do século XX e início do século XXI gerou a perspectiva global. Adelman então prevê a possível derrocada da história global, por duas razões: a primeira seria a conjuntura internacional atual, o ressurgimento de movimentos e governos reacionários, nacionalistas e antiglobalistas. Segundamente, a fragilidade da proposta de integração no campo científico, em que a intelectualidade não ocidental não estaria em processo de inclusão na produção acadêmica, mas sim de assimilação pela linguagem e cânone ocidentais. Sobre a segunda justificativa, o historiador

não está errado: a hierarquização de saberes e pesquisadores é crescente na história global. Mas Adelman (2017) parte de uma premissa parcialmente equivocada quando afirma que:

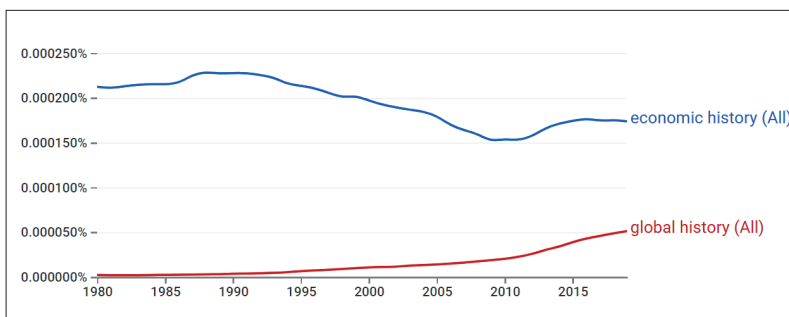
a lógica da história global tende a enfatizar integração e concordância, ao invés da desintegração e discórdia. Historiadores globalistas favoreceram histórias sobre a curiosidade em relação a vizinhos distantes. Eles — nós — tenderam a negligenciar vizinhos próximos invisibilizados pelas redes de fornecimento transnacionais.

Parte de seu diagnóstico das falhas da história global fala da busca por aquilo que nos une a “vizinhos distantes”, ou teses de consenso, que perdem fôlego ante um mundo cada vez mais hostil a narrativas de pacificação. Adelman, cuja formação de ênfase são os estudos da América Latina, não nota que uma parte grande dos questionamentos presentes na história global tem origem na teoria marxista da dependência. São inquietações que partem diretamente da periferia, à qual a abordagem global sempre foi necessária tanto pela dualidade entre as teorias hegemônicas e suas realidades locais — a periferia como “o outro” —, quanto para a concepção de sua subalternidade, que já teve tantos outros nomes: terceiro-mundo, subdesenvolvimento, modelo primitivo/feudal. A integração global como fenômeno de conflito não é algo que precisa ser ensinado a nós.

A teoria de sistemas-mundo, sintetizada de forma mais completa por Immanuel Wallerstein em *O Sistema Mundial Moderno* (2011), foi fruto de cooperação de intelectuais de diferentes áreas das Ciências Sociais, e passou a integrar os debates de história global a partir da

década de 1980. Parte de sua base se fez pela síntese dos debates da dependência e os intelectuais dependentistas Samir Amin e Theotônio dos Santos atuaram ativamente na construção da teoria mundossistêmica. Outros nomes de grande relevância como os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Celso Furtado e Caio Prado Jr. formaram as elaborações sobre imperialismo, desenvolvimento desigual e combinado, transferência de valor e superexploração do trabalho que serviram como referencial.⁵ Ainda que nem todas as experiências da história global proponham tais críticas na História Econômica, se fizermos o exercício do gráfico de menções acadêmicas com o termo *economic history*, podemos observar que há interseções interessantes entre os termos *história global* e *história econômica*:

Gráfico 3



5 Os conceitos de imperialismo e desenvolvimento desigual e combinado não foram criados pela teoria marxista da dependência, mas foi feita uma importante releitura e ampliação dos conceitos pelos dependentistas.

No gráfico 3 observamos altas e quedas nas menções à História Econômica desde 1980 até 2019. Durante o período das políticas de reabertura da União Soviética há crescimento das menções, seguida da baixa consistente após a extinção do bloco socialista e o fim da Guerra Fria. Esse movimento foi parte de um descontentamento geral pelas Ciências Sociais com formulações de ordem econômica ou interpretações de grande escala. Chamamos a atenção para dois fatores: a) o momento de crescimento da história global em relação ao momento de decréscimo das menções à História Econômica; b) o aumento nas referências à história global em torno de 2010. Ao colocarmos lado a lado os dois índices, podemos rever a interpretação de Adelman: se a história global — ou ao menos uma parte dela — propôs novas formas de entender as relações conflituosas da economia-mundo moderna, partindo de teses marxistas, de experiências críticas na Geografia e do pensamento pós-colonial, sua ascensão pode ser encarada como parte da crise de interpretações da História Econômica, e não da estabilidade da democracia liberal.

Poderíamos interpretar o crescimento nas menções à História Econômica a partir da década de 2010 como resposta à crise financeira global de 2007-2008, mas a consistência da tendência e sua estabilização parecem indicar algo mais. É possível que a dinamização das perspectivas globais em espaços de conhecimento acadêmico tenha retomado em parte o fôlego da História Econômica. Ou talvez seja um movimento mútuo, tendo em vista que vivemos um momento de crise do Estado de bem-estar social e governos autoritários revogam direitos. Há um recrudescimento no cenário das desigualdades globais.

Há ainda a relevância cada vez maior dos debates socioambientais e dos conflitos climáticos que colocam em xeque a tese de um capitalismo que poderia se “enverdecer”, ideia em construção desde a década de 1990. A partir das lentes globais é possível compreender que regiões centrais multiplicam contradições socioambientais e as delegam a regiões periféricas — produção de lixo, pegada de carbono, uso de recursos hídricos e de terra, extrativismo — ainda que possam aplicar políticas ecológicas rígidas dentro de seus limites nacionais.

Ao contrário das previsões de Adelman, as possibilidades da história global são particularmente relevantes e até mesmo necessárias para o momento de crise atual que vivemos. No entanto, não devemos nos virar em sua direção acriticamente, correndo o risco de enxergar salvação onde há limites e contradições. Para adentrar o terreno em construção da história global, é preciso trazer as questões e os anseios relevantes à História Econômica e ao momento presente, mas também se fazem necessárias as ferramentas corretas. Do contrário, podemos nos perder em um universo de grandes escalas, recortes temporais e estruturas, sem conseguir retornar com interpretações coerentes, como demonstraremos na seção a seguir.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE ESCALAS

Em história global, o termo “escala” é muito utilizado em definições iniciais: a história global seria o estudo histórico de processos econômicos ou políticos em “escala global”, ou da história da humanidade em “nível mundial”. No entanto, tais descrições trabalham com definições de escala, espaço e lugar demasiadamente vagas

ou essencialmente prescritivas. Neste ponto do texto, faz-se necessária uma discussão mais específica sobre esses conceitos — ou melhor, sobre as interpretações desses termos com as quais os acadêmicos do campo da história global operam, em intenso diálogo interdisciplinar com a Geografia.

Resgatemos a obra do renomado historiador francês Fernand Braudel. Uma das principais contribuições teórico-metodológicas desse autor é a identificação e o emprego de múltiplos regimes de temporalidade no trabalho historiográfico (Braudel, 1972, pp. 17-22). Tornou-se algo corriqueiro na academia lusófona dizer que uma dada obra trabalha com o tempo na curta, média ou longa duração. O primeiro regime temporal teria o alcance dos acontecimentos e eventos, o segundo lidaria com questões conjunturais e o terceiro é o apropriado para discutir processos estruturais. Apesar da popularidade desse uso do conceito, Braudel nunca teve a intenção de reificar os diferentes regimes de temporalidade como instituições mutuamente excludentes, ou como rótulos para identificar diferentes trabalhos, mas sim de dotar os pesquisadores — independentemente de suas áreas originais de conhecimento — da capacidade de identificar como esses regimes aparecem simultaneamente na produção do conhecimento histórico e, conseqüentemente, de empregá-los de forma a desvendar quaisquer rupturas e continuidades ocultas nos processos históricos estudados (Braudel, 1965). Em suma, o tempo — e sua passagem — é socialmente construído e não podemos tratá-lo como absoluto, linear e unidirecional se quisermos minimizar o impacto de nossos olhares anacrônicos na nossa produção científica.

No campo da Geografia, os chamados geógrafos críticos, como Milton Santos, Doreen Massey, Sallie Marston, Peter Taylor e Neil Smith, realizaram debates semelhantes acerca da outra dimensão fundamental à História: o espaço.⁶ Como definimos e o que classificamos como espaço e lugar muda significativamente dependendo de onde e de quando estamos falando. Um bom exemplo é a dualidade entre família e Estado-nação. Em certos contextos históricos, a família é o lugar por excelência onde as principais relações humanas são construídas, enquanto a nação é o espaço, o meio por onde esses lugares se encontram, se chocam e se moldam. Em outros momentos — especialmente a partir do século XIX — a nação faz-se lugar, o principal marcador de identidade social, a instância em que os processos sócio-históricos de primeira ordem acontecem. O que a Geografia Crítica nos demonstra é que essa dicotomia não é absoluta; dependendo de nosso objeto de estudo, certas dimensões geográficas se fazem lugar e/ou espaço (Marston, 2000).

Se o tempo e o espaço são socialmente construídos; não é difícil imaginar que as escalas também o são. Muitas vezes, os historiadores (e outros cientistas sociais) empregam escala como um conceito ontológico, com limites claramente definidos entre processos de ordem local, regional, nacional e global. Essas ordens de magnitude escalar também são descritas como mutuamente excludentes — pontos de contato podem ocorrer, mas processos que se desenrolam em uma dada escala permanecem nessa mesma escala. No entanto, um volume

6 Para um balanço geral da produção do campo geográfico acerca da construção social do espaço e das escalas, ver Santos, 2006; Marston, 2000.

considerável de obras historiográficas, mesmo anteriores ao surgimento da história global como campo, demonstram a interpenetração e sobreposição de escalas em um mesmo espaço. O trabalho de historiadores como Braudel nos demonstra que uma mesma dimensão geográfica — como a Bacia do Mediterrâneo — pode ser enquadrada como escala regional ou mundial (Braudel, 1972).

A história global não busca tratar o mundo como espaço nulo entre lugares nacionais, pois matérias-primas, trabalho e capital fluíram e seguem fluindo de maneira pouco ou não impedida por fronteiras nacionais. Tampouco os historiadores globais querem tomar o globo como lugar em si mesmo. A história global, como vimos, não é uma “história total”, visando encerrar toda a experiência humana coletiva em um único conjunto de obras. O que esse campo propõe é trabalhar a economia mundial simultaneamente como lugar formador de espaços e espaço constituído de lugares.⁷ Essa visão de mundo não se realiza sem o emprego de jogos multiescalares que, por sua vez, não fazem sentido sem uma concepção relacional, e não ontológica, de escalas.⁸

Como exemplo, passaremos para as três escalas com as quais Wallerstein trabalha fundamentalmente em sua obra: urbana, nacional e mundial. Em sua análise sobre a formação de classes na economia-mundo capitalista, o autor demonstra como essas escalas foram constituídas de formas distintas ao longo desse processo. À proporção

⁷ A caracterização da economia-mundo capitalista como um todo formado de partes que, por sua vez, são formadas pelo todo é melhor trabalhada por David Baronov como um “todo autoformante”. Ver Baronov, 2017.

⁸ Para uma discussão mais profunda acerca do conceito de jogos multiescalares, ver Massey, 1999.

que o capitalismo histórico se expande, a escala mundial assume dimensão geográfica cada vez maior, as instituições estatais tomam novas funções sociais e influenciam a construção do espaço de novas formas, e a escala urbana adquire outros significados nas redes de relações comerciais, produtivas e políticas. As escalas não são apenas tratadas de forma não reificada, como são alteradas continuamente ao longo do desenrolar dos processos históricos (Wallerstein, 1975). O geógrafo Peter Taylor buscou teorizar espacialmente a forma como Wallerstein emprega as três escalas da seguinte maneira:

Ele aponta para a escala da economia-mundo — ou a escala da “realidade”, a escala que “realmente importa” — como o ponto de partida para a análise pois é a nível global que a acumulação de capital primordialmente é organizada. Suas outras escalas incluem a escala urbana — ou a escala da “experiência” —, em que o indivíduo encontra manifestações particulares da economia-mundo, e a escala que intervém entre a economia-mundo e o urbano, a escala do Estado-nação — ou a escala da “ideologia” —, devida a natureza ideológica do nacionalismo e da formação do Estado (Taylor apud Marston, 2000, p. 228).

Aqui as diferentes escalas não são determinadas pela extensão de suas dimensões espaciais absolutas, mas pelos processos econômicos, políticos e culturais estudados, se expandindo e se retraindo conforme as relações sociais são alteradas. Dessa forma, por meio da interpenetração e superimposição de escalas, qualquer pesquisa historiográfica poderia tomar uma perspectiva global, mesmo que o objeto de estudo seja delimitado por recortes espaço-temporais relativamente estreitos. A observação pode

ser local, mas a análise sempre se torna mundial em última instância. Na próxima seção, traremos mais alguns exemplos concretos, discernindo as diferentes linhas teóricas e escolas de pensamento identificadas no espectro da história global.

A DIVERSIDADE DE PERSPECTIVAS GLOBAIS EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Dentro da história global existem diversas perspectivas teórico-metodológicas, provenientes de tradições acadêmicas diferentes. Nesta seção, nos debruçaremos sobre essa diversidade de visões, começando pela escola mais comumente associada à área: a teoria de sistemas-mundo. O próprio termo já é assunto de divergência, já que muitos acadêmicos consideram a proposta mundossistêmica como uma abordagem metodológica inserida na visão marxista de mundo — uma espécie de marxismo “heterodoxo” (Meldolesi & Stame, 2019) — e não uma teoria em si. No entanto, o uso da expressão “teoria de sistemas-mundo” se tornou lugar-comum na academia, independente de sua filiação ou não ao abrangente campo do pensamento marxista. A relação entre a visão mundossistêmica e o marxismo se faz evidente em sua origem. Como já mencionamos, o pensador Immanuel Wallerstein, identificado como o primeiro grande acadêmico do campo, tinha autores da teoria marxista da dependência como principais influências (Wallerstein, 2000, pp. xv-xxii), e os dependentistas ativamente fizeram parte da formulação da teoria. É importante aqui notar que a teoria de sistemas-mundo e os autores que se subscrevem a ela têm como principal preocupação a investigação acerca da

natureza, do surgimento, do desenvolvimento e da crise do capitalismo — ainda que, como vimos, a autora Sandra Kuntz Ficker (2014) discorde. Alguns autores, como a socióloga Janet Abu-Lughod (1989), buscaram estender esta abordagem metodológica para tempos medievais e até antigos, mas a maior parte dos estudos concentra-se no período que vai do século XVI até os dias atuais.

Para Wallerstein (2001), o capitalismo não é um modelo econômico abstrato — que pode ser aplicado ou não dentro dos limites do Estado-nação — nem uma proposta ideológica, mas um sistema social complexo, aberto, hierarquizado, de forte tendência expansionista, que surgiu no noroeste europeu do século XVI como uma economia-mundo localizada e que expandiu-se violentamente, incorporando territórios através dos tempos. Mesmo nessa grosseira simplificação da visão wallersteiniana do capitalismo conseguimos identificar referências à teoria marxista da dependência. A visão mundossistêmica apropria-se da descrição do capitalismo como dividido internamente entre territórios centrais e periféricos: os primeiros são o coração industrial e desenvolvido do sistema, de onde flui capital e projeta-se poder político e militar; os últimos são as extensões agrárias e extrativistas, de onde fluem matérias-primas e gêneros agropecuários, e que são subjugadas pelo ímpeto colonial e imperialista das potências centrais (Wallerstein, 2011).

Contudo, essa visão é modulada pela influência da Geografia Crítica e pela visão braudeliana acerca do tempo e espaço: ambos são socialmente construídos, e não absolutos (Braudel, 1965; Marston, 2000). A divisão temporal marcada por acontecimentos políticos pontuais — como a inauguração da Era Moderna a partir da Queda de Constantinopla para os otomanos em maio de

1453 — não faz sentido em uma análise do surgimento e expansão do capitalismo. De forma semelhante, adotar o Estado-nação como recorte geográfico para discorrer sobre processos fundamentalmente transnacionais como a acumulação de capital também não é uma escolha particularmente útil. Outra influência forte na obra de Wallerstein é a visão pós-colonial de Frantz Fanon sobre o capitalismo e o marxismo; nas palavras do próprio: “Fanon representou para mim a expressão da insistência dos destituídos pelo Sistema-mundo moderno de que eles têm uma voz, uma visão e o direito não apenas à justiça, mas à valorização intelectual” (Wallerstein, 2000, p. xxii). Já que as discussões acadêmicas em geral partem de bases epistemológicas europeias, para se construir uma visão verdadeiramente global sobre o capitalista, os debates têm de incorporar vozes africanas, latino-americanas, caribenhas, médio-orientais, asiáticas e oceânicas — em suma, vozes periféricas. Por último, a concepção wallersteiniana de capitalismo como um sistema socioeconômico global em constante transformação é influenciada pelo conceito de “sistemas complexos” elaborado pelo físico-químico russo Ilya Prigogine.

Enquanto Wallerstein identificava o surgimento da economia-mundo capitalista na acumulação primitiva de capital em nível global no século XVI — as Grandes Navegações e a subsequente exploração dos recursos humanos e naturais das Américas tendo papel central nessa conclusão —, o sociólogo italiano Giovanni Arrighi criticava esse marco. O autor via o desenvolvimento econômico das cidades-Estado do norte da Itália no século XV como ponto de partida para o desenvolvimento do capitalismo; por trás dessa crítica, estava a noção de ciclos sistêmicos de acumulação desenvolvida por Arrighi (2016,

pp. 1-26). De acordo com esse conceito, a expansão global do capitalismo estava finamente atrelada a ciclos econômicos dominados por um território hegemônico e seriam compostos de duas fases: uma primeira de expansão material, e outra de expansão financeira:

Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (D-M-D') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases D-M de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases M-D'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, D-D'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (D-M-D') (Arrighi, 2016, p. 6).

O capital monetário líquido acumulado por uma potência hegemônica eventualmente flui como investimento para a produção e circulação de mercadorias a partir de outros territórios. Assim, a expansão financeira de uma região hegemônica provoca a expansão material de outra, e os ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem-se parcialmente. Arrighi identifica fluxos de capital genovês na expansão comercial holandesa de fins do século

XVI; forte investimento neerlandês na ascensão britânica na segunda metade dos setecentos; e uma base de capital britânico no crescimento econômico estadunidense a partir da virada para o século XX (Arrighi, 2016, pp. 6-7). Ao fim de sua carreira, Arrighi dedicou-se ao estudo do crescimento econômico japonês e chinês na segunda metade do século XX, levantando a hipótese da formação de uma nova hegemonia e um novo ciclo sistêmico de acumulação centrado na Ásia Oriental (Arrighi, 2007).

Na década de 1990, o acadêmico alemão Andre Gunder Frank — já conhecido por suas extensas contribuições para a teoria da dependência — tornou-se outro expoente do campo da história global. Apesar de afirmar subcrever-se à teoria de sistemas-mundo, seu pensamento divergiu drasticamente de outros historiadores, economistas e sociólogos do campo, pois trabalha sobre interpretações marcadamente diferentes sobre a natureza do capitalismo e do próprio conceito de .

Em colaboração com o politólogo britânico Barry Gills, identificou padrões de produção e comercialização singulares em diversas culturas da antiguidade pelo mundo — da Mesopotâmia à China —, afirmando que constituíam evidências de que a economia mundial estava suficientemente integrada para formar um capitalista a partir do quarto milênio antes de Cristo (Frank & Gills, 1996). Resumidamente, Gunder Frank via a existência de redes de comércio de média e longa distâncias como sinal de desenvolvimento capitalista.

Apesar da afirmação da existência contínua do capitalismo desde antes da formação da Primeira Dinastia de faraós egípcios, a ênfase de Gunder Frank na centralidade da China na economia global anteriormente à expansão colonial europeia reverberou nos estudos acerca desse

mesmo processo. A tese de *ReOrient* de Gunder Frank deu início à chamada “Escola da Califórnia” de História Econômica, com ênfase nos estudos do papel da China nos processos de formação da economia-mundo (Frank, 1998). Na Escola da Califórnia, destacam-se Kenneth Pomeranz e Roy Bin Wong, que investigam as contradições do processo de assimilação periférica das grandes economias asiáticas ao capitalismo eurocêntrico, buscando recentrar as análises sobre o desenvolvimento econômico do capitalismo no Oriente (Vries, 2010).

Aqui, damos uma breve ênfase ao exemplo de Pomeranz e seu livro *A Grande Divergência*, mencionado anteriormente neste capítulo, que ganhou prêmios importantes na área, e se tornou um clássico desde seu lançamento na edição em inglês, no ano 2000 (Pomeranz, 2013). Dos diferenciais do livro, ressaltamos duas questões principais: sua opção de recorte espacial e sua opção de método de comparação.

Argumentando sobre a não excepcionalidade britânica e europeia no desenvolvimento industrial, Pomeranz afirma que é necessária uma comparação que seja de fato *recíproca*, e que por isso não pode selecionar regiões ou países de forma arbitrária — continente europeu e Ásia, ou Inglaterra e China — para elencar diferenças. É necessária a análise de determinadas regiões da Europa, da China, da Índia, de acordo com a compatibilidade das características relevantes para a comparação. Em segundo lugar, o autor aponta a importância de compreender tais regiões como “sistematicamente interligadas”, e propõe para tal um método comparativo em conjunto com a abordagem *integrativa*, ou global, referenciando o método de comparação englobante ou abrangente — *encompassing* — de Charles Tilly (Pomeranz, 2013, p. 17).

Em razão do escopo das análises, estudantes e pesquisadores que se aventuram no campo da história global tendem a utilizar amplamente diferentes variações da metodologia comparativa para lidar com suas fontes e/ou com as diversas instâncias espaçotemporais investigadas. Quase toda obra de história econômica global é uma obra de história comparada global. Aqui se fazem necessárias duas afirmações importantes: a) há diversos tipos de comparações que podem ser feitas em história global — e em outros campos das Ciências Sociais, de forma geral ; e b) estas diferentes formas de empreender a metodologia comparativa têm objetivos e aplicações que, apesar de diferentes, ultimamente se complementam.

Comparações mais simples, em que duas ou mais instâncias espaçotemporais são sobrepostas e contrastadas, podem ser denominadas comparações formais. Elas são amplamente utilizadas dentro e fora do campo da história global, da História Econômica, ou até mesmo da História em si. Autores como Wallerstein e Skocpol fazem amplo uso dessa ferramenta (McMichael, 1990). As comparações formais podem ser empregadas de modo a encontrar peculiaridades locais ou exceções a processos históricos mais amplos (comparações particularizantes) ou para delinear padrões e tendências econômicas, políticas ou culturais (comparações generalizantes). Sem as comparações formais (de ambas as modalidades), uma grande parte da pesquisa científica em teoria social e a quase totalidade da produção da história global seriam impossibilitadas (McMichael, 1990, pp. 395-6).

No entanto, para adotarmos uma perspectiva verdadeiramente global, a própria metodologia comparativa necessita ir além das meras comparações formais. Aqui entra a influência do sociólogo e historiador

estadunidense Charles Tilly, citado anteriormente como referência de Pomeranz, que propôs o uso de comparações “abrangentes”. Esse tipo de comparação propõe não apenas justaposição de diferentes instâncias espaçotemporais, mas a justaposição das instâncias com o todo do . Dentro desse paradigma abrangente, as comparações podem então ser realizadas (Tilly, 1984). Essa forma de construir comparações presume uma visão holística do capitalista, que o também sociólogo David Baronov qualifica como um “todo autoformante”. Em suma, o todo — o capitalista — não é o mesmo que a soma das partes — casos ou instâncias espaçotemporais —; o todo é formado pelas partes e as partes são formadas umas pelas outras e pelo todo simultaneamente. Portanto, os momentos e territórios observados em qualquer pesquisa histórica (ou nas Ciências Sociais de forma geral) não podem ser comparados uns aos outros no vácuo, sem a consideração dos elementos relacionais (Baronov, 2017).

Há ainda certos trabalhos que reivindicam a ênfase da abordagem global nas conexões, e nas relações criadas a partir das redes de fluxos de mercadorias. É o caso dos estudos de *filière* e dos estudos de cadeias de *commodities*. Na tradição historiográfica francófona, os estudos de *filière* podem ser considerados uma abordagem pragmática de fluxos de mercadorias — especialmente agrárias — e que teriam ênfase nas repercussões nacionais ou regionais desses fluxos. Já os estudos de cadeias de *commodities* propõe uma análise de todo o percurso do fluxo da mercadoria, de forma a analisar não uma região ou país específico, mas as transformações e conexões formadas a partir da produção, circulação e consumo (Jensen, Ponte & Raikes, 2000). No caso da História da América Latina, Steven Topik, Carlos Marichal & Zephyr Frank (2006)

organizaram um livro particularmente interessante nesse sentido. O livro *From silver to cocaine* analisa as cadeias de *commodities* principais para a compreensão do espaço latino-americano, desde a colonização até os dias atuais: prata, tabaco, açúcar, e outros. Apesar da abordagem de análise das cadeias de mercadorias ser comumente associada à teoria de sistemas-mundo, os autores posicionam o livro como uma tentativa de ir além na quebra com as interpretações centradas em Estados-nação, enfatizando as relações produtivas, comerciais, sociais e seus agentes.

Ainda que haja essa diversidade de possibilidades dentro da história global para a História Econômica, há também críticas diversas. Na próxima e última seção, fizemos alguns apontamentos sobre críticas aos métodos, às premissas teóricas e ao fazer acadêmico reproduzido pelo escopo da história global. Esperamos que tais apontamentos, em conjunto com todo o apresentado até aqui, possam servir de auxílio para quem deseja se aprofundar no tema de forma qualitativa, ou para surtir um olhar crítico para quem está começando a se interessar pelo assunto.

CRÍTICAS E POSSIBILIDADES

A história global como um todo, em especial a teoria de sistemas-mundo e as metodologias comparativas aqui descritas não são, de nenhuma forma, imunes a críticas. Os principais comentários críticos dirigidos a essa abordagem historiográfica podem ser classificados em três categorias mais ou menos temáticas, que discutiremos brevemente em seguida.

O primeiro grupo de críticos é composto, segundo Wallerstein, por “marxistas ortodoxos”. Aqui incluem-se os acadêmicos que compõem a corrente do “Marxismo Político”, como Robert Brenner. Eles afirmam que a abordagem histórica global não é materialista o suficiente, pois abandona a luta de classes e a formação das estruturas de classes ao enfatizar o mercado mundial em suas análises. Tanto o processo de formação das classes quanto o de produção capitalista têm caráter fundamentalmente local para esses acadêmicos, que apontam a perspectiva mundossistêmica como excessivamente “circulacionista” — isto é, focada na circulação de capital, e não na produção de mercadorias (Brenner, 1982).

A segunda categoria de críticas é composta de avaliações da abordagem global como inerentemente generalizante. Para esses autores, a perspectiva mundossistêmica atropela processos históricos locais que vão de encontro às suas grandes teses e nega a autonomia do sistema internacional de Estados nacionais em face da economia-mundo capitalista. Entre esses, Giovanni Levi — grande expoente da Micro-História — e Theda Skocpol figuram como críticos contundentes da obra de Wallerstein (Levi, 2018; Pieterse, 1988).

O terceiro grupo é composto de acadêmicos de diversas áreas e historiadores de diferentes correntes de pensamento que apontam para os elementos eurocêntricos da teoria de sistemas-mundo e da história global de forma geral, mesmo que a perspectiva mundossistêmica proponha-se como anticolonial. Acadêmicos como Gennaro Ascione e Ramon Grosfoguel descrevem como a história global é produzida e debatida primariamente utilizando concepções e dentro de instituições europeias e estadunidenses, por autores primariamente europeus e

estadunidenses. Esse último aponta um caminho: apenas por meio da incorporação de discussões acerca da colonialidade do poder e do saber é que podemos construir uma História que seja verdadeiramente global (Ascione, 2014; Grosfoguel, 2007).

Em relação às críticas apontadas, optamos por enfatizar a última, tendo em vista que os dois primeiros grupos de críticas renderam extensos debates, discussões em revistas científicas e seria necessário um capítulo à parte apenas para discutir as implicações apontadas. Preferimos pensar sobre como o fazer científico e seu contexto são inseparáveis, e que, portanto, a tentativa de construir uma história global que pense os atores periféricos, uma História Econômica que se proponha a incidir sobre as desigualdades, é necessária uma democratização e descolonização dos próprios espaços de produção de conhecimento.

Ainda na primeira metade deste capítulo, mencionamos a observação de Jeremy Adelman, sobre como muitas vezes pesquisadores de diferentes regiões são incluídos em pesquisas colaborativas ou departamentos, sem que isso de fato se torne uma consideração real de diferentes pontos de vista, daqueles que fazem parte do que Boaventura de Sousa Santos (2009) chamou de Sul Global. Alguns desses apontamentos foram feitos no texto da historiadora Priya Atwal (2018), sobre história global. Atwal afirma a importância do compromisso dos departamentos de história com a estruturação de aportes de pesquisa, apoio para estudantes, iniciativas colaborativas e a disponibilização de cursos de idiomas, uma das grandes barreiras para que a cooperação científica não se torne dependente de países centrais para seu desenvolvimento. Além disso, é importante ressaltar obstáculos ao

acesso a publicações, fontes e bases de dados, levantando a questão sobre museus e arquivos que detêm documentos e artefatos originários de outros países ou povos.

Nosso intuito até aqui foi apresentar as diferentes possibilidades e também limites da história global para a História Econômica, mas também situar tais estudos no contexto atual. A História Econômica tem um importante papel de pensar a realidade de forma crítica e apontar a abrangência dos estudos econômicos e sua interseção com a vida humana e a sociedade. Por isso, pensar nas implicações da história global para a História Econômica precisa ser um ato de reflexão da relevância do campo para a realidade atual, em todas as potencialidades e limitações.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, J. *Before European hegemony: the world-system A.D. 1250-1350*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ADELMAN, J. What is global history now?. *Aeon.co*, 2017. Disponível em: <<https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>>.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ARRIGHI, G. Hegemony unraveling. In: ARRIGHI, G. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. Nova York: Verso, 2007, pp. 175-276.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- ASCIONE, G. Unthinking modernity: historical-sociological,

- epistemological and logical pathways. *Journal of Historical Sociology*, Lethbridge, vol. 27, n.º 4, pp. 463-89, dez. 2014.
- ASCIONE, G. *Science and the decolonization of social theory: unthinking modernity*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- ATWAL, P. Global History – RHS Symposium. *RoyalHistSoc.org*, jul. 2018. Disponível em <<https://blog.royalhistsoc.org/2018/07/30/global-history>>.
- BARONOV, D. The analytical-holistic divide within world-system analysis. In: KORZENIEWICZ, R. P. (ed.). *The world-system as unit of analysis: past contributions and future advances*. Londres: Routledge, 2017.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, vol. 30, n.º 62, pp. 261-94, abr.-jun. 1965.
- BRAUDEL, F. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. Volume 1. Glasgow: Collins, 1972.
- BRENNER, R. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism. In: ALAVI, H. & SHANIN, T. (eds.). *Introduction to the sociology of “developing societies”*. Nova York: Springer, 1982, pp. 54-71.
- CAMERON, R. *História econômica do mundo*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2004.
- CONRAD, S. *O que é história global?*. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- DRAYTON, R. & MOTADEL, D. Discussions: the future of global history. *Journal of Global History*, Cambridge, vol. 13, pp. 1-21, 2018.
- FICKER, S. K. Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Paris, mar. 2014.
- FLYNN, D. O. & GIRÁLDEZ, A. Path dependence, time lags

- and the birth of globalisation: a critique of O'Rourke and Williamson. *European Review of Economic History*, Cambridge, vol. 8, n.º 1, pp. 81-108, abr. 2004.
- FRANK, A. G. *ReOrient: global economy in the Asian age*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- FRANK, A. G. & GILLS, B. *The world-system: five hundred years or five thousand?*. Londres: Routledge, 1996.
- FRANK, Z.; MARICHAL, C. & TOPIK, S. *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006.
- GROSGOUEL, R. The epistemic decolonial turn: beyond political paradigms. *Cultural Studies*, Londres, vol. 21, n.º 2/3, pp. 211-23, mar.-mai. 2007.
- JENSEN, M. F.; PONTE, S. & RAIKES, P. Global commodity chain analysis and the French filière approach: comparisons and critique. *Economy and Society*, Londres, vol. 29, n.º 3, pp. 390-417, ago. 2000.
- LANDES, D. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- LEVI, G. Microhistoria y historia global. *Historia Crítica*, Bogotá, n.º 69, pp. 21-35, 2018.
- MARQUESE, R. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, vol. 26, n.º 41, pp. 14-41, jan.-abr. 2019.
- MARRIOT, E. *A história do mundo para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.
- MARSTON, S. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, vol. 24, n.º 2, pp. 219-42, jun. 2000.
- MASSEY, D. Imagining globalization: power-geometries of time-space. In: BRAH, A.; HICKMAN, M. J. & GHAILL, Mairtín Mac an (eds.). *Global futures: migration*,

- environment and globalization*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1999.
- MCMICHAEL, P. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*, Thousand Oaks, vol. 55, n.º 3, pp. 385-97, jun. 1990.
- MELDOLESI, L. & STAME, N. Immanuel Wallerstein's thousand Marxisms. *JacobinMag.com*, set. 2019. Disponível em: <<https://jacobinmag.com/2019/09/immanuel-wallerstein-marxism-world-systems-theory-capitalism>>.
- O'ROURKE, K. H. & WILLIAMSON, J. G. When did globalisation begin?. *European Review of Economic History*, vol. 6, n.º 1, pp. 23-50, abr. 2002.
- PARTHASARATHI, P. *Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergence, 1600-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- PÉREZ, J. M. S. História Global, História Mundial. Alguns aspectos da formação histórica de um mundo globalizado. In: PÉREZ, J. M. S. *Histórias conectadas: ensaios sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.
- PIETERSE, J. N. A critique of world-system theory. *International Sociology*, Londres, vol. 3, n.º 3, pp. 251-66, set. 1988.
- POMERANZ, K. *A Grande Divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- ROBERTS, J. *The Penguin History of the World*. Londres: Penguin Books, 2014.
- SANTOS, B. de S. & MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SANTOS, M. Uma ontologia do espaço: noções fundadoras. In: SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo*,

- razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006, pp. 16-71.
- SUBRAHMANYAM, S. Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.º 60, pp. 219-40, jan.-abr. 2017.
- TILLY, C. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1984.
- TOMICH, D. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- VRIES, P. The California School and beyond: how to study the Great Divergence?. *History Compass*, Hoboken, vol. 8, n.º 6, pp. 730-51, jul. 2010.
- WALLERSTEIN, I. Class-formation in the capitalist world-system. *Politics & Society*, Thousand Oaks, vol. 5, n.º 3, pp. 367-75, set. 1975.
- WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales*. Barcelona: Siglo Veintiuno, 1998.
- WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. Nova York: New Press, 2000.
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Berkeley: University of California Press, 2011.

8

A História agrária através do espaço: impactos do uso de Sistemas de Informação Geográfica em análises econômicas

*Mylena Porto da Gama
Thaiz Barbosa Freitas*

Os reflexos do avanço tecnológico podem ser vislumbrados em diversas áreas do conhecimento. De certo, as ciências humanas não poderiam ficar inertes a esse movimento. O sentimento de nostalgia que envolve o campo da História foi, por um tempo, uma barreira à inserção de ferramentas digitais que auxiliassem nossas pesquisas. Provavelmente, o receio também foi um sentimento experimentado pelos historiadores, afinal, a utilização de qualquer ferramenta demanda estudo e prática.

Esses reflexos podem ser vislumbrados na ação mais comum da prática de pesquisa: a escrita. Hoje, contamos

com programas de criação e edição de textos, *softwares* simples e intuitivos, que agilizam o processo de escrita e divulgação científica. Também podemos contar com diversos arquivos digitais, que facilitam nosso acesso às fontes. Essas ferramentas são muito disseminadas e utilizadas nas ciências humanas. Porém, ferramentas mais complexas, que demandam certo conhecimento prévio ou curiosidade para entender seu funcionamento, são menos difundidas na área. O debate sobre a inserção, cada vez mais preponderante, de ferramentas digitais nos estudos de humanidades está em alta. Historiadores discutem prós e contras, metodologias e ferramentas possíveis. Em 2018, ocorreu o I Congresso Internacional em Humanidades Digitais, organizado pela FGV e UNIRIO, no Rio de Janeiro, voltado para discutir as temáticas.

A análise do espaço nos estudos históricos, hoje, conta com diversas ferramentas que auxiliam não só na produção de novos olhares e questionamentos, como também na organização, na sistematização e no cruzamento de fontes. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permitem esse tipo de coleta e análise de dados, além da utilização possível de mapas e cartas topográficas históricas — por meio do processo de georreferenciamento. Dessa forma, entendemos que a utilização do SIG vai além da visualização de mapas do espaço estudado. Sua aplicação permite o levantamento de novos questionamentos sobre o tema pretendido.

De forma geral, dentro do campo do geoprocessamento — isto é, do conjunto de técnicas ligadas à informação espacial, seja na coleta, no tratamento e na análise de dados (Carrara, Zaidan & Paula, 2018) — encontra-se o SIG, que consiste no uso de *softwares*, metodologias aplicadas, coleta e tratamento de dados, *hardwares*

e recursos humanos para armazenar e manipular dados georreferenciados.

Porém, há um aspecto precedente à utilização ou não de ferramentas digitais para o estudo do espaço. Esse aspecto é justamente a análise do espaço na pesquisa histórica. Ao estudar as aproximações entre os campos da Geografia e da História na historiografia, Tiago Gil (2013) aponta que, após uma queda, no século XX (ao longo dos anos 1960), os temas de pesquisa que envolviam geografia, espaço e região foram perdendo fôlego em detrimento do crescimento de estudos sobre cultura, antropologia e política. No entanto, esse cenário, segundo o autor, vem sofrendo mudanças:

Há várias iniciativas interessantes ao longo do mundo: o *Spatial History Project*, em Stanford, coordenado por Zephyr Frank, o projeto “Cassini”, desenvolvido pelo LaDeHis da EHESS, em Paris, apenas para dar dois exemplos de grandes centros de pesquisa. No Brasil há diversos projetos e o tema foi alvo de vários eventos nos últimos cinco anos. Boa parte destas iniciativas busca “reconstruir” regiões, países ou cidades a partir de certos problemas de pesquisa (p. 59).

O uso de ferramentas de geoprocessamento para as pesquisas em história pressupõe uma discussão acerca da importância da variável espaço como problema de pesquisa ou como ponto de partida. A elaboração cartográfica de informações históricas, que difere do estudo de mapas, nesse sentido, chama a atenção para algumas questões que devem orientar o trabalho do historiador.

A primeira, segundo Tiago Gil (2014, p. 194), é o problema de levar ao passado uma noção de espaço que não

é própria daquele mundo. Uma vez que se adote determinado espaço (histórico) como problema de pesquisa, é necessário, portanto, definir os critérios que irão orientar o tratamento dos dados, bem como identificar as falhas e aproximações feitas. A segunda, faz referência aos caminhos que o geoprocessamento abre para análises comparativas, uma vez que permite trabalhar de forma conjunta fontes de naturezas, em princípio, diferentes e, por isso, torna os resultados mais complexos — e que muitas vezes funcionam como ponto de partida para novas pesquisas. Exemplo disso seriam as dinâmicas e os fenômenos que envolvem as atividades econômicas.

Antes de iniciarmos o desenvolvimento da proposta central do trabalho, é importante frisar alguns pontos sobre a utilização do SIG. O primeiro deles é: para o desenvolvimento de uma pesquisa que aplique o SIG, é necessária a escolha de uma ferramenta, ou seja, de um *software*. Os programas mais difundidos de mapeamento e análises são o *ArcGis*, que é uma versão comercial paga, e o *QGIS*, uma opção gratuita. A escolha se dá a partir da viabilidade para cada pesquisador. Por ser gratuito, o *QGIS* é, muitas vezes, priorizado.

O segundo ponto que devemos ressaltar é a difusão de temas de pesquisa que podem incluir o SIG como ferramenta de análise. Assim, dizemos que o SIG não se aplica somente em pesquisas no campo da História Econômica. Encontramos trabalhos, com temáticas diversas, que utilizam o SIG como uma das ferramentas estruturais que possibilitam o desenvolvimento da pesquisa, como: Reconstituição de Caminhos, Geoprocessamento

de Sesmarias, Demografia Espacial, Patrimônio Arqueológico, História Ambiental, entre outros.¹

Neste capítulo, reunimos duas pesquisas distintas, no âmbito da História agrária e fiscal, que utilizaram o SIG como ferramenta. Elas, possuem objetos de estudo distintos. A primeira, realizada por Mylena Porto, analisa o subsídio denominado como Coleta Literária para iniciar os estudos sobre a produção da aguardente no Norte Fluminense, no final do século XVIII. A análise espacial dessa região, a partir do mapa de Manoel Martins do Couto Reis, foi fundamental para começar a compreender a organização desse espaço agrário. Nesse caso, a ferramenta foi utilizada para georreferenciar o mapa histórico e geoprocessar as informações encontradas nas fontes utilizadas.

O segundo caso, desenvolvido por Thaiz Freitas, utilizou a ferramenta para elaborar uma cartografia dos fluxos fiscais de Cartagena das Índias, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, igualmente no século XVIII. Aqui, os dados obtidos com a organização das fontes foram geoprocessados de forma a construir uma análise comparativa desses fluxos.

Desse modo, objetivamos a elaboração de um texto que desperte o leitor para a análise espacial. Escolhemos trabalhar não somente com ferramentas de geoprocessamento, mas também com outra muita conhecida pelos historiadores econômicos: os gráficos. Procuramos acentuar as diferenças na utilização das duas ferramentas, assim como demonstrar que a escolha desses

1 Ver Umbelino, Carvalho & Antunes, 2009; Souza Filho, 2016; Pollero & Sagasetta, 2016; Ferla et al., 2016.

instrumentos é um ponto importante na construção dos caminhos que a pesquisa irá rumar.

O CASO DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

A dimensão da agroindústria açucareira, iniciada no século XVIII, em Campos dos Goytacazes, na região Noroeste Fluminense, é um tema muito recorrente nos estudos históricos sobre a região.² A plantação de cana-de-açúcar predispunha não somente a produção de açúcar branco e mascavo, mas também outros artigos como o melado de cana, a rapadura e a aguardente. Não seria errôneo supor que na principal área agroexportadora do Rio de Janeiro haveria, além do açúcar, a produção de aguardente.

Esse fabrico pode ser estudado por meio do Livro de Recebimento de Impostos, que contém informações acerca da arrecadação de impostos referente à produção da aguardente, denominada de Coleta Literária.³ Após a organização da fonte em um banco de dados, foi possível quantificar parcialmente⁴ — com o auxílio de algumas ferramentas — a produção de aguardente na região de Campos.

O que nos importa, neste momento, é apresentar esses resultados de duas maneiras: a primeira, mediante

2 Ver Lara, 1988; Faria, 1998; Soares, 2009.

3 A Coleta Literária foi criada em 1772, pelo Marquês de Pombal, com o intuito de financiar escolas régias, no contexto de expulsão dos jesuítas pelo mesmo marquês.

4 Parcialmente, porque trabalhamos com uma fonte de coleta de impostos e consideramos a existência de casos de sonegação.

o emprego de gráficos que apontam os valores arrecadados e os manifestantes mais assíduos identificados na fonte, por exemplo; a segunda, com a aplicação do SIG — por meio do georreferenciamento do mapa de Manoel Martins do Couto Reis —, verificando, por exemplo, a soma da arrecadação por unidade produtiva. Nesse ponto, compartilhamos a ideia exposta por Tiago Gil & Leonardo Barleta (2015) de que os dispositivos visuais podem auxiliar o trabalho do historiador propondo análises alternativas ao que seria exposto em forma de texto. Dessa forma, o intuito é demonstrar a diferença entre a organização, a visualização e a análise dos dados no emprego de ferramentas distintas, além dos diferentes caminhos que podemos seguir utilizando-as.

Antes, no entanto, é importante ressaltar que a singularidade do mapa topográfico utilizado, produzido por Couto Reis, em 1785, possibilitou a identificação das unidades produtivas de uma forma mais simples. Isso porque o esforço de identificação foi realizado pelo próprio Couto Reis: no mapa, encontramos os nomes dos proprietários distribuídos pelo espaço. Ainda que não seja possível delimitarmos o tamanho dessas propriedades somente com o aporte do mapa, a partir do cruzamento das fontes conseguimos reconhecer quais espaços ocupavam os produtores de aguardente em meio ao complexo açucareiro da região.

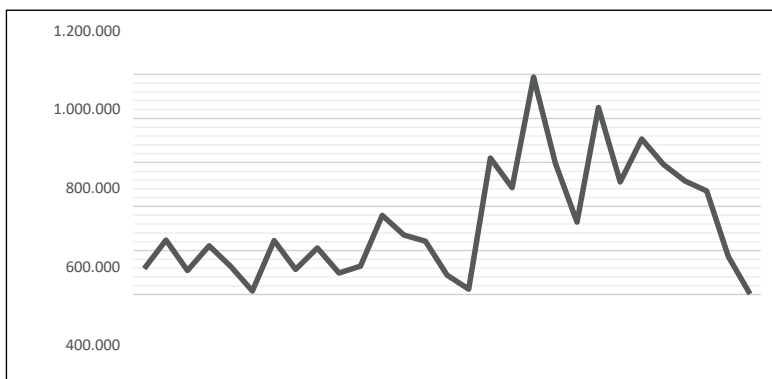
Essa identificação, por si só, já representaria um avanço considerável no estudo do espaço agrário do Norte Fluminense. Sobre isso, podemos ressaltar uma metodologia muito utilizada nas pesquisas históricas, o cruzamento de fontes. Os resultados aqui dispostos em gráficos são referentes tão somente à utilização do Livro de Recebimento de Impostos, ou seja, análises da Coleta Literária

para a região. Enquanto que os resultados demonstrados por meio dos mapas, implicam na análise e junção de duas fontes, com feições distintas, que são o mesmo livro de impostos e o mapa com autoria de Couto Reis.

A partir da elaboração do gráfico 1, podemos examinar o valor da arrecadação do imposto em relação aos anos em que ele foi coletado. Com essa análise, abrimos a possibilidade de elaboração de algumas hipóteses. A primeira delas é a observação de um acréscimo na produção da aguardente, a partir de 1790. Se visitarmos outros estudos produzidos para a região, verificamos que foi justamente nessa década que houve um crescimento populacional, tanto em relação aos indivíduos escravizados quanto livres. Foi, ainda, no último quartel do século XVIII, que a região se tornou a área mais importante da capitania, precisamente por conta do seu perfil agroexportador. Porém, não é possível, apenas com esse gráfico, verificar, por exemplo, se esse pico de arrecadação experimentado na última década do século pode ser explicado por uma agência individual.

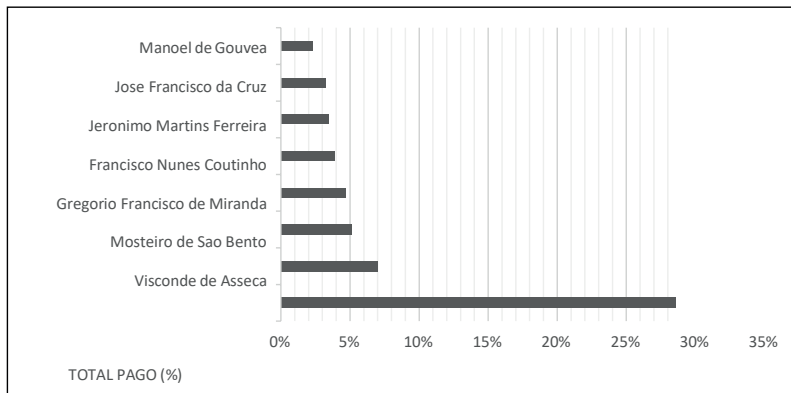
Dessa maneira, se torna necessária a construção de outro gráfico, para examinar essa última hipótese. Foi preciso, ainda, delimitar uma amostragem: aparecem no gráfico 2 os manifestantes responsáveis pela produção de, pelo menos, 2% da aguardente taxada pela Coleta Literária. Os manifestantes que não foram contemplados pela amostra somam 194. Isso implica dizer que poderia existir grande quantidade de pequenos produtores de aguardente em Campos.

Gráfico 1. Valor, em réis, arrecadado por ano pela Coleta Literária



Fonte: Livro de Recebimento de Impostos. Cálculos próprios.

Gráfico 2. Soma dos valores (%) dos impostos pagos por manifestantes



Fonte: Livro de Recebimento de Impostos. Cálculos próprios.

Percebemos que Joaquim Vicente dos Reis, foi o manifestante responsável por quase 30% do valor total arrecadado pela Coleta Literária em Campos dos Goytacazes, sendo o produtor que mais pagou o imposto. Contudo, ainda não podemos concluir que Joaquim Vicente foi o responsável pelo crescimento da arrecadação no final do século XVIII. Para isso, devemos investigar de forma individualizada suas atividades em relação à manifestação da produção para o subsídio. Assim, realizando a busca na base de dados, destacamos: a primeira vez em que Joaquim Vicente aparece manifestando produção é em 1782, ano em que pagou um total de 24\$900 para a Coleta; entre os anos de 1783 e 1789, o produtor experimenta crescimento e queda em relação à manifestação; a partir de 1790, Joaquim Vicente registra números elevados de produção e taxaço, alcançando, em 1792, o maior valor pago por ele em todos os anos em que esteve presente nos registros da Coleta; o valor de 393\$000, pago no ano de 1792, corresponde a mais de um terço do total de pagamentos feitos para o subsídio naquele ano.

Seguindo esse caminho, percebemos que os pagamentos realizados por Joaquim Vicente dos Reis na década de 1790 contribuíram substancialmente para a receita da Coleta Literária. O mesmo exercício de investigação pode ser feito com os manifestantes expostos no gráfico 2, a fim de explorar esse tipo de análise e ampliar o olhar para outras hipóteses. No entanto, nosso objetivo neste capítulo é demonstrar que as ferramentas utilizadas na pesquisa são, em partes, responsáveis pelo caminho traçado com seus resultados. Seria possível, ainda, verificar a sazonalidade da arrecadação de impostos por meses e trimestres, por exemplo, e comparar essa arrecadação com a periodicidade da produção açucareira na região.

Assim como rastrear individualmente os produtores e categorizá-los em grandes, médios e pequenos produtores de aguardente. Esse tipo de análise acaba por priorizar a quantificação, focando nos valores aproximados do que seria a produção de aguardente em Campos.

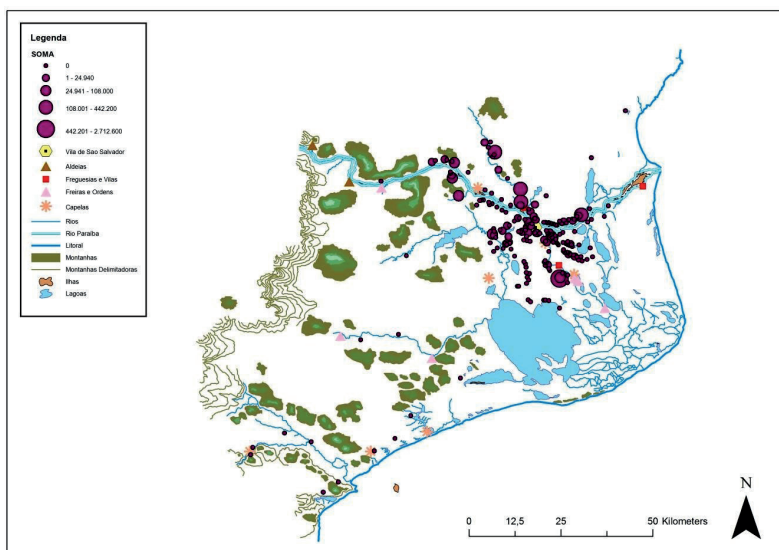
Com o intuito de ampliar o olhar em relação a esse setor produtivo, foi realizado o trabalho de cruzamento das fontes. Todavia, a utilização de um mapa produzido no século XVIII compreende alguns obstáculos. O mais importante a ser destacado aqui é a questão da orientação. Na época não existia, de forma convencionada, a orientação ao Norte. Assim, para que a utilização do mapa na pesquisa seja profícua, é necessário que ele passe pelo processo de georreferenciamento, de forma a justapor as coordenadas geográficas atuais e reorientá-lo.⁵ Após essa etapa, conseguimos identificar a localização dos produtores de aguardente que pagaram imposto entre os anos de 1774 e 1804, cruzando esses nomes com as informações apontadas por Couto Reis no mapa. Apresentaremos algumas possibilidades de apuração de resultados após o cruzamento.

Com base no mapa 1, foi possível analisar a distribuição espacial dos produtores de aguardente na região. Podemos, até mesmo, mensurar o tamanho da produção de acordo com a quantidade de impostos pagos mediante edital da Coleta. No caso de Joaquim Vicente dos Reis, por ser um personagem conhecido na história da cidade, já sabíamos sobre a localização de suas terras, sendo ele representado como um dos maiores manifestantes de aguardente, estando próximo à maior lagoa da região, a

⁵ Ver mais sobre o processo e o trabalho de georreferenciamento do Mapa Topográfico em: Porto Da Gama & Valencia Villa, 2018.

Lagoa Feia. Para além, podemos evidenciar algo que nos chama a atenção: a concentração de grandes produtores de aguardente ao longo do Rio Muriaé, no sentido noroeste. Dentre eles, se encontravam Manoel de Gouveia e Francisco Nunes Coutinho. Ainda, identificamos uma dispersão de indivíduos que produziram quantidade mediana de aguardente. Alguns podem ser notados nas proximidades da Vila de São Salvador, da Lagoa de Cima (à sudoeste) e ao longo do Rio Paraíba do Sul, próximo de onde hoje é o município de São Fidélis.

Mapa 1. Soma dos pagamentos das unidades produtivas para a Coleta Literária



Fonte: Porto Da Gama, 2016.

Os elementos de menor circunferência acabam se destacando mais no mapa principalmente por refletir

os resultados obtidos por meio de um cruzamento de fontes. Explicamos: o levantamento realizado por Couto Reis para compor o mapa por ele produzido não teve como objetivo a identificação somente de produtores de aguardente; assim, a documentação produzida por ele possui um perfil mais amplo do que o Livro de Recebimento de Impostos. Dessa forma, existem proprietários presentes no mapa que não manifestaram produção de aguardente para a Coleta Literária. Mas, ainda que, na nossa concepção, o mapa seja mais abrangente, não foi possível recuperar a localização de todos os manifestantes de aguardente que aparecem na fonte do imposto. No entanto, entendemos que esse tipo de obstáculo não é exclusivo para o tratamento de fontes a partir dos SIG, não sendo um impeditivo para fazê-lo.

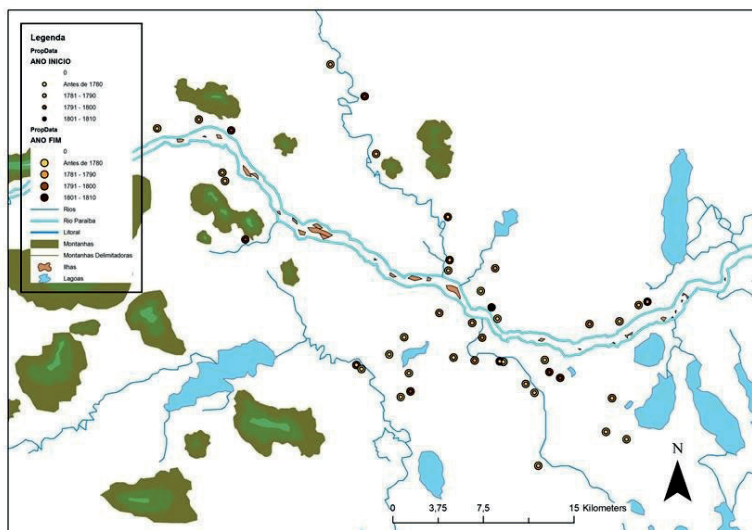
Para além do reconhecimento espacial das unidades produtivas, é viável levantar questões que associem a produção — não só de aguardente, mas como de outros artigos como a própria cana-de-açúcar — com a localização dessas propriedades. Por exemplo, trabalhar com os manuscritos do próprio Manoel Martins do Couto Reis já seria suficiente para nos guiar em direção a questões de cunho ambiental. Seria interessante investigar se o meio onde se encontravam os grandes produtores se diferenciava dos locais de onde estavam os pequenos produtores, buscando analisar se o meio ambiente interferia de forma positiva, negativa, ou se não interferia substancialmente no perfil produtivo dessas propriedades. Regressemos ao caso do destaque do Rio Muriaé, no mapa 1. Segundo Couto Reis, o Rio Muriaé, até determinado ponto, apresentava curso de boa navegação. Essa característica pode significar que os engenhos localizados em suas proximidades, poderiam contar com uma opção fluvial

de escoamento. Igualmente, é importante a questão dos solos, tendo como propósito acrescentar uma reflexão acerca da fertilidade das terras. Esses componentes evidenciam a relevância do estudo do espaço para pensar a História agrária regional.

Optar por elaborar mapas e utilizá-los como elemento gráfico na pesquisa histórica não versa somente sobre escolher uma forma de visualização de dados. Uma das principais características desse tipo de trabalho é a organização e a posterior seleção desses dados. No mapa 2, utilizando a mesma base cartográfica, elaboramos outras questões para além das que já levantamos com a análise do mapa anterior. O objetivo foi investigar o primeiro ano em que cada produtor pagou o subsídio, assim como o último. Os períodos foram divididos por décadas, a fim de facilitar a análise. Observamos que a maioria dos produtores não permanece manifestando produção por mais de uma década.

Os pontos mais contrastantes correspondem a produtores que apareceram pagando o subsídio desde a década de 1780 até a primeira década do século XIX, ou seja, durante a maior parte do período estudado. Porém, eles estão em menor quantidade, o que nos leva a entender que a produção de aguardente pode ter ocorrido de forma temporária para alguns produtores, ou que o cumprimento das obrigações fiscais não era extensivo. Também podemos analisar que esses pontos contrastantes não são relativos somente a grandes produtores, que pagaram valor elevado de imposto. Dentre os manifestantes assíduos, encontramos o que podemos caracterizar como grandes e médios produtores.

Mapa 2. Anos inicial e final do pagamento do imposto da Coleta Literária das unidades produtivas



Fonte: Porto da Gama, 2016.

A criação dos mapas, unindo duas fontes de qualidades distintas, nos permite organizar os dados coletados no Livro de Recebimento de Impostos de forma espacializada. Esse, no entanto, não seria o único atributo da utilização dos SIG em uma pesquisa histórica. Procuramos demonstrar nesse tópico que a escolha de ferramentas para a elaboração de elementos gráficos que contribuam com a pesquisa nos guie para alguns caminhos distintos. Dificilmente a elaboração de um gráfico que busca analisar variações de pagamentos no tempo, por exemplo, nos orientaria rumo a questionamentos ambientais sobre as áreas ocupadas pelos produtores de aguardente. Não se trata, no entanto, de invalidar a elaboração de gráficos, tabelas e redes. Mas, sim, de demonstrar que

a utilização do SIG colabora com a investigação do espaço agrário tanto organizando os dados coletados quanto auxiliando no desenvolvimento de novas possibilidades de investigação.

Podemos concluir o tópico com uma reflexão sobre o que foi proposto com o mapa 2. Para isso, nos apropriaremos da questão levantada por Tiago Gil & Leonardo Barleta: como todas essas informações poderiam ser descritas no texto de forma que possibilitasse ao leitor outras interpretações, diferentes das que foram propostas pelo autor? Sobre isso, então, levantamos duas questões. A primeira é a organização de todos os dados apresentados de forma estritamente descritiva no texto, o que seria um trabalho exaustivo, principalmente se incluísse a exposição e explicação do espaço ocupado pelos produtores. A segunda é a oportunidade de construir um cenário de pesquisa aberto, por assim dizer. E isso diz respeito não somente à confecção de mapas, mas de qualquer outro elemento gráfico. No caso da produção de aguardente em Campos dos Goytacazes, é possível elaborar algumas considerações sobre seu perfil. No entanto, o que se escreve são as considerações do autor. Se expomos os dados com o auxílio dos elementos gráficos, permitimos ao leitor a chance de observar características que não foram consideradas pelo pesquisador.

O CASO DOS FLUXOS FISCAIS NA AMÉRICA COLONIAL

O século XVIII, tanto para a América espanhola, quanto para a América portuguesa, marca um importante período de transformações que, em ambos os casos, precede as independências. A partir de 1760, o

reformismo borbônico e o pombalismo viriam a alterar, de formas diferentes, um conjunto de elementos que formavam as bases das relações entre metrópole e colônia, dentre os quais se destacam as mudanças na lógica de funcionamento de muitas estruturas administrativas e da fiscalidade.

Tendo como base esse contexto de transformações, o principal objetivo do trabalho foi fazer uma análise comparativa dos fluxos fiscais da *caja* real de Cartagena e das capitânicas de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco entre 1761 e 1805, período que concentrou as maiores mudanças nos sistemas fiscais. Assim, ao mesmo tempo que se buscou apontar a importância da fiscalidade, como via de interpretação para o período estudado, as análises propostas tiveram como base a cartografia dos fluxos fiscais nos espaços estudados.

A ideia de um estudo comparativo, envolvendo objetos, a princípio, tão diferentes, pareceu muito desafiadora. Não só em virtude do pouco cuidado que tem gerado na historiografia estudos envolvendo América portuguesa e espanhola, mas também, por causa do número de trabalhos envolvendo a história fiscal, principalmente no que diz respeito ao Brasil. Esse trabalho permitiu identificar as diferentes cartografias que se formam a partir da localização da fiscalidade que se dá nesses espaços coloniais e que caracterizam uma rede muito ampla de relações regionais de diferentes naturezas. Portanto, trata-se de um trabalho que não buscou calcular os valores arrecadados pela fiscalidade nas Américas, mas sim, teve como ponto de partida os movimentos dessa fiscalidade e seus registros nas sociedades coloniais. Quando se trata de período colonial, nesse sentido, o espaço se torna uma

variável importante para a compreensão das novas relações de poder que se formaram aqui.

O objetivo neste capítulo, nesse sentido, é mostrar e analisar os resultados alcançados por meio do SIG, principalmente, por se tratar de um estudo que envolve história comparada. No estudo em questão não foi feito o georreferenciamento de um mapa histórico. Foram elaborados mapas a partir da técnica de geoprocessamento de dados, ou seja, atribuíram-se coordenadas geográficas a informações históricas. Para isso, foram cruzados diferentes tipos de fontes, tanto para a região do Vice-reino da Nova Granada, quanto para a Real Fazenda do Brasil.

Entre os fluxos financeiros que chegavam à Cartagena, estão os excedentes enviados de outras *cajas reais* do Vice-reino e, até mesmo, de regiões que não faziam parte dessa jurisdição, e o *situado*. Esse último correspondia a taxas regulares que deveriam ser enviadas de regiões, como Quito, para custear gastos administrativos e militares básicos para a defesa.

Em relação às *datas*, destacam-se os gastos militares e da administração, além daqueles enviados diretamente à metrópole, levando em conta o papel importante da *caja real* de Cartagena dentro do Vice-reino. Por fim, dos registros dos fluxos para as *datas*, constam, principalmente, dados de envios a outras *cajas*, inclusive de algumas regiões que não pertenciam ao Vice-reino, como acontece com os *cargos*.

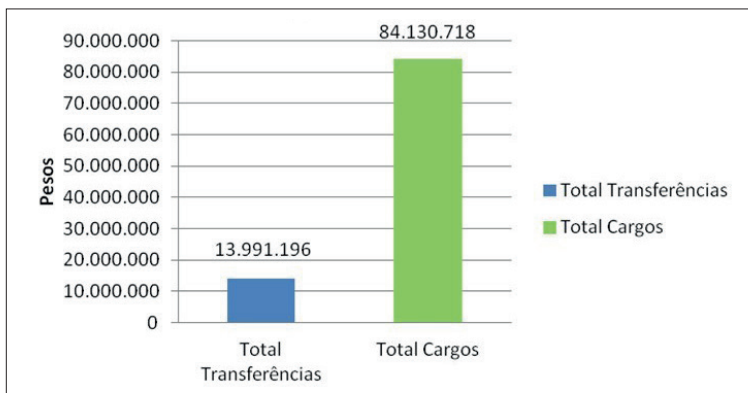
Para o Brasil, as fontes utilizadas neste trabalho foram publicadas pela primeira vez por Angelo Alves Carrara no livro *Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil século XVIII*. As séries fiscais construídas têm como base livros de receitas e despesas, referentes às

contas correntes das capitâneas, dados relativos aos quintos reais, além de documentos do Conselho Ultramarino.

A partir dos gráficos 3 e 4, podemos analisar o total dos valores de cargos edatas para o período de 1761 a 1805, em relação ao valor das transferências para os mesmos anos. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que, tanto para os valores de “entrada” (*cargos*), quanto para os valores de “saída” (*datas*), a proporção em relação ao total é muito menor para as transferências. Ou seja, mesmo levando em conta a natureza ambígua dos dados de transferência, que não representam receitas e despesas em números absolutos, é possível perceber que Cartagena recebe poucos recursos de outras regiões e envia pouco, concentrando a maior parte dos rendimentos na própria região.

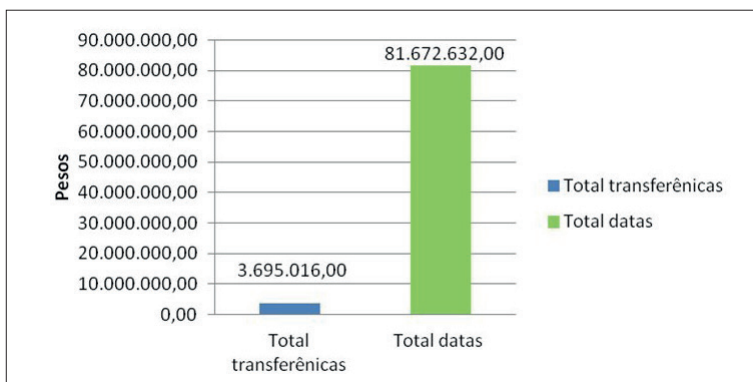
Com os gráficos, no entanto, só é possível analisar os valores totais das transferências e os pesos das entradas e saídas nas *cajas* reais. Tal análise, porém, não permite ampliar as conclusões sobre os fluxos entre os diferentes espaços coloniais. Além de induzir, muitas vezes, a uma leitura que considere apenas os valores absolutos sem levar em conta a natureza da fiscalidade da época.

Gráfico 3. Total de Cargos e transferências 1761-1805



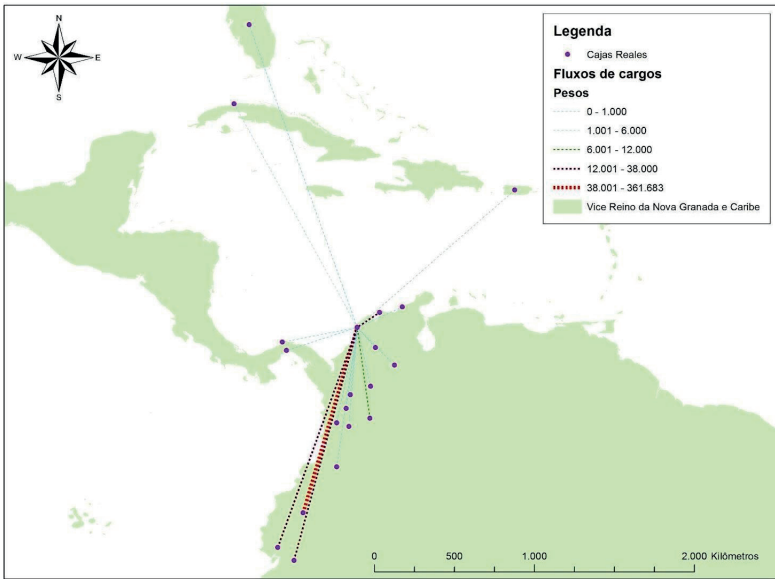
Fonte: Elaboração própria a partir de Pinto Bernal (2014).

Gráfico 4. Total de Datas e transferências 1761-1805



Fonte: Elaboração própria a partir de Pinto Bernal (2014).

Mapa 3. A cartografia dos fluxos de cargas para a caixa de Cartagena (1761-1805)



Fonte: Freitas, 2017.

Nos mapas, é possível visualizar a cartografia dos movimentos fiscais entre a *caja* de Cartagena e de outras regiões, construída a partir do trabalho anterior com as regiões que os registros permitiram identificar, excluindo-se, em razão dessas limitações, os valores referentes ao *situado*. Desse modo, estão apresentados no mapa os valores totais, analisados de forma proporcional, em virtude da ambiguidade dos registros de *cargo* e *data*, de cada uma dessas transferências ao longo do período estudado.

Com efeito, nota-se que os vínculos mais fortes, em termos financeiros, são, no caso dos *cargos*, entre Cartagena e as regiões de Quito, Santa Marta, Cuenca

e Guayaquil; e no caso das *datas*, entre Cartagena e Rioacha, Santa Marta e Portobelo, ambos em ordem decrescente.

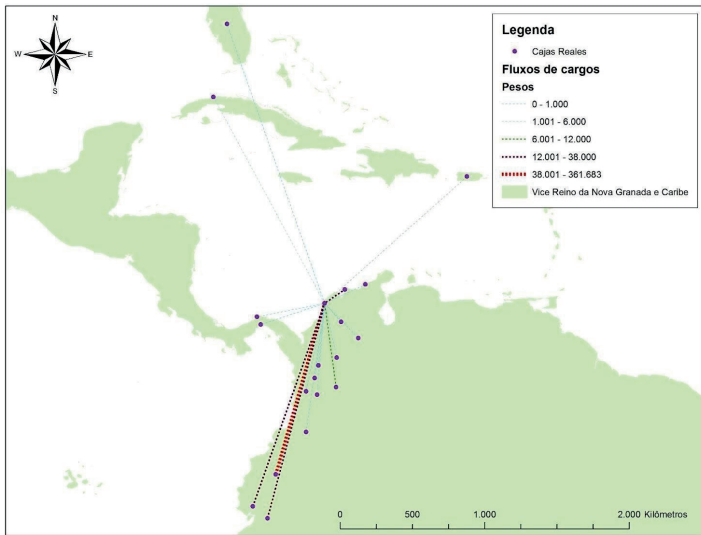
Por último, em relação aos vínculos estabelecidos com Flórida, Havana e Porto Rico, as transferências referentes aos *cargos*, comparadas às das outras regiões, apresentam os menores valores; enquanto para as *datas*, ainda que também se apresentem os valores mais baixos, tem destaque, em termos de valores absolutos, os valores dos movimentos fiscais para a região de Havana.

Para a Real Fazenda do Brasil, semelhante ao que ocorrera com Cartagena na análise dos espaços vinculados por meio da fiscalidade, nota-se a presença de outras regiões que não pertenciam ao espaço que delimitava as relações entre as provedorias no Brasil e a metrópole portuguesa. Regiões que mostram a existência de fluxos fiscais internos com grande peso para as regiões estudadas, além de movimentos realizados com outras regiões que faziam parte da América portuguesa, mas que não correspondiam diretamente à metrópole.

Em todos os casos, é possível perceber a frequência que se encontra registros de envios ou recursos recebidos da costa ocidental africana, muitas vezes com peso maior ou igual a que outros fluxos internos, como o que aparece nas despesas da capitania da Bahia para a capitania do Rio de Janeiro.

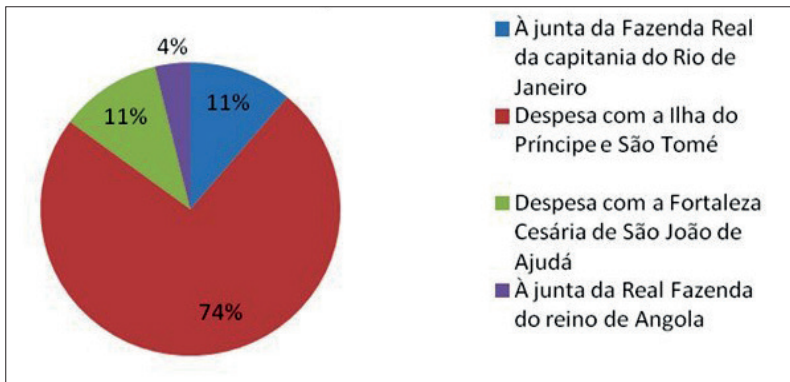
Tratando-se de fluxos internos, eles têm destaque na composição das transferências de receitas de Pernambuco, no que diz respeito à documentação dos tributos sobre contrato.

Mapa 4. A cartografia dos fluxos de datas para a caixa de Cartagena (1761- 1805)



Fonte: Freitas, 2017.

Gráfico 5. Composição transferências de despesas da Bahia 1761-1805

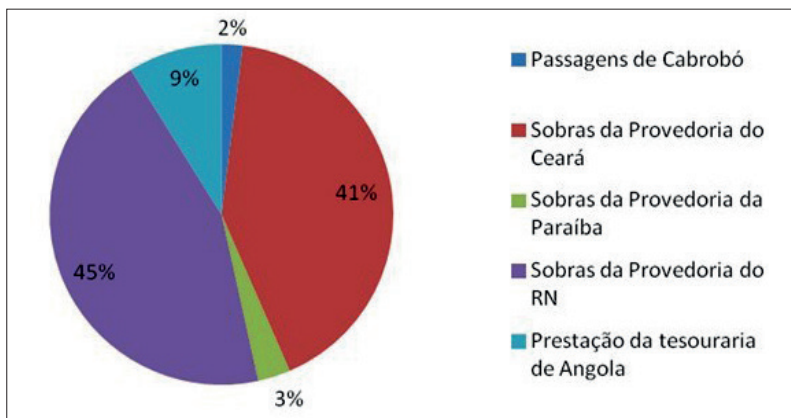


Fonte: Elaboração própria a partir de Carrara (2009).

O gráfico 6 mostra que os maiores fluxos existentes são aqueles que mostram vínculos da capitania de Pernambuco com as provedorias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Por último, aparecem as transferências, como acontece no caso da Bahia, para Angola, referente à prestação de contas, para a provedoria da Paraíba, e Cabrobó, na própria capitania.

Em relação à cartografia das transferências encontradas nos gráficos anteriores, ilustradas nos mapas 5 e 6, é possível perceber entre quais regiões os vínculos fiscais são mais fortes. Para as receitas, nota-se que os maiores movimentos acontecem entre Vila Rica, na capitania de Minas Gerais e Rio de Janeiro, seguidos pelos vínculos entre Ceará e Recife, Salvador e Lisboa, e, Recife e Angola.

Gráfico 6. Composição transferências de receitas de Pernambuco 1761- 1805



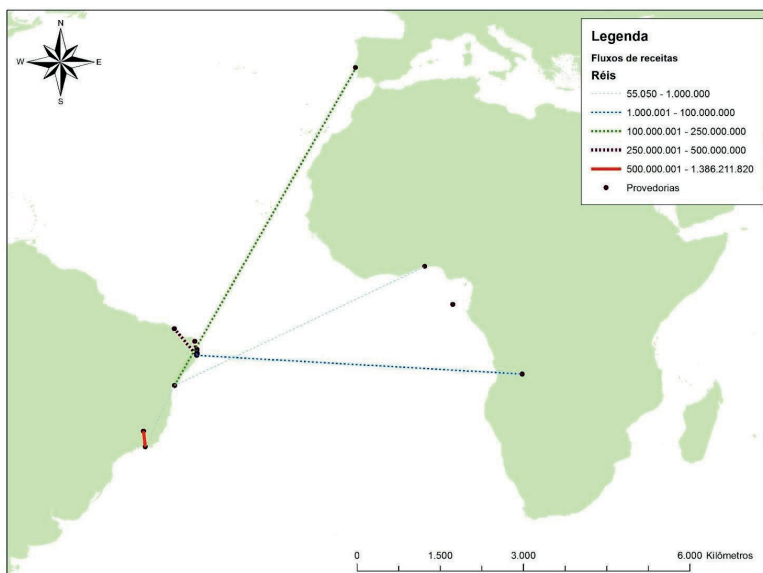
Fonte: elaboração própria a partir de Carrara (2009).

Em relação aos valores enviados, os vínculos mais fortes são entre Recife e Lisboa, Vila Rica e Rio de Janeiro,

Salvador e Ilha do Príncipe e São Tomé, e Salvador e Fortaleza de São João de Ajudá.

Nota-se, portanto, com a análise espacial dos fluxos, uma cartografia fiscal que extrapola as relações entre metrópole e colônia, e entre as provedorias da Real Fazenda do Brasil. Movimentos caracterizados, principalmente, por sua regularidade ao longo do período estudado, e que evidencia a grande capacidade de funcionamento da estrutura fiscal colonial.

Mapa 5. A cartografia dos fluxos de despesas da Real Fazenda do Brasil (1761-1805)



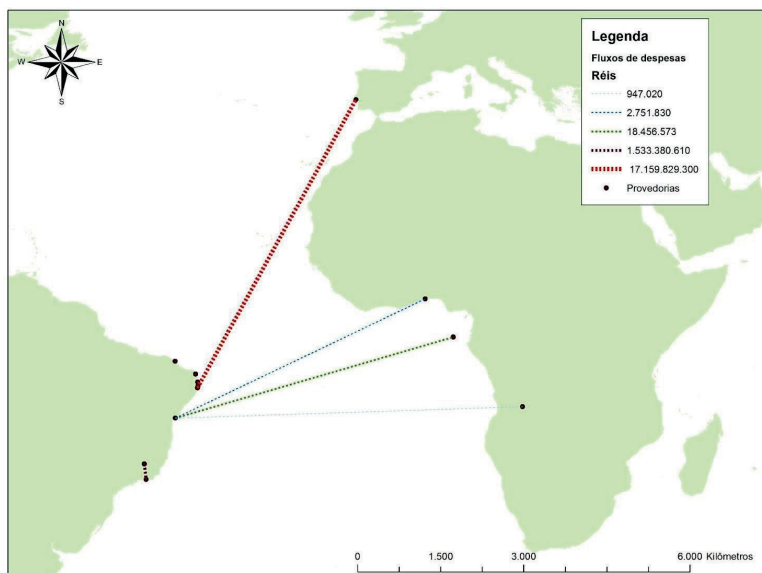
Fonte: Freitas, 2017.

Tanto para o Vice-reino da Nova Granada, quanto para as regiões da Real Fazenda do Brasil, é possível perceber que o trabalho utilizando os mapas e o

geoprocessamento permitiu ampliar as conclusões do estudo para além do que os gráficos permitiram alcançar. Além disso, o geoprocessamento permitiu o cruzamento de dados para a elaboração da cartografia fiscal, o que traz um novo olhar para os estudos que já usaram as mesmas fontes separadamente.

Outra questão importante é que os mapas, com os resultados, acabam se tornando novos tipos de fonte que irão permitir novos trabalhos. Nos dois casos, a análise cartográfica abre questões como, por exemplo, para se aprofundar a análise dos vínculos entre as regiões estudadas e, até mesmo, a comparação com outras épocas.

Mapa 6. A cartografia dos fluxos de receitas da Real Fazenda do Brasil (1761- 1805)



Fonte: Freitas, 2017.

Por fim, os resultados apresentados demonstram como o uso do SIG mudou não só a forma como os resultados foram apresentados, para além de números, mas permitiu ao pesquisador elaborar questões e interpretações diferentes daquelas que seriam alcançadas com outros tipos de metodologia. Vale ressaltar, também, que os mapas elaborados poderão ainda ser alterados e aprimorados caso sejam encontrados novos dados ou se queira inserir a análise de outras regiões, o que tornarão os estudos futuros muito mais promissores.

CONCLUSÃO

Como foi sinalizado no início deste capítulo, o objetivo central do debate abordado é a possibilidade da utilização de uma ferramenta de análise espacial — os SIG — em pesquisas históricas, elucidando o impacto de seu uso nos resultados de pesquisas, quando comparado com a utilização de outras ferramentas, como os gráficos. Para isso, tecemos uma análise comparativa entre dois trabalhos com o objetivo de mostrar como o uso do SIG, pode ser feito de diferentes maneiras e como ele pode trazer questões importantes para a análise do historiador e do leitor.

O poder de funcionar não apenas como ferramenta ilustrativa ou de localização geográfica dos SIG sem dúvida chama a atenção nos trabalhos apresentados. Nesse sentido, o espaço pode ser usado não apenas como problema de pesquisa, mas para elucidar questões que dificilmente seriam colocadas sem uma análise do tipo. Além disso, a diversidade temática e teórico-metodológica com

a qual a ferramenta pode ser utilizada também é um aspecto importante.

Seja para refutar algumas análises, ou aprofundá-las, os SIG contribuem muito nos trabalhos de História, uma vez que permite ao historiador explorar um número de fontes muito mais amplo e diverso e que, por isso, tende a tornar os trabalhos nos quais são utilizados muito mais detalhados. Quando falamos em História Econômica, isso se torna ainda mais evidente, uma vez que é possível associar dados quantitativos e qualitativos, enriquecendo ainda mais as pesquisas. Por fim, é preciso pensar o SIG histórico muito além de suas capacidades técnicas, mas como uma ferramenta a partir da qual se pode construir e reconstruir análises de fontes, que resultam em potenciais questões para ampliar teorias e narrativas historiográficas sobre diferentes campos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, E. & NASCIMENTO, L. F. História Digital: Reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Revista Estudos Históricos*, vol. 33, n.º 69, pp. 196-219, jan.-abr. 2020.
- CARRARA, A. A. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- CARRARA, A. A.; ZAIDAN, R. T. & PAULA, L. P. de. Geoprocessamento aplicado à história agrária: o vínculo da Jaguará. *Revista de História*, [S. l.], n.º 177, pp. 1-28, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.134995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/134995>>. Acesso em: 5 out. 2022.

- FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERLA, L.; OYAKAWA, K. O.; DINIZ, J. A. & FARIAS, O. G. C. Mapeamento SIG na pesquisa e inventário do Patrimônio Arqueológico de Guarulhos (PIPAG). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, [s.l], n.º 26, pp. 84-94, 2016.
- FREITAS, T. B. *América colonial e o reformismo dos setecentos: os fluxos fiscais da caixa real de Cartagena e das capitanias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco entre 1761 e 1805*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- GIL, T. L. Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas. In: SILVA, M. S. da & RODRIGUES, A. C. (orgs.). *História, arquivos e mídias digitais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.
- GIL, T. L. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. *Revista de História*, vol. 20, pp. 183-202, 2014.
- GIL, T. L. & BARLETA, L. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n.º 173, pp. 427-55, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106234>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- LARA, S. H. *Campos da Violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO BERNAL, J. J. *Entre Colonia y República. Fiscalidad en Ecuador, Colombia y Venezuela, 1780-1845*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014.
- POLLERO, R. & SAGASETA, G. Um análisis demográfico-especial de la Jurisdicción de Montevideo entre 1769 y 1778. In: GIL, T. L. & VALENCIA, C. *O retorno dos mapas: Sistemas de Informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

- PORTO DA GAMA, M. *Produção e Coleta: a arrecadação do Subsídio Literário no Distrito de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro, 1774-1804)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, 2016.
- PORTO DA GAMA, M. & VALENCIA VILLA, C. E. Georreferenciación del mapa histórico de Couto Reis de Campos en 1785, Rio de Janeiro, a finales del siglo XVIII. *Fronte-ras de la Historia*, vol. 23, n.º 2, pp. 82-116, 10 jul. 2018.
- SOARES, M. de S. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, c.1750 – c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- SOUZA FILHO, D. de. Geoprocessamento de Sesmarias na Amazônia colonial. In: GIL, T. L. & VALENCIA, C. *O retorno dos mapas: Sistemas de Informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.
- UMBELINO, G.; CARVALHO, R. & ANTUNES, A. Uso da cartografia histórica e do SIG para a reconstituição dos caminhos da Estrada Real. *Revista Brasileira de Carto-grafia*, vol. 61, n.º 1, 2009.

Seção 3

Objetos e Questões

9

A História Econômica no século XXI: reflexões a respeito de sua produção acadêmica (2006-2017)

*Marcos de Brito Monteiro Marinho
Thiago Alvarenga de Oliveira
Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca*

A HISTÓRIA ECONÔMICA AGONIZA?

Em 1997, no primeiro capítulo da já consagrada obra *Domínios da História*, João Fragoso & Manolo Florentino proferiram o seguinte veredicto: “A história econômica agoniza. E num paroxismo tal que, parafraseando M. J. Daunton, a ninguém lhe espantaria de um cínico ouvir: «o que *foi* a história econômica?»” (Fragoso & Florentino, 1997, p. 27). Anos depois, já no século XXI, João Fragoso voltou a fazer um balanço sobre a História Econômica. Embora tenha matizado a afirmação de que

o campo estaria moribundo, não deixou dúvidas quanto à crise que atravessava:

Há quase dez anos, eu e Manolo Florentino produzimos um texto sobre o “estado das artes” da história econômica nacional e internacional. Na época, apresentamos um balanço crítico bastante cético sobre os destinos das pesquisas neste campo. A crítica avassaladora, e algumas vezes injusta, feita à história serial francesa, os modismos da historiografia brasileira, e, com eles, **a redução brutal do número de investigações econômicas feitas nas pós-graduações** nos levaram àquele pessimismo. Passados alguns anos, a minha avaliação mudou um pouco (Fragoso, 2002, pp. 3-4, grifos nossos).

Há duas considerações a respeito dessa citação: 1) o que o levou a mudar de avaliação foram as críticas que a micro-história italiana havia feito à história serial e quantitativa francesa, acusando-a, muitas vezes, de produzir uma “história social desprovida de carne e sangue” — o diálogo com a antropologia proposto pela micro-história seria a chave para superar a dita falência da História Econômica, principalmente no cenário nacional; e 2) apesar de tal mudança, o principal argumento que o levou, em 1997, a proclamar a derrocada do campo persistiu — a dita queda de sua participação nas pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação. Ou seja, sua mudança de avaliação se deu muito mais em função de um suposto futuro promissor para a História Econômica do que de um presente efetivamente acalentador. Ela ainda agonizava.

Mas é necessário questionar se, em algum momento, ela atingiu tal estágio. Defendemos a posição de que a

História Econômica jamais agonizou, e que a afirmação destes autores está alicerçada em análises metodologicamente equivocadas em todos os seus aspectos. Portanto, se faz necessário expormos de modo detalhado o método seguido e os resultados atingidos por estes historiadores, para que possamos criticá-los e propor um modelo de análise que os supere.

*O método e a crítica ao método de Fragoso
e Florentino*

Para caracterizar a suposta derrocada da História Econômica, Fragoso & Florentino se utilizaram de recursos distintos: 1) a evolução do percentual de artigos dedicados a esse campo na tradicionalíssima revista francesa *Annales*, entre os períodos de 1929-1945 e 1945-1969; e 2) as teses e dissertações defendidas em três universidades brasileiras — USP, entre 1973-1985, UFF e UFRJ, essas analisadas conjuntamente, entre 1980-1992. Esses períodos são divididos da seguinte maneira: 1973-1978, 1979-1982 e 1983-1985 para a USP; 1980-1981, 1982-1983, 1984-1985, 1986-1987, 1988-1989, 1990-1991 e 1991-1992 para a UFRJ e UFF, que são analisadas sempre juntas (Fragoso & Florentino, 1997, pp. 28-9). Vejamos mais cuidadosamente os problemas identificados no manuseio dos números pelos dois autores supracitados em ambos os casos.

Em relação à revista *Annales*, “uma das mais prestigiosas (se não a mais importante) revistas de história do mundo” (Fragoso & Florentino, 1997, p. 27), entre 1929, ano de sua fundação, e 1945, período em que foi dirigida por Marc Bloch e Lucien Febvre, cerca de 60% dos artigos publicados dedicavam-se à História Econômica.

No segundo período, entre 1946-1969, período no qual a influência de Fernand Braudel foi mais intensa, a História Econômica representava apenas 40% dos textos publicados, números que em 1976 caíram a apenas 25% e, segundo os autores, aprofundaram a partir daí sua tendência de queda de maneira quase irreversível. É curioso notar que os autores justificam a ênfase dada à História Econômica até o início dos anos 1970 por ocasião de “um contexto em que problemas relativos ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento estavam na ordem do dia e eram cada vez mais agravados por movimentos em escala mundial como a Guerra Fria, a internacionalização do capital, a descolonização etc.” (Fragoso & Florentino, 1997, pp. 27-8). Caberia questioná-los, então, se algumas dessas condições não se fizeram presentes nas décadas seguintes, de modo a justificar o abandono progressivo das preocupações econômicas na análise histórica.

Utilizar-se de apenas uma publicação, por mais importante que ela seja, para caracterizar o estado da arte de todo um campo de estudos e pesquisas é, sem dúvidas, insuficiente. Sem quaisquer pretensões de sermos exaustivos em relação a essa questão, hoje dispomos de recursos mais aprimorados para medir a recorrência de determinadas palavras e/ou expressões em publicações impressas ou digitais, como é o caso do Google Ngram Viewer.

Se tomarmos como referência as publicações em língua francesa entre os anos 1970-2017, o número relativo de menções à expressão “histoire économique” se mantém estabilizado até o último terço dos anos 1990, fazendo-se presente, em média, em 0,00036% dos textos. Essa estabilidade contrasta, no entanto, com o crescimento vertiginoso e contínuo de menções à expressão

“histoire culturelle”, que atingiu seu apogeu em 2005, se fazendo presente em 0,00019% das publicações. De 2006 em diante, há uma tendência de queda nas menções à “histoire culturelle” muito semelhante àquela verificada para a “histoire économique” a partir do fim dos anos 1990. Em ambos os casos, de acordo com a ferramenta em questão, essa tendência se manteve até o último ano da amostra, 2017.¹

São nas publicações em língua inglesa que se verifica uma tendência de queda nas menções à expressão “economic history” desde o início dos anos 1970, quando se fez presente em 0,00023% dos textos. Apesar de contínua, essa tendência é também muito vagarosa e se encerra em 1981, quando as menções se resumiram a 0,00021%. Até o fim dos anos 1980, há uma tendência de recuperação até praticamente retomar o pico de recorrências de 1970 em 1988. Daí em diante há uma nova tendência de queda, desta vez mais duradoura e intensa, uma vez que persiste até 2009, quando as menções à expressão “economic history” resumem-se a 0,00015% das publicações. A partir desse ano, há uma recuperação muito expressiva que se estende até 2017, quando as menções voltam a bater 0,00018%. É muito significativo que a recuperação das menções à “economic history” seja muito mais intensa do que as relacionadas à “cultural history” que, tal qual nos casos de língua francesa, viveu um período de crescimento contínuo e intenso, desta vez até 2004, quando

1 Os dados utilizados na realização deste exercício podem ser vistos no seguinte link: <https://books.google.com/ngrams/graph?content=Histoire+%C3%A9conomique%2CHistoire+culturelle%2CHistoire+des+mentalit%C3%A9s&year_start=1970&year_end=2017&corpus=30&smoothing=3&case_insensitive=true>.

as menções atingiram 0,00015% das publicações.² Há poucas dúvidas de que a crise econômica global iniciada em 2008, principalmente a partir da quebra do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, é uma das responsáveis pela retomada das investigações dedicadas à História Econômica não apenas nos países de língua inglesa, conforme demonstraremos ao longo deste texto.

Para finalizar esta primeira parte, gostaríamos de apresentar outra métrica importante que atesta a relevância da História Econômica em nível internacional, qual seja: a dos periódicos mais influentes da área de História — entre 2016 e 2020, os três periódicos com maior fator de impacto foram da área de História Econômica: 1) *The Journal of Economic History*; 2) *The Economic History Review*; e 3) *Business History*. Em relação ao *Journal of Economic History*, podemos notar que 32 dos seus artigos foram citados, pelo menos 32 vezes diferentes. No entanto, a mediana de citações desses textos é de 51 citações, ou seja, pelo menos 16 desses 32 textos foram citados mais de 51 vezes — o texto com maior número de citações possui 171 e, no conjunto, os textos somaram 2.040 citações. Em relação ao *The Economic History Review*, 26 dos seus textos foram citados pelo menos 26 vezes, mas a maior parte dos textos foi citado por mais de 37 vezes, mediana das citações — o texto com maior número de citações nesse caso obteve 92. Por fim, o *Business History* possui 22 textos citados pelo menos

² Os dados utilizados na realização deste exercício podem ser vistos no seguinte *link*: <https://books.google.com/ngrams/graph?content=Economic+History%2CCultural+History&year_start=1970&year_end=2017&corpus=26&smoothing=3&case_insensitive=true>.

23 vezes, no entanto, a maior parte dos *papers* obteve mais de 33, mediana de citações — o texto com o maior número de citações nesse caso obteve 104. Na soma dos três periódicos, temos 80 textos que foram citados 3.919 vezes entre 2016-2020.³

O que se conclui dessa exploração preliminar é que, independentemente do enquadramento com que se analise a questão, a História Econômica jamais esteve perto de agonizar. Se nos utilizarmos de critérios metodológicos consistentes para essa avaliação, os números evidenciarão, na realidade, características muito relevantes, quais sejam: 1) sua interdisciplinaridade, uma vez que economistas, historiadores, geógrafos e demais cientistas sociais frequentemente se “utilizam” da História Econômica, citando-a com frequência; e 2) o grau de coesão entre pesquisadores do campo, algo que talvez inexista em outros segmentos da pesquisa histórica.

É necessário contemplarmos o outro recurso utilizado por Fragoso & Florentino para caracterizar o definhamento da História Econômica: as teses e dissertações defendidas em três universidades brasileiras. Os resultados apresentados são os seguintes: 1) na USP, entre 1973-1978, as teses e dissertações sobre História Econômica defendidas correspondiam a pouco mais de 40% do total, atingindo os 45% no período 1979-1982, mas caindo a apenas 20% entre 1983-1985; 2) na UFF e na UFRJ a tendência é sempre de queda, exceção feita ao período compreendido entre 1982-1983 e 1984-1985, que aponta

3 Informações retiradas do Google Acadêmico, na aba “Principais Publicações>Categorias>Humanities, Literature & Arts>History”, no *link*: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=top_venues&hl=pt-BR&vq=hum_history>.

um crescimento de pouco mais de 5%, e o período compreendido entre 1986-1987 e 1988-1989, que apresenta estabilidade, com o percentual de defesas de História Econômica girando em torno de 25%. No geral, somadas UFF e UFRJ, a História Econômica correspondia a 60% das defesas entre 1980-1981, caindo para pouco menos de 20% no período 1991-1992. Os problemas surgem a partir desses números apresentados e são de quatro ordens: 1) relativos à construção dos recortes temporais das séries de defesa na UFF e na UFRJ, bem como na USP; 2) relativos à escolha das instituições e dos programas a serem analisados; 3) relativos ao tratamento aos dados de defesas de teses e dissertações coletados; e 4) relativos aos critérios de classificação do que é e, principalmente, do que não é História Econômica.

Em primeiro lugar, não há qualquer critério minimamente claro para a delimitação do recorte temporal adotado. Se é verdade que o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (PPGH-USP) é, possivelmente, o mais antigo do país, com sua primeira defesa datada de 1939,⁴ também é verdade que o programa da UFF (PPGH-UFF) já estava estabelecido em 1971, com suas primeiras defesas acontecendo em meados dos anos 1970.⁵ O programa da UFRJ (PPGHIS-UFRJ), por sua vez, parece ter sido fundado nos anos 1980, já que seu *site* faz referência aos “seus 35 anos de existência”, embora não tenhamos como saber se ele está ou não atualizado

4 Informações retiradas do *site* do programa, na aba “Programa>Apresentação”: <<http://ppghs.fflch.usp.br/posgraduacao/hs/programa/apresentacao>>. Consultado em: 17 abr. 2018.

5 Informações retiradas do *site* do programa, logo em sua página principal: <<http://www.historia.uff.br/stricto/>>. Consultado em: 17 abr. 2018.

— não há o ano de fundação registrado.⁶ Nesse sentido, a série por eles criada para analisar a História Econômica na UFF e na UFRJ, juntas, já nasce contaminada, pois muito provavelmente em toda a primeira metade da década de 1980, estava considerando apenas as defesas realizadas na UFF, com a UFRJ entrando apenas na última fração dos anos 1980 e no início dos anos 1990 (Fragoso & Florentino, 1997, pp. 28-9). Outro problema nessa mesma série é o fato de o ano 1991 ser o único a aparecer “duplicado” — 1990-1991, 1991-1992 —, não sendo possível saber se, nesse caso, as defesas foram fracionadas em semestres ou se simplesmente ele foi contabilizado duas vezes. Além disso, não nos parece correto construir duas séries que abarcam temporalidades distintas para comprovar a mesma coisa nos dois casos. O catálogo da USP certamente dispunha das defesas realizadas entre 1986 e 1992, o que poderia conferir uma mínima homogeneidade às séries, mas tais dados não foram considerados.

Por fim, no que diz respeito à questão da organização dos recortes temporais das séries, é necessário frisar a grande arbitrariedade com que os períodos foram divididos na série relativa à USP. O primeiro período é composto de cinco anos (1973-1978), o segundo de quatro anos (1979-1982) e o terceiro de apenas três (1983-1985), sem qualquer justificativa pelos autores. Isso se torna um grande problema se considerarmos o caráter altamente volátil desse tipo de dado. Como pode ser visto na figura 3, as variações de crescimento percentual de trabalhos de História Econômica são enormes, muitas vezes

6 Informações retiradas do *site* do programa na aba “O Programa>Apresentação”: <<https://www.ppghis.historia.ufrj.br/o-programa/apresentacao/>>. Consultado em: 17 abr. 2018.

apresentando grandes diferenças de um ano para outro. Não há dúvidas de que a melhor forma de apresentar tais dados em um gráfico é demonstrando sua evolução anual.

Em segundo lugar, os critérios para escolha das instituições investigadas não são claros. Embora estejam lidando com dados regionalizados e provisórios, os autores consideram o suficiente dizer que a USP é “a maior universidade do Brasil” e que a UFRJ é “a maior universidade federal do país”. Não há explicação para a escolha da UFF, embora imaginemos que seja pela envergadura de seu programa de pós desde a inauguração. E mesmo assim não é possível saber se, na USP, foram considerados os dados dos dois programas de pós-graduação existentes, um deles especificamente de História Econômica, cuja fundação data de 1971.⁷ A queda abrupta dos números percentuais de defesa nos faz crer que apenas o PPGHS-USP foi usado na análise. Caberia questionar a razão de se desprezar um programa de História Econômica para se analisar o seu peso na referida instituição.

Em terceiro lugar, há o tratamento dado às informações colhidas. Fragoso & Florentino operam, sempre, com números relativos. Eles decretam o estado de quase morte da História Econômica observando a perda de sua hegemonia em relação aos outros campos. Ora, o período analisado pelos autores é justamente aquele em que se multiplicam as possibilidades de investigação históricas. As décadas de 1980-1990, no Brasil, marcam o nascimento e a difusão de temas e campos de investigação que até então eram marginais, quais sejam: a História

⁷ Informações retiradas do *site* do programa, na aba “Programa>Apresentação”: <<http://ppghe.fflch.usp.br/posgraduacao/he/programa/apresentacao>>. Consultado em: 17 abr. 2018.

das mentalidades e a História cultural, a História do cotidiano e da vida privada, bem como a História das sexualidades etc. Ronaldo Vainfas, em texto dedicado à História das mentalidades e à História cultural, fala abertamente em uma defasagem da historiografia brasileira em relação à recepção e penetração desses campos nas pesquisas (Vainfas, 1997, p. 159). A tradução da trilogia da “Nova História”, organizada por Le Goff e Nora, só foi realizada em 1976 e, salvo raras exceções, o autor considera que o primeiro sinal efetivo de penetração da Nova História em nossa historiografia foi a publicação do livro *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de 1986, escrito por Laura de Mello e Souza. Na esteira desse outros surgiram, como *Trópico dos Pecados*, do próprio Vainfas, publicado em 1989; *Ao sul do corpo* e *Teatro dos vícios*, obras de Mary Del Priore e Emmanuel de Araújo, ambas publicadas em 1993; e *Os prazeres da noite*, de Margareth Rago, publicado em 1991 (Vainfas, 1997, pp. 160-61).

Diante deste cenário, é natural que qualquer campo que reinasse “sozinho” na historiografia — como parecia ser o caso da História Econômica — fosse perdendo espaço para as novidades. Isso não significa, entretanto, que tenha havido uma “redução brutal das investigações econômicas feitas nas pós-graduações”, como afirmou Fragozo em 2002. Embora de fato o peso relativo da História Econômica tenha diminuído, o mesmo não se pode dizer — ou não se pode dizer com tanta veemência e com tamanho catastrofismo — em relação aos números absolutos de trabalhos defendidos. Quem demonstra isso, mesmo que parcialmente, são os próprios autores quando afirmam que

[...] se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se à história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores. Note-se que esta tendência se afirmou em meio à consolidação dos referidos programas, o que pode ser indicado pelo constante aumento global de defesas: até 1983 defendiam-se, em média, menos de 10 trabalhos por ano, cifra que, a partir de 1984, nunca é inferior a 15, chegando a 32 em 1992 (Fragoso & Florentino, 1997, pp. 28-9).

Embora os dados não sejam precisos, 6 em cada 10 trabalhos em uma média inferior a 10 trabalhos defendidos por ano (início dos anos 1980) nos faz supor que este número seja 5,4 — considerando uma média de 9 defesas, pois 60% de 9 equivale a 5,4. Menos de 2 em cada 10 trabalhos em uma média de 32 trabalhos defendidos por ano (1992) nos faz supor que este número seja de 5,12 — considerando que “menos de 2 em cada 10” ainda seja mais do que 15%, pois 16% de 32 é 5,12. O que há, portanto, quando se considera os números absolutos da produção acadêmica em História Econômica nos programas em questão, é uma estabilidade plena. Jamais se poderia deduzir uma queda e, principalmente, um suposto caráter moribundo do campo.

Em quarto e último lugar, mas não menos importante, há os problemas relativos aos critérios de classificação do que corresponde ou não à História Econômica. É um grande erro os autores não considerarem que muitos trabalhos, embora não identificados propriamente com a História Econômica, estabelecem profundo diálogo com ela, utilizando-se de seus dados, hipóteses etc. para

subsidiar seus objetos e temas de pesquisa. O resultado desse erro faz que a Zona de Influência de História Econômica ou ZIHE — como chamaremos, doravante, os trabalhos que são identificados com a História Econômica somados àqueles que estabelecem diálogo com ela⁸ — seja fortemente subestimada. Isso ficará muito evidente na terceira parte deste capítulo, quando nos dedicaremos à análise de nossos dados.

Nesse sentido, a análise em questão parte de um método equivocado para atingir resultados ainda mais equivocados. Até pelo menos o início da última década do século passado, a História Econômica **não** agonizava. Adiante, demonstraremos que, passados 17 anos deste jovem século XXI, nossa afirmação ainda se mostra correta. Poderíamos, então, como fizeram Fragoso & Florentino, parafrasear uma famosa passagem de um importante autor para afirmar que “[...] a História [Econômica] mesma se encarrega de enterrar aqueles que gostariam de ser seus coveiros” (Cardoso, 1996, p. 15).

*A importância da História Econômica
na renovação da produção historiográfica
brasileira e o diagnóstico de Eulália Lobo*

Eulália Maria Lahmeyer Lobo, em entrevista concedida à revista *Estudos Históricos* no ano de 1992 — conjuntura próxima, portanto, àquela vivida por Fragoso & Florentino que resultou na análise criticada por nós —, também demonstrou preocupação com as perspectivas

8 A definição precisa de tais critérios — 1) Identificada com História Econômica; 2) Dialoga com História Econômica; e 3) Ignora a História Econômica — está na parte 2 deste capítulo, dedicada à explicação de nossos pressupostos metodológicos.

para o campo da História Econômica. Questionada sobre a tendência que se estabeleceu na historiografia brasileira desde os anos 1980, de ampliação dos campos de pesquisa para temas como sexualidade, mentalidades etc., que retirou a História Econômica da posição hegemônica sobre a produção historiográfica, deu a seguinte resposta:

A teoria da dependência, quando surgiu, ajudou a compreender o mundo da época. A tese dos choques adversos, a tese da dependência, a questão da modernização foram tentativas de explicação geral, a partir de modelos e tipologias. [...] Não posso deixar de dar valor a esses esforços, mas hoje acho também que a teoria da dependência já se esgotou, que devemos partir para outras abordagens, outras teses interpretativas. [...] Tivemos durante muito tempo uma fase de história política empiricista, dominante. Depois veio uma fase de predomínio da história econômica, com os *Annales*, que durou alguns decênios [...]. Agora temos a história das ideias, do cotidiano etc. **Não podemos correr o risco de daqui a pouco não termos mais quem ensine industrialização... Minha opinião é que as abordagens não devem ser excludentes. A sexualidade, por exemplo, é um assunto muito importante, mas não podemos deixar de estudar em que economia, em que sociedade as pessoas viveram com sua sexualidade.** [...] (Vainfas & Gomes, 1992, pp. 94-5, grifos nossos).

Embora o diagnóstico da professora também seja de temor em relação à possível redução do campo da História Econômica, ele se distingue muito daquele realizado por Fragozo & Florentino. Isso porque, em seu entendimento, qualquer história que pretenda contextualizar de

forma minimamente razoável os problemas do passado e do presente deve estabelecer diálogo profícuo com a História Econômica. Consideremos o exemplo dado pela própria Eulália Lobo em sua resposta: a História das sexualidades. Difícil compreender a revolução sexual que tomou conta do mundo ocidental, principalmente na década de 1960, por exemplo, sem a relacionar com a expansão da indústria farmacêutica e com a produção em larga escala das pílulas anticoncepcionais. Por ser extremamente eficiente para evitar a gravidez, esse medicamento ampliou a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, pois as permitiu escolher quando e quantos filhos elas teriam, ou mesmo se não teriam filho algum. Naturalmente, também impactou a relação que as mulheres tinham com o sexo e, principalmente, com o sexo fora do casamento. Por todas essas razões, a pílula é frequentemente apontada como um dos estopins da dita revolução sexual. Ou seja, a massificação de um produto oriundo da indústria farmacêutica que pôde contribuir para mudanças decisivas na sexualidade e no cotidiano das mulheres e, por conseguinte, de toda a sociedade (Pedro, 2003, pp. 253-4).

Também é interessante notar que o discurso de Eulália Lobo se refletiu nas suas ações ao longo de toda a carreira, pois um ano após esta entrevista (citação anterior), em 1993, fundou, junto de outros pesquisadores, a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), responsável pela organização de dois eventos de grande envergadura: 1) as Conferências Internacionais de História Econômica e os Encontros de Pós-Graduação em História Econômica; e 2) os Congressos Brasileiros de História Econômica e as Conferências Internacionais de História de Empresas. A ABPHE conta,

hoje, com 329 associados ativos e, como pode ser visto na figura 5, apresenta uma tendência de ampliação do número de comunicações inscritas a cada evento. Era necessário assegurar a existência da História Econômica, e ela agiu para que isso se tornasse possível.

Se somarmos estas informações aos dados demonstrados na terceira parte deste capítulo, fica muito evidente o peso que a História Econômica ainda tem. Precisamos, portanto, mensurar sua potencialidade em termos qualitativos. Jean-Yves Grenier, escrevendo sobre a História Quantitativa, sintetizou suas potencialidades em três: 1) a de fornecer respostas para perguntas motivadas por uma problemática histórica ampla; 2) a de autorizar a formulação de novas questões; e 3) a de renovar a formulação intelectual dos problemas e de propor caminhos originais para sua conceitualização (Grenier, 1998, pp. 186-92).

Podemos aplicar exatamente o mesmo raciocínio para a História Econômica. Faremos isso enfatizando a importância de três trabalhos selecionados de nosso banco de dados, cada um proveniente de um dos três programas de pós-graduação catalogados até o momento. São eles: 1) a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Valencia Villa, defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS-UFRJ), sob orientação de Manolo Garcia Florentino; 2) a tese de doutorado de Tâmis Peixoto Parron, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (PPGHS-USP), sob orientação de Rafael de Bivar Marquese; e 3) a tese de doutorado de Flávio Gonçalves dos Santos, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF (PPGH-UFF), sob orientação de César Teixeira Honorato. O objetivo

aqui é frisar o papel da História Econômica para que os trabalhos se apresentem como inovadores em campos de atuação que não necessariamente sejam “de propriedade” da História Econômica.

Carlos Valencia publicou sua dissertação na Colômbia em 2011 com o título de *La producción de la libertad: Economía de los esclavos manumitidos em Rio de Janeiro a mediados del siglo XIX*, que já adianta a principal hipótese do trabalho, qual seja: a liberdade como um valor produzido pela família escrava, ou seja, um resultado das estratégias econômicas — montadas a partir de três variáveis: poupança, consumo ou investimento na família — que estiveram ao seu alcance. Para comprovar suas afirmações, o autor recorre ao método quantitativo e estatístico. Nesse sentido, entre 1840-1871, Valencia comprovou que as mulheres, principalmente as nascidas no Brasil, conseguiam a alforria muito mais frequentemente que os homens, além de terem apresentado uma tendência de ampliação de sua participação percentual no total, considerando os demais grupos — mulheres africanas, homens africanos e homens nascidos no Brasil (Villa, 2011). Mas o dado central para essa afirmação está direcionado na família escrava. As mulheres envoltas em relações familiares que conseguiram alforrias somavam 2.361, ao passo que os homens nessa mesma condição eram apenas 1.299. Em termos proporcionais, essas mulheres correspondiam a 23% do total de mulheres, enquanto os homens na mesma condição representavam apenas 17% do seu grupo (Villa, 2011). Ou seja, as mulheres se libertavam mais porque estavam envoltas em relações familiares com maior frequência que os homens.

O diálogo com a História Econômica permite que a família escrava seja mais do que “uma flor” na senzala

— e isso não significa que estamos subestimando os aspectos subjetivos emanados pela família —, ou seja, base para construção de identidades e comunidades que se uniam em torno de memórias, valores e experiências compartilhadas. Contribui também para qualificar melhor a ideia de autonomia escrava, pois muitos autores que escreveram sobre o assunto, o fizeram considerando apenas o plano da cultura e da sociabilidade, relegando a autonomia econômica a uma atividade marginal, normalmente clandestina e que mobilizava poucos recursos. Importante considerar que essas novas contribuições de Valencia não poderiam vir de outra fonte senão da História Econômica.

E, 2013, Flávio Gonçalves publicou sua tese com o título de *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros (1850-1937)*. O texto destaca o fato de as oferendas rituais exigirem uma grande variedade de produtos, contribuindo para o movimento do comércio no porto de Salvador. A partir do diálogo com a antropologia econômica de Marcel Mauss e suas considerações a respeito do *potlatch* — um sistema de compensação dos gastos realizados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos em uma determinada situação —, as relações entre o comércio dos objetos de culto e as formas de prestação de serviços nos terreiros de candomblé são explicitadas: quanto mais dedicado ao culto é o iniciado, maior é a proteção que recebe dos orixás e, ao mesmo tempo, maior é sua reputação em relação aos demais (Lage, 2013, p. 11).

Nesse sentido, por mais dispendiosas que fossem as mercadorias exigidas pelos cultos, sempre haveria uma motivação para adquiri-las. Isso porque determinados ritos, como as oferendas aos orixás, por exemplo,

implicavam não apenas o cumprimento dos preceitos, mas também na oferta de produtos e trabalho no cotidiano das casas de santo. Por outro lado, o não cumprimento de tais obrigações trazia graves consequências para a vida do iniciado, de tal modo que há estímulos positivos — proteção e prestígio junto aos pares — e “negativos” para que os bens litúrgicos continuassem sendo adquiridos ininterruptamente, já que os cultos não prescindiam nunca de tais objetos (Santos, 2013, pp. 170-5). Economia e prática religiosa, portanto, andavam juntas. Tal afirmação se torna ainda mais verdadeira quando atentamos para o fato de que tanto na aquisição, quanto na utilização de tais mercadorias o conhecimento religioso se fazia presente.

Já a tese de Tâmis Parron, defendida em 2015 com o título *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*, ainda não publicada, tem como objetivo construir, conjugar conjunturas econômicas globais e pactos políticos nacionais na tentativa de explicar a montagem, o desenvolvimento e a crise da escravidão negra nas Américas, entre o final do século XVIII e o início do século XIX (Parron, 2015, p. 2). Isso porque os “especialistas costumam abordar a questão por meio de narrativas nacionais” — o clássico trabalho de Emília Viotti da Costa (2010), *Da Senzala à Colônia*, seria uma expressão disso. Seguindo a pista deixada por Dale Tomich ao criar o conceito de *segunda escravidão* (2011, pp. 81-98), Parron propõe que a história da escravidão nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil seja, ao mesmo tempo, consecutiva — influenciada por questões inerentes a cada uma das realidades nacionais e/ou regionais —, simultânea — influenciada por questões globais e, portanto, comuns aos três espaços de

escravidão supracitados — e sincrônica — no sentido de que cada uma das referidas regiões escravistas se influenciam mutuamente (Parron, 2015, p. 4).

É esta leitura global do processo histórico que o permite falar em uma *oikoumenê* da *segunda escravidão*, espécie de “clube de elite do escravismo mundial oitocentista”, responsável que reposicionar os Estados Unidos como o mais importante intermediário global entre o e os demais espaços escravistas. Isso seria comprovado a partir das taxas de importação e reexportação de café e açúcar, bem como a partir das taxas de exportação de algodão cru e trigo, em três momentos distintos: 1) 1796-1814; 2) 1815-1828; e 3) 1829-1840 (Parron, 2015, p. 455). As referidas séries demonstram que, com o avançar dos oitocentos, as economias de Estados Unidos, Cuba e Brasil tornaram-se cada vez mais integradas, com a República Norte-Americana exercendo preeminência sobre as demais, já que havia ampliado em 150% o montante investido na comercialização do café brasileiro e em 250% o aplicado na comercialização do açúcar cubano (Parron, 2015, p. 459). Tamanha integração entre os maiores espaços escravistas acabou por produzir um subsistema escravista no interior o , que conjugava ações humanas e institucionais na defesa da escravidão diante do avanço do antiescravismo.

Com essa longa explanação, pretendemos demonstrar que o diálogo profícuo com a História Econômica pode renovar epistemologicamente a formulação dos problemas históricos, propondo caminhos originais para suas resoluções. Isso acontece na tese de Flávio Gonçalves, ao utilizar-se da economia para compreender e explicar questões que, salvo raras exceções, se restringem ao domínio da cultura. Acontece também no trabalho de

Tâmis Parron, que se utilizou de conceitos da Economia e da História Econômica para propor não apenas respostas a problemas “tipicamente políticos”, mas, sobretudo, para retomar uma perspectiva de análise que parecia estar perdida em nossa historiografia: a história global. Portanto, a História Econômica **não** agoniza. Trataremos agora de demonstrar empiricamente essa afirmação, mas não sem demonstrar metodologicamente em quais termos o faremos.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E TÉCNICOS

De forma rasteira e pouco precisa, Carlo Cipolla (1993) lembra que o historiador da economia deve se preocupar primeiramente com as dimensões da produção, circulação, financiamento e consumo em uma sociedade, ou entre sociedades, e como o ser humano racionalizou essas dimensões — separadamente ou em conjunto —, sistematizando-as em um pensamento econômico. Daí parte a História Econômica. Embora isso seja central, não é o suficiente. As formas, as tendências, os fluxos e os entrecruzamentos dessas dimensões precisam ser esclarecidas: seus pesos e suas medidas; causas e efeitos; encadeamentos ou desencadeamentos entre si etc. Tudo isso pode ser analisado com vasto material empírico que daria margem a um sem-número de interpretações. Ou seja, a História Econômica não pode ser reduzida a quatro dimensões básicas de Cipolla. Entretanto, para efeito de análise, a reconheceremos desse modo.

Essas afirmações introdutórias balizam o que entendemos por História Econômica, embora já saibamos

que ela pode servir para colaborar com explicações que excedam suas dimensões. A utilização de informações e dados de caráter econômico podem enriquecer significativamente pesquisas com enquadramentos políticos, culturais e/ou sociais. Por meio de análises amplas de conjuntura e/ou estrutura, bem como a partir de estudos de caso, é possível romper com o suposto isolamento — imposto à História Econômica, geralmente por pesquisadores alheios ao campo — da dimensão econômica. Esses aspectos são fundamentais para nossa análise a respeito da historiografia brasileira no século XXI. Esse esforço gerou aquilo que chamamos de Zona de Influência de História Econômica, isto é, o grau de penetração que o campo da História Econômica tem na historiografia como um todo.

O centro da argumentação que embasa a nossa metodologia é exatamente esse: a História Econômica encontra vitalidade também fora do seu círculo. Como jovens pesquisadores, nossa formação é testemunha desse processo. A História Econômica se diferencia dos outros campos da História e da própria Economia — pelo menos a atual Economia *main stream* — por duas razões: 1) o apego às explicações de cunho totalizantes; e, como desdobramento da anterior, 2) a análise ligada à longa duração. Não obstante, influencia a historiografia e a Ciência Econômica por três razões: 1) sua longa tradição; 2) a estrutura capitalista que nos é imposta; e 3) as conjunturas econômico-sociais de tempos difíceis, como o que vivemos no Brasil neste momento. A força dessa influência ainda é, em grande medida, desconhecida.

Entretanto, não é justo e nem desejável que essa seja uma via de mão única. A vocação da História Econômico-Social é a de procurar o entendimento das estruturas.

É evidente que essa tarefa pode ser mal ou bem-feita, honesta ou desonestamente desenvolvida, mas nos parece que, de todos os modos, os historiadores da economia não podem deixar de utilizar os subsídios fornecidos pela política, cultura, geografia, estatística ou pela matemática, para que se possa apreender e explicar a almejada totalidade. A consolidação da Zona de Influência de História Econômica no século XXI abre o campo para outras disciplinas e outras formas de construir o conhecimento histórico. Os dados trazidos na terceira parte deste capítulo não nos deixam mentir quanto a isso.

Josep Fontana, em meio à maior crise econômica que a Europa testemunhou no século XXI, não se rendeu ao reducionismo que o momento tentava impor à disciplina, como se pode comprovar a partir da seguinte passagem:

En estos momentos de crisis y reconstrucción, quienes nos dedicamos a la historia económica no debemos rechazar un nuevo y más fecundo contacto con los demás historiadores, explorando con ellos caminos nuevos que no tienen nada que ver con los callejones sin salida de las disciplinas “especializadas” de que antes hemos hablado, sino que aspiran a volver al estudio de la sociedad (Fontana, 2014, p. 22).

Surpreendentemente, nossa pesquisa demonstra que é exatamente isso o que temos feito! O futuro da História Econômica já chegou e, a essa altura, se faz necessário que verifiquemos — com os métodos próprios de nossa disciplina — sobre o seu espaço e suas características nas primeiras décadas do século XXI. O esforço que se inicia aqui busca examinar os primeiros 17 anos de presença da História Econômica na historiografia brasileira do século

XXI. Certamente ele será continuado, ano a ano, como um verdadeiro monitor das nossas frequências cardíacas nesse organismo em constante mutação.

Então, de onde partir? Certamente de onde se produz ciência e tecnologia no Brasil. Segundo relatório da Capes,⁹ com dados levantados pela consultoria americana *Clarivate Analytics*, as instituições públicas de ensino superior são responsáveis por 99% da pesquisa científica nacional com divulgação relevante. É evidente que os Programas de Pós-Graduação em História das universidades públicas brasileiras devem ser o centro de nossas atenções, incluindo alguns centros de excelências privados como exceções.

A maior parte da historiografia de relevo no Brasil é produzida e renovada nos PPGH das IFES e IEES. Portanto, consideraremos, para esse projeto, os Programas de Pós-Graduação com notas elaboradas pela Capes nos conceitos 4, 5, 6 e 7 no ano de 2017.¹⁰ Reconhecemos que existem problemas e graves injustiças na atribuição dessas notas, mas a única forma de reduzir o nosso universo a uma totalidade coerente — a historiografia de maior repercussão nacional e regional, o que deve incluir a produção de teses — era adotar um critério que abarcasse os programas autorizados a ter cursos de mestrado e doutorado. Dessa forma, pudemos reduzir os programas a serem investigados de 61 para 42. Assim sendo, contabilizaremos todos os programas autorizados pela Capes a formar doutores em História.

9 Ver Brasil, 2017.

10 Ver Brasil, 2017.

Tabela 1. Programas de Pós-Graduação em
História Credenciados pela Capes

Instituição	Programa de Pós-Graduação	Nota
Universidade Federal Fluminense	História Social	7
Universidade Federal de Minas Gerais	História	7
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	História	6
Universidade Estadual de Campinas	História	6
Universidade de São Paulo	História Social	6
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	História	5
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	História Social da Cultura	5
Universidade do Estado de Santa Catarina	História	5
Universidade do Estado de Rio de Janeiro	História	5
Universidade Federal do Espírito Santo	História	5
Universidade Federal de Goiás	História	5
Universidade Federal de Ouro Preto	História	5
Universidade Federal do Pará	História	5
Universidade Federal do Paraná	História	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro	História Social	5
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	História	5
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	História	5

Instituição	Programa de Pós-Graduação	Nota
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	História	5
Fundação Getúlio Vargas/RJ	História, Política e Bens Culturais	5
Fundação Oswaldo Cruz	História Das Ciências	5
Fundação Universidade de Passo Fundo	História	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	História	4
Universidade Estadual de Maringá	História	4
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	História Social	4
Universidade Federal de Bahia	História	4
Universidade Federal do Ceará	História	4
Universidade Federal de Grande Dourados	História	4
Universidade Federal de Juiz de Fora	História	4
Universidade Federal de Mato Grosso	História	4
Universidade Federal de Pernambuco	História	4
Universidade Federal de Pelotas	História	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	História Comparada	4
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	História	4
Universidade Federal Rural de Pernambuco	História	4

Instituição	Programa de Pós-Graduação	Nota
Universidade Federal de Santa Catarina	História	4
Universidade Federal de Santa Maria	História	4
Universidade de Brasília	História	4
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis	História	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	História	4
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Historia	4
Universidade Salgado de Oliveira	História	4
Universidade de São Paulo	História Econômica	3

Fonte: Brasil, 2017.

Neste capítulo, apresentaremos os resultados dos três maiores PPGHs do país: PPGH-UFF, PPGHIS-UFRJ e PPGH-USP, além dos resultados parciais gerais. Entretanto, é preciso que se faça duas ressalvas, uma de caráter metodológico e outra de caráter técnico. A primeira é que pelo menos um programa que excede esse critério deve ser considerado, no futuro, mesmo que à parte: o Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Seria um erro brutal desconsiderar um programa com mais de 40 anos de serviços prestados ao campo, em função de uma circunstancial nota adversa. A advertência de caráter técnico diz respeito ao fato de parte desses programas não disponibilizarem *on-line* os seus dados e informações mais gerais. Por conta disso, um corte deverá ser feito: aqueles programas que **não** disponibilizam *on-line* o seu

Catálogo de Teses e Dissertações **não** estão contemplados em nosso levantamento. Isso nos leva à questão da escolha de nossa fonte.

Seguindo essa lógica, a fonte que elegemos é a mais disponível, regular e quantificável possível: as dissertações e teses produzidas nos PPGHs selecionados. A nossa realidade demonstra que os trabalhos de conclusão desses cursos são importantes motores da historiografia nacional. O óbvio se evidencia quando, em eventos científicos de historiadores, a maior parte dos comunicadores são mestrands e doutorands buscando expor parte de sua pesquisa. Também em projetos de pesquisa, a maior parte dos investigadores são pós-graduandos desenvolvendo parte do trabalho que redundará em tese ou dissertação. Da mesma forma, a maioria dos periódicos científicos recebem artigos que são parte de um trabalho em elaboração ou já finalizado. Esse momento de formação dos pesquisadores em História do país também conta com o trabalho de seus orientadores que, não raro, passam a ser parceiros no tema de pesquisa dos seus orientandos, estabelecendo pontes com o trabalho desses e produzindo em diálogo estreito com as dissertações e teses que orientam.

Sabemos que o ideal seria ter todas as estatísticas de produção desses programas que envolvessem trabalhos publicados, eventos científicos, projetos de pesquisa etc., embora boa parte deles sejam embriões ou resultados da fonte que elegemos. Mas essas outras informações são mais difíceis de serem obtidas e, mais importante, carecem de regularidade regulamentada, algo que os prazos draconianos dos cursos de mestrado e doutorado autorizados pela Capes garantem.

Com essa missão em mãos, refletimos sobre um conjunto questões a respeito da dimensão da História Econômica na historiografia brasileira. As questões mais candentes que buscamos resolver são:

1. Quanto a História Econômica brasileira produziu no século XXI?
2. Qual o peso relativo e total da História Econômica na historiografia brasileira do século XXI?
3. A História Econômica pôde influenciar outros campos da História no século XXI? Qual a proporção desse diálogo?
4. Quais os recortes cronológicos e espaciais privilegiados pela historiografia no geral e, em particular, pela História Econômica ao longo do século XXI?
5. Em quais níveis — mestrado e doutorado — os trabalhos de História Econômica têm maior presença?
6. Quais os centros com maior vitalidade e dinamismo para a História Econômica?
7. Quais os professores que mais ativaram esse campo no século XXI?
8. Qual o tipo de relação entre a História Econômica que se constrói nos PPGHs e a ABPHE?

Para responder essas questões e melhor identificar a atividade do nosso campo neste século criamos um banco de dados intitulado *História Econômica no Século XXI*, que reúne informações coletadas nos bancos de teses e dissertações — *on-line* — dos PPGHs selecionados.

O que há de mais inovador em nossa pesquisa é a nossa metodologia classificatória. Basicamente, dividimos todas as dissertações e teses em três patamares de relação com a História Econômica:

- 1. Identificada com a História Econômica:** aqueles trabalhos que estão centrados nas quatro dimensões básicas da economia — produção, circulação, financiamento e consumo — e no pensamento econômico. Em outras palavras, são trabalhos com objetivos enfocados na economia em perspectiva sócio-histórica;
- 2. Dialoga com História Econômica:** aqueles trabalhos que utilizam da História Econômica — suas fontes clássicas, sua metodologia, sua bibliografia e que dela extraem informações, dados e análises — para subsidiar temáticas extraeconômicas. Em outras palavras, são trabalhos que integram a História Econômica em seu escopo mais amplo e estão em sua zona de influência;
- 3. Ignora História Econômica:** aqueles trabalhos que não se interessam pela perspectiva econômica dos processos históricos.

Essa divisão não está desprovida de referências. José Jobson de Andrade Arruda recentemente expôs a importância de ressaltarmos a via de mão dupla que deve haver entre os historiadores de outros campos, buscando na História Econômica subsídios aos seus trabalhos, e os historiadores da economia, abertos ao diálogo com outras formas de construir o saber o histórico. O autor ressalta as “[...] transformações epistemológicas que nos conduzem a pensar sobre as vantagens de uma história econômica que seja, ao mesmo tempo, aberta e inclusiva”

(Arruda, 2017, pp. 86-7) e demonstra que a missão integradora da História Econômica se dará, doravante a partir de “interpretações de fundamentação econômica mais ousadas, estas sim, abertas ao diálogo interdisciplinar voltado a um telos explicativo” (Arruda, 2017, p. 87).

Para realizarmos o levantamento dos dados, elaboramos critérios de avaliação que extrapolam as informações coletadas no banco de dados. Os critérios classificatórios são, em ordem de importância:

- a) Título, Resumo e Palavras-Chave;
- b) Orientação e Banca;
- c) Sumário e Índices;
- d) Bibliografia e Fontes;
- e) Introdução e Conclusão;
- f) Currículo Lattes do Autor, do Orientador e dos Membros da Banca.

Consideramos o trabalho como levantado se tivermos as condições para preencher todo o formulário. Entretanto, o mínimo para a classificação do trabalho deve atender à leitura e à avaliação dos critérios A e B, em caso de dúvida são consultados os demais. No geral, os resumos e as palavras-chave desvendam a relação de determinado trabalho com a História Econômica, pois devem revelar os princípios, meios e fins dos trabalhos. A composição das bancas e a orientação — em sua maioria, conhecidos professores de história dos principais departamentos de história do país — também nos ajudam a esclarecer o grau de relação que o trabalho tem com a História Econômica, graças à grande ascendência que a hierarquia acadêmica impõe na relação orientador/orientado. As demais informações podem confirmar ou

refutar as impressões iniciais tidas por meio dos critérios principais, quando ainda restam dúvidas.

Também incluiremos em nossas análises a ABPHE. Entendendo sua importância para a História Econômica no país e dispondo dos dados a respeito dos seus congressos (Saes, Ribeiro & Saes, 2017), buscaremos demonstrar como mestrandos e doutorandos que se identificam e dialogam com a História Econômica preenchem os espaços criados pela associação. De outra forma, é imperioso entender a relação de retroalimentação entre a ABPHE e a historiografia produzida nos PPGHs. Sem dúvida, a associação serve como instrumento para a reunião dos pesquisadores em História Econômica e para a difusão do conhecimento produzido em nosso campo, mas, ao mesmo tempo, sua existência e força é sinal da vitalidade da História Econômica na historiografia. Um dos nossos objetivos é entender qual o polo preside essa relação.

A nossa metodologia de análise será quantitativa. Privilegiaremos a visão panorâmica e geral, mas ressaltaremos as especificidades históricas das conjunturas e dos diferentes programas. Essa quantificação seriada e diacrônica, para além de descrever o processo de resiliência/influência da História Econômica, pode ser utilizada para estabelecermos universos possíveis em torno desses dados e lembrar da sua plausibilidade, visando fatos e processos que acompanham o desenrolar dos números. O principal desses processos é o expressivo crescimento dos principais PPGHs do país no período.

Não objetivamos entender apenas as proporções de nosso quinhão na historiografia, mas consideraremos as taxas de crescimento total e proporcional da Zona de Influência de História Econômica, assim como compararemos essas taxas com as gerais da historiografia nesses 17

anos. A quantificação que nos serve é aquela que aponta tendências, e não aquela que engessa avaliações de momento, conforme avaliação de Ciro Cardoso: “[...] o mais importante não é cada um dos dados, individualmente, mas o próprio desenho da curva, sua evolução no tempo, o dado define-se pelo valor relativo que apresenta quando comparado aos que precedem e seguem.” (Cardoso & Pérez Brignoli, 1981, p. 30). Em suma, um dos nossos objetivos é construir uma referência que enriqueça o debate sobre o papel e a importância da História Econômica para a historiografia no século XXI. Em nossas análises, as comparações se farão constantemente: entre tempos e espaços de produção, entre conjunturas e programas, entre recortes cronológicos e espaciais, entre a historiografia que ignora e a que contempla a História Econômica.

Esse processo, medido de forma quantitativa, honesta e firmemente calçada na realidade extra números, pode servir “[...] de barreira para controlar o valor ou a força do discurso histórico [...]” (Grenier, 1998, p. 191) daqueles que abriam a cova da História Econômica no fim do século passado. Por fim, objetivamos saber se, afinal de contas, a História Econômica pode passar despercebida em meio a historiografia construída no século XXI.

COMPROVAÇÕES EMPÍRICAS

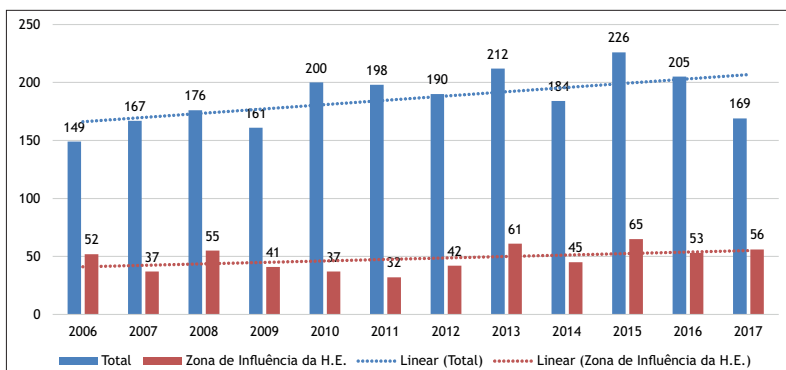
Nesta terceira e última parte analisaremos o material empírico levantado até este momento. Como expusemos anteriormente, os dados foram retirados dos bancos de teses e dissertações dos três programas de pós-graduação analisados: PPGH-UFF, PPGHIS-UFRJ e PPGH-USP. Dessa forma, as análises apresentadas são parciais

e refletem exclusivamente a situação da Zona de Influência de História Econômica nos referidos programas.

Vale ressaltar que levantamos todas as teses e dissertações do PPGH-UFF de 2001 a 2017. No entanto o PPGHS-USP apresenta um número muito pequeno de teses e dissertações de 2001 a 2005 e o PPGHIS-UFRJ não apresenta lançamentos de teses e dissertações para os referidos anos. Por essa razão, analisaremos a Zona de Influência de História Econômica no período de 2006 a 2017.

O primeiro dado que apresentaremos é relacionado à produção total de teses e dissertações nos três programas de pós-graduação analisados. Entre 2006 e 2017 foram defendidos 2.237 trabalhos, sendo 948 no PPGH-UFF, 313 no PPGHIS-UFRJ e 976 no PPGHS-USP.

Gráfico 1. Produção total de teses e dissertações em comparação com a Zona de Influência de História Econômica (2006-2017)



Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses *on-line* dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

No que tange a quantidade de teses e dissertações defendidas, o gráfico 1 nos revela três períodos distintos: 1) um período de lento crescimento entre 2006-2009; 2) um período entre os anos de 2010-2013 que demonstra a ampliação do número de defesas em relação ao período anterior; e 3) um período entre 2014-2017 que se inicia com a consolidação da tendência de crescimento vista entre 2006-2009 e 2010-2013, mas que termina em uma tendência de decréscimo de teses defendidas até o ano corrente dessa análise. Durante o período analisado, a média aproximada é de 186 trabalhos defendidos anualmente.

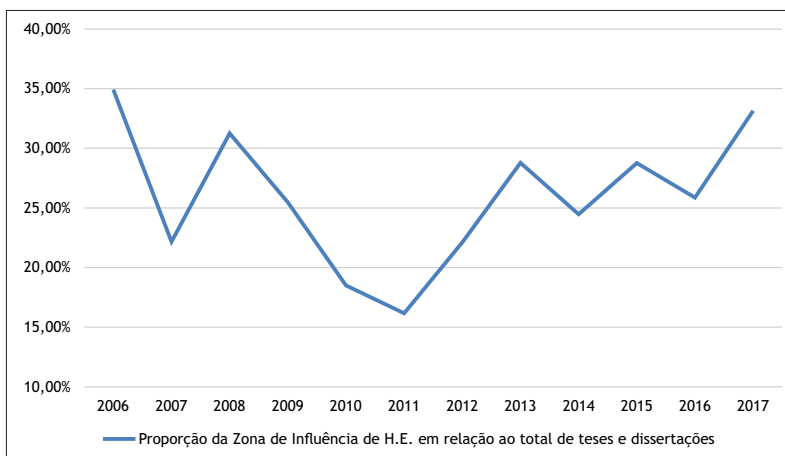
No que se refere ao número de teses e dissertações classificadas como Zona de Influência de História Econômica, temos um movimento quase que inverso em relação ao total de teses e dissertações defendidas: 1) no período 2006-2009 há tendência de queda, e a média da ZIHE para o período, em termos proporcionais ao total, ficou na casa dos 28,5%; 2) no período 2010-2013 há uma queda em relação ao período 2006-2009, e a ZIHE ficou responsável por apenas 21,4% dos trabalhos defendidos; e 3) no último período, mesmo com uma queda no número total de defesas, há uma recuperação do número de teses e dissertações classificadas como ZIHE, que atingiu uma proporção média de 28%.

No entanto, ao analisar teses e dissertações produzidas, é necessário considerar o tempo de entrada do pós-graduando, bem como seu prazo de defesa, que é de dois anos para dissertações e quatro anos para teses. Portanto, as análises apresentadas anteriormente devem recuar em dois ou quatro anos a partir do ano de ingresso dos pós-graduandos. Isso significa que os dois primeiros períodos englobam teses e dissertações iniciadas entre

os anos de 2002 a 2011 — 2.008 para teses. No que se refere à conjuntura econômica brasileira, é quase um consenso que a maior parte desse período foi de crescimento acelerado.

É neste período de expansão econômica que verificamos o crescimento no número de defesas e, ao mesmo tempo, a proporção de teses e dissertações da ZIHE se mostrou decrescente, partindo de 52 em 2006 para 42 em 2012, atravessando períodos críticos com apenas 32 defesas registradas no ano de 2011. Por outro lado, é na conjuntura pós-2014, com a deflagração da crise política, institucional e econômica da qual ainda não saímos — que diminui não só o orçamento destinado aos programas de pós-graduação, mas também os auxílios destinados à manutenção dos estudantes na academia —, que talvez encontremos a explicação para a redução do número de defesas totais e, ao mesmo tempo, para o crescimento dos trabalhos que estão na ZIHE. É possível que a crise tenha ajudado a reconduzir os estudantes às estruturas econômicas e sociais em detrimento de análises estritamente econômicas.

Gráfico 2. Valores proporcionais da ZIHE (2006-2017)

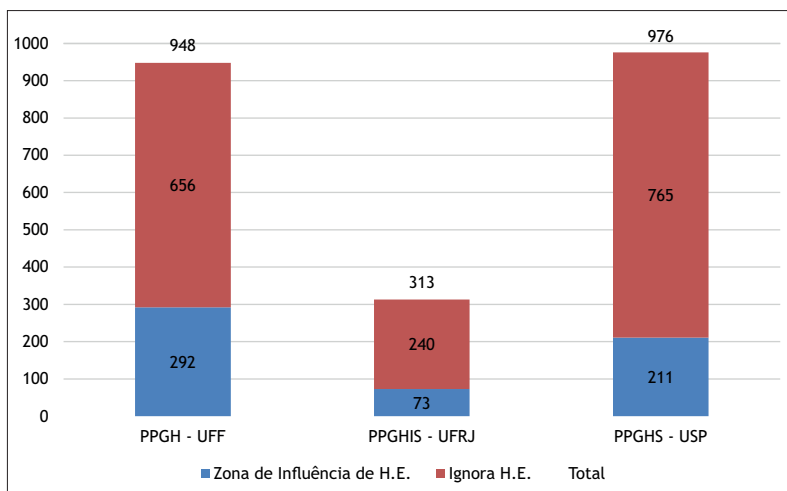


Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses *on-line* dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

O gráfico 2 confirma a hipótese anterior, pois, apesar do crescimento a partir de 2011 — que pode ter relação, em nossa avaliação, com a crise internacional que se iniciou em 2008 nos Estados Unidos —, ou seja, no segundo período de nossa análise, a proporção de trabalhos na ZIHE se mantém abaixo dos 25% até o último ano do período — 2013. A verificação da média do número de teses e dissertações defendidas por período corrobora com esta afirmação: no período 2006-2009 a média é aproximadamente 46, no período 2010-2013 diminui para 43 e no período 2014-2017 atinge 55. É importante acentuar, no entanto, o súbito crescimento do ano de 2013, demonstrando uma retomada da ZIHE que se estabelecerá no período seguinte. Se considerássemos o ano de 2013 como parte do terceiro período, ficaria ainda mais evidente o declínio dos trabalhos classificados como

ZIHE no período anterior. A média de trabalhos classificados como ZIHE entre 2010-2012 seria de apenas 37 em uma média total de 196 teses e dissertações defendidas por ano. Por fim, o gráfico 2 nos permite supor um crescimento, ainda que em ritmo lento, para os próximos anos.

Gráfico 3. Classificação das teses e dissertações por programa de pós-graduação (2006-2017)



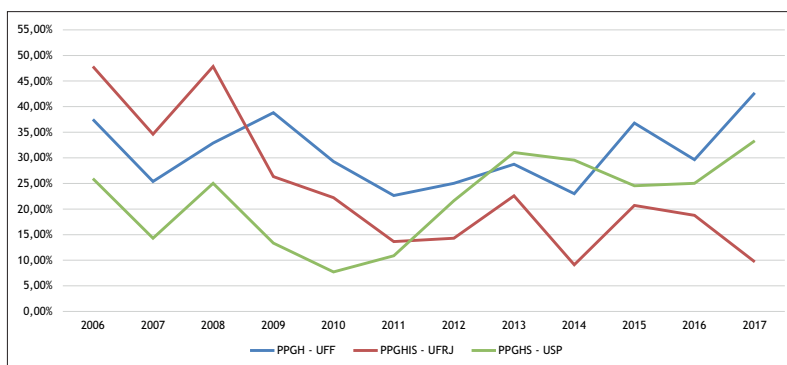
Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses *on-line* dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHIS-UFRJ.

A partir de agora analisaremos a ZIHE em cada um dos três programas de pós-graduação estudados. De imediato, o gráfico 3 apresenta números satisfatórios da quantidade de teses e dissertações classificados como ZIHE. No PPGH-UFF temos uma proporção de aproximadamente 30%, no PPGHIS-UFRJ de 23% e no PPGHS-USP de 21,5%. É possível, portanto, afirmar que aproximadamente um quarto das teses e dissertações

defendidas nos três programas de pós-graduação estão na ZIHE, demonstrando assim a inegável relevância do campo para os estudos históricos.¹¹

Alguns afirmarão o contrário, isto é, que cerca de três quartos das teses e dissertações ignoram totalmente a História Econômica. No entanto, como já exposto anteriormente, essa persistência com tendência mais recente de crescimento da ZIHE nos mostra que cada vez mais os grandes campos do conhecimento histórico dialogam entre si, e que as análises das estruturas socioeconômicas se tornam relevantes nas pesquisas desenvolvidas no país.

Gráfico 4. Valores proporcionais da ZIHE por programa de pós (2006-2017)



Fonte: Dados levantados a partir dos bancos de teses *on-line* dos programas de pós-graduação: PPGH-UFF, PPGHS-USP e PPGHS-UFRJ.

¹¹ É importante ressaltar que a USP possui um Programa de Pós-graduação em História Econômica (PPGHE) na mesma unidade do PPGHS-USP. De 2006 a 2017 existem 250 teses e dissertações lançadas no banco. Conforme exposto na parte metodológica deste capítulo, incorporaremos essa pós-graduação, entre outras, na análise.

Continuando nossa análise, temos no gráfico 4 a variação da proporção das teses e dissertações classificadas como ZIHE por programa de pós-graduação entre anos de 2006-2017. É perceptível a confirmação do nosso argumento no que diz respeito à crise política/econômica internacional (iniciada em 2008) e nacional (iniciada em 2014-2015), que ajuda na retomada dos níveis percentuais, no aumento dos números absolutos, além de demonstrar uma tendência de crescimento dos trabalhos que estão na ZIHE.

O gráfico 4 nos mostra que o PPGHS-USP respondeu antecipadamente à questão conjuntural de crise e demonstrou um rápido crescimento proporcional no segundo período estabelecido pela análise — cenário de decréscimo da ZIHE. Os outros dois programas corroboraram com a análise geral de um segundo período de diminuição da proporção de trabalhos da ZIHE mesmo aumentando a quantidade total de defesas. O último período demonstra crescimento para o PPGH-UFF e um contínuo crescimento, embora com ritmo desacelerado, para o PPGHS-USP. Ambos, porém, no ano de 2017, superaram a proporção de 2006 enquanto mantém números semelhantes de teses e dissertações defendidas: em 2006, 72 no PPGH-UFF e 54 no PPGHS-USP; em 2017, 75 no PPGH-UFF e 63 no PPGHS-USP.

Diferente caso é o do PPGHIS-UFRJ. Esse programa começou o ano de 2006 com a maior proporção de trabalhos na ZIHE e corroborou com a estagnação no primeiro período. Embora tenha ampliado seu número de defesas totais nos anos seguintes, a ZIHE no PPGHIS-UFRJ entrou em grande declínio no segundo período, esboçando uma recuperação ao seu final, mas que não se sustentou

e, logo depois, manteve a tendência de queda no último período.

O comportamento do programa se mostra contrário à análise geral e os motivos ainda não são claros. Acreditamos que, por ser um programa bem menor que os demais em números de defesas (gráfico 3), ele é mais suscetível a mudanças em seu corpo docente. Desse modo, a ausência de determinados docentes pode alterar significativamente os dados do programa, que concentra as teses e dissertações da ZIHE em alguns poucos nomes. Os dados do anexo 1 contribuem para sustentar nossas afirmações. É possível observar dois professores vinculados ao PPGHIS-UFRJ — João Luís Ribeiro Fragoso e Antônio Carlos Jucá de Sampaio — entre os dez orientadores dos três PPGH com maior número de teses e dissertações orientadas na ZIHE. Os dois professores, juntos, respondem por aproximadamente 37% de todos os trabalhos classificados como ZIHE defendidos entre 2006-2017. Se acrescentarmos os professores Manolo Garcia Florentino (13.^o do anexo 1) e Renato Lemos (21.^o do anexo 1), aumentamos a concentração dos trabalhos da ZIHE para aproximadamente 60%.

Analisando caso a caso, podemos perceber possíveis motivos da diminuição da ZIHE no programa: o afastamento de um dos principais orientadores do campo no PPGHIS-UFF. Manolo Garcia Florentino orientou 15 teses e dissertações entre os anos de 2006 e 2017, sendo 10 classificadas como ZIHE. No entanto, ele só orientou uma tese no ano de 2013 e só voltou a orientar em 2017. Durante esse período, o professor foi cedido pela UFRJ à Fundação Casa de Rui Barbosa, onde exerceu a presidência.

O professor João Luís Ribeiro Fragoso, por sua vez, tivera seu nome associado à História Econômica por muitos anos, principalmente na década de 1990. Entre os anos de 2006 e 2009, o professor orientou 5 teses e dissertações das quais apenas uma não estava na ZIHE. No período seguinte, entre 2010-2013, aumentou seu número de defesas para 8, seguindo a expansão dos programas de pós-graduação. Mas, ao contrário do movimento esperado para o período em relação à ZIHE, apenas um dos trabalhos não estava relacionado ao campo da História Econômica. Já no período 2014-2017, o professor diminuiu o seu número de defesas novamente para 5. Porém, ao contrário do movimento dos demais PPGH em relação ao aumento da presença da História Econômica, 2 dos 5 trabalhos estavam fora da ZIHE.

A análise exclusiva dos dois professores se refere principalmente à visão fatalista que tiveram sobre o campo da História Econômica em meados da década de 1990, já discutida previamente no início do capítulo. Por meio da análise do quadro geral da História Econômica neste século XXI podemos compreender que João Fragoso e Manolo Florentino estavam enganados acerca da agonizante situação do campo da História Econômica. Para além disso, analisando suas orientações no século XXI, podemos compreender que, enquanto mantinham maior parte das teses e dissertações relacionadas à História Econômica, apenas se ausentavam ou assistiam à predominância da falta de diálogo entre os demais campos do conhecimento histórico com a História Econômica. No ano de 2017, a ZIHE no PPGHIS-UFRJ contou com apenas 3 trabalhos, em um total de 31, ou seja, menos de 10% de todas as defesas.

Quanto às orientações nos outros programas de pós-graduação, o PPGH-UFF demonstrou um grau de concentração menor que no caso do PPGHIS-UFRJ no que diz respeito à totalidade de trabalhos em relação ao número de orientadores disponíveis. Tal programa demonstrou uma concentração de aproximadamente 56% do total de trabalhos classificados como ZIHE em 10 de um total de 56 docentes que orientaram teses e dissertações no período. No caso do PPGHS-USP há maior dispersão das orientações relacionadas à História Econômica. Os 10 professores que mais orientaram teses e dissertações nessa área concentram um total de aproximadamente 33%. Um corpo docente maior, 74 professores, não é o suficiente para explicar essa dispersão. Acreditamos que a dispersão esteja ligada ao programa específico para trabalhos em História Econômica (PPGHE-USP), que coexiste com o PPGHS-USP no mesmo departamento (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH) e acaba atraindo não só pós-graduandos da área, mas especificamente, orientadores, como o caso do professor José Jobson de Arruda.

Em suma, esses são resultados parciais que podem nos revelar indícios sobre o caminho e o futuro da História Econômica no Brasil. Consideramos prematuro de nossa parte dar como certa qualquer tipo de afirmação — exceção feita àquela que previa a morte da História Econômica. Como já foi dito algumas vezes ao longo deste texto, trata-se de análises parciais que, quando integradas aos demais PPGHs selecionados por nossos critérios técnicos e metodológicos, possivelmente apresentarão maior grau de confiabilidade.

ANEXO 1

Orientação	Programa	Identificado	Dialoga	Ignora	Total	ZIHE	% ZIHE	% ZIHE em relação ao total do seu programa
Carlos Gabriel Guimarães	UFF	22	3	1	26	25	96,15%	8,47%
Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes	UFF	12	11	3	26	23	88,46%	7,80%
Cezar Teixeira Honorato	UFF	12	7	4	23	19	82,61%	6,44%
Sonia Regina de Mendonça	UFF	8	11	3	22	19	86,36%	6,44%
Marcelo Badaró Mattos	UFF	2	14	14	30	16	53,33%	5,42%
Marcia Maria Menendes Motta	UFF	6	9	6	21	15	71,43%	5,08%
Théo Lobarinhas Piñeiro	UFF	10	5	1	16	15	93,75%	5,08%
João Luís Ribeiro Fragoso	UFRJ	4	10	4	18	14	77,78%	19,18%
Antonio Carlos de Juca Sampaio	UFRJ	10	3	2	15	13	86,67%	17,81%
Rafael de Bivar Marquese	USP	3	10	5	18	13	72,22%	6,19%
Gladys Sabina Ribeiro	UFF	4	8	10	22	12	54,55%	4,07%

Orientação	Programa	Identificado	Dialoga	Ignora	Total	ZIHE	% ZIHE	% ZIHE em relação ao total do seu programa
Norberto Osvaldo Ferreras	UFF	5	6	16	27	11	40,74%	3,73%
Manolo Garcia Florentino	UFRJ	2	8	5	15	10	66,67%	13,70%
Maria Fernanda Baptista Bicalho	UFF	2	8	10	20	10	50,00%	3,39%
Sheila Siqueira de Castro Faria	UFF	8	2	3	13	10	76,92%	3,39%
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro	UFF	4	5	14	23	9	39,13%	3,05%
Maria Helena Pereira Toledo Machado	USP	2	7	11	20	9	45,00%	4,29%
Gildo Magalhães dos Santos Filho	USP	5	3	10	18	8	44,44%	3,81%
Mário Jorge da Motta Bastos	UFF	5	3	17	25	8	32,00%	2,71%
Mariza de Carvalho Soares	UFF	5	3	6	14	8	57,14%	2,71%

ZIHE = Zona de Influência de História Econômica.

Fonte: Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias — sites e bancos de teses dos PPG; site das agências de fomento à pesquisa

- Banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGH-UFF: <<http://www.historia.uff.br/stricto/tesesonline.php>>.
- Banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGHS-USP: <<http://www.teses.usp.br/>>.
- Banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGHIS-UFRJ: <<https://minerva.ufrj.br/F?RN=989012567>>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. *Avaliação Quadrienal, 2017*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8691-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-quadrienal-2017>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. *Research in Brazil, 2017*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8726-documento-disponibilizado-a-capes-apresenta-desempenho-e-tendencias-na-pesquisa-brasileira>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- Página do PPGH-UFF: <<http://www.historia.uff.br/stricto/index.php>>.
- Página do PPGHS-USP: <<http://ppghs.fflch.usp.br/>>.
- Página do PPGHIS-UFRJ: <<https://www.ppghis.historia.ufrj.br/>>.

*Fontes secundárias – livros, artigos, teses
e dissertações*

- ARRUDA, J. J. de A. Por uma renovada História Econômica. In: SAES, A.; RIBEIRO, M. A. & SAES, F. (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, pp. 7-30, 1996.
- CARDOSO, C. & PÉREZ BRIGNOLI, H. *Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CIPOLLA, C. *Introdução ao estudo da História Econômica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. 5.^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- FONTANA, J. El Futuro de la Historia Económica. *Revista História Econômica & História de Empresas – ABPHE*, São Paulo, vol. 17, n.º 1, 2014, pp. 9-27.
- FRAGOSO, J. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 29, 2002.
- FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. História Econômica. In: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- GRENIER, J.-Y. A História Quantitativa ainda é necessária?. In: BOUTIER, J. & JULIA, D. (orgs.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.
- KULA, W. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.
- LAGE, L. Prefácio. In: SANTOS, F. G. dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos*

- litúrgicos afro-brasileiros (1850-1937)*. Ilheus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2013.
- PARRON, T. P. *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba (1787-1846)*. Doutorado – FFLCH. São Paulo: USP, 2015.
- PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n.º 45, 2003, pp. 239-60.
- SAES, A.; RIBEIRO, M. A. & SAES, F. (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.
- SANTOS, F. G. dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros (1850-1937)*. Ilheus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2013.
- VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- VAINFAS, R. & GOMES, Â. de C. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 5, n.º 9, 1992, pp. 84-96.
- VILLA, C. E. V. *La producción de la libertad. Economía de los esclavos manumitidos en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX*. Bogotá: ICANH, 2011.
- TOMICH, D. W. *Pelo Prisma da Escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

10

O mercado de crédito hipotecário de Belém do Pará pela ótica da análise de redes sociais (1870-1930)¹

Fábio Carlos da Silva
Leonardo Milanez de Lima Leandro
Renato Leite Marcondes

A literatura clássica do desenvolvimento nacional, e mesmo aquelas focadas em regiões ou atividades econômicas específicas, não se ativeram às especificidades, características e dinâmicas do crédito, limitando-se a citar instrumentos diversos pelos quais se obtinham recursos para induzir a expansão de atividades e o crescimento econômico de polos do capitalismo brasileiro. Entre os instrumentos de crédito enumerados pela

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no XIII Congresso Brasileiro de História Econômica, em 2019. Agradecemos a todos que fizeram críticas e possibilitaram a organização do capítulo ora publicado.

literatura, as hipotecas, ao longo das últimas duas décadas, revelaram-se uma importante fonte, posto que nelas estão registradas, de modo sistemático, amostras das transações ocorridas no mercado financeiro brasileiro.

Em tais documentos se materializa uma relação bilateral de negociação de determinada quantia de recursos, cujo reembolso é garantido por um bem. As análises destes registros deram suporte à literatura mais recente, desvelando questões de um campo pouco explorado, mas de significativa importância para a compreensão das dinâmicas de expansão dos negócios e do desenvolvimento da economia do Brasil.

Os estudos que utilizaram as hipotecas como fontes documentais se avolumaram.² O conjunto dos dados coletados e tabulados em planilhas eletrônicas, ao resultar em tabelas específicas, com características agrupadas e classificadas conforme os dados anotados nos registros, possibilitou a análise dos movimentos e das condições do mercado, a frequência de participação de determinadas categorias sociais, profissionais ou produtivas, bem como essas se colocaram como mais ou menos importante em relação aos valores negociados. Mas as análises empreendidas nesses estudos, focados nas questões e dinâmicas de uma praça específica de inscrição dos contratos, valeram-se, basicamente, de técnicas de estatística descritiva. Apesar dos avanços obtidos, ficam pouco claras as questões relacionadas aos principais circuitos do crédito

² Ver, por exemplo, Sweigart (1980), Saes (1986), Marcondes (2002), Pires (2006), Almico (2009), Marcondes & Hanley (2010), Cortes, Marcondes & Diaz (2011), Fontanari (2011), Marcondes (2014), Silva, Leandro & Marcondes (2015), Leandro, Marcondes & Silva (2015), Leandro & Marcondes (2018), Oliveira & Marcondes (2018).

hipotecário, sobre os arranjos preferenciais de circulação do capital nesse mercado.

Considerando esses limites, algumas questões se impõem. Com o aprofundamento das análises, o que se pode extrair do cruzamento dos contratos hipotecários? Há medidas, para além do volume negociado, que indicam graus de importância? Há a formação de uma rede? Na intenção de responder essas questões e oferecer um panorama diferenciado do mercado de crédito hipotecário, propõe-se a observação dos sistemas de oferta de crédito hipotecário com base na análise de rede sociais, abordando o mercado a partir de medidas próprias dessa técnica.

Assim, um banco de dados com registros de 3,5 mil contratos de hipotecas inscritas na praça de Belém, no Pará, foi submetido à análise de rede baseada em grafos, cujos elementos apontaram novas possibilidades de interpretação da posição e comportamento dos agentes. Os testes e as observações foram realizados com apoio de um *software* de código aberto que permite a análise visual da rede, ajustada por *layout* de algoritmos baseados na força (*force-based algorithms*).³ Por meio dele foi possível visualizar as principais estruturas que se formaram pelos vínculos criados com o contrato de crédito hipotecário, bem como acompanhar passos de sua evolução entre 1870 e 1930. Com os apontamentos obtidos a partir dos filtros de dados e métricas específicas, as inferências sobre a formação das redes e aglomerados específicos, suas condições e figuras centrais emergiram.

Além desta introdução, os dados e as descrições são discutidos em outras quatro sessões. Antes de passar à

3 O princípio desses algoritmos é simples: nós ligados atraem-se mutuamente e nós não ligados são afastados.

análise dos microdados, é prudente tecer comentários sobre os principais conceitos dessa metodologia de análise, o que se fará logo em seguida. Depois, a formação e evolução da rede de crédito hipotecário em Belém são abordadas a partir dessa metodologia de análise. As métricas específicas extraídas do *software* são descritas na sequência. As considerações finais encerram o texto.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE REDE

A análise de grandes volumes de dados que exprimem as relações de uma rede vem ganhando destaque na construção de novas representações e interpretações de fenômenos sociais, especialmente pelo desenvolvimento de novas ferramentas computacionais. Nesse sentido, a análise de redes sociais tem se configurado como um método analítico importante para se compreender o comportamento de atores em uma rede, suas posições e motivações.

De acordo com Digiampietri (2015), uma rede social é caracterizada pela conexão estruturada entre indivíduos, que podem ser pessoas ou organizações. Esses indivíduos se conectam por algum tipo de relação. Borgatti & Everett (1997) alertam que a análise de redes sociais permite avaliar uma relação a partir de seus atributos. No caso em tela, a relação que estrutura a conexão entre os indivíduos é do tipo contratual. Uma hipoteca é um contrato formal, inscrito em um cartório de registro de imóveis, e apresenta atributos para cada par de indivíduos. Esses atributos formam conjuntos de dados para credores e devedores, que, uma vez tabulados, resultam em matrizes de adjacência do tipo X_{ij} , essas, por sua vez,

observadas e descritas a partir de técnicas de análise de redes sociais baseada em grafos.

Valendo-se de noções elementares da teoria dos conjuntos, a análise possibilita a manipulação dos dados de modo a se obter tais matrizes de adjacências que, analisadas a partir de *softwares* específicos, resultam na representação visual de redes, permitindo a identificação dos atores centrais. Aqui, tratou-se de aplicar tais técnicas e seus conceitos na interpretação da formação e evolução do mercado de crédito hipotecário na praça de Belém, com o apoio do *Gephi* (Bastian, Heymann & Jacomy, 2009), versão 0.9.2 *beta*.⁴

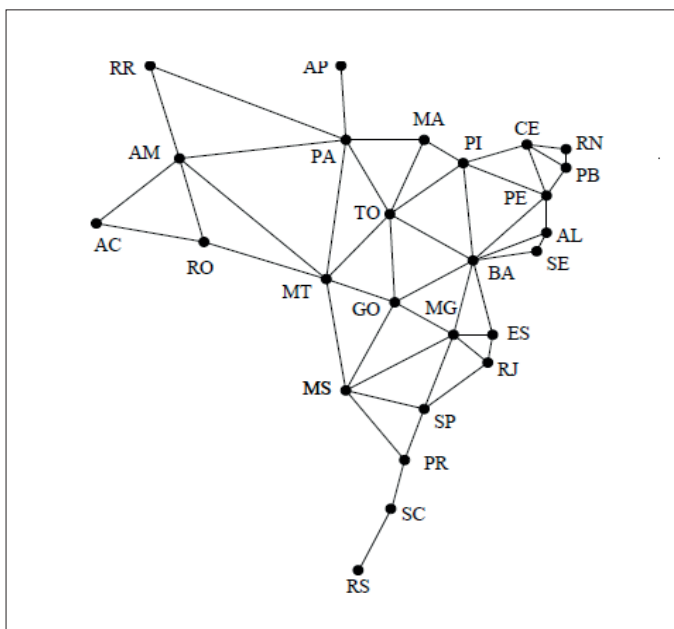
Um dos tipos de análise de redes sociais está ancorado da teoria dos grafos.⁵ Formalmente, um grafo (G) corresponde a um conjunto de vértices (V) ligados por arestas (A), onde (A) é um subconjunto de (V) (Feofiloff, Kohayakawa & Wakabayashi, 2011). Trata-se de um conjunto ordenado de nós e arcos, ou vértices e arestas, representado por $G=(V, A)$. Um grafo corresponde a um elemento visual construído a partir de conjuntos de dados que exprimem relações estabelecidas entre os pontos de uma matriz. A definição informal dada por Borba (2013) diz que um grafo é uma representação visual de

4 Um exemplo de como essa metodologia pode ser aplicada em estudos históricos é o trabalho de Chang et al. (2009), que utilizou o *Gephi* para mapear a rede de correspondência de grandes pensadores dos séculos XVII e XVIII.

5 Desenvolvida no século XVIII pelo físico e matemático suíço Leonhard Paul Euler, a teoria dos grafos tem dado suporte ao desenvolvimento atual de uma metodologia inovadora, progressivamente incorporada por diversas outras áreas de conhecimento, como Sociologia, Biologia e Ciências da Computação. Uma revisão rápida e informativa pode ser obtida em Borba (2013).

elementos ligados por linhas. Por essa definição, pode-se visualizar, por exemplo, o mapa do Brasil como um grafo (figura 1), onde os estados são os vértices e as fronteiras que os separam são as arestas.

Figura 1. Grafo dos estados do Brasil

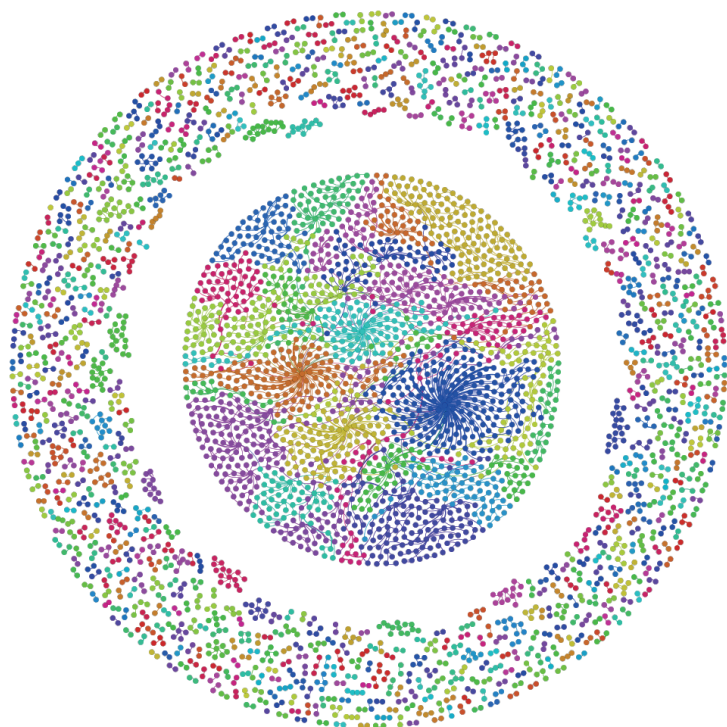


Fonte: Feofiloff, Kohayakawa & Wakabayashi (2011, p. 10).

De acordo com Borba (2013), os termos grafo, vértice (ou nó) e aresta (ou arco) podem ser substituídos por sinônimos, conforme o contexto. Em relação ao banco de dados ora analisado, o grafo é o elemento visual que representa o mercado hipotecário, sendo que cada um dos agentes credores e devedores representa um nó do grafo,

e a hipoteca, que liga formalmente os agentes, a aresta (figura 2).

Figura 2. Grafo da rede de crédito hipotecário de Belém (1870-1930)



Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

Fontes: Livros 2, Cartório do 1.º Serviço do Registro de Imóveis de Belém.

Assim, o número de nós da rede de crédito hipotecário corresponde ao número de agentes que negociou contratos hipotecários, nesse caso, na praça de Belém. Esses

agentes formam pares de nós conectados por um contrato de empréstimo, a aresta do grafo. O agente é o nó (ou vértice) e o contrato de empréstimo a aresta (ou arco) que liga os nós. O número de arestas do grafo é menor que o número de contratos que compõe o banco de dados, uma vez que dois agentes podem negociar mais de um contrato. O grafo da rede de crédito hipotecário, portanto, corresponde ao conjunto de dados agrupados em pares ordenados que exprimem a posição dos agentes e os vínculos que os conectam, no caso, um contrato de crédito. Para cada nó da rede se dispõe de conjuntos de dados que o caracterizam (nome, ocupação, domicílio), bem como para as arestas que os ligam (valor e condições dos empréstimos, garantias). Tais características fazem emergir uma configuração visual da rede, oferecendo, assim, um elemento que se torna objeto de observação.

Os parâmetros selecionados para a análise correspondem ao diâmetro da rede e às medidas de centralidade dos agentes. Em relação às medidas de centralidade, conforme anotaram Borgatti & Everett (1997), elas são indicadas pelo número de arestas que incidem sobre um determinado nó. Assim, ao serem observados os conjuntos de dados elaborados a partir dos registros hipotecários na praça de Belém, a quantidade de arestas incidentes em cada nó, ou seja, a quantidade de contrato que cada par de agente negocia, oferece indicações da sua proeminência.

Para utilizar essa medida são considerados o grau de saída, o grau de entrada e o grau ponderado. O primeiro corresponde ao número de clientes que determinado agente possui, enquanto o segundo ao número de credores com os quais determinado devedor negociou. O grau ponderado corresponde ao número de vezes que

determinado agente negociou no mercado. Valores majorados evidenciam alguma importância que determinado agente exerce na rede, apontando, desse modo, um papel central que não está exclusivamente relacionado ao volume de recursos negociados. Contudo, tais medidas servem de classificação para a centralidade de determinados nós, capturam apenas parcialmente a sua importância (Borba, 2013). Como explica o autor, um determinado nó pode ter medidas de grau relativamente diminutas, mas exerce papel de alguma importância na rede como um todo.⁶

Já o diâmetro indica uma medida da distância média entre quaisquer nós da rede (Recuero, 2017), informando o quanto estão distantes os 2 nós mais distantes. Nós conectados tem distância 1, sendo infinita a distância de nós desconectados. Desse modo, quanto maior esse valor, maior a complexidade da rede. Em relação ao mercado de crédito hipotecário, significa dizer que para acessar determinada fonte, um agente deve, antes, passar por tantos pontos quantos estejam representados na medida do diâmetro. Cumpre anotar, conforme Borba (2013), que para redes relativamente grandes, como se considera ser o caso da rede analisada, há possibilidade de distâncias muito curtas.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito à formação de comunidades. Na rede são formados módulos em que a densidade das ligações entre os agentes é maior do que as ligações entre eles e os demais agentes da rede. Tais módulos são detectados com o auxílio do algoritmo apri-

6 São os casos, por exemplo, de agentes que negociaram apenas uma vez no mercado, mas em contratos com valores muito elevados, e tal negociação não se vinculou a nós que apresentam medidas de centralidade elevadas da rede.

morado por Blondel et al. (2008), possibilitando a observação dos principais agrupamentos de agentes fornecedores de crédito e sua rede de clientes, a partir de onde são interpretados os principais circuitos de circulação do capital, bem como observar as relações que ocorrem na margem do sistema, sem se integrar ao núcleo da rede.

A REDE DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO EM BELÉM⁷

No dia 18 de janeiro de 1870 o senhor Manoel Coutinho Junior, comerciante que se dedicava a tocar uma taverna estabelecida na travessa de São Matheus, no centro de Belém, emprestou 2 contos de réis ao casal Manoel Caetano Rodrigues e esposa, para serem pagos em 1 ano, capitalizados a juros de 10% ao ano. Um prédio urbano na freguesia de Sant'Anna garantiu o contrato. Essa

⁷ A base empírica desta seção é composta por 3.573 registros de hipotecas inscritas nos livros 2-A, 2-C, 2-F, 2-L, 2-N e 2-O, existentes no Cartório do 1.º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Compreendem o período de janeiro de 1870 a dezembro de 1930, e, como pode ser notado, com eventuais lacunas. Os registros do livro 2-A se encerram em outubro, sendo necessário, para completar a série até o final do ano, dispor do livro 2-B. Nesse estão inscritas hipotecas para os meses finais de 1874 até fevereiro de 1880, quando iniciam os registros do livro 2-C, sendo a última inscrição em novembro de 1885. Para os registros que compreendem os meses finais de 1885 até setembro de 1896, quando iniciam as inscrições do livro 2-F, encerradas em agosto de 1899, seria fundamental a localização dos livros 2-D, 2-E e 2-G. O livro 2-L abarca o período de outubro de 1915 a junho de 1919. Com os livros 2-K e 2-M, a série seria completada até 1925, quando são iniciadas as inscrições do livro 2-N, em março daquele ano. Como pontuado anteriormente, esses livros, na ocasião da pesquisa, realizadas em julho de 2013, não foram localizados no cartório, com a justificativa de que estavam passando por processos de restauração.

inscrição marca o início da formação da rede que utilizou a hipoteca como meio de negociação de créditos na praça da capital paraense.⁸

Até meados da década de 1870, a rede agregou 817 nós, que representam os agentes da praça de Belém, sejam credores ou devedores. O núcleo da rede era composto por 9 módulos que se articulavam em 2 grandes grupos. De um lado, a clientela que girava em torno da empresa Penna & Filhos, com 71 agentes, aí incluídas instituições públicas, como a Fazenda Nacional e a Fazenda Provincial do Pará e a clientela da senhora Maria Luisa Bandeira Cabral, a mulher que mais fez empréstimos na praça de Belém. De outro, uma estrutura com 130 agentes, entre os quais o Banco Commercial do Pará, a segunda maior fonte de crédito da fase de expansão da economia da borracha, e a Câmara Municipal de Belém.

Gravitavam aquele núcleo módulos sem conexão direta com ele, nos quais figuram agentes de relativa importância, como é o caso da comunidade liderada pelo Banco Mauá & Cia., que conta com a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense e a firma de engenharia Etchegoyen & Fox, além de outros 7 agentes. Entre eles, Leonardo Augusto de Faria Neves, senhor de engenho, marido da senhora Mauriceia da Silva Malcher Neves. O casal, em 9 de outubro de 1872, hipotecou ao Banco Mauá & Cia. a fazenda Murutucu, uma propriedade de mais ou menos 3 léguas de frente para o rio Guamá, entre os igarapés Tucunduba e Uriboquina, com casas de viven-

8 Com a reforma da legislação hipotecária ocorrida em meados da década de 1860, as inscrições passaram a ser realizadas de modo sistemático. As primeiras inscrições registradas no livro 2-A, do Cartório do 1.º Serviço de Registro de Imóveis de Belém, datam do ano de 1865. Contudo, foram coletados registros a partir de 1870.

da, engenho movido a vapor para fabricação de açúcar e aguardente, serraria, instrumentos, carros, utensílios, cabeças de gado e um plantel de mais de 50 escravos.⁹ O empréstimo concedido ao casal foi de 98 contos de réis, a serem pagos em 84 meses, com juros de 10% ao ano.

Havia também outras pequenas comunidades, lideradas normalmente por um comerciante local, como é o caso da que tinha como figura central o comerciante Luis de La Roque. Entre os 3 contratos registrados tendo o comerciante como credor, chama a atenção as duas hipotecas realizadas com o casal Cyriaco Lourenço de Sousa e esposa. A primeira, inscrita no dia 22 de dezembro de 1870, teve como garantia o prédio número 59, situado na Rua das Flores. O valor negociado foi de 6,5 contos de réis, a serem pagos em 12 meses, capitalizados a juros simples de 15% ao ano. No dia 16 de janeiro de 1871, nova negociação sob as mesmas condições foi registrada por esses dois senhores, sendo que a garantia do valor de 1,5 conto de réis correspondia aos aluguéis daquele mesmo prédio na Rua das Flores.

O contrato entre Manoel Coutinho Junior e José Vicente, registrado no dia 23 de maio de 1870, foi garantido com uma casa e quartos de casa no Chafariz do Bispo e mais um terreno na estrada de São Braz. O valor do contrato foi de 1,5 conto de réis, com prazo de 3 anos para

9 A julgar pelos indicadores geográficos anotados no registro da hipoteca, a propriedade estava situada onde atualmente se encontra o *campus* da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e diversos outros órgãos governamentais, como o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, o *campus* da Embrapa Amazônia Oriental e o *campus* de pesquisa do Museu Paraense Emilio Goeldi. O igarapé Tucunduba, especificamente, corta o *campus* da UFPA.

o pagamento da dívida, correndo juros de 12% ao ano. Depois de um intervalo de 12 anos, com inscrição datada de 19 de dezembro de 1882, o mesmo senhor José Vicente negociou 4 contos de réis com Antonio Luis dos Santos, oferecendo como garantia aqueles quartos de casa, agora estando cada um deles constituído de sala, alcova, quarto, varanda e cozinha. No ano seguinte, em hipoteca datada de 3 de outubro, a transação envolvendo 3 contos de réis, tomados emprestados do carroceiro José Ferreira da Silva, foi garantida pelo terreno que o devedor possuía na travessa Dr. Moraes (outrora Chafariz do Bispo), hipotecado antes a Manoel Coutinho Junior. Agora o terreno continha 4 prédios em construção. Nos registros hipotecários, a ocupação declarada de José Vicente era a de proprietário.

As relações dentro do módulo que origina a rede, formado pela pequena clientela de Manoel Coutinho Junior, assim como no módulo ao qual pertencia Luis de La Roque, provavelmente ocorreram dentro do espectro do mercado imobiliário da capital paraense. Estes contratos sugerem que os senhores José Vicente, detentor de poses de terrenos e imóveis privados, e Cyriaco Lourenço de Sousa, igualmente possuidor de bens imóveis, solicitavam empréstimos para aplicar no mercado imobiliário, construindo prédios para obter renda com os aluguéis.

Por outro lado, no centro da rede, há relações que sugerem terem sido realizadas dentro da cadeia do aviamento, como é o caso do contrato estabelecido entre a firma Saraiva & Cia. e o senhor Heraclio Vespasiano Fiock Romano. Aquela firma comercial atuava na importação de gêneros, tinha escritório de comissões e armazém de secos e molhados, atividades sugestivas de agentes que atuavam na cadeia do aviamento. Já Fiock

Romano era um influente advogado, que chegou a exercer mandatos legislativos, detentor de posses de terras na região das ilhas, onde se principiou a exploração de borracha no Pará.

Até 1885, outros 119 agentes foram incorporados à rede, que passou então a contar com 936 nós. Uma estrutura unificada caracteriza o seu núcleo, no qual figuravam 280 nós agrupados em 12 comunidades. No interior desse núcleo se formou um circuito fechado entre os módulos liderados pelo conselheiro Nicolau Martins, pelo senhor Severino Manoel de Faria Falcão e pelo senhor Francisco Amandio de Oliveira. Esse circuito ainda estava conectado ao módulo liderado por José Custódio de Mello Freire Barata.

Nicolau Martins, assim como José Custódio de Mello Freire Barata, eram membros da alta sociedade amazônica. Ocuparam cargos públicos e em companhias privadas, especialmente na Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, onde dividiram funções na diretoria da empresa.

Dos registros hipotecários compulsados, Nicolau Martins é o credor individual que possuía a maior clientela do período, com um total de 49 devedores de 61 hipotecas. O advogado e capitalista José Custódio de Mello Freire Barata desempenhou ainda função de juiz de direito, foi deputado e professor da cadeira de história do Lyceu Paraense. Entre os devedores do capitalista Nicolau Martins estava o advogado Joaquim Victorino de Sousa Cabral, que havia sido diretor da Caixa Filial do Banco do Brasil no Pará na década de 1850, exerceu mandato legislativo e dedicou-se a exploração de jazidas minerais situadas no município de Óbidos, Pará. Contava ainda com casas aviadoras, como a de Silva Castro &

Pereira e Barreiros & Irmão. Já os capitalistas Severino Manoel Falcão e Francisco Amandio de Oliveira eram negociantes da praça de Belém, sendo Francisco Amandio de Oliveira um aviador que negociava créditos hipotecários com seringalistas e comerciantes dos altos rios amazônicos.¹⁰

Fazem parte desse núcleo ainda as comunidades lideradas pelo capitalista Luis Francisco de Amorim, pelo escritório de comissões da firma comercial Faria & Barbosa, consignatários da firma de transporte transatlântico *Booth Steam Ship Company*, com sede em Liverpool, pelo proprietário José Joaquim Ferreira, pela firma comercial Almeida, Irmão & Cia., dedicada à navegação fluvial, pelo comerciante José Ferreira Mattosinhos, pelo negociante Joaquim Henriques Vidigal, taberneiro dedicado ao ramo de bebidas a retalho, além do Banco Comercial do Pará e da Fazenda Provincial do Pará. Note-se que a maior parte desses agentes exerce alguma função comercial, sendo importantes provedores de crédito no período inicial do auge da atividade gomífera. Alguns deles, negociando dentro da cadeia do aviamento.

Na fase mediana do auge, a rede se manteve relativamente estável em relação ao número de agentes, en-

10 Apesar de Francisco Amandio de Oliveira ter se identificado como proprietário nos registros hipotecários, o cruzamento com outras fontes documentais possibilitou identificá-lo como aviador. Como exemplo, a série de avisos publicados, a pedido do negociante, no periódico *Diário de Notícias*, que circulava na praça da capital paraense, nas edições de número 197, 198, 199, 200 e 201, nos quais informava ao público geral que o senhor Amancio Antonio de Oliveira, comerciante no rio Purus, era “possuidor de *varios* bens [...] *seringaes*, uma casa de telha e 10 *vaccas* [...] sujeitos á uma *hypoteca*, para garantia de *importancias*” que o finado e sua esposa, a senhora Mathilde Maria Pereira, havia contratado com o aviador.

tão composta por 935 nós, permanecendo, seu núcleo, constituído de um bloco de 12 comunidades integradas, no qual se encontravam 350 agentes. As maiores delas eram lideradas por instituições financeiras, nomeadamente a Sociedade de Crédito Popular, com 183 hipotecas negociadas com 141 agentes, o Banco do Pará, que negociou 49 hipotecas com 45 clientes, e o Banco Commercial do Pará, credor de 35 contratos negociados com 33 clientes.

A comunidade liderada pela Sociedade de Crédito Popular, com 141 agentes, era a grande provedora do crédito hipotecário na praça de Belém na etapa mediana do auge gomífero. Esse banco, constituído em 1891 com capital de 300 contos de réis, chegou a integralizar o capital de mil contos de réis ao final do século XIX, e em 1911, já no período crítico da economia da borracha, chegou a fazer hipotecas no valor total de 1,08 mil contos de réis, quando seu capital era de 3 mil contos de réis (Caccavoni, 1899; Lloyd, 1913). Individualmente, era o agente que possuía a maior clientela de todo o mercado hipotecário de Belém. Constituíam-se como fonte de recursos para 8 comunidades distintas, integrantes do núcleo, e formava, com as comunidades lideradas pelo Banco Commercial do Pará, pelo conselheiro Nicolau Martins e pelo senhor Antonio Vieira dos Santos, comerciante dedicado ao ramo das joias, um circuito fechado, por onde circulava o crédito. Essas 4 comunidades congregavam 235 agentes.

Em ordem de tamanho, as demais comunidades do núcleo eram lideradas pela Sociedade de Seguros Garantia da Amazônia, companhia de seguros sobre a vida fundada em 1897, que ficou mundialmente conhecida por ter realizado, no primeiro ano de sua existência, negócios que somavam mais de 20 mil contos de réis, e na

década seguinte abriu escritórios do Rio de Janeiro e em Pernambuco (Caccavoni, 1899; Lloyd, 1913), pela firma comercial Penna & Filhos, pelo advogado Augusto Cesar de Moura Palha, pelo industrial Antonio Ramos de Oliveira, pela proprietária Jacundina Adélia de Miranda Corrêa, pelo despachante Lourenço Evangelista de Paula e pelo proprietário Emeliano Pereira da Silveira Frade. Novamente, a maior parte desses agentes desempenhava funções comerciais.

Note-se que a comunidade que tinha como principal agente o Banco de Belém do Pará, composta de 19 agentes, não se conecta a esse núcleo, apesar de gravitar próximo a ele. O mesmo ocorre com a comunidade do engenheiro Dr. João Antonio Luiz Coelho, empregado público que mais tarde governou o estado do Pará, quando sucedeu Augusto Montenegro, nos últimos anos do auge da extração de borracha. Por outro lado, há comunidades diminutas, atraídas para o núcleo por apenas uma ligação. Esse é o caso da clientela da senhora Jacundina Adélia de Miranda Corrêa, proprietária de imóveis domiciliada na freguesia de Nazaré, que foi atraída para o núcleo em função da rede de relações da senhora Elvira da Victoria Lima, também cliente da Sociedade de Crédito Popular. Formadas basicamente por agentes que se declaravam proprietários e ocorrendo uma única vez, as transações dentro dessas pequenas comunidades, normalmente lideradas por um comerciante local, também sugerem fazer parte do espectro do mercado imobiliário da capital paraense.

Gravitando na periferia do sistema apareceram, mais uma vez, as comunidades formadas em torno de um comerciante local. Assim figuram as clientelas do comerciante Rodrigo Vieira Soares, abastecedor do mercado da

capital a partir da importação de gêneros da Europa, e da firma comercial de Silva Cunha & Cia., que negociava borracha com as casas exportadoras da praça de Belém, atividades características dos agentes negociantes da cadeia do aviamento.

Na primeira década do século XX o mercado hipotecário sofreu uma retração. Até o final da década de 1910, com a profunda crise em que havia ingressado a economia da borracha, em função dos excelentes resultados com as plantações da *hevea* na Ásia tropical, a rede havia perdido em torno de 160 agentes em relação ao período do auge, contando então com apenas 774 nós, ainda menos que a fase final da expansão, quando a rede tinha 817 agentes.

O núcleo voltou a ser composto por 9 comunidades articuladas em torno de 2 grandes grupos. De um lado, as comunidades lideradas pelo capitalista José Augusto Corrêa, que outrora ostentou o título de Barão de Augusto Corrêa, pelo Banco Commercial do Pará, pelo fazendeiro Romão Amoedo e pelo comerciante José Julio de Andrade, totalizando 96 nós. Do outro, 104 nós onde figuravam as comunidades em torno do advogado Dr. Eurico de Freitas Valle e dos atuantes no comércio Alfredo de Souza Lima, Raymundo Marcellino da Silva Bahia, Luiz Domingues da Silva e Amaro Rio.

Cumpre anotar que a companhia de seguros Garantia da Amazônia, outrora uma fonte de financiamento, passou a ser financiada, integrando assim a clientela que gravitava em torno do capitalista José Augusto Corrêa, comendador e abastado comerciante da praça da capital paraense que já havia feito parte do corpo diretivo daquela companhia, do corpo diretivo da Junta Comercial do Pará, do Banco de Belém e de outra companhia de

seguros. O Banco Commercial do Pará se mantém uma fonte importante de recursos, enquanto outros agentes de relevo negociam na zona intermediária entre o núcleo e a periferia, como a comunidade que tinha como principal fonte o Banco do Pará, outrora integrante do núcleo da rede.

Nessa fase, há maior número de bancos atuando no mercado hipotecário. Além do Banco Commercial do Pará, integrante do núcleo, o Banco do Pará, que não manteve relações dentro dele, mas gravitava sua órbita. Do mesmo modo se comportavam as comunidades às quais pertenciam os portugueses *Banco Nacional Ultramarino* e *Banco de Portugal*, o inglês *London and River Plate Bank*, além do Banco do Brasil, sendo esses três últimos credores em apenas um contrato cada, e outro português em dois. Ocorreram também na zona periférica do sistema o lançamento das debêntures da companhia americana *Moju Rubber Plantation and Development Company*.

Duas operações, realizadas dentro da comunidade à qual pertencia o *Banco Nacional Ultramarino*, chamam a atenção. No dia 25 de maio de 1916, o comerciante Arthur Pires Teixeira, sócio do escritório de comissões e consignações Pires Teixeira & Cia., havia contratado, com o também comerciante Antonio José Luiz da Silva, igualmente aplicado ao ramo de comissões e consignações, um crédito de 90 contos de réis, a serem pagos em 2 anos, com prêmio de 12% ao ano, garantido com diversos imóveis em Belém e na vila do Mosqueiro. Já em 13 de agosto de 1918, o senhor Arthur Pires Teixeira, contratou, com inscrição de hipoteca e penhor, a importância de 100 contos de réis com aquele banco português, sob condições bem razoáveis. O pagamento dessa dívida, garantido por diversos imóveis situados na ilha do Mosqueiro, deveria

ser realizado “logo que o devedor tenha solvido seus *debitos*”,¹¹ não sendo cobrados juros. Os dados dessas inscrições sugerem que o comerciante não conseguiu quitar os débitos contraídos na praça, provavelmente em função do significativo decréscimo das exportações de borracha no período (31,5 mil toneladas em 1916, 22,6 mil toneladas em 1918). Desse modo, para não perder seus imóveis pela execução da hipoteca, solicitou novo empréstimo, provavelmente pago, pois os resultados com as exportações de borracha no ano seguinte foram muito favoráveis em razão de uma ligeira elevação do preço e do resultado das exportações.

Nas duas primeiras décadas do século XX as exportações de borracha realizaram uma trajetória parabólica, saindo das 24 mil toneladas em 1900, passando pelo ponto máximo em 1912, quando foram exportadas 42 mil toneladas, e retraindo-se ao patamar das 23,5 mil toneladas exportadas no ano de 1920. Na primeira metade da década de 1920, as exportações médias se situaram na casa das 19 mil toneladas, e apesar dos resultados relativamente satisfatórios entre os anos de 1925 e 1927, quando se exportou uma média de 24 mil toneladas, a média da década ficou no patamar das 20 mil toneladas.

O mercado hipotecário, por outro lado, voltou a crescer, e a rede, nos anos que antecederam a crise econômica que abalou o mundo em 1929, ganhou 267 novos agentes em relação ao período anterior, ou pouco mais de 100 em relação ao período do auge gomífero, passando a contar com 1.041 nós. As características da rede também

11 Termos literais constantes da inscrição da hipoteca registrada no livro 2-L, folha 226. Cartório do 1.º Serviço de Registro de Imóveis de Belém.

se apresentaram semelhantes ao período do auge, estando o núcleo unificado, mas contando com 14 comunidades que congregavam 404 agentes. A complexidade das relações aumenta, tendo diversos circuitos fechados por onde o crédito circulava.

Entre as comunidades que compõem o núcleo, duas delas são formadas por 39 agentes cada. Uma conta com o banco inglês *Bank of London and South America Limited*, o Banco de Crédito Popular (antes denominado Sociedade de Crédito Popular), as casas exportadoras *Sann- ders & Davids* e *Higson & Brooks* e o capitalista José Augusto Corrêa. A outra, com o *Banco Nacional Ultra- marino* e o Banco do Brasil, era liderada pelo comerciante Raymundo Affonso Filho. As comunidades lideradas pelo comerciante Manoel de Pinho Campos Nogueira, pelo capitalista José Cordeiro Vieira (major) e pelo comerciante José Julio de Andrade, contam 33 agentes, cada. O Banco Commercial do Pará e o Banco do Pará fazem parte da mesma comunidade, com aquele na liderança.

Como nos períodos anteriores, orbitam esse núcleo pequenas comunidades com no máximo 7 integrantes. Fazem parte dessas comunidades a empresa de navegação *Amazon River Steam Navigation Company Limited*, a *Booth & Company Limited* e a *Para Electric Railways and Lighting Company Limited*, todas de capital inglês, além da americana *Standard Oil Company of Brasil*, e diversos comerciantes locais, credores em poucas, às vezes apenas uma única operação. Nessa zona periférica também ocorreu o lançamento das debêntures da Companhia Paraense de Plantações de Borracha, empresa organizada pelo capitalista Francisco Chamié, com unidades de beneficiamento na vila do Pinheiro, atual distrito de Icoaraci, e na Ilha das Onças.

DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS DA REDE DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO¹²

Após descrever as características de sua formação e evolução, a discussão aprofunda os indicadores anteriormente pontuados, utilizando a terminologia da análise de rede baseada em grafos. Como já anotado, o número de clientes que cada agente possui oferece a noção de sua proeminência, ou importância, na rede, indicando que exerce alguma centralidade. Essa centralidade foi medida de acordo com a clientela e com o número de contratos negociados por cada agente. Os graus de saída e de entrada indicam a quantidade de pessoas (físicas ou jurídicas) que cada agente negocia. O grau de saída se refere ao credor e o grau de entrada ao devedor. Assim, quanto maior o grau de saída, maior a clientela do agente. Quanto maior o grau de entrada, maior a quantidade de credores que determinado devedor possui. Já o grau ponderado indica a quantidade de vezes que cada agente se relacionou no mercado. O diâmetro da rede indica sua complexidade, que é reforçada pelo número de comunidades existentes nas redes.

12 Este trabalho foi elaborado a partir da reunião de estratos do doutorado do autor, sob orientação do professor doutor Fábio Silva e coorientação do professor doutor Renato Marcondes. As análises realizadas na presente sessão levam em consideração 2.752 inscrições, em vez das 3.573 da sessão anterior. Como a tese fez uma abordagem comparada dos mercados de crédito hipotecário de Belém e São Paulo, os dados correspondentes a essa última cidade abrangiam o intervalo de 1870 a 1920. Assim, o último período, 1925-1930, não foi incluído.

*Quanto às medidas de centralidade:
grau de saída e grau de entrada*

Em Belém, dos 4.223 agentes, 61,1% apresentaram grau de saída 0, o que indica que se colocaram na rede apenas como devedores. De outro lado, uma fração pouco maior que um terço apresentou grau de entrada 0, ou seja, 36,7% dos agentes não solicitou empréstimo algum, colocando-se apenas na condição de credores (tabela 1).

Outros 28,2% foram credores de apenas 1 cliente e 8,3% entre 2 e 4. Os que apresentaram graus de saída entre 5 e 10, credores de 5 até 10 clientes, perfazem apenas 1,6%. Somente 32 agentes (0,8%) emprestaram para mais de 10 clientes. Já em relação ao grau de entrada, mais da metade (52,05%) negociou com apenas um credor. Os que deviam entre 2 e 4 credores correspondem a 10,9% dos agentes. Eram 14 os agentes com grau de entrada entre 5 e 10, sendo 13 com grau 5 e apenas 1 com grau 6. Mais que isso, apenas 1 agente, devedor de 11 empréstimos.

Tabela 1. Estratificação quanto aos graus de saída e de entrada na rede de Belém

Extrato	Grau de Saída (%)	Grau de Entrada (%)
0	61,1	36,7
1	28,2	52,05
2 - 4	8,3	10,9
5 - 10	1,6	0,33
11+	0,8	0,02
Total	100	100

Fonte: Livros 2, Cartório do 1.º Serviço do Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados. Elaboração do autor.

O maior credor da praça de Belém era a Sociedade de Crédito Popular, cujo grau de saída foi de 144. Revelaram-se importantes credores em relação ao número de clientes o Banco Commercial do Pará e o Banco do Pará, marcando, os indicadores, valores de 87 e 64, respectivamente. Entre os 5 agentes com maior grau de saída, figuram 2 credores particulares. Um deles era o conselheiro Nicolau Martins, capitalista declarado, e o comerciante Raymundo Affonso Filho. Do lado dos devedores, o destaque cabe ao senhor Francisco Manoel Gomes, outrora capataz do mercado público de Belém, tornou-se proprietário de imóveis, frequentemente utilizado para obter créditos por meio de hipotecas e investir no mercado imobiliário, além de tocar o estabelecimento Voluntário da Pátria, mercearia localizada na Estrada de São Jeronymo. Era o maior devedor da praça belenense, com grau de entrada 11.

De um modo genérico, a tabela 1 apresenta, de um lado, um pequeno grupo privilegiado, com poder financeiro e prestígio, e de outro, uma maioria de agentes que, a despeito de não dispor de grandes somas de capital, gozava de prestígio e da confiança de credores locais e mesmo internacionais para fazer negócios. Quem são esses credores?

Os maiores credores da rede

Há que se notar que a maior parte dos agentes centrais da rede atuava no departamento comercial, disponibilizando e fazendo girar frações do capital mercantil, em alguns casos acumulados a partir das atividades nos seringais. Entre os 10 maiores credores da rede em Belém há representantes das instituições financeiras, dos

dedicados ao comércio, dos capitalistas e dos proprietários (tabela 2).

Tabela 2. Os 10 maiores credores, em relação à clientela, da rede de Belém

Nome	Ocupação	Grau de Saída ^a	Grau Ponderado de Saída ^b
Sociedade de Crédito Popular	Instituição financeira	144	183
Banco Commercial do Pará	Banco	87	98
Banco do Pará	Banco	64	70
Nicolau Martins	Capitalista	49	61
Raymundo Affonso Filho	Comerciante	29	34
José Cordeiro Vieira (major)	Capitalista	25	27
Penna & Filhos	Comerciante	24	27
José Julio de Andrade	Comerciante	24	24
Zeferino Oliveira de Araújo	Proprietário	23	23
Alfredo de Souza Lima	Comerciante	21	25

^a Equivale ao número de clientes com os quais se negociou.

^b Equivale ao número de hipotecas registradas.

Fonte: Livros 2, Cartório do 1.º Serviço do Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados. Elaboração do autor.

A Sociedade de Crédito Popular (depois denominada Banco de Crédito Popular), o Banco Commercial do Pará e o Banco do Pará estão incluídos na primeira das categorias; os dedicados ao comércio eram os senhores Raymundo Affonso Filho, José Julio de Andrade e

Alfredo de Souza Lima, além da firma comercial Penna & Filhos; os capitalistas eram representados pelo conselheiro Nicolau Martins e pelo senhor José Cordeiro Vieira (major); por último, o proprietário Zeferino Oliveira de Araújo encerra o grupo.¹³ Note-se que nenhum agente do capital internacional se posicionou como integrante do grupo com as maiores clientelas, ainda que fossem fontes provedoras de crédito hipotecário em Belém.

Há que se registrar, ainda, que, apesar de se caracterizar como um mercado dominado pelas figuras masculinas além das pessoas jurídicas, uma mulher se destaca entre os principais credores da praça de Belém. Trata-se da senhora Maria Luisa Bandeira Cabral. Senhora escrivista, proprietária, domiciliada na freguesia da Trindade, com estreitos vínculos com a igreja Católica, integrava a alta sociedade belenense. Devota de Santa Luzia, foi, em sucessivas oportunidades, mordoma da festividade em homenagem à virgem mártir, comemorada na ermida de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira de Belém. Também associada do Club Paraense de Regatas, era casada com Joaquim Victorino de Souza Cabral (major), oficial reformado da infantaria da guarda nacional, e que também integrou a diretoria da Caixa Filial do Banco do Brasil em Belém.

A referida senhora encabeçou 17 contratos como credora, sendo 1 em 1870, 8 em 1873 e 8 no ano seguinte, com uma clientela variada. No total, os 17 contratos puseram em circulação um montante de 79,6 contos de

13 Não foi possível obter, mesmo por meio do cruzamento com outras fontes documentais, uma característica diferenciada para o senhor Zeferino Oliveira de Araújo, declarado proprietário nas 23 hipotecas nas quais foi credor.

réis, sendo 17,05 contos no empréstimo de 1870, outros 37,5 contos no ano de 1873 e os demais 25,05 contos em 1874. O contrato registrado no ano de 1870, a credora é qualificada apenas como esposa do senhor Joaquim Victorino de Souza Cabral (major). O empréstimo de 17,05 contos de réis foi feito ao casal Raimundo Brito Gomes de Sousa (tenente coronel) e sua esposa, a senhora Angelica Augusta Gomes de Sousa, e garantido com o Engenho Jaguarary, localizado em Mojú. Tal transação foi escriturada em 26 de outubro de 1866 e ratificada em 24 de outubro de 1870. Registrada na folha 134 do livro 2-A, na data de 30 de dezembro de 1870, cobrava juros de 12% ao ano para pagamento em 18 meses. Note-se que a dívida foi assumida ainda no ano de 1866. Ao que parece, até o ano de 1874 o empréstimo não havia sido honrado, pois o mesmo estabelecimento, bem como as terras pertencentes e todas as benfeitorias nele existentes, foi novamente hipotecado para a garantia daqueles 17,05 contos de réis, empenhando-se a quantia de 2 contos de réis na nova transação, mas sem que fosse fixado prazo para pagamento, cobrando os mesmos 12% anuais de juros. Nos demais contratos, a senhora cobrava juros médios da ordem de 15% ao ano por um prazo médio de 16,7 meses, variando entre contratos que cobravam 10% para serem pagos em 36 meses, até aqueles em que dentro de 6 meses eram cobrados juros de 18% ao ano, taxa mais frequente em seus contratos.

No período de seis décadas de evolução da rede, os provedores de crédito se sucederam em importância relativa¹⁴ ao longo do tempo. No período final da expansão

¹⁴ Tal importância está referida ao número de contratos em que os agentes se colocaram como credores. Quanto maior o número de

da economia da borracha, o principal provedor do crédito hipotecário, considerando a clientela e o número de contratos realizados era a firma comercial Penna & Filhos. As 19 hipotecas encabeçadas pela firma foram negociadas contra 17 clientes, todos pessoas físicas. Nos contratos, cobrava juros que variavam entre 12% e 18% anuais, estipulando prazos entre 6 e 48 meses, tendo uma atuação mais destacada nos anos de 1870, quando foi credor de 8 hipotecas, nas quais emprestou 39,2 contos de réis, o que equivale a 9,6% do valor das hipotecas negociadas naquele ano, e em 1874, quando dos 35,9 contos réis emprestados em 4 contratos, 25,5 contos de réis serviram ao empreiteiro de obras João Francisco Fernandes.

Na fase inicial do auge, a maior clientela pertencia ao conselheiro Nicolau Martins, que com 25 clientes, era credor de 35 hipotecas, 11 delas inscritas no ano de 1884 e outras 17 no ano seguinte. A maior parte de sua clientela era formada de pessoas físicas, que pagavam juros entre 12% e 18% ao ano, sendo essa a taxa usual cobrada pelo credor, em contratos cujos prazos variavam entre 2 e 36 meses, mas preferencialmente dentro de 12 meses. Destaque-se, como cliente de Nicolau Martins, o

contratos, maior sua importância, pois demonstra a capacidade de pulverização de recursos na economia em que atua. Por outro lado, há casos em que o valor disponibilizado por esse conjunto de contratos não chega a empatar empréstimos únicos, com valores muito elevados. Em Belém, tem-se, por exemplo, o caso do lançamento de debêntures com garantia de hipoteca feita pela Companhia Paraense de Plantações de Borracha S/A, uma transação de 3,2 mil contos de réis. Ou nos casos em que um conjunto de bancos, nacionais e internacionais, atuantes na praça paraense, casas bancárias locais e outros importantes capitalistas se reuniram para emprestar o capital de 2,6 mil contos de réis à Companhia Estrada de Ferro Paraense, e 1,7 mil contos de réis ao abastado comerciante e pecuarista Augusto Dacier Lobato.

senhor Joaquim Victorino de Sousa Cabral (major), esposo da senhora Maria Luisa Bandeira Cabral, devedor de 82,8 contos de réis. Note-se que o casal esteve em posições distintas na rede. Apesar de ter realizado empréstimos na década de 1870, o referido senhor aparece como destacado devedor, enquanto a sua esposa era uma destacada credora.

A Sociedade de Crédito Popular, credora de 183 hipotecas, negociou com 144 clientes, colocando-se como a principal fonte de recursos do mercado hipotecário na fase mediana do auge gomífero. Foi no ano de 1898 que realizou o maior número de contratos, 74 no total, negociando recursos da ordem de 511,4 contos de réis, ou 9,7% do que foi negociado naquele ano. Com juros médios situados no patamar dos 15% anuais e prazos médios em torno de 18 meses, tinha sua maior clientela entre os declarados proprietários e os comerciantes. Apesar de reter a maior clientela, o principal provedor, em relação ao montante, foi o Banco Commercial do Pará, que despejou, em 13 contratos, 1.119 contos de réis naquele ano de 1898.

Na fase de crise da economia da borracha, o Banco Commercial do Pará assumiu a liderança, negociando 25 hipotecas com 23 clientes. O banco, constituído em 1869, só não negociou recursos nos anos de 1870, 1925 e 1930. O maior número de contratos foi realizado no ano de 1918, quando emprestou recursos equivalentes a pouco mais de um quinto do total negociado naquele ano. Cobrava juros médios na casa dos 12% anuais, praticando prazos médios em torno de 15 meses. A maior parte de seus clientes, na fase comentada, eram as pessoas físicas, destacando-se os declarados comerciantes, além dos proprietários.

Na segunda metade da década de 1920, quando a economia da Amazônia atravessava uma fase de reestruturação, o comerciante Raymundo Affonso Filho era o detentor do maior número de contratos, mas em relação à clientela, o capitalista José Cordeiro Vieira era o mais importante. Apesar de ter realizado maior número de contratos em 1929, quando negociou 209 contos de réis em 8 contratos, o destaque de sua participação pode ser dado a sua atuação no ano anterior, quando emprestou recursos da ordem de 7,6% do total negociado, encabeçando 6 hipotecas, nas quais distribuiu 243 contos de réis. Os juros médios estipulados giravam em torno dos 14% anuais, em prazos que variavam de 6 a 48 meses, mas usualmente 12 meses.

Observe-se que a rede evoluiu de modo a retomar o caráter personalista dos empréstimos, pois as firmas cederam espaço aos agentes do comércio local. Essa hipótese é reforçada se a importância desses agentes centrais for avaliada a partir do percentual do valor total das hipotecas que cada agente negocia por período.

Na fase final da expansão gomífera, o Banco Comercial do Pará chegou a emprestar quase um terço dos valores negociados no mercado hipotecário de Belém, tendo também na firma comercial Penna & Filhos um importante manancial. Aquele banco permaneceu como principal fonte provedora até o final da Primeira Guerra, dando ainda suporte a esse mercado na fase de reestruturação econômica da economia paraense. Note-se que há um crescimento expressivo da participação das instituições financeiras no auge do crédito hipotecário, ao final do século XIX, quando o mercado ganhou o reforço do Banco do Pará, maior provedor da fase mediana do auge gomífero, e da Sociedade de Crédito Popular, que detinha

a maior clientela da rede. Nessa fase, o capital bancário nacional chegou a emprestar quase 60% do montante negociado no mercado hipotecário.

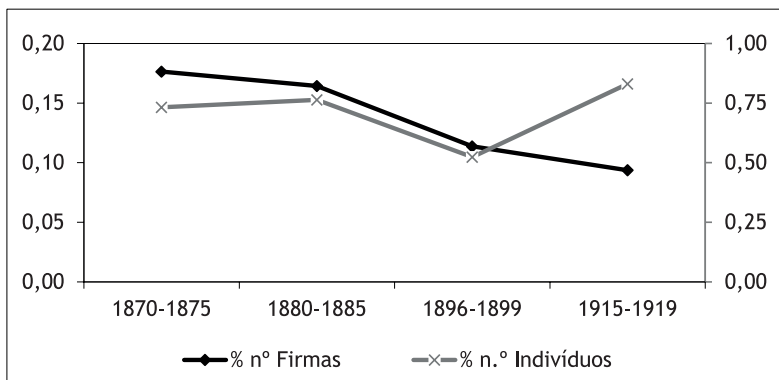
Contudo, credores individuais, como o conselheiro Nicolau Martins, ou o senhor Ernest W. Schramm, capitalista que atuava em diversos ramos de negócios, desde a participação acionária em empresas de serviços urbanos, proprietário do armazém importador E. Schramm & Cia., até a participação como um dos sócios comandatários da casa exportadora que girava na praça de Belém com a firma Prussineli, Prüsse & Cia., e na de Manaus como Prüsse, Prussineli & Cia., assumiram importância até o final da crise da economia da borracha. Na fase de reestruturação, os credores individuais assumiram a liderança, evidenciando uma fase de “intercâmbio personalizado” (North, 1995), embora o Banco do Pará ainda permanecesse ativo e se colocasse como a segunda maior fonte de crédito. Nessa fase, a complexidade e o tamanho do mercado inviabilizavam as relações pessoais *stricto sensu*, mas a assimetria de informações privilegiava as relações que se estruturavam em ambientes institucionais nos quais a confiança mútua garantia o mínimo de incerteza e o cumprimento dos termos contratuais.

Como último recurso para explicar a evolução institucional do mercado hipotecário na praças de Belém, vejam-se os gráficos 1 e 2. Neles estão representadas as participações das firmas,¹⁵ agentes que atuavam, de um

15 Os bancos não estão representados. Contudo, se incluídos na análise, não alteram a tendência geral apresentada pelas curvas, apenas suavizando suas inclinações. Em Belém, a presença marcante desses agentes ocorre nas décadas de 1880 e 1890.

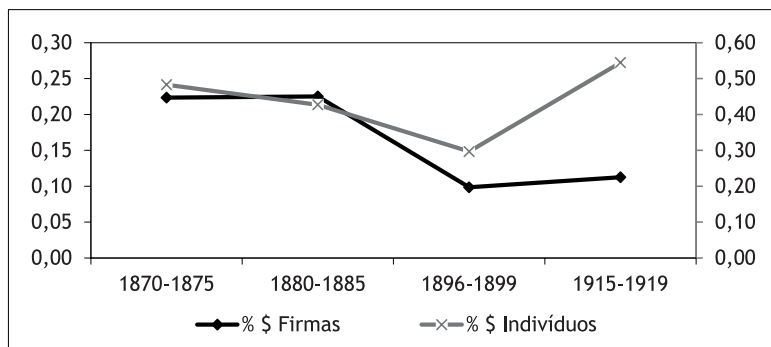
modo geral, na esfera comercial daquelas praças, e os indivíduos.

Gráfico 1. Participação relativa ao número de contratos encabeçados por firmas e indivíduos no mercado hipotecário de Belém



Fonte: Livros 2, Cartório do 1.º Serviço do Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados. Elaboração dos autores.

Gráfico 2. Participação relativa ao valor anual negociado por firmas e indivíduos no mercado hipotecário de Belém



Fonte: Livros 2, Cartório do 1.º Serviço do Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados. Elaboração dos autores.

É notável o decréscimo da participação relativa dos agentes que negociavam por meio de empresas na praça da capital paraense, tanto em relação ao número de contratos quanto aos montantes ofertados. Em contraste, o comportamento dos indivíduos segue em direção oposta, aumentando a participação ao longo do período. Desse modo, os dados revelam, novamente, a evolução do mercado hipotecário de forma a reforçar instituições características de um intercâmbio do tipo “cliente personalizado”.

Das condições dos empréstimos praticadas pelas categorias que os maiores credores representam

A análise deste quesito toma como base as ocupações declaradas dos agentes centrais. Em Belém, os principais segmentos a serem analisados corresponderam, portanto, às instituições financeiras, capitalistas, comerciantes e proprietários. Consideradas tais ocupações, os dados revelam distinções nas condições praticadas por segmento de mercado. Aos agentes individuais primeiro.

Os proprietários, ocupação mais frequentemente declarada nos registros hipotecários, apresentaram alguma relevância no mercado da capital paraense no início do auge gomífero e nos anos finais da crise da borracha, em meio ao conflito mundial. Exceto quando diminuíram sua participação, na última década do século XIX, os proprietários paraenses cobraram juros girando em torno de 14% anuais. O prazo médio para a quitação das dívidas esteve em torno de 1,25 ano.

Os negociantes tenderam a facilitar as condições praticadas nos empréstimos ao longo do tempo. A quitação das dívidas contraídas nesses agentes partiram de

um prazo médio pouco superior a 12 meses na década de 1870 e se ampliaram a pouco mais de 2 anos ao final do século XIX, enquanto os juros caíram do patamar médio em torno de 15% ao ano no período final da expansão da economia da borracha, para cerca de 11% ao ano ao final do século XIX. Apesar da melhoria das condições dos empréstimos, esses agentes foram diminuindo suas participações ao longo do tempo. Relativamente aos montantes negociados, os negociantes belenenses detinham uma fatia em torno de 35% do mercado no ano de 1870. Deixaram de atuar ao final do século XIX, não encabeçando nenhum contrato entre 1915 e 1919.

A saída progressiva dos negociantes do mercado de crédito hipotecário da praça de Belém foi acompanhada do incremento da participação dos comerciantes. Esses agentes, quando os negociantes não mais atuavam, detinham uma fatia relativa a quase metade do mercado nos anos belicosos da segunda metade da década de 1910. Como era de se esperar, a circulação do capital disponibilizado pelos comerciantes de Belém tinha um prazo relativamente curto. Em média 1 ano na década de 1870, elevando-se a 1,25 ano na década seguinte, chegou a atingir 2 anos em 1896, mas manteve-se próximo aos 18 meses até o final do século XIX e nos anos finais da crise da borracha. Os juros anuais cobrados caíram do patamar médio de 14% para 12% entre os anos de 1870 e 1885, reduziram-se ainda mais ao final do século, chegando a 10,8% e se elevaram à marca dos 13% entre os anos de 1915 e 1919.

O segmento do mercado dominado pelos capitalistas apresenta comportamento relativamente estável, mantendo uma fatia média de 5% do mercado. Os empréstimos encabeçados por esses agentes revelaram uma

tendência declinante em relação ao número de contratos enquanto a tendência relativa aos valores anualmente transacionados se mostrou em ascensão. Em relação aos juros, exigiam prêmios próximos a 17% ao ano, diminuídos a 16% na década seguinte, até cobrarem 12% anuais no auge gomífero, taxa média mantida até 1919. Não somente o rebaixamento dos juros, mas a ampliação dos prazos também contribuiu para melhorar as condições dos empréstimos hipotecários, embora nunca tenham sido superiores a 2,25 anos.

Por fim, cumpre pontuar as condições praticadas pelas instituições financeiras. As instituições de capital nacional, atuantes no mercado hipotecário de Belém desde a década de 1870, tiveram um crescimento expressivo a partir dos anos de 1880, com o auge ao final do século XIX, quando iniciaram um movimento de retração de sua participação. Tal retração foi acompanhada pela ampliação da atuação de instituições financeiras internacionais. Ao longo do tempo, as condições gerais tenderam a piorar, especialmente pela elevação dos juros. Os prazos foram progressivamente ampliados até a primeira metade da década de 1880, mas tenderam a diminuir ao final do século XIX.

Na praça de Belém apenas 11 bancos atuaram no mercado hipotecário entre 1870 e 1919, dos quais 4 eram estrangeiros, sendo 2 de Portugal e 2 da Inglaterra. No período, os bancos nacionais foram responsáveis por ofertar, em média, um quinto dos recursos ali negociados por meio de hipotecas. Iniciaram sua participação em 1871, já disponibilizando quase dois quintos do montante negociado naquele ano. O auge da participação bancária ocorreu nos anos finais do século XIX, quando as instituições financeiras de capital nacional emprestaram metade

dos recursos negociados. Foi também nesse período que as melhores condições foram praticadas nos contratos, com prazos médios próximos a 2 anos e juros médios no patamar dos 10% anuais. Apesar disso, os prazos seguiam uma tendência de encurtamento, chegando ao ano de 1919 na marca dos 12 meses, e os juros uma tendência de elevação, sendo cobrados, naquele ano, em média 12% anuais. Tais condições evidenciam uma piora nas condições para os empréstimos hipotecários negociados com os bancos nacionais. No período, apenas 6 registros de hipotecas foram encabeçados por bancos internacionais, sendo 3 por bancos de capital inglês e 3 pelos de capital português, não sendo registradas as condições dos contratos. O *London and River Plate Bank Limited* realizou 2 empréstimos, e o *English Bank of Rio de Janeiro Limited* realizou 1. O *Banco de Portugal* realizou 1 empréstimo e o *Banco Nacional Ultramarino* outros 2, sendo que em apenas 1 deles foi registrado o prazo de 5 anos e juros de 12% anuais. Entretanto, cabe pontuar que esses contratos não chegaram a representar percentuais de relevo, mas os 2 empréstimos realizados pelo *Banco Nacional Ultramarino*, registrados em 1918, chegaram a representar 5,5% do montante negociado naquele ano.

Quanto às medidas de diâmetro das redes

Ao longo do período analisado, a rede de crédito hipotecário em Belém se expandiu e incorporou novos agentes. Na década de 1870, havia 817 agentes, passando a 936 até a primeira metade da década seguinte, mantendo-se assim até o final do século XIX. Uma contração ocorreu até o final da década de 1910, quando a rede chegou a ter 714 agentes, passando a contar com 1.041 até

o final da década de 1920. A complexidade das relações aumenta, mas durante todo o intervalo de tempo seu diâmetro apresentou um valor de 2, o que significa que apenas 1 nó separava os nós mais distantes da rede.

A interpretação para o diâmetro de valor 2 indica que qualquer devedor da rede que quisesse acessar alguma fonte de crédito, deveria, antes, obter informações com algum agente a respeito de credores com quem eventualmente poderia negociar créditos hipotecários. Ou seja, para acessar uma fonte de crédito no mercado hipotecário, qualquer agente deveria, antes, conhecer algum agente tomador e obter dele informações sobre as prováveis fontes de oferta de crédito. De outro lado, caso algum agente quisesse ofertar, deveria fazer o anúncio para agentes que já integravam a rede, para que dentro das comunidades a informação circulasse e a demanda emergisse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da rede evidenciou que os registros de hipotecas, fontes documentais com grande riqueza de dados, quando submetidos a uma análise mais detalhada, acompanhada pelo cruzamento de dados disponíveis em outras fontes, oferecem amplas possibilidades para a observação das interações entre os agentes do mercado crédito. Assim, foram analisados dados especificamente referidos à principal praça da economia da borracha.

Se por um lado aquela não pode ser explorada em sua totalidade pela literatura mais recente, percebeu-se que a estratégia de fazer o cruzamento dos dados dos registros e buscar interpretações com base nas técnicas da

análise de redes sociais resulta na construção de indicadores relevantes e consistentes para identificar o lugar que os agentes ocupavam no mercado hipotecário de Belém. Outrossim, a análise não contradiz as interpretações correntes, ancoradas nas técnicas de estatística descritiva. Mas amplia as possibilidades de utilizar a diversidade estrutural evidenciada pelos documentos, destacando as principais figuras provedoras do mercado hipotecário de Belém e seu estreito vínculo com o departamento comercial daquela praça, assim reafirmando o caráter comercial do crédito hipotecário ali negociado.

A análise de rede permitiu visualizar quais eram as figuras centrais das redes e extrair novos dados a respeito da configuração do mercado hipotecário de Belém, que não aqueles relacionados aos volumes de recursos negociados. Entre essas figuras, merece destaque a senhora Maria Luisa Bandeira Cabral, única mulher a ocupar lugar central em um mercado dominado por organizações e homens. A análise ainda trouxe à tona a sucessão dos agentes mais importantes da rede, apontando mudanças estruturais no comportamento do mercado. Na praça de Belém, as firmas se sustentaram por um longo período como a principal fonte de crédito, mas com a crise da economia da borracha e a reestruturação da economia paraense, o ambiente institucional favoreceu a ascensão dos credores individuais, fazendo que as relações tendessem a retomar um caráter mais personalista, característico das formas mais primitivas de oferta de crédito.

Além disso, o tamanho e a complexidade da rede aumentaram, mas não alteraram a forma geral de se obter crédito por meio das hipotecas: houve sempre a necessidade de buscar informações com algum agente sobre eventuais fontes disponíveis, antes dos negócios serem

fechados, ou anunciar a disponibilidade de recursos para empréstimos.

REFERÊNCIAS

- ALMICO, R. de C. da S. *Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 230 f. Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- BASTIAN, M.; HEYMANN, S. & JACOMY, M. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. In: *International Association for the Advancement of Artificial Intelligence Conference on Weblogs and Social Media*, 3.San Jose, California. *Anais...* 2009. Disponível em: <<https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/13937/13786>>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- BLONDEL, V. D.; GUILLAUME, J.-L.; LAMBIOTTE, R. & LEFEBVRE, E. Fast unfolding of communities in large networks. *Physics and Society (Physics.Soc-Ph)*, jul. 2008. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/0803.0476v2>>. Acesso em: 2 abr. 2022.
- BORBA, E. M. *Medidas de centralidade em grafos e aplicações em redes de dados*. 77 f. Mestrado em Matemática Aplicada – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BORGATTI, S P. & EVERETT, M. G. Network analysis of 2-mode data. *Social Networks*, n.º 19, pp. 243-69, 1997.
- CACCAVONI, A. *MDCXXXIX Amazônia*. Pará, 1899.
- CHANG, D. et al. *Visualizing the republic of letters*. Stanford University, 2009. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/toolingup/rplviz/papers/Vis_RofL_2009>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- CORTES, G. da S.; MARCONDES, R. L. & DIAZ, M. D. M.

- Beyond Banks and Stocks: a study of industrial mortgages for the City of São Paulo, Brazil (1866-1914). In: *Anais... Foz do Iguaçu: ANPEC*, 2011.
- DIGIAMPIETRI, L. A. *Análise da rede social acadêmica brasileira*. 2015. 160f. Tese (Livre Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FEOFILOFF, P.; KOHAYAKAWA, Y. & WAKABAYASHI, Y. *Uma introdução sucinta à teoria dos grafos*. Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.ime.usp.br/~pf/teoriadosgrafos/texto/TeoriaDosGrafos.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2022.
- FONTANARI, R. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)*. 180 f. Mestrado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.
- LEANDRO, L. M. de L. & MARCONDES, R. L. Capital nativo e reestruturação produtiva na praça do Recife: crédito hipotecário entre 1865 e 1914. *CLIO*, Recife, vol. 36, pp. 28-54, 2018.
- LEANDRO, L. M. de L. & MARCONDES, R. L. & SILVA, F. C. da. Crédito hipotecário na expansão e auge da economia da borracha: características da praça de Belém do Pará (1870-1899). *História Econômica & História de Empresas*, vol. 18, pp. 153-89, 2015.
- LLOYD, R. (dir.). *Impressões do Brazil no século XX. Sua história, seu povo, seu comércio, sua indústria e seus recursos*. S.l.: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.
- MARCONDES, R. L. O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia* (Impresso), Rio de Janeiro, vol. 56, n.º 1, pp. 147-70, 2002.

- MARCONDES, R. L. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 44, n.º 4, pp. 749-86, out./dez. 2014.
- MARCONDES, R. L. & HANLEY, A. G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 40, n.º 1, pp. 103-31, jan.-mar. 2010.
- NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- OLIVEIRA, L. L. de & MARCONDES, R. L. Outro modo de financiar café: hipotecas no sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n.º 64, pp. 227-60, jan.-abr. 2018.
- PIRES, A. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais (1889/1930)*. 424 f. Doutorado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: Juiz de Fora, 2006.
- RECUERO, R. *Introdução à análise de redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- SAES, F. A. M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista – 1850-1930*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SILVA, F. C. da; LEANDRO, L. M. de L. & MARCONDES, R. L. Crédito Privado na Economia da Borracha: O Mercado Hipotecário em Belém (1870-1874). *Revista de Estudos Sociais* (UFMT), vol. 17, pp. 20-51, 2015.
- SWEIGART, J. E. *Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. PhD Thesis – University of Texas, 1980.

11

Hammurabi e a *arma de Deus*: economia e religião na antiga Babilônia (1792-1750 a.C.)

*Alexandre Santos de Moraes
Guilherme Silva Pixinine*

Uma carta, escrita por volta de 1760 a.C. em um pequeno tablete de argila, mostra um dos muitos conflitos que Hammurabi mediou durante seu período no poder. O rei da Babilônia pediu a seu funcionário Sin-iddinam que resolvesse uma contenda envolvendo Ibni-Amurru, o acusador, e Etel-pî-Marduk, o acusado. O primeiro alegava ter direito ao *mikis eqlim*, termo que no babilônio antigo indicava “a participação na produção de um campo, e mais especificamente, era, em geral, a parte da produção que o proprietário de um campo recebia em casos de arrendamento desse campo” (Bouzon, 1986, p. 62). Trocando em miúdos, Etel-pî-Marduk alugou uma

parte do terreno de Ibni-Amurru e, após a colheita, não entregou a parte da cevada que lhe seria devida. A reclamação não era nova e Hammurabi parecia conhecer de antemão o motivo insólito que impedia Etel-pî-Marduk de calcular sua dívida:

A Sin-iddinam diz: assim (falou) Hammurabi: Quanto à entrega da cevada, rendimento do campo de Ibni-Amurru, que está na mão de Etel-pî-Marduk, a Ibni-Amurru, sobre o qual ele te escreveu, assim tu (declaraste): “Etel-pî-Marduk disse-me o seguinte: juntamente com o campo de Ibni-Amurru, cultivei um outro campo. A cevada foi armazenada em um único lugar. Por meio da «arma de Deus» seja averiguado quanta cevada cresceu no campo de Ibni-Amurru e que ele receba o rendimento”. Assim ele disse! Mas o empregado de Ibni-Amurru não concordou. Assim (disse) ele: “Sem (o consentimento de) Ibni-Amurru (a cevada) não será averiguada!”. Assim disse ele e foi-se embora. Por meio da «arma de Deus» será averiguada quanta cevada foi produzida no seu campo e lhe será dado o rendimento”. (Foi isto) o que me escreveste! Como me escreveste, que seja averiguada, por meio da «arma de Deus», quanta cevada existe no campo de Ibni-Amurru e restitui a Ibni-Amurru a cevada, rendimento de seu campo.¹

¹ Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 23.120 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, pp. 62-3).

O acusado (por equívoco, malícia ou razão que o valha) colocou toda produção de cevada, ou seja, de seu campo e do campo arrendado, em um único armazém. Como Etel-pî-Marduk não sabia a quantidade de cevada produzida no campo de Ibni-Amurru, não tinha meios de calcular sua dívida. Para ele, a solução deveria se dar por meio do GIŠ.TUKUL ša DINGIR, que Emanuel Bouzon² traduziu como “arma de Deus”, ou seja, “uma espécie de ordálio pelo qual se procurava o julgamento da divindade sobre um determinado assunto” (Bouzon, 1986, p. 62). Não se sabe como se daria esse expediente, mas o funcionário de Ibni-Amurru, a quem Etel-pî-Marduk fez a proposta, não aceitou sem consentimento do patrão. Hammurabi, buscando a solução desse conflito que já parecia demasiado longo, decide pelo uso da “arma de Deus” para quitar a dívida. Outra missiva que menciona esse método foi endereçada a Šamaš-ḫāzir, funcionário real em Larsa, responsável pelo registro e pela administração das propriedades palacianas na província:

A Šamaš-ḫāzir diz: assim (falou) Hammurabi: O pastor Ili-ippalsam informou-me o seguinte: “O campo de 3 BÛR, que me tinha sido destinado por meio de um documento selado de meu senhor, Etel-pî-Marduk tomou

² Registre-se o agradecimento ao estudo e tradução das cartas de Hammurabi por Emanuel Bouzon (1933-2006) que aqui analisamos. O assiriólogo brasileiro de indiscutível competência não apenas incentivou os estudos sobre o Antigo Oriente Próximo no Brasil, como também traduziu para nossa língua vernácula, de forma inédita, missivas e outros documentos que permaneceriam silenciosos à maioria de nós sem sua contribuição.

de mim, há quatro anos, e (desde então) tira dele, regularmente, a cevada. E (mais); informei (o ocorrido) a Sin-iddinam, mas (o campo) não me foi devolvido”. Assim ele me informou.

Acabo de escrever a Sin-iddinam. Se (é assim) como Ili-ippalsam disse, (que) Etel-pî-Marduk, há quatro anos, tomou o campo de 3 BÛR, que no palácio lhe tinha sido destinado, e (que desde então) vive dele, então não há caso pior do que este. Examina, acuradamente, essa causa e restitui a Ili-ippalsam o campo de acordo com o documento selado que lhe foi confirmado no palácio. Além disso, averigua, por meio da “arma de Deus”, a cevada, que, há quatro anos, Etel-pî-Marduk tira regularmente desse campo e (a) dá ao pastor Ili-ippalsam! Envia-me, também, um relatório desse processo.³

Na análise dessa carta, Marc Van De Mieroop (2005, p. 89) considera que a “arma de Deus” poderia ser um estandarte que daria autoridade divina para os julgamentos realizados pelo funcionário real que o carregasse. Assim, supõe-se que Šamaš-ḥāzir iria analisar o caso da apropriação⁴ do campo que era destinado ao pastor

3 Carta de Hammurabi a Šamaš-ḥāzir. Tablete AM 1923,6 – Ashmolean Museum, Oxford. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 172).

4 Adotamos o termo *apropriação* por considerá-lo menos limitador e mais adequado que o conceito de *propriedade*. Sobre essa questão, considera-se que “a tendência predominante entre os juristas confere uma importância excessiva à formalização: a formulação de um conceito abstrato e coerente de propriedade, que defina os direitos de acesso, acaba por ser mais importante que o próprio processo de apropriação

Ili-ippalsam por Etel-pî-Marduk para que depois, dotado desse estandarte, pudesse calcular o rendimento médio das propriedades ao redor daquele lote para garantir a restituição devida.

Esse recurso ficou célebre por meio do *Código de Hammurabi*, produzido pelo rei ao final de sua vida e que materializa através da escrita os caminhos da justiça que o deus o teria encarregado de conduzir. No § 2, por exemplo, que trata de acusação de feitiçaria, o “ordálio” previsto exigia que o acusado de ser feiticeiro — caso o acusador não tivesse provas — deveria ser lançado no rio (provavelmente o Eufrates) para que as águas resolvessem a questão: “Se o rio dominar, seu acusador tomará para si sua casa. Se o rio purificar aquele *awilum*⁵ e ele sair ileso: aquele que lançou sobre ele (a acusação de) feitiçaria será morto e o que mergulhou no rio tomará para si a casa de seu acusador”.⁶ O terror que práticas mágico-religiosas desse quilate provocava nos antigos mesopotâmicos parece bem representado pela preocupação de Hammurabi em fazê-lo constar em seu código; não menos curiosa é a versatilidade da “arma de Deus”, usada para solucionar tanto casos de feitiçaria quanto disputas comerciais.

As missivas para Sin-iddinam, um “secretário” de Hammurabi na província de Larsa, permitem reconhecer casos como esse que, envolvendo situações rotineiras ou

[...] historicamente, os modos de acesso ao universo material não tiveram necessidade de uma formalização para se constituírem enquanto sistemas institucionalizados, socialmente reconhecidos e eficazes na definição de condutas de controle” (Rede, 2007, p. 74).

⁵ O termo era usado para se referir a homens livres, portadores de direitos e com algum grau de autonomia econômica.

⁶ *Código de Hammurabi*. Trad. Emanuel Bouzon. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 25.

insólitas, desvelam aspectos da complexa rede administrativa da Babilônia sob o domínio de Hammurabi. Elas também permitem analisar questões da vida produtiva, disputas, conflitos, intervenções na paisagem e processos de apropriação das terras que estavam sob os cuidados do rei. Como observou Beaulieu (2018, p. 93), “a correspondência com Sin-iddinam revela que todos os recursos do antigo reino de Emutbal foram canalizados para a administração central da Babilônia; não só os impostos, mas também os rendimentos das propriedades reais dos antigos reis de Larsa, agora domínio privado de Hammurabi”. O entrecruzamento de variáveis pouco presentes ou ausentes na maioria das análises das economias modernas,⁷ sobretudo aspectos religiosos, será o mote para percorrer tanto questões ordinárias como complexas ligadas à política de Hammurabi com a província que tanto se locupletou pela conquista. A “arma de Deus” parece uma boa síntese do que doravante iremos explorar: as relações entre a vida material e o mundo imaterial no período paleobabilônico por meio desse conjunto de cartas.

⁷ Segundo Marcelo Rede (2006, p. 151), “para dizer o essencial, em relação à antiga Mesopotâmia, pode-se afirmar que a esfera econômica jamais formou um conjunto organicamente estruturado, organizado em função de princípios próprios que lhe dessem a mesma autonomia observada em tantas economias modernas, sobretudo aquelas centradas num mercado baseado na oferta e procura. Esta ausência de autonomia faz da vida material mesopotâmica um conjunto de fenômenos profundamente imbricados nas demais relações sociais, intimamente vinculados a fatores que, em um primeiro olhar, tenderíamos a considerar não econômicos, como as relações de parentesco ou as manifestações religiosas”.

AS CORRESPONDÊNCIAS COM LARSA

O *corpus* proposto por Emanuel Bouzon contém 60 cartas em cuneiforme escritas no anverso e reverso de tabletes de argila. Em diferentes estados de conservação, 52 missivas do arquivo de Sin-iddinam estão sob a guarda do British Museum, três do Museu do Louvre, três do Museu de Istambul, uma da biblioteca da Universidade de Princeton e uma do Museu Hermitage de São Petersburgo. Foram publicadas com traduções vernáculas a partir do final do século XIX. Todas são provenientes do sul do atual Iraque, mas a curadoria dos museus carece de informações mais detalhadas acerca da maioria, provenientes de escavações amadoras e clandestinas. A carta com a reclamação de Ibni-Amurrum (BM 23.120), por exemplo, foi vendida ao museu londrino em 1897 por Ibrahim Elias Gejou, negociante de antiguidades franco-iraquiano cujo nome é bem conhecido entre os especialistas.⁸

A circulação dos tabletes no comércio de antiguidades também deve ter sido responsável por danos que tornaram alguns documentos ilegíveis. Muitos, porém, foram escavados e transportados sem perder a integridade. Em relação ao conteúdo, como observou Bouzon (1986, p. 20), notou-se que “a língua acádica empregada nas cartas é o mesmo dialeto babilônico antigo, que se encontra no «Código» e em outros documentos da

8 Entre esculturas, joias, inscrições e outros objetos do Oriente Próximo, mais de 1.370 itens que hoje compõem parte do acervo do Museu do Louvre, por exemplo, foram adquiridos por intermédio de Ibrahim Elias Gejou.

chancelaria de Hammurabi”. Trata-se, portanto, de textos que faziam parte do repertório administrativo tanto na forma como na linguagem, produzidos atendo em vista a efemeridade e para a comunicação exclusiva do rei com seus subordinados. São documentos absolutamente autênticos (e isso não é um pormenor) que permitem investigar aspectos da burocracia que não se propunham públicos e, portanto, não foram afetados pelas exigências que a publicidade real impunha.⁹ Em relação à datação, é difícil saber a época precisa de produção. A curadoria do Louvre, por exemplo, optou por estabelecer um intervalo seguro, situando na primeira metade do século XVIII a.C. (1800-1750 a.C.) a redação de uma das cartas a Sin-iddinam que está sob sua guarda. O documento em questão — também comprado de Gejou (1910) — era uma ordem de Hammurabi para que seu funcionário em Larsa enviasse barqueiros para Babel.

9 Considera-se que as cartas “iluminam diretamente aspectos de sua personalidade de estadista, estrategista e administrador. Não menos que duas mil cartas de Hammurabi foram descobertas, sendo que a maior porção delas foi enviada para os administradores provinciais de Larsa e foram postadas após a conquista da cidade” (Beaulieu, 2018, p. 76).

Tablete de argila AO 5420. Data: 1800-1750 a.C. Proveniência: Tell Senkereh (Larsa). Localização: Museu do Louvre. Ref.: VEENHOF, 2005, AbB 14.225.



As cartas se referem fundamentalmente a Larsa, cuja conquista foi parte indispensável dos planos de Hammurabi. A cidade suméria construiu relativa hegemonia ao sul da Mesopotâmia após a queda da Terceira Dinastia de Ur (2004 a.C.), ainda que seu arco de influência fosse relativamente limitado caso comparado a outros exemplos mesopotâmicos. No entanto, do ponto de vista da riqueza material, Larsa era estratégica, sobretudo após algumas medidas de Rim-Sin, o rei derrotado por Hammurabi. Conforme observou Mário Liverani (2014, p. 241), “em termos de organização política, ele introduziu algo novo,

como isenção de tributos, liberação de dívidas e da escravidão por dívidas para «reestabelecer justiça na terra». Além disso, prossegue o autor, “textos administrativos e legais do reinado de Rim-Sin também atestam o cuidado especial que teve na reorganização das terras públicas e o renascimento do comércio no Golfo Pérsico” (Liverani, 2014, p. 241).

Mapa com a extensão do Império de Hammurabi em 1750 a.C. A área escura mostra a sua extensão em 1792 a.C.



Fonte: Wikipédia.

Quando sucedeu seu pai em 1792 a.C., o rei encontrou Babel fortificada e territórios ao norte anexados,

ainda que de extensão limitada. Com muitos pactos e acordos diplomáticos, conquistou várias cidades e conseguiu apoio militar para derrubar quem resistia. Rim-sin foi derrotado no 31.º ano do governo de Hammurabi e a poderosa cidade se tornou província da Babilônia. Assim como Mari, Elam, Eshnunna e outras regiões, Larsa era importante não apenas para que o rei de Babel pudesse se inscrever na tradição daqueles que se proclamavam «o rei que fez os quatro cantos da terra obedientes», mas também por razões materiais, em se considerando os méritos produtivos oriundos das obras estruturais realizadas pelo rei sumério e pelas rotas de comércio a partir do Golfo Pérsico. A correspondência de Hammurabi não deixa dúvidas acerca das preocupações econômicas com a região: a diversidade de assuntos que abordam é uma pequena amostra de seu amplo arco de interesses.¹⁰

Do ponto de vista discursivo, as cartas podem ser divididas em três partes. A primeira é a introdução protocolar em que o escriba transfere para Hammurabi a voz do discurso (“A Sin-iddinam diz: assim (falou) Hammurabi”). É possível que fosse também uma estratégia discursiva para afiançar que aquele texto era de autoria do próprio Hammurabi, ou seja, que o rei teria ditado precisamente aquelas palavras para o escriba. Acredita-se que o texto era escrito, portanto, para posterior oralização: o funcionário do palácio que se deslocava até o destinatário provavelmente lia o texto em voz alta antes de entregar

10 De acordo com Liverani (2014, p. 242), “o rei foi capaz de acompanhar casos individuais pessoalmente, às vezes impondo suas próprias decisões acima das sugestões de seus funcionários. Essas cartas nos informam sobre esse processo, que foi claramente relacionado ao sistema de apelos pessoais dos súditos ao seu rei, combinando abusos e favoritismos”.

o tablete que, por sua vez, seria arquivado pelo receptor. A segunda parte contém o núcleo narrativo da carta, em que é apresentada a questão que justifica a redação do documento e que mantém uma relação íntima com a terceira parte, que conclui o discurso com a decisão de Hammurabi a respeito do problema.

OS IMBRÓGLIOS PELOS CAMPOS

O litígio pelos grãos de cevada não foi a única vez que Ibni-Amurru e Etel-pî-Marduk exigiram a atenção de Hammurabi. Sabe-se que eram dois sujeitos de prestígio suficiente para ocupar o rei da Babilônia com alguma regularidade. Em outra carta¹¹ lê-se que Ibni-Amurru foi reclamante em outra ocasião, nesse caso contra o próprio Sin-iddinam, que teria incorporado quatro de seus funcionários ao serviço militar. Segundo as informações, esses funcionários eram cozinheiros e Ibni-Amurru seria o “chefe da equipe” (*waklum*) de que faziam parte. A carta faz menção a outra reclamação de teor parecido, sugerindo ser uma disputa antiga.

Etel-pî-Marduk fez Hammurabi trabalhar bem mais. Sabemos mediante uma carta¹² que um pastor-chefe de Larsa chamado Narām-Sim encaminhou uma acusação contra Etel-pî-Marduk semelhante à feita por Ibni-Amurru: ter desviado de função quatro trabalhadores

11 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. British Museum, inv. 12.821. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 42).

12 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. British Museum, inv. 12.816. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 44).

subordinados a ele, recrutando-os como *redûm* (soldados de infantaria). Em outra ocasião,¹³ o chefe dos mercadores informa que o acusado o impedia de recolher a prata para o templo de Kittum de Bad-Tibira. Duas cartas — provavelmente escritas em sequência — sugerem um Hammurabi muito irritado com seu funcionário. Na primeira,¹⁴ Etel-pî-Marduk é acusado pelos filhos de um cavaleiro e colono chamado Ḫablum, que mostraram ao rei uma tábua com os prejuízos financeiros que ele os teria causado. Alguns danos ocorridos no documento impedem o reconhecimento do contexto do prejuízo, mas a conclusão permaneceu bem legível: Hammurabi ordena que eles sejam recompensados e que o acusado seja enviado à sua presença. Na carta em seguida nota-se a decisão imperativa do rei:

*A Sin-iddinam diz: assim (falou) Hammurabi: em relação a Etel-pî-Marduk, eu te escrevi para que (o) enviasse à minha presença. Por que não o enviaste? Quando vires esta minha tábua, envia Etel-pî-Marduk à minha presença. [Que ele não se detenha!] Ele deve viajar dia e noite e chegar a mim o mais depressa possível.*¹⁵

13 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. British Museum, inv. 23.123. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 63).

14 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. British Museum, inv. 12.841. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 85).

15 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. British Museum, inv. 26.250. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 63).

Etel-pî-Marduk envolveu-se em pelo menos mais uma contenda em função das áreas produtivas. Ele é citado porque o reclamante questiona a redistribuição dos campos que estavam sob a autoridade imediata do governo babilônico. A disputa se instaurou porque Apil-Amurru (autor da reclamação) cultivava o campo subordinado a Etel-pî-Marduk. O sorteio, contudo, destinou esse campo a Nabium-Mālik, outro funcionário de Hammurabi. O colono teve de abandonar a terra que cultivava já que permaneceu subordinado a Etel-pî-Marduk. O pedido era para que ele fosse entregue com o seu campo a Nabium-Mālik ou para que o campo fosse devolvido a Etel-pî-Marduk. Como Sin-iddinam não resolveu o conflito, Apil-Amurru, como se vê na carta, recorreu a Hammurabi, que determinou que ele fosse entregue a Nabium-Mālik e que esse desse a Etel-pî-Marduk outro colono em substituição:

A Sin-iddinam diz: assim (falou) Hammurabi: Em relação a Apil-Amurru, filho de Silli-Amurru, subordinado a Etel-pî-Marduk, cujo campo, no sorteio, caiu para Nabium-Mālik e que te falou da seguinte maneira: “Ou entregam-me juntamente com meu campo sujeito a tributo a Nabium-Mālik ou devem devolver o meu campo sujeito a tributo a Etel-pî-Marduk!” [segue uma lacuna de ± 6 linhas...]

O homem seguirá o seu campo! Dá Apil-Amurru a Nabium-Mālik e ele deve trabalhar, como de costume, o seu campo sujeito a tributo, que no sorteio caiu para Nabium-Mālik. Dos colonos que estão à sua disposição,

*Nabium-Mālik deve dar um colono em substituição a Apil-Amurru.*¹⁶

Os cuidados de Hammurabi com Apil-Amurru, um trabalhador agrícola que, ao que tudo indica, não possuía qualquer lote sob sua responsabilidade, permite traçar algumas conjecturas. Ainda que não se trate de uma notável exceção no conjunto das correspondências, é preciso cautela para não considerar que todos os sujeitos tinham o mesmo acesso ao rei (a despeito das diferenças de classe), tampouco que as sentenças de Hammurabi fossem sempre retas, isonômicas, blindadas de qualquer influência. É bem possível que a maioria dessas divergências fossem resolvidas localmente e nem chegassem ao conhecimento de Hammurabi, mas a atenção que o rei dá a essas situações pode ser menos uma preocupação com o trabalhador do que a necessidade de produzir uma medida de avaliação de situações como essa (“O homem seguirá o seu campo!”), ou seja, uma espécie de “jurisprudência” para não se envolver em contendas similares no futuro. Também é possível que Apil-Amurru tenha sido tomado como medida, tal como outras pessoas menos abastadas, para que o rei se posicionasse em disputas envolvendo seus funcionários. É possível até, que todas essas questões tenham sido verdadeiras, já que não se excluem.

Diante das dúvidas, não há como afirmar o que essa ordem significava, mas sabe-se com alguma segurança *como* ela significava: a amplitude das preocupações de

16 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 23.147 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, pp. 62-3).

Hammurabi sugere que, “como governante, se preocupou com cada pequeno detalhe” (Mieroop, 2007, p. 109). Essa conclusão é compartilhada por Liverani (1995, p. 325), para quem “o rei seguia pessoalmente casos concretos e, às vezes, sua decisão era contrária à de seus funcionários — prova evidente de que os mecanismos de apelação pessoal do súdito ao rei funcionavam e da existência de abusos e favoritismos”. As questões de que se ocupava não parecem se encaixar “em nossa imagem de grande governante, mas refletem a ideologia real de seu tempo. O rei era pastor e agricultor. Ele teve que cuidar de seu povo, fornecendo-lhes campos para seu sustento e tornando esses campos férteis por meio de projetos de irrigação” (Mieroop, 2007, p. 113). Do ponto de vista religioso, essa disposição buscava confirmar a todos, por meio de aspectos práticos da vida, a autoproclamada associação do rei com Šamaš, o deus-Sol.

No topo da estela do *Código*, há um conhecido relevo em que o deus em questão, sentado, entrega ao rei, que está de pé diante dele em atitude reverencial, as insígnias do poder. Como observa Dominique Charpin (2013, p. 66), “o deus Šamaš é atestado como deus da justiça desde o III^o milênio [...] Como o sol viaja ao longo da Terra durante o dia, ele vê tudo que está acontecendo, até o que está escondido dos olhos dos homens”. No epílogo do *Código*, as menções a Šamaš associam ao rei esse predicado do deus. Hammurabi manda escrever, por exemplo, que “por ordem de Šamaš, o grande juiz do céu e da terra, possa minha justiça manifestar-se no país”.¹⁷ Mais adiante, de forma ainda mais emblemática, afirma: “eu sou Hammurabi, o rei da justiça, a quem Šamaš deu a

¹⁷ *Código de Hammurabi*, XLVII, 80.

verdade. Minhas palavras são escolhidas, minhas obras não tem rival”.¹⁸ Em seu *Código*, assegura que a justiça não seria privilégio dos ricos e poderosos: “que o homem oprimido, que está implicado em um processo, venha diante da minha estátua de rei¹⁹ da justiça, e leia atentamente minha estela escrita e ouça minhas palavras preciosas. Que minha estela resolva sua questão, ele veja seu direito, o seu coração se dilate!”.²⁰ Entre o discurso e a prática, por óbvio, existia enorme abismo, mas o *Código* faz eco a algumas correspondências com Sin-iddinam, o que decerto ajudava a ratificar essa associação rei-deus. Larsa, não por coincidência, era outro importante centro de culto de Šamaš.

Aplica-se à noção de justiça a mesma precaução que há pouco associamos à economia: não se trata de um sistema institucional de caráter técnico,²¹ que exige longa formação intelectual para interpretar as leis com a necessária dose de ortodoxia (nem sempre praticada) atribuída aos sistemas de Justiça atuais. Há, no compromisso de Hammurabi com a justiça, uma relação íntima com o equilíbrio cósmico²² que assegura a prosperidade

18 *Código de Hammurabi*, XLVIII, 90.

19 A estela de basalto com o *Código* ficava diante da estátua do rei.

20 *Código de Hammurabi*, XLVIII, 10.

21 O princípio que Carlos Augusto Ribeiro Machado (2014, p. 60) postula para Roma Imperial é facilmente trasladável para a Mesopotâmia, qual seja, o de que “o poder «concreto» não existe sem estar imbuído de imaterialidade. Os símbolos e rituais do poder não são meras vestes que encobrem o exercício do mando, mas aquilo que lhe confere uma essência especial».

22 A estreita relação com a religiosidade aparece manifesta em outros aspectos. Hammurabi se julgava capaz de garantir boas sentenças porque conhecia os fatos de uma forma que os demais humanos não eram capazes. De alguma maneira, o rei solar “adivinhou o passado” tal

econômica pela ação real divinamente sancionada. A disposição de se colocar como uma instância recursiva para um trabalhador como Apil-Amurrum não apenas reconhecia o lugar do sujeito na vida produtiva, mas oferecia garantias mínimas para a realização de seu trabalho, visto também como uma necessidade humana por tradicional justificativa religiosa.²³

As colheitas regulares e prósperas indicavam o acordo íntimo entre deuses e estado,²⁴ além de referendarem a apropriação de terras públicas pelo palácio. Mas ainda que a legislação de Hammurabi seja, de acordo com Martha T. Roth (1997, p. 71), a mais longa e bem organizada coleção de leis da Mesopotâmia,²⁵ o sistema de

como seria capaz de “adivinhar o futuro”. À desejada onipresença soma-se uma aspiração à onisciência. Além disso, recorde-se que “adivinhação e justiça andavam de mãos dadas para os babilônios: em ambos os casos, era a justiça do julgamento que era importante, fosse uma decisão tomada nos céus ou na terra” (Charpin, 2013, p. 69).

23 No mito de criação acadiano, após o sorteio de quais deuses iriam governar os céus, a terra e o mar de água doce, Enlil, deus responsável pela terra, coloca os *dingir* (divino, em sumério) menores para trabalhar a terra, além de tomar conta dos rios e dos canais. Após 40 anos, os *dingir* se revoltam e se recusam a continuar com o trabalho pesado. Enki, o responsável pelo mar de água doce, aconselha Enlil a não punir os revoltosos, mas a criar os homens para realizar o trabalho, sendo essa criação realizada por Mami, deusa-mãe babilônica, utilizando argila e sangue de um deus morto.

24 Em relação ao tema do Estado, ainda que adotemos a terminologia, convém recordar que “as categorias de «público» e de «privado» nem sempre são pertinentes para a História Antiga, particularmente para a Antiguidade Próximo-Oriental. A existência de um Estado verdadeiro, independente da pessoa de seus governos, é discutível na Mesopotâmia” (Démare-Lafont, 2010, p. 15).

25 Conforme Chambliss (1954, p. 20), “as normas de Hammurabi se baseiam fundamentalmente no costume e, evidentemente, vários

distribuição de terras não se tornou célebre pela clareza de seus critérios. A reclamação de Apil-Amurru parece bem eloquente nesse sentido. A historiografia examinou detidamente a questão fundiária na Mesopotâmia e, nos últimos anos, passou a olhar mais de perto outras formas de apropriação, como o espaço doméstico.²⁶ Esse amplo debate, realizado há décadas, é outro poderoso indicativo da complexidade do tema.

O campo a que a carta se refere é, segundo Bouzon (1986, p. 73), do tipo A.ŠÀ.GUN, expressão suméria que corresponde ao acádio *eqel biltim* e que designa um “campo sujeito a tributo”, ou seja, uma porção delimitada de terra agricultável que estava sob apropriação do palácio, que era administrada por funcionários do rei e cultivada por colonos a ele subordinados. Em outros casos, também de acordo com Bouzon (1986, p. 32), lotes de terra sob controle do palácio eram transmitidos a título de *ilkum*, termo acádico para recompensas (em geral, lotes de terra) dadas a sujeitos que prestavam serviços ao

existiam muito antes de seu reinado, conforme demonstram as coincidências com os textos de codificações anteriores. Seu valor não se radica tanto em sua originalidade quanto na escrupulosa técnica legislativa utilizada”.

26 “As expressões «propriedade fundiária» e «propriedade da terra» são, com efeito, demasiadamente vagas e, ao mesmo tempo, convidam, ao menos em princípio, a pensar principalmente nos espaços que são objeto de uma apropriação produtiva, como os campos agrícolas e os pomares. No entanto, a problemática da apropriação do espaço não se reduz ao acesso aos meios de produção elementares da economia agrária. Este é, sem dúvida, de enorme importância, mas, ainda que todos os espaços tenham normalmente um valor econômico, sua inserção social não se define sempre a partir de critérios prioritariamente econômicos, e menos ainda a partir de sua integração ao circuito de produção de riquezas» (Rede, 2007, p. 74).

Estado. Esses *campos ilku*m pertenciam ao palácio, mas eram destinados em documento a um funcionário público. Sabe-se que entre os beneficiados estavam membros da administração central, pessoas ligadas ao templo, militares, operários e trabalhadores rurais. Há um terceiro tipo, que pertencia e era cultivado diretamente pelo palácio. Por último, como afirma Bouzon (1991, p. 15), “a documentação do período babilônico antigo testemunha, também, uma crescente movimentação de compra e venda de propriedades entre pessoas particulares”.

Em correspondência conservada no British Museum,²⁷ o almocreve chamado Lalum questionou a decisão de Ali-illatti, um *rabiānum*²⁸ que reivindicou seu campo e a cevada que lá cultivou. Dá-se, porém, que o campo era privado e estava com Lalum há muito tempo. Com a reclamação foi enviado ao palácio o título da propriedade em que estavam registrados os aproximadamente 12 hectares a que o reclamante tinha direito. Hammurabi não apenas perguntou “por que o *rabiānum* Ali-illatti reivindicou de Lalum o campo?”, mas também exigiu que Sin-iddinam examinasse a questão e reparasse os danos e injustiças eventuais.

Nos últimos anos, as grandes questões historiográficas envolveram debates sobre “a natureza dos estados e civilizações mesopotâmicas, as relações entre as instituições políticas e econômicas e como a cultura material é cada vez mais empregada na compreensão da economia política” (Yoffee, 1995, p. 299). Têm sido muito

27 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 12.825 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 47).

28 Segundo Bouzon (1986, p. 47), trata-se de um título que corresponde ao prefeito de uma localidade.

questionadas as ideias de forte centralização dos estados mesopotâmicos, que seriam governados por reis fortes e autoritários, com burocracia consciente de seus deveres e privilégios, além de presença marcante nas mais diversas instituições e atividades. É bem provável, aliás, que a origem estatal das fontes textuais tenha “conduzido ao sobredimensionamento do papel do Estado nessas sociedades e ao apagamento das vozes que não pertenciam ao setor da elite letrada” (De Bernardi, 2002, p. 419). Boa parte dos estudiosos tem valorizado as dimensões étnico-regionais porque as interpretações da cultura material oferecem novos dados. As mudanças ocorridas durante a Terceira Dinastia de Ur (2112 e 2004 a.C.) e a documentação farta da época de Hammurabi fazem do período paleobabilônico um tópico fundamental para o estudo da economia política mesopotâmica. As correspondências de Hammurabi mostram que sua participação na vida produtiva ia além da distribuição de campos e resolução de contendas provocadas por Etel-pî-Marduk.

A GARANTIA DOS VERDES PRADOS

No primeiro ano de seu reinado (1792), Hammurabi emitiu o *mesharum*, uma espécie de decreto reparatório. O perdão de todas as dívidas (inclusive de quem foi escravizado por elas) era um meio de aliviar os endividamentos remanescentes dos períodos de crise. Além disso, servia para exaltar o novo rei e anunciar a renovação dos tempos, noção que guarda profundo apelo cósmico-religioso. Não se tratava de uma novidade. O próprio Rim-Sim adotou esse expediente. Do ponto de vista das relações econômicas, o período paleobabilônico acolheu

transformações que se consolidaram durante a Terceira Dinastia de Ur sem abrir mão de aspectos tradicionais das elites acadianas. Como observou Liverani (1995, pp. 324-5),

Os reinados de Rim-Sin em Larsa e Hammurabi na Babilônia, ainda que marcados pela tendência de privatização das atividades econômicas e das relações sociopolíticas do período paleobabilônio, supõem a consolidação da posição do estado como consequência normal da especial atenção dedicada por esses soberanos “fortes” à organização do reino e de sua crescente capacidade de influenciar na ordem da sociedade.

Em um território conhecido pela carência de recursos naturais, a agricultura ocupava posição central na vida produtiva. Contra o solo arenoso, visualmente inóspito e hostil, Hammurabi projeta a imagem de um horizonte fértil que, por sua responsabilidade e ascendência com os deuses, pôde ser transformado em favor de seus habitantes: “eu fiz os povos dos lugarejos habitar em verdes prados, ninguém os atormentará”.²⁹ As preocupações nas cartas para Sin-iddinam mostram que o rei estava realmente atento a questões que pudessem comprometer as plantações e colheitas, um problema grave em vários sentidos, até mesmo religioso.

Há divergências sobre os efeitos práticos da participação do Estado na economia mesopotâmica. No extremo, Seth Richardson (2016) concluiu que a fome — admitida por ele como o medo que inspirou a necessidade

²⁹ *Código de Hammurabi*, Epílogo, 30.

do estado³⁰ — “foi mais importante como um símbolo político do que uma realidade fisiológica, ambiental ou natural” (Richardson, 2016, p. 58). O autor concluiu que o estado, a partir do poder de ofertar ou privar as comunidades de alimentos, manipulava os estoques para manter redes de clientela: “a comida era um incentivo para se juntar e permanecer subscrito ao estado” (Richardson, 2016, p. 783). A documentação epistolar, que mostra diversas intervenções de Hammurabi na paisagem, na circulação de bens, na organização dos campos, nas redes de comércio e nas forças produtivas, não parece referendar essa leitura da economia antiga. As evidências sugerem, pelo contrário, que “com as chuvas tão fracas, o apoio real foi dado para a manutenção e ampliação de um sistema de canais cuidadosamente desenvolvido, destinado a irrigar o solo de que o povo dependia. Sem ele, a economia teria sido prejudicada” (Charpin, 2012, p. 89). Sobre essa questão, E. Bouzon considerou que

o setor palatino continuou, sem dúvida, a desempenhar um papel assaz central na economia da região, principalmente a partir do reinado de Rim-Sin em Larsa e de Hammurabi em Babel. A administração do palácio controlava e administrava, quer direta quer indiretamente,

30 O argumento é montado em um silogismo bem simples: a principal alegação para a existência do Estado, segundo o autor, era a necessidade de garantir segurança alimentar; a Mesopotâmia, de acordo com ele, não viveu longos períodos de fome; portanto, “os primeiros estados teriam sido «presuntivos» — não apenas na medida em que seriam mais aspiracionais que lógicos, mas também no mecanismo de se fazer aceitável como guardião da sociedade civil (Richardson, 2016, p. 752).

vastas áreas de terras cultiváveis, cujas dimensões exatas nos escapam (1991, p. 14).

A correspondência com Sin-iddinam recorda a importância da gestão hídrica para a economia mesopotâmica. Afinal, diante das condições ecológicas do Iraque central e meridional, a posse de terras estava condicionada à questão crucial do acesso à água” (Charpin, 2002, p. 545). A dragagem dos canais de irrigação é uma preocupação no *corpus* selecionado. Esse tema também provocou um longo debate na historiografia. A noção de “sociedades hidráulicas”, proposta por Wittfogel (1957), gozou de enorme popularidade. Muitos pensavam que o déficit aquífero da região, atenuado pelos rios Tigres e Eufrates, teria estimulado a formação do Estado e de governos despóticos. Defendia-se, em suma, que “o controle, armazenagem e uso de grandes massas de água através de obras hidráulicas exigem um trabalho maciço, que tem que ser coordenado, disciplinado e dirigido, o que impõe a subordinação à autoridade reguladora de um Estado forte e eficaz” (Cardoso, 1986, p. 18). No entanto, como demonstrou o próprio Ciro Cardoso (1986, p. 20), a chamada *hipótese causal-hidráulica* foi desconsiderada há muito tempo: evidências robustas mostram que os canais de irrigação foram produzidos e mantidos por comunidades locais antes de o Estado se envolver nas obras. Disso não se deduz, como Seth Richardson sugeriu, que o Estado era quase dispensável nesse processo: uma vez que suas atribuições e poderes foram coletivamente admitidos, não há como ignorar sua influência na economia. Dimensionar o impacto de sua participação na economia é uma tarefa difícil, mas ignorá-lo não parece razoável ou possível. As missivas que tratam dos rios indicam que o

governo babilônico conhecia bem o território, os trabalhos e o tempo necessário para a execução das obras.

Note-se que os rios eram perenes, mas muito volúveis. Segundo Podany (2016, p. 25), por carecer de leitos rochosos, o Tigre (de corrente mais rápida) e o Eufrates (um pouco mais lento) depositavam sedimentos que, com as inundações, provocavam diversas mudanças de curso. O efeito prático desse fenômeno natural era a difícil manutenção de uma vida sedentarizada para as comunidades aldeãs que dependiam dos rios não somente para a irrigação, mas também para pescar, beber água e navegar. Recorde-se também que, com a conquista de Larsa e assunção das rotas comerciais com o Golfo Pérsico, a navegabilidade se tornou uma questão ainda mais importante para a Babilônia, que precisava distribuir a produção e importar matérias-primas básicas (de madeira a metais preciosos) das quais a região era carente. Em um tablete de argila que está sob a guarda do British Museum (12.818) podemos perceber como o rei estava bem informado e que, mesmo à distância, organizava as forças de trabalho para resolverem esses problemas:

A Sin-iddinam diz: assim (falou) Hammurabi: Todo o canal de... foi dragado. O canal na cidade de Uruk (porém) não foi dragado e (por isso) a água não chega mais à cidade e o... à margem do canal de Durum foi, por falta de água, abandonado. A massa de terra desse canal não é muita. Para [a tropa de trabalho que está] contigo é, apenas, uma tarefa de três dias. Logo que vires esta minha tábua, draga, em três dias, com a força da tropa de trabalho, que está contigo, o canal da cidade de Uruk. Depois

que tiveres dragado esse canal, executa o trabalho, sobre o qual te escrevi.³¹

Em outra missiva do acervo do British Museum, Hammurabi pede a Sin-iddinam que envie os comandantes dos barcos de carga da província. A necessidade de chegar no dia 30 do mês de Addaru, último dia do ano,³² era tão grande que o rei exigiu que, caso navio encalhasse, deveriam adotar um expediente bem cansativo para evitar atrasos: “onde quer que seus barcos de carga estejam encalhados e não possam sair, eles devem tirá-los (para terra). Eles não devem perder o prazo, que eu te escrevi!”³³ Hammurabi também enviou dois funcionários ao encontro de Sin-iddinam para que organizassem o transporte de imagens de deusas (provavelmente por algo ligado ao calendário religioso), além das provisões (pão, cerveja e carneiros) e das sacerdotisas ligadas ao culto delas. Exige também que seja contratada uma tropa especializada: “contrata uma tropa que puxe as amarras (do barco) e uma tropa de elite, de modo que as deusas sejam

31 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 12.818 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 45).

32 É possível que essa preocupação esteja associada ao fato de “na Babilônia, o rei desempenhou seu principal papel religioso durante o festival de Ano Novo, submetendo-se à autoridade de Marduk, confessando suas transgressões e permitindo a humilhação ritual feita pelo sumo sacerdote antes de ser reinvestido com os símbolos de seu poder por mais um ano” (Holland, 2010, p. 134).

33 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 23.152 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 75).

conduzidas ilesas a Babel”.³⁴ Essas missivas esclarecem, pelo menos, dois aspectos: 1) era comum que os navios encalhassem e 2) os rios ofereciam dificuldades suficientes de navegação para que o rei fosse enfático em relação à integridade das imagens das deusas.

Em outra correspondência, Hammurabi foi muito rigoroso quando exigiu de Sin-iddinam, segundo consta na carta sob a guarda do Museu de Istambul,³⁵ que não desviasse os construtores de canais de função. Em uma das missivas enviadas a Šamaš-ḥāzir,³⁶ Hammurabi busca resolver a reclamação de dois colonos, Manium e Awil-ilim, que alegam que a pouca água do canal Uggim-du não chegava até seus campos *biltum*.³⁷ Hammurabi pede a Šamaš-ḥāzir que vá até o local e providencie os ajustes necessários. Em outros casos, eram os próprios responsáveis pelos campos os encarregados de resolver entraves nos canais de irrigação, como se observa na carta abaixo, de forma curta e objetiva:

A Sin-iddinam diz: assim (falou) Hammurabi: convoca os homens que possuem campos à margem do canal Damanum. Eles devem dragar o canal Damanum.

34 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 23.131 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 67).

35 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Inv. L 1109 – Museu de Istambul. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 101).

36 Carta de Hammurabi a Šamaš-ḥāzir. Tablete AO 8585 – Museu do Louvre, Paris. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 163).

37 Ou seja, designa um campo “cujo cultivo permanece sob a autoridade imediata da administração central” (Bouzon, 1986, p. 34).

*Ainda neste mês eles devem terminar a dragagem do canal Damanum.*³⁸

Além dos canais, outras intervenções na paisagem recordavam o rei e exaltavam sua personalidade. O cuidado com os templos de Larsa, por exemplo, se tornou uma obrigação de Hammurabi após a conquista da cidade. Os trabalhos que as cartas indicam eram também, em termos completamente diferentes, lembrados e divulgados no espaço público. Em um tijolo estampado em acadiano, após o anúncio tradicional de seus epítetos, lê-se como o rei buscava garantir plena publicidade para suas ações: “Hammurabi, rei poderoso, rei da Babilônia, rei dos quatro cantos, construtor de Ebabbar, templo do deus Utu em Larsa”.³⁹ Em conjunto, tanto para garantir um sentimento de unidade como para proteger o lugar, Hammurabi também se envolveu na construção de muralhas, e a religiosidade, como bem percebeu Charpin (2012, p. 89), também participou desse processo:

As muralhas fortificadas de uma cidade também deveriam ser construídas e mantidas em bom estado pelo rei, pois a proteção que ofereciam podia ser vista como um símbolo de seu cuidado com o povo. Hamurabi, em nome do Ano 25, comemora a construção de um muro em Sippar, confirmado por vários cones inscritos escavados nas paredes de lá. Caso a construção em si não fosse suficiente para defender a cidade, ele deu um nome à

38 Carta de Hammurabi a Sin-iddinam. Tablete BM 25.071 – British Museum, Londres. Proveniência: Sul do Iraque. Data: 1785-1778 a.C. Tradução de Emanuel Bouzon (1986, p. 81).

39 Frayne, *Rime* 4, n.º 13.

muralha destinada a dotá-la de resistência sobrenatural contra ataques: “Pelo decreto de Samas, que Hamurabi não tenha rival”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distinção que a historiografia faz entre economia e religião — ainda que para tentar desfazê-la — é muito alusiva à dificuldade que temos para enfrentar esse tema em realidades diferentes da nossa. Há até, um consenso prático dos especialistas acerca do equívoco de ignorar essa interdependência. Essa compreensão se justifica pela própria vocação para a onipresença da religiosidade na vida mesopotâmica; como afirmou Bottéro (2001, p. 23), “a religião, em particular, está unida, e por infinitos traços viscerais, à cultura inteira, à mentalidade, à visão das coisas e aos sentimentos que estas fazem nascer, às memórias coletivas, ao imaginário, ao sistema de valores, aos infinitos detalhes da vida cotidiana de seus fiéis”. O mesmo princípio poderia ser transladado, *ipsi litteris*, para as relações com a vida material, afinal, poucos seriam capazes de afirmar que as relações econômicas não possuíam abrangência similar, seja pelas posições de classe, seja pelas escolhas racionais.

Essa “dupla onipresença” que, aliás, distingue com primícias as ditas “sociedades de mercado” das economias pré-capitalistas, não basta ser anunciada como princípio e peticionada como justificativa para afirmar a inseparabilidade de economia e religião. Em outras palavras, a noção de que estariam unidas pois ambas estão em toda parte não encerra o debate: na verdade, ele costuma ser assumido como ponto partida para as reflexões. Por

esse motivo concentramos as atenções nos fundamentos religiosos das questões econômicas, e não a óbvia presença de alguns elementos visivelmente ligados aos cuidados com os deuses. Não menos importante, a escolha pela Babilônia de Hammurabi não se justifica apenas pela relativa abundância de documentos e pela disponibilidade de uma generosa tradução em língua portuguesa, mas, sobretudo porque “o rei também foi uma figura central na cultura religiosa da Mesopotâmia, tanto como patrono como principal adorador” (Holland, 2010, p. 134). Percebeu-se igualmente que

O rei desempenhou o papel principal na vida religiosa de seu reino. Ele era diretamente responsável diante dos deuses pelo bem-estar de seu reino, tinha que tomar decisões e atuar com base em comunicações divinas, entregues a ele através da adivinhação ou diretamente, através de seus sonhos. Sua boa gestão garantia que o estado prosperasse e pudesse destinar oferendas aos deuses em abundância, e a prosperidade e bem-estar do estado eram a prova de que os deuses aprovavam seu regime (Mcintosh, 2005, p. 93).

O sucesso das colheitas, por razões óbvias, era uma busca de primeira necessidade na Mesopotâmia do período. As condições adversas exigiam soluções práticas cuja condução Hammurabi assumiu como tarefa pessoal. A participação incontestada do rei na vida produtiva, vista com necessária desconfiança pelos analistas em documentos de tons laudatórios, parece menos questionável nas missivas com Sin-iddinam, que trazem discursos em que o rei dispensa qualquer forma de autoelogio. Fora da publicidade real, praticada de inscrições a festivais, essa

mesma religiosidade produzia uma série de decisões das quais as cartas são testemunho privilegiado: a imagem de um rei generoso, cuidadoso, pastor dos povos sob seu domínio, seria incompatível com cenários de escassezes alimentares, sobretudo se resultantes da negligência do governante ou de seus funcionários. A fartura, os verdes prados, as ovelhas pesadas de tanta lã eram fruto do trabalho divinamente sancionado dos homens. O rei garantiria em última instância, e com a anuência do deus, as condições para isso. Também é sua prerrogativa punir ações que fossem desviantes — de onde se deduz, em grande parte, sua associação com a justiça, outra variável que, com a política, também se destaca por uma onipresença que tendemos a setorizar.

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

AS CARTAS DE HAMMURABI. Introdução, tradução do texto cuneiforme e comentários de Emanuel Bouzon. Petrópolis: Vozes, 1986.

CÓDIGO DE HAMMURABI. Introdução, tradução do texto cuneiforme e comentários de Emanuel Bouzon. Petrópolis: Vozes, 1980.

FRAYNE, D. R. *The Royal Inscriptions of Mesopotamia. Early periods*, vol. 4 – Old Babylonian Period (2003-1595 BC). Toronto: University of Toronto Press, 1990.

ROTH, M. T. *Law Collections from Mesopotamia and Asia Minor*. Atlanta: Scholar Press, 1997.

REFERÊNCIAS

- BEAULIEU, P.-A. *A History of Babylon - 2200 BC-AD 75*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2018.
- BOTTÉRO, J. *La religion mas antigua: Mesopotamia*. Madrid: Trotta Editorial, 2001.
- BOUZON, E. A propriedade fundiária na baixa mesopotâmia durante o período paleobabilônico. *Cadmo - Revista do Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1, 1991, pp. 9-30.
- CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARVALHO, A. G. O substantivismo polanyiano e os novos modelos do mercado na Mesopotâmia. *Revista de História*, n.º 173, 2015, pp. 15-51.
- CHAMBLISS, R. *Social Thought from Hammurabi to Comte*. Nova York: The Dryden Press, 1954.
- CHARPIN, D. La politique hydraulique des rois paléo-babyloniens. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, ano 57, n.º 3, 2002, pp. 545-59.
- CHARPIN, D. *Hammurabi of Babylon*. London: I. B. Tauris, 2012.
- CHARPIN, D. I am the Sun of Babylon: Solar aspects of royal power in Old Babylonian Mesopotamia. In: HILL, J. A.; JONES, P. & MORALES, A. (orgs.). *Experiencing power, generating authority. Cosmos, Politics, and the Ideology of Kinship in Ancient Egypt and Mesopotamia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- DE BERNARDI, C. La dimensión emocional de los procesos colectivos en las fuentes textuales de la Mesopotamia Antigua. Posibilidad de un rescate historiográfico. *Estudios de Asia y Africa*, vol. 37, n.º 3, 2002, pp. 419-38.
- DÉMARE-LAFONT, S. Écriture et Archivage des procès en Mesopotamie. In: PONCET, O.; STOREZ-BRANCOURT,

- I. *Histoire de la mémoire judiciaire*. Ecole des Chartes, 2010, pp. 15-30.
- HOLLAND, G. *Gods in the Desert - religions of the Ancient Near East*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.
- LIVERANI, M. *El Antiguo Oriente - Historia, sociedad y economía*. Barcelona: Crítica, 1995.
- LIVERANI, M. *The Ancient Near East: History, Society and Economy*. London: Routledge, 2014.
- MCINTOSH, J. R. *Ancient Mesopotamia - New Perspectives*. California: ABC-CLIO, 2005.
- MACHADO, C. A. R. Entre Homem e Deus: o ritual da apoteose imperial na Roma Antiga. *Mare Nostrum*, vol. 5, 2014, pp. 59-75.
- MIEROOP, M. V. *King Hammurabi of Babylon*. Oxford: Blackwell, 2005.
- MIEROOP, M. V. de. *A History of the Ancient Near East (ca. 3000-323 BC)*. Oxford: Blackwell, 2007.
- PODANY, A. H. *El antiguo Oriente Próximo - Una breve introducción*. Madrid: Alianza Editorial, 2016.
- REDE, M. Práticas econômicas e formas jurídicas na antiga Mesopotâmia: parentesco e sucessão patrimonial. *Phônix*, n.º 12, vol. 1, 2006, pp. 149-78.
- REDE, M. Família e patrimônio fundiário: notas para o estudo da economia doméstica na antiga Mesopotâmia. *História e Economia*, vol. 3, n.º 1, 2007, pp. 71-102.
- RICHARDSON, S. Hunger and Food Security in Ancient Mesopotamia. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 2016, vol. 59, n.º 5, 2016, pp. 750-92.
- VEENHOF, K. R. Letters in the Louvre (AbB 14), 14 - *Altbabylonische Briefe in Umschrift und Übersetzung*. Leiden-Boston: Brill, 2005.
- WITTFOGEL, K. A. *Oriental Despotism: a comparative study of total power*. Connecticut: Yale University Press, 1957.
- YOFFEE, N. Political economy in Early Mesopotamian States. *Annual Review of Anthropology*, 1995, vol. 24, pp. 281-311.

12

Moedas e História Econômica: o testemunho numismático como ferramenta para o estudo das economias helenísticas

Mateus Mello Araujo da Silva

Desde o Renascimento a Numismática se tornou uma disciplina que tem como objeto de estudo moedas e medalhas. No âmbito da História, apesar da grande variedade de posicionamentos historiográficos apresentados entre os séculos XV e XIX, a percepção da Numismática tendia a oscilar entre a negação e a subordinação, como uma “ciência auxiliar” da História. Mas, apesar dessas posições, a Numismática passou a ter um tratamento cada vez mais sistemático e a se afirmar como uma disciplina com mérito próprio a partir do século XVIII, e especialmente ao longo do XIX (Carradice, 1995, pp. 104-7; Nicolet-Pierre, 2005, pp. 45-65). Esse estabelecimento

secular foi um dos fatores que levaram ao surgimento de linguagem, ferramentas e círculos (de estudo ou coleção) bem demarcados. Esse quadro pode levar profissionais das demais áreas das ciências humanas e sociais a serem reticentes ao considerarem a contribuição oportuna dos testemunhos numismáticos às suas análises. Todavia, em consonância com um esforço mais amplo realizado há décadas no meio acadêmico brasileiro, especialmente por intermédio do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo,¹ será estabelecida uma reflexão sobre as contribuições dos testemunhos numismáticos à História Econômica a partir do período helenístico.

Neste capítulo, compreenderemos a moeda de forma mais restrita, como uma peça metálica em forma discoide. Mas também podem ser feitas caracterizações mais abrangentes sobre o que é uma moeda, compreendendo fenômenos mais recentes como o papel-moeda ou mesmo as criptomoedas. Além disso, é necessário distinguir a noção de moeda que utilizaremos aqui daquela de dinheiro. A noção ainda mais ampla de dinheiro abarca objetos caracterizados tradicionalmente como “pré-monetários”, como lingotes de metais (preciosos ou comuns), conchas, armamentos etc. Esses objetos poderiam possuir um valor estabelecido convencionalmente e eram utilizados diretamente como reserva de valor, forma de pagamento, de troca ou como *comparanda* em trocas de outros produtos. A noção de dinheiro também pode ser utilizada

1 Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa em Numismática Antiga, organizado a partir do MAE-USP, pelas trocas proporcionadas ao longo das reuniões que contribuíram de forma decisiva para a elaboração do presente capítulo.

para ressaltar que a difusão das moedas, fenômeno desigual no tempo e no espaço, não levou ao fim das outras formas não monetárias de dinheiro. Essas diversas formas do dinheiro não só preexistiram, mas coexistiram por séculos e mesmo milênios com a moeda (Nicolet-Pierre, 2005, pp. 83-8; Murgan & Kemmers, 2016, pp. 278-9). Mesmo a facilitação das trocas proporcionada pela adoção da moeda não é um advento necessário, conforme aponta o caso da adoção “tardia” das moedas pelos fenícios, reconhecidos como grandes comerciantes desde a Antiguidade e que estabeleceram suas redes comerciais sem a necessidade das moedas (Pappa, 2019). Assim desnaturalizamos e tiramos o caráter teleológico do advento da moeda.

ORIGENS E USOS

Dentro desta concepção mais restrita de moeda, sua origem pode ser datada do último terço do VII século AEC. Os exemplares mais antigos são provenientes das escavações das bases do templo de Ártemis, em Éfeso (Carradice, 1995, p. 21; Florenzano, 2001). Embora o templo estivesse localizado sob o território dessa cidade grega da costa da Ásia Menor, a região já estava sob o domínio do reino da Lídia no período em questão, e assim permaneceria até sua conquista pelo Império Persa. Seu contexto histórico, além da iconografia das moedas, levanta extensos debates acadêmicos sobre a origem lídia ou grega das moedas.

Além disso, a presença de nomes de indivíduos gravados em algumas dessas peças também suscita questionamentos sobre a iniciativa privada ou estatal na

produção das primeiras moedas. Porém, há dois pontos bem estabelecidos sobre o desenvolvimento, a produção e a circulação das moedas: 1) embora sua origem possa não ser grega, mas lídia, a utilização das moedas tornou-se comum no Mediterrâneo e no mar Negro antigos por meio dos gregos, primeiramente os da Ásia Menor e, posteriormente, das demais comunidades gregas; 2) sendo de origem privada ou estatal, o fenômeno numismático tornou-se precoce e estreitamente associado ao poder político (de um reino, de uma cidade ou de uma liga, por exemplo). Essa associação se tornou ainda mais evidente com o surgimento de certas inscrições, denominadas étnicos, nas moedas. Os étnicos indicavam diretamente a autoridade emissora pela grafia abreviada ou completa de seu nome, podendo abranger uma ampla gama de comunidades como cidades, ligas, tribos etc. Nas emissões reais, os étnicos poderiam ser substituídos pelo nome do monarca. Em ambos os casos, é comum a grafia do nome no genitivo, caso da declinação grega que poderia indicar posse ou origem, como “do rei Ptolomeu” ou “dos atenienses”. Posteriormente surgem, com o étnico, os nomes dos indivíduos responsáveis pelas emissões, magistrados das cidades que supervisionavam o processo e/ou atestavam sua fiabilidade. Seus nomes são registrados por extenso ou por monogramas (Thonemann, 2015, pp. 130-2).

Sendo assim, quando lidamos com as moedas gregas do período arcaico, clássico ou helenístico, quase sempre nos referimos a emissões feitas em nome de um poder político, cujo valor do metal, seu peso e seu grau de pureza eram garantidos por uma entidade identificável mediante signos característicos. Esses signos, além de sua inegável função prática de identificação e garantia da autoridade emissora da moeda, veiculavam mensagens e identidades

diversas (Iossif & van de Put, 2016; De Callataÿ, 2016a, pp. 127-9). Deuses, heróis, animais, plantas, monumentos e variados objetos eram selecionados pelas autoridades emissoras como uma forma de identificar a si mesmos e/ou a comunidade que representavam, sendo signos significativos para a expressão das coletividades, em especial aquela de uma dada pólis (Marcellesi, 2000, p. 329; Meadows, 2001, p. 59; Grandjean, 2012, pp. 11-13, 21; Laky, 2019, pp. 454-5). Com isso, pode-se observar a pluridimensionalidade da moeda: um fenômeno ao mesmo tempo econômico, político e cultural.

As motivações políticas e econômicas estatais na emissão das moedas se tornam ainda mais evidentes quando observados a cronologia e o volume das cunhagens. As oficinas de produção monetária de grande parte das cidades antigas não funcionavam de forma constante, mas intermitente. As autoridades optavam eventualmente por cunhar novas moedas e colocá-las em circulação, com a motivação para essas emissões parecendo ter sido imediata e prática. Em diversos casos, é perceptível a ligação dos picos de produção monetária com guerras e outros gastos públicos elevados (Meadows, 2014, pp. 180-2; De Callataÿ, 2016a, p. 130; Grandjean et al., 2017, pp. 14-15, 306-7; Grandjean, 2020, p. 160).

O caso de Rodes é elucidativo, pois os dois picos das emissões se dão logo após a fundação da cidade em 408 AEC (e iria desse ano até c. 385 AEC) e na passagem do III para o II séculos AEC (entre c. 205 – 190 AEC). O primeiro conjunto de emissões ródias estaria ligado ao extenso programa de construção exigido pela fundação de uma cidade, com o pagamento de diversos profissionais remunerados envolvidos nos trabalhos (artísticos, de alvenaria, carpintaria etc.), além dos volumosos e variados

materiais exigidos. O segundo momento seria ligado ao grande número de conflitos em que Rodes estaria envolvida (as operações militares hostis de Filipe V na região vizinha da Cária, a Segunda Guerra Macedônica e a Guerra romano-selêucida), mobilizando mercenários, suas tropas regulares e sua frota (Ashton, 2001; De Callataÿ, 2005, pp. 80-3).

Todavia não é possível ignorar que, ocasionalmente, outros fatores também poderiam ter influência nessa decisão. O caso de Atenas após 166 AEC,² quando a cidade recebeu de Roma a tutela sobre Delos, demonstra que o aumento da produção monetária ocorrido nesse período estava ligado ao abastecimento das reservas de moedas atenienses nesse porto comercial de grande importância no Mediterrâneo oriental (Bresson, 2005, p. 49; para uma conclusão semelhante, sobre o caso de Tasos no período clássico, ver Puccini, 2019).

Cabe também ressaltar que a emissão e a circulação eram dinâmicas distintas. A emissão, em grande parte das vezes, era ligada aos interesses imediatos do Estado, já a circulação posterior não estava totalmente sobre o controle das autoridades, com as moedas sendo utilizadas para diversas transações entre particulares (ou sendo imediatamente entesouradas) (Bresson, 2005, pp. 49-50).

² Para Meadows (2018a, p. 298), mais especificamente em 164/3 AEC.

Imagem 1. Moeda em Estilo Novo de Atenas



FRBNF41814755.3 Tetradracma ateniense no Estilo Novo, emitido em c. 165 AEC. O exemplar pertence à primeira série anual desse conjunto de novas emissões (Thonemann, 2015, pp. 57-9), do mesmo período da concessão de Delos aos atenienses. Os tipos numismáticos de anverso e de reverso são reelaborações dos tipos numismáticos tradicionais e seculares da cidade, com Atena e a coruja. No anverso, a cabeça da deusa é representada portando seu capacete. No reverso, a coruja é apresentada sobre uma ânfora. Também estão presentes a abreviação do étnico, ΑΘΕ, e os monogramas que identificam o(s) magistrado(s) responsável(eis) pela emissão. Entorno do reverso, há uma coroa de louros que rendeu a essas moedas, ainda na Antiguidade, o nome grego de *stephanephoroi*, isto é, “as que portam a coroa”.

Essa multiplicidade dos usos da moeda, para além de seu possível emprego imediato para pagamentos pelas autoridades políticas, levou John K. Davies a fazer um alerta sobre a utilização dos achados de moedas individuais e

³ Todos os exemplares de moedas deste capítulo são retirados da base de dados *Gallica* (<<https://gallica.bnf.fr/>>), da Biblioteca Nacional da França. Eles são identificados pelo código iniciado por *FRBNF*.

de tesouros enterrados⁴ no estudo da História Econômica: eles não podem ser vistos como um reflexo de todos os escopos das transações econômicas que ocorriam em um devido local e período. Assim, não seria possível se fazer análises simplistas ou imediatas dos achados (Davies, 2016, pp. 22-4). Isso se dá em vista da complexidade do fenômeno numismático (perpassando pagamentos públicos ou privados), a variedade de formas de se fazer transações por bens e serviços (não necessariamente envolvendo moedas, mesmo nas regiões mais monetarizadas; Marcellesi, 2000, p. 327; Grandjean et al., 2017, p. 306) e o uso prolongado que muitas dessas peças poderiam ter ao longo de poucos anos, décadas ou até mais de um século para certas emissões mais valorizadas. Com isso, uma peça poderia ter um longo uso (identificável por certo tipo de desgaste apresentado por algumas moedas antes de terem sido entesouradas, por exemplo), conferindo-lhe um rico percurso ao passar pelas mãos de numerosos indivíduos em diferentes locais. Esse percurso escaparia, total ou parcialmente, ao estado final no qual a moeda foi encontrada arqueologicamente.

O quadro se torna ainda mais intrincado se tivermos em conta a prática da recunhagem de moedas. As moedas poderiam ter seu metal reaproveitado com a reexecução da cunhagem, ao serem colocados novos tipos numismáticos de anverso e reverso sobre elas. Certas recunhagens, feitas com pouco apuro técnico ou em contextos de emergência, ainda podem conter marcas identificáveis de seus tipos antigos sob os novos. Mas em contextos de grande urgência ou na necessidade do controle de um grande

⁴ Discutidos em maior detalhe na seção “Circulação” do presente capítulo.

fluxo monetário de origem externa, as autoridades poderiam aplicar somente uma contramarca, pequeno signo característico gravado sobre um tipo numismático externo para a validação da moeda pela autoridade local.

Esse foi o caso das cunhagens ródias das décadas de 180 e 170 AEC que circulavam na Lícia. A região continental da Lícia havia sido concedida a Rodes pelos romanos em 188 AEC como recompensa pelo seu apoio na Guerra romano-selêucida. Todavia, o domínio ródio na região foi instável, enfrentando revoltas até que, em 166 AEC, a Lícia teve sua liberdade reconhecida pelos próprios romanos. A partir desse momento, a região passou a ser organizada formalmente entorno da Liga Lícia. Um conjunto de moedas ródias então foi remarcado ainda no período das revoltas ou nos primeiros anos da Liga como uma forma de revalidá-las antes que as suas próprias cunhagens fossem emitidas (Ashton, 1987).

PESOS E MEDIDAS

Moedas foram emitidas, do período arcaico ao helênico, por praticamente todas as cidades que tivessem capacidade política e financeira para tal. No caso das cidades menores, essas emissões eram muito mais episódicas do que aquelas das grandes cidades, como Atenas e, posteriormente, Rodes. Essas cunhagens podem ser divididas em dois grupos: as de valor intrínseco e as de valor fiduciário. Aquelas de valor intrínseco eram cunhadas com metais preciosos como prata, ouro ou eletro (liga de prata e ouro, comum nas primeiras emissões monetárias da Ásia Menor), cujo valor era dado por seu próprio peso em metal. Com isso, as moedas de valor intrínseco eram

subdivididas em numerosas denominações que tinham como unidades básicas mais comuns o óbolo e o dracma (que, por sua vez, equivalia a seis óbolos). De acordo com a necessidade, as cidades emitiam moedas em óbolos, hemióbolos (com peso e valor equivalente à metade de um óbolo), trióbolos (três óbolos), dracmas, didracmas (dois dracmas), tetradracmas (quatro dracmas) etc.

Mas os próprios pesos de um óbolo ou de um dracma não eram homogêneos no mundo grego. Existiam numerosos padrões de peso que eram difundidos em maior ou menor escala entre as diferentes comunidades. Por exemplo, no padrão coríntio, o dracma pesava 2,9 gramas; no egineta, 6,1 gramas; no ático, 4,3 gramas. Esse último teve grande difusão a partir do período clássico e alcançou o *status* de um “padrão internacional” no período helenístico em razão das cunhagens emitidas por Alexandre III (cognominado o Grande) que foram adotadas e difundidas mesmo após a sua morte por meio das emissões dos “Alexandres póstumos” (Marcellesi, 2000, pp. 328-9; Meadows, 2001, p. 56).⁵ Essa variedade de

⁵ A emissão dos Alexandres póstumos foi comum especialmente na Ásia Menor, onde continuou até o decênio 170 – 160 AEC. Após esse período, as cidades que até então emitiram Alexandres em profusão não abandonaram o padrão ático, mas somente os tipos numismáticos de Alexandre (anverso com Hércules e reverso com Zeus; imagem 2). Os anos entre 160 e 140 AEC marcaram o começo da emissão de tetradracmas em padrão ático com tipos locais de cada cidade, mas que tinham a iconografia comum da coroa de folhagem que circulava o reverso, em referência aos *stephanephoroi* atenienses que começaram a ser emitidos por volta de 166 AEC (Le Rider, 2001, pp. 39-43; imagem 1). Meadows (2018a, pp. 299-301) denomina esse movimento de Grande Transformação. Os Alexandres póstumos também são denominados “Alexandres cívicos” por alguns historiadores e numismatas (como Thonemann, 2015, pp. 52-3), pois seriam uma expressão característica das autoridades póliades

padrões demandava um grau relativo de conversibilidade mútua para tornar as trocas possíveis. Dessa forma, moedas de padrão ático poderiam ser utilizadas em um mercado local que empregava o padrão egineta a partir da conversão com base no seu peso em metal.

Imagem 2. Moeda de Alexandre



FRBNF41848545. Tetradracma em padrão ático emitido durante o reinado de Alexandre III da Macedônia (à direita no reverso, em grego, ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ; isto é, “de Alexandre”). No anverso é representada a cabeça de Hércules imberbe, vestido com seu característico escalpo de leão, dentro de uma borda pontilhada. No reverso, é representado Zeus sentado em seu trono, imagem que significa “soberania, governo, controle, vigilância e decisão” (Laky, 2019, p. 461); na mão direita, estendida, dá apoio a uma águia; na esquerda, segura seu cetro. Abaixo da águia de Zeus, está outra que serve de contramarca que identifica a origem dessa emissão: a cidade de Anfípolis. Os signos do reverso também estão representados dentro de uma borda pontilhada.

sob um padrão e tipo numismático bem difundidos. Já Meadows (2018b, pp. 66-70) acredita que essas emissões (pelo menos em sua maioria) são, na verdade, emissões reais e não cívicas. Essas moedas teriam sido emitidas localmente pelas cidades em virtude das demandas mais amplas dos monarcas helenísticos. Com isso, esses Alexandres não seriam propriamente “cívicos”, mas somente “póstumos”.

Imagem 3. Alexandre póstumo



FRBNF41837706. Tetradracma póstumo em nome de Alexandre (ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ no reverso), datado de c. 201 – 190 AEC, mais de um século após a morte do monarca. Anverso e reverso contêm os tipos numismáticos característicos das suas moedas. No reverso, além de um monograma, há uma contramarca abaixo da águia de Zeus (uma rosa) e letras abaixo do trono (PO) que denotam sua origem: Rodes (Ρόδος). É importante ressaltar que Rodes nunca emitiu tetradracmas com os tipos numismáticos de Alexandre durante a vida do monarca.

Para além das moedas de valor intrínseco, estão aquelas de valor fiduciário, isto é, aquelas que possuíam uma ênfase muito maior na relação convencional para o estabelecimento do valor da moeda. Isso porque seu valor não estava atrelado ao seu peso em metal. O valor intrínseco do metal que a compunha era muito menor do que seu valor nominal. Essas moedas, cunhadas em metais comuns, como o bronze,⁶ tinham uma circulação

⁶ Todavia era possível que as moedas de bronze também tivessem um valor intrínseco e não fiduciário, para além da experiência grega do Mediterrâneo oriental. Como no caso da Calábria, em que gregos e não

mais restrita do que aquelas com valor intrínseco. Ela se limitava muitas vezes aos territórios das suas cidades emissoras, tendo em vista que seu valor fortemente convencional era incerto fora de um contexto em que sua autoridade emissora estivesse presente para garanti-lo (Le Rider, 1991, p. 209; Grandjean, 2012, p. 14; Meadows, 2014, p. 191; Thonemann, 2015, pp. 134-8; Iossif, 2016, pp. 295-6).⁷

Além do menor valor do metal empregado, essas moedas também tinham um valor nominal menor do que aquelas em prata. As moedas de bronze eram utilizadas para as transações e pagamentos de menor valor, tendo em vista que a produção numismática em prata menor que um dracma era pouco usual, exceto em Atenas, cidade amplamente estudada pela historiografia, mas que, sob muitos aspectos, não oferece um parâmetro confiável para a compreensão das demais práticas gregas (Grandjean, 2020, p. 161).

Os casos das moedas encontradas nas escavações de Corinto e Olinto confirmam essa tendência, pois as moedas de bronze ofereceriam relatos mais condizentes com o comportamento de atores econômicos individuais na microeconomia, enquanto as de prata seriam mais ligadas a seu comportamento na mesoeconomia (comportamento

gregos, em constante contato, produziram moedas de bronze com valor intrínseco com base na tradição regional que enfatizava esse metal como expressão de valor (Florenzano, 2019).

7 Há certos casos em que as moedas fiduciárias de bronze circulavam médias distâncias dentro de uma dada região, sendo encontradas em territórios de autoridades políticas diversas, fazendo-se necessário matizar o quadro da circulação monetária das moedas de bronze, não lhe concedendo um caráter demasiadamente esquemático (Grandjean, 2012, p. 18; Psoma, 2012).

dos proprietários e investidores) (Davies, 2016, p. 33). As moedas de bronze e as frações de dracma entre 1 e 3 gramas encontradas de forma mais ampla nas escavações, denotando um uso mais corrente, indicam que esses valores seriam o bastante para lidar com as transações cotidianas (salários, pagamentos por pequenos trabalhos e compra de produtos alimentícios) (Meadows, 2014, p. 188; Grandjean, 2015; Grandjean et al., 2017, p. 310). E mesmo que alguns indivíduos pudessem lidar ocasionalmente com as menores frações de prata em seu cotidiano, as grandes denominações de ouro e prata parecem nunca ter sido usadas pela maioria da população.

Mas mesmo as moedas de valor intrínseco em prata ou ouro poderiam ser investidas pelas autoridades emissoras de um forte aspecto fiduciário dentro de sistemas monetários fechados (Le Rider, 1992, p. 276). Em certos locais, uma autoridade emissora poderia exigir que apenas a moeda local fosse utilizada, interditando-se o uso de moedas de outros locais, mesmo que tivessem um padrão e/ou denominação semelhantes. O caso mais famoso é do Egito helenístico sob a dinastia ptolomaica (Mørkholm, 1982, pp. 297-8; Sales, 2017, pp. 9-10). Ainda sob o fundador da dinastia, Ptolomeu I (305 – 283/2 AEC), foi instaurada no Egito a obrigatoriedade do uso da moeda local mais leve que o padrão ático, então já largamente utilizado nas transações no Mediterrâneo. Um tetradrama ptolomaico pesava 14,25 gramas, 2,95 a menos que seu correlato no padrão ático.

Ao desembarcarem no Egito, os comerciantes deveriam trocar imediatamente suas moedas pelas correlatas locais, sem levar em consideração seu peso, mas somente sua denominação (um dracma ateniense em padrão ático de 4,3 gramas por um dracma ptolomaico em padrão

próprio de 3,55 gramas, por exemplo). Essa adoção trazia não só grandes vantagens financeiras para a monarquia e seus agentes por meio dessa conversão vantajosa e da arrecadação das taxas envolvidas nesse procedimento, mas também auxiliava no controle do volume e do tipo do metal em circulação (Le Rider 1987; Marcellesi, 2000, p. 330; Meadows, 2014, p. 186; Grandjean et al., 2017, p. 307). Além de reinos, cidades também poderiam adotar esse procedimento, como foi o caso de Rodes após c. 350 AEC, cujo dracma pesava 3,4 gramas (Cahn, 1942, p. 94; Bresson, 1993, pp. 132-8; Marcellesi, 2000, p. 331).

Imagem 4. Moeda de ouro ptolomaica



FRBNF41757373. Trichrison de Ptolomeu I (no reverso, em grego, ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ ΒΑΣΙΛΕΥΣ, isto é “do rei Ptolomeu”), emitido em Alexandria. No anverso está representado Ptolomeu com seu diadema, sinal de seu status real, dentro de uma borda pontilhada. No reverso, há uma águia carregando raios em suas patas, iconografia em referência a Zeus, dentro de uma borda pontilhada. À sua esquerda, um monograma.

Imagem 5. Cordão feito com moeda de ouro ptolomaica



FRBNF41856347. Cordão formado por uma moeda de Ptolomeu II (283/2 – 246 AEC), presa a uma corrente, com pingentes. A moeda, apesar de já ser emitida pelo filho e sucessor do fundador da dinastia, ainda porta os mesmos tipos numismáticos de anverso e reverso, com o retrato de Ptolomeu I, reforçando uma mensagem de continuidade dinástica e de legitimação. A sua transformação em um adorno demonstra que, uma vez em circulação, as moedas emitidas pela autoridade estatal poderiam ser objetos dos mais diversos usos e apropriações (De Callatay, 2016a, pp. 132-6).

Para além da adoção dos sistemas fechados, as cidades poderiam adotar o padrão ático para suas cunhagens, se inserindo no grande fluxo “internacional” dessas moedas ou adotar uma postura intermediária de cunhar moedas tanto no padrão ático quanto em um padrão local específico. Essa prática de dupla circulação era comum na costa Mediterrânea da Ásia Menor e nas ilhas do Egeu. Embora a interpretação clássica fosse de que essas moedas de padrão ático, especialmente com os tipos de Alexandre, eram emitidas por essas cidades apenas para pagamentos externos, testemunhos epigráficos atestam que pagamentos internos também eram feitos nessas moedas (Marcellesi, 2000, p. 338). A diferença

no uso entre as moedas locais e os Alexandres não estava na divisão entre pagamentos internos e externos, mas naquela entra pequenos e grandes pagamentos (Ibid., p. 350). Isso se daria, pois, a produção das moedas com os tipos de Alexandre, especialmente com o passar das décadas após sua morte, se concentrou cada vez mais nas grandes denominações, especialmente nos tetradracmas. Com isso, as moedas com tipos numismáticos e padrões locais eram utilizadas para pequenos pagamentos, especialmente dentro da esfera da cidade emissora, tendo em vista a possível perda ocorrida com as taxas de conversão de uma moeda fora do padrão ático de uma pólis em outra; mas os Alexandres serviriam a grandes pagamentos, dentro e fora da cidade, obtendo eventualmente uma ampla circulação.

CIRCULAÇÃO

A circulação das moedas no período helenístico pode ser analisada por dados de peças encontradas em contextos arqueológicos ou dos tesouros enterrados.⁸ Como apresentado anteriormente, as moedas em metais preciosos (de valor intrínseco) e padrão ático poderiam circular grandes distâncias, compondo tesouros distantes de seus locais de emissão. Esse é o caso do tesouro de Mektepini (IGCH 1410), vindo da região antiga da Frígia

8 Compilados no *Inventory of Greek Coin Hoards (IGCH)*, publicação originalmente impressa em 1976 sob a *American Numismatic Society (ANS)* e que possui numerosos volumes publicados ao longo das décadas seguintes. Ainda sob a *ANS*, foi criada a base de dados *on-line Coin Hoards* (<<http://coinhoards.org/>>), incorporando os materiais das publicações impressas.

e possuindo mais de 752 moedas de origens diversas, desde Ecbátana (na Média) até Sicião (no Peloponeso), e de Alexandria (norte do Egito) até Calate (na costa ocidental do mar Negro), sendo a maior parte das cidades da costa da Ásia Menor. O maior volume do tesouro é formado por Alexandres póstumos, com os exemplares mais numerosos sendo aqueles de Rodes (63 exemplares), Heracleia Pôntica (57 exemplares) e Aspendo (39 exemplares).

A volumosa evidência dos tesouros enterrados indica uma monetarização desigual ao longo do mundo helenístico, por mais que certos padrões e tipos monetários tivessem grande aceitabilidade e circulação, como os Alexandres. Apesar de exemplos marcantes como o tesouro de Mektepiní, a maior parte do volume monetário helenístico ainda era de circulação local ou, no máximo, regional em razão de seus padrões não áticos ou valores fiduciários (de Callataÿ 2006, p. 5). Esse quadro contraria a tese clássica avançada pelo historiador Mikhail Rostovtzeff, em sua obra *Social and Economic History of the Hellenistic World* (1941) de que o período helenístico seria aquele da formação de um mercado monetário unificado por meio das moedas comuns (Grandjean et al., 2017, pp. 312-3).

A interpretação de Rostovtzeff pode ser encaixada em uma tradição modernista do estudo da economia antiga, que a entendia como dinâmica e em evolução. Com isso, ela teria uma série de características que se assemelhavam à economia moderna, como a intensa atividade mercantil e a produção manufatureira (Bresson, 2016, pp. 2-3). Kostas Vlassopoulos defende que, embora certos aspectos da interpretação modernista sejam questionáveis (como a existência de certos pressupostos eurocêntricos e anacronismos), sua postura de colocar as

idades e os campos dentro de um sistema dinâmico tem muito a contribuir para um estudo da economia antiga, se desvencilhando dos pressupostos que dominaram a segunda metade do século XX, chamados de primitivistas (Vlassopoulos, 2007, pp. 61-3).

A interpretação primitivista é oposta à modernista. Ela advoga, de maneira geral a partir dos postulados do economista alemão Karl Bücher, que a economia antiga não teria se desenvolvido, mantendo um nível de produção agrária ou artesanal próximo ao da subsistência local, não havendo grande espaço para a atividade mercantil ou financeira (Bresson, 2016, pp. 2-3). Essa perspectiva se tornou a majoritária na historiografia do pós-guerra.

Nessa linha, a partir de conceitos weberianos, Moses Finley avançou o modelo da cidade-consumidora (também empregado, por exemplo, por Mossé [1989, pp. 126-7]). Segundo o autor, a cidade antiga seria apenas uma concentração populacional local cujo papel na cadeia produtiva seria negligenciável, sendo sua atividade principal o consumo dos bens produzidos pelo campo. Esse modelo seria oposto à cidade-produtora dos períodos medieval e moderno, polos produtivos e dinâmicos inseridos em redes de produção, circulação e, não somente, consumo. Mas o modelo da cidade-consumidora da Antiguidade em oposição à cidade-produtora medieval e moderna não se mantém diante de uma análise mais detida. As diferenças entre as cidades antigas e modernas seriam menores do que Finley entendia, visto que em questões produtivas, demográficas e comerciais a separação dos dois modelos não se sustenta. Também o isolamento da cidade como uma entidade fechada em meio ao campo e a redução da economia antiga a apenas um modelo produtivo políade não fariam justiça à complexidade das evidências sobre a

economia antiga (Vlassopoulos, 2007, pp. 123-41; Bresson, 2016, p. 194).

Diante dessas duas proposições, concordamos com Catherine Grandjean de que há limitações de uma aplicação literal das concepções primordialista ou modernista. Se dirigindo de forma mais direta aos dois de seus mais notáveis propositores, a autora conclui que tanto a ideia de Finley de um período helenístico marcado pela estagnação econômica e pela ausência de mudanças significativas quanto a unidade econômica do mundo helenístico, cara a Rostovzeff, não eram realidades atestáveis pelos testemunhos do período (Grandjean et al., 2017, pp. 316-7).

No caso específico da numismática helenística, podemos perceber a complexidade do seu fenômeno, que impossibilita as aplicações primitivistas e modernistas mais simplistas. Na maior parte das ocasiões, as moedas não eram emitidas em virtude dos imperativos econômicos do comércio por indivíduos ou grupos privados, mas por demandas financeiras imediatas do poder político. Todavia, entravam nos circuitos econômicos mais amplos em um segundo momento. Além disso, de acordo com seus padrões e metais, diferentes emissões poderiam ter circulações diversas, na esfera do consumo local (valorizada pelos primitivistas) ou na esfera mais ampla (valorizada pelos modernistas).

Essa circulação mais ampla de certas moedas poderia se dar, primeiramente, por meio de deslocamentos militares (de Callataÿ 2006, pp. 10-1). Com seu soldo pago mediante moedas emitidas por monarcas e cidades a quem serviam, soldados e mercenários levavam consigo os valores recebidos durante e após as campanhas. Outras atividades ligadas de forma mais ou menos direta

à guerra como saques, pilhagens e pagamentos de resgates de prisioneiros também poderiam levar à circulação de riquezas, entre elas as moedas (Le Rider, 1991, p. 210). O caso da difusão das moedas de Alexandre III por grande parte do Mediterrâneo oriental nos primeiros anos do período helenístico parece indicar o retorno de seus veteranos ao oeste após sua extensa campanha de conquista do Império Persa ou o assentamento deles em (re)fundações nos territórios recentemente conquistados (Thonemann, 2015, pp. 13-7).

O uso extensivo das moedas no pagamento de mercenários levou a fenômenos como a proliferação de “imitações” das cunhagens de Filipe II da Macedônia (pai e antecessor de Alexandre III) na Europa central e de Rodas no Egeu. As primeiras cunhagens celtas conhecidas datam do IV século AEC e têm como base os tipos de Filipe II e, posteriormente, Alexandre III. Elas teriam chegado a seus territórios não por meio do comércio, mas do retorno dos mercenários celtas empregados pelos monarcas macedônios. Essas moedas, tradicionalmente vistas como “imitações”, são reapropriações e releituras celtas das iconografias e práticas numismáticas macedônias. Até mesmo a tomada de referência dos tetradramas de prata (no médio e baixo Danúbio) ou dos estáteres de ouro (da Bretanha à Boêmia) desses monarcas foram feitas com base em práticas regionais célticas que valorizavam um desses metais como forma privilegiada de expressão de valor. Além disso, essas moedas poderiam ser recunhagens das próprias moedas dos monarcas e seu uso econômico também não seria correlato às práticas gregas e macedônias (Thonemann, 2015, pp. 26-9).

Já as cunhagens pseudo-ródias possuem os tipos numismáticos tradicionais dos dracmas ródios do III século

e dos primeiros anos do II século AEC. Elas eram feitas tais como se fossem aquelas emitidas por Rodes, mas possuem numerosos sinais de que, na verdade, não são (como os locais de achado fora do sistema monetário fechado de Rodes, a ausência do étnico, eixos dos moldes irregulares, metal de baixa qualidade, além da homogeneidade estilística que indicaria a produção dentro de um curto espaço de tempo). As moedas pseudo-ródias podem ser datadas entre a primeira década do II século e a década de 160 AEC, período em que Rodes já havia abandonado seus tipos numismáticos tradicionais, emulados pelas emissões pseudo-ródias, e adotado novos tipos e um padrão ainda mais leve (dracma de 3,05 gramas). A explicação para esse fenômeno seria o pagamento de mercenários cretenses a serviço do monarca macedônio Perseu em seu conflito contra Roma, durante a Terceira Guerra Macedônica. Extensamente empregados pelo monarca nesse período e nos supostos locais de proveniência dessas moedas (Samotrácia, Eubeia etc.), os cretenses teriam preferência pelo pagamento em moedas ródias tradicionais, tendo em vista a proximidade geográfica das ilhas e o seu constante serviço a Rodes. Com isso, os macedônios tiveram de emitir, eventualmente, moedas que emulassem os tipos ródios (Ashton, 1988a; 1988b; 1989a; 1997; 2013).

Imagem 6. Dracma pseudo-ródio



FRBNF41779970. Dracma caracterizado como pseudo-ródio por Richard Ashton (1989a), com tipos numismáticos comuns àqueles produzidos na ilha décadas antes. No anverso, a cabeça de Hélios com a visão frontal em três quartos. No reverso, a rosa. Acima da rosa, o nome do magistrado Damasias (ΔΑΜΑΣΙΑΣ), ausente nas moedas ródias e característico de Eretria (na ilha da Eubeia), possível origem dessa emissão.

A circulação posterior dessas emissões, todavia, pode indicar o comércio em diferentes escalas. O caso selêucida é paradigmático desse fluxo internacional de moedas, especialmente de tetradracmas. Há uma grande concentração de achados de Alexandres póstumos e *stephanephoroi* produzidos na Ásia Menor em território selêucida (especialmente Cilícia, Síria e Mesopotâmia). Isso se dá em vista da abertura selêucida à circulação das diversas moedas em padrão ático dentro de seu território, o que permitia a essas moedas, produzidas em outras localidades, circularem sem impedimentos em seu território (Le Rider, 2001, pp. 51-2). Com isso, os achados em território selêucida poderiam ser representativos dos

intensos fluxos comerciais e populacionais que ligavam a Ásia Menor ao Oriente Próximo.

Mas há casos em que a utilização dos padrões de circulação monetária não consegue isoladamente dar conta do mapeamento das trocas comerciais (de Callataÿ, 2016b, pp. 257, 259-60). Isso se dá particularmente quando lidamos com sistemas monetários fechados. Como apontado, esses instrumentos buscavam controlar a circulação monetária dentro de um território. Isso é visível, por exemplo, no caso ródio. Há quase uma completa ausência de achados de moedas não ródias em seu território (Ashton, 1989b; Bresson, 1993).

Além disso, fora de seu território, com notáveis exceções (como no tesouro *IGCH 270*, encontrado em Olímpia com somente 3 moedas ródias [Ashton 1989b, pp. 11-2]) e retirando de consideração as moedas pseudo-ródias, há pouca evidência de circulação de suas moedas fora de seu território.⁹ Esse quadro aparentemente contraria a fama da cidade como um grande centro de comércio e distribuição no Egeu. Mas ao considerarmos as evidências dos achados de ânforas ao longo da costa do Mediterrâneo e do mar Negro, encontramos uma grande presença ródia com sua cerâmica estampada, o que permite sua identificação e datação com base nas estampas contendo o nome do sacerdote epônimo da cidade e do fabricante (Élaigne, 2003, p. 394). No caso do Bósforo, no norte do mar Negro, encontramos numerosas ânforas ródias que atestam

⁹ Ausência vista mesmo na região vizinha da Cária, sobre a qual Rodes exercia uma grande autoridade hegemônica, quando não uma dominação política direta, conforme o exemplo de um tesouro helenístico, sem local de achado preciso, mas que contém moedas de três cidades cárias (Myndos, Halicarnasso e Cnido) e sem moedas ródias (Göktürk, 1996).

um fluxo comercial constante entre ambas as regiões ao longo do período helenístico, mas quase que uma completa ausência de moedas ródias (com somente um exemplar encontrado em Gorgippia) (Badal'janc, 1999).

Por sua vez, o intenso comércio entre Egito e Rodes também não é constatável por meio da circulação numismática. De fato, basear-se somente nesse aspecto levaria à conclusão de que Rodes e Egito não tiveram trocas comerciais no período helenístico, ou tiveram-nas em nível negligenciável. Mas, como no caso de Rodes e o norte do mar Negro, os dados da cerâmica encontrada em Alexandria atestam que as trocas comerciais cresceram ao longo desse período. No caso alexandrino, chegaram a seu ápice entre 200 e 180 AEC e mantiveram níveis consideravelmente altos ao longo do II século AEC. Desde o período arcaico, Rodes e Egito teriam estreitas relações políticas e comerciais (Gabrielsen, 2013, pp. 66-7). Os ródios venderiam principalmente seu vinho ao Egito, deixando como evidência as ânforas, e comprariam trigo para seu próprio abastecimento e para a redistribuição no Mediterrâneo (Lund, 1999, p. 202).

Outro elemento que pode causar dificuldade no estudo da circulação monetária com base nas moedas das coleções de grandes instituições (museus, gabinetes ou sociedades numismáticas) é a ausência de indicações precisas (ou de qualquer tipo) da origem das peças que as compõem. Isso se dá, pois, grande parte dessas coleções foram obtidas desde o Renascimento, antes da constituição de uma prática arqueológica contemporânea de se obter objetos antigos por meio de escavações oficiais, profissionais e que têm como uma das grandes preocupações o

registro dos contextos precisos dos achados.¹⁰ As moedas eram consideradas como objetos de arte em si, não sendo necessária a sua contextualização para além das datações gerais com base na iconografia e no estilo.¹¹

A questão da circulação e monetarização também pode ser abordada de maneira ainda mais precisa ao se restringir a pesquisa a casos locais. As cidades gregas, com seus centros urbanos e territórios diversos, tinham diferentes graus de difusão das moedas. Elas eram mais concentradas, especialmente as denominações de grande valor, nas zonas portuárias, santuários e centros urbanos, enquanto as zonas rurais e de povoação mais esparsa detinham moedas igualmente esparsas e de menor valor. Para essas análises, a conjugação das moedas

10 A coleção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional da França, por exemplo, começou a se constituir com o gabinete de Henrique IV (1553 – 1610) e ganhou um novo ímpeto sob Luís XIV (1638 – 1715), embora o desejo pela obtenção de objetos considerados antigos e raros (entre eles, as moedas) venha desde os reis franceses medievais. Com a Revolução, os gabinetes foram retirados do controle real e se tornaram parte de uma coleção nacional. As coleções públicas de moedas foram aumentadas ao longo dos séculos seguintes, em parte, por meio de aquisições de grandes coleções privadas, com aquela do duque de Luyne em 1862. Essas coleções de origem particular, assim como aquelas reais dos séculos anteriores, não possuem registros dos locais de achado e/ou compra das moedas, dificultando considerações sobre seus usos e circulação.

11 Essas preocupações permaneceram em certas produções mesmo ao longo da segunda metade do século XX, como a tese em Belas Artes de Katherine Patricia Erhart pela Universidade de Harvard. A autora trata na publicação *The Development of the Facing Head Motif on Greek Coins and Its Relation to Classical Art* de fazer o recorte dos motivos com base em critérios estéticos, tendo em vista que certas moedas não seriam necessárias de serem analisadas por serem consideradas pela autora como “imitações” ou “degenerações” (1979, p. 272).

encontradas em escavações, com seus contextos arqueológicos bem documentados, e dos tesouros enterrados se apresenta como um procedimento mais seguro. Um exemplo do uso oportuno da análise de casos específicos, com a sua posterior conjugação em um quadro mais amplo, é empreendido por Catherine Grandjean, ao investigar a monetarização na Grécia helenística com base nos casos da Beócia, da Messênia e de Atenas. A partir desses casos, a autora pôde perceber que a monetarização das zonas rurais gregas se deu por emissões em bronze no III século AEC,¹² mas ainda assim muito menos numerosas do que aquelas encontradas nos centros urbanos, portos e santuários, em um quadro que se assemelharia a outros casos de sociedades pré-industriais (Grandjean, 2015).

Já François de Callataÿ propõe, para além das grandes abordagens quantitativas (mas não negando-as), uma ainda mais estrita, valorizando microcontextos e a dimensão antropológica dos achados de moedas. Uma aplicação considerada característica dessa forma pelo autor é aquela da análise de moedas encontradas em contextos funerários, que associa o econômico ao cultural (de Callataÿ, 2016b, p. 260-1).

CONCLUSÃO

Diante do quadro apresentado e confluindo com as ressalvas feitas por Grandjean, Davies e de Callataÿ, reputamos ser possível tomar os testemunhos numismáticos

¹² Meadows (2014, p. 188) advoga que essa substituição das menores frações de prata por moedas de bronze, auxiliando ainda mais a monetarização da vida cotidiana, teria começado ainda no IV século AEC.

como uma ferramenta valiosa para a compreensão das economias antigas. Em um nível mais geral, podemos tirar deles a conclusão de que as economias antigas eram complexas, operando em variados sistemas monetários e escalas, demarcados mediante metais, tipos numismáticos e padrões. Mas essa pluralidade não inibiu o comércio nem as formas não monetárias de dinheiro.

Outra conclusão é a importância dos interesses estatais na emissão das moedas, o que não excluía que, eventualmente, fatores comerciais tivessem influência sobre a recorrência e o volume de emissão das moedas. Ligadas a esse interesse estatal, estavam as operações militares que também tinham seu papel na circulação das moedas por meio de tropas regulares, mercenários e saques. Mas, em um segundo momento, essas emissões poderiam adentrar as relações privadas, para transações que não estavam necessariamente sob o controle das autoridades que haviam emitido as moedas. E essas duas conclusões dificultariam as aplicações literais das teses modernistas ou primitivistas sobre a economia antiga.

Todavia, para considerações mais precisas é necessário se ter outros testemunhos, como o cerâmico, conforme apresentado anteriormente. Esse procedimento pode ser tomado para evitar interpretações equívocas ou demasiadamente simplistas, que associam automaticamente a presença (e a ausência) de moedas ao comércio ou qualquer outra atividade econômica. Além da multiplicidade dos testemunhos, as análises de casos, com abordagens qualitativas de produção e circulação, são uma ferramenta central para a melhor compreensão da complexidade das economias antigas.

REFERÊNCIAS

- ASHTON, R. H. J. Pseudo-Rhodian Drachms and the Beginning of the Lycian League Coinage. *The Numismatic Chronicle*, vol. 147, 1987, pp. 8-25.
- ASHTON, R. H. J. A series of Pseudo-Rhodian Drachms from Mainland Greece. *The Numismatic Chronicle*, vol. 148, 1988a, pp. 21-32.
- ASHTON, R. H. J. Pseudo-Rhodian Drachms from Samothrace. *The Numismatic Chronicle*, vol. 148, 1988b, pp. 129-34.
- ASHTON, R. H. J. Pseudo-rhodian drachms from Eretria (Euboia). *Revue Numismatique*, série 6, tomo 31, 1989a, pp. 41-8.
- ASHTON, R. H. J. A Series of Rhodian Didrachms from the mid-Third Century BC. *The Numismatic Chronicle*, vol. 149, 1989b, pp. 1-13.
- ASHTON, R. H. J. More Pseudo-Rhodian Drachms from Mainland Greece. *The Numismatic Chronicle*, vol. 157, 1997, pp. 188-191.
- ASHTON, R. H. J. The coinage of Rhodes 408 – c. 190 BC. In: MEADOWS, A. & SHIPTON, K. (eds.). *Money and its uses in the Ancient Greek World*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 79-115.
- ASHTON, R. H. J. ΣΤΑΣΙΩΝ with Crossed Club and Bow: More Pseudo-Rhodian Drachms from Northern Greece. *The Numismatic Chronicle*, vol. 173, 2013, pp. 33-53.
- BADAL'JANC, J. S. La Rhodes hellénistique et le nord de la Mer Noire (Les relations économique d'après l'épigraphie céramique. In: GARLAN, Y. (org.). *Production et commerce des amphores anciennes en Mer Noire*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1999, pp. 247-53.
- BRESSON, A. La circulation monétaire rhodienne jusqu'en

166. *Dialogues d'histoire ancienne*, vol. 19, n.º 1, 1993, pp. 119-69.
- BRESSON, A. Coinage and money supply in the Hellenistic Age. In: ARCHIBALD, Z. H.; DAVIES, J. K. & GABRIELSEN, V. (eds.). *Making, Moving and Managing. The New World of Ancient Economies, 323 – 31 BC*. Oxford: Oxbow Books, 2005, pp. 44-72.
- BRESSON, A. *The Making of the ancient Greek economy: institutions, markets, and growth in the city-states*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CAHN, H. A. A new Carian Mint. *The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society*, VI série, vol. 2, n.º ¼, 1942, pp. 92-94.
- DE CALLATAÏ, F. A quantitative survey of Hellenistic coinages: recent achievements. In: ARCHIBALD, Z. H.; DAVIES, J. K. & GABRIELSEN, V. (eds.), *Making, Moving and Managing. The New World of Ancient Economies, 323 – 31 BC*. Oxford: Oxbow Books, 2005, pp. 73-91.
- DE CALLATAÏ, F. Le transport des monnaies dans le monde grec. *Revue Belge de Numismatique*, vol. 152, 2006, pp. 5-14.
- DE CALLATAÏ, F. Greek coin types in context: a short state of the art. *Pharos*, n.º 22, vol. 1, 2016a, pp. 115-41.
- DE CALLATAÏ, F. De quoi les monnaies grecques trouvées en fouilles sont-elles le reflet? Propos diachroniques de méthode. In: DUYRAT, F. & GRANDJEAN, C. (eds.). *Les monnaies de fouille du monde grec (VIe – Ier s. a.C.). Apports, approches et méthodes*. Bordeaux : Ausonius, 2016b, pp. 239-61.
- CARRADICE, I. *Greek coins*. Austin: University of Texas Press, 1995.
- DAVIES, J. K. An Economic Historian's Agenda. In: DUYRAT, F. & GRANDJEAN, C. (eds.). *Les monnaies de fouille du monde grec (VIe – Ier s. a.C.). Apports, approches et méthodes*. Bordeaux : Ausonius, 2016, pp. 19-34.

- ÉLAIGNE, S. Les indices des échanges dans l’Orient hellénistique d’après les données de la céramique. In: LE DINAHET, M.-T. (org.). *L’Orient Méditerranéen de la mort d’Alexandre au Ier siècle avant notre ère (Anatolie, Chypre, Égypte, Syrie)*. Nantes: Éditions du Temps, 2003, pp. 392-409.
- ERHART, K. P. *The Development of the Facing Head Motif on Greek Coins and Its Relation to Classical Art*. Nova York: Garland Publishing, 1979.
- FLORENZANO, M. B. B. Fontes sobre a origem da moeda: uma apresentação crítica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 11, 2001, pp. 201-11.
- FLORENZANO, M. B. B. Coins and cultural contact: adoption and use of metal coins by non-Greeks in ancient Calabria (6th-5th centuries BC). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 33, 2019, pp. 36-44.
- GABRIELSEN, V. Rhodes and the Ptolemaic kingdom: the commercial infrastructure. In: BURASELIS, K.; STEFANO, M. & THOMPSON, D. (eds.). *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 66-81.
- GÖKTÜRK, M. T. A Hoard of Hellenistic Silver Coins of Myndos, Halikarnassos and Knidos. In: ASHTON, R. (ed.). *Studies in Ancient coinage from Turkey*. Londres: Royal Numismatic Society, 1996, pp. 5-8.
- GRANDJEAN, C. Identité civique et réalités monétaires en Grèce ancienne. *Revue numismatique*, 6.^a série, tomo 168, 2012, pp. 11-21.
- GRANDJEAN, C. La monétarisation de l’*astu* et de la *chôra* des cités grecques (VI^e s. av.n.è – V^e s. de n. è.) en questions. *Revue Belge de Numismatique*, vol. 161, 2015, pp. 3-15.
- GRANDJEAN, C. La petite monnaie des Grecs (Ve – III^e siècles avant notre ère). *Dialogues d’histoire ancienne. Supplément*, vol. 20, n.^o 1, 2020, pp. 159-81.

- GRANDJEAN, C.; HOFFMANN, G.; CAPDETREY, L. & CARREZ-MARATRAY, J.-Y. *Le monde hellénistique*. Paris : Armand Colin, 2017.
- IOSSIF, P. P. Using Site Finds for Statistical Analyses of the Seleucid Numismatic production and Circulation. An Introduction to the Method. In: DUYRAT, F. & GRANDJEAN, C. (eds.). *Les monnaies de fouille du monde grec (VIe – Ier s. a.C.). Apports, approches et méthodes*. Bordeaux : Ausonius, 2016, pp. 263-96.
- IOSSIF, P. P. & VAN DE PUT, W. Greek iconographies: meandering paths to understanding images. *Pharos*, n.º 22, vol. 1, 2016, pp. 1-8.
- LAKY, L. de A. Moedas, santuários e contexto único de produção: o lugar da documentação numismática no estudo do culto de divindades na pólis grega. In: PORTO, V. C. (ed.). *Arqueologia hoje: tendências e debates*. São Paulo: MAE/USP, 2019, pp. 453-64.
- LE RIDER, G. La circulation des monnaies aux types d’Alexandre en Asie Mineure au IIIe siècle avant J.-C. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 1986, 1987, pp. 120-1.
- LE RIDER, G. Les voyages des monnaies d’argent, principalement dans le royaume Séleucide. *Anatolia Antiqua*, tomo 1, 1991, pp. 209-15.
- LE RIDER, G. Les clauses financières des traités de 189 et de 188. *Bulletin de correspondance hellénique*, vol. 116, n.º 1, 1992, pp. 267-77.
- LE RIDER, G. Sur un aspect du comportement monétaire des villes libres d’Asie Mineure occidentale au IIe siècle: leurs émissions de tétradrachmes de poids attique frappés entre 188 et c. 140. In: BRESSON, A. & DESCAT, R. (orgs.). *Les cités d’Asie Mineure Occidentale au IIe siècle*. Bordeaux: Ausonius, 2001, pp. 37-59.
- LUND, J. Rhodian Amphorae in Rhodes and Alexandria as Evidence of Trade. In: GABRIELSEN, V.; BILDE, P.;

- ENGBERG-PDERSEN, T.; HANNESTAD, L. & ZAHLE, J. (eds.). *Hellenistic Rhodes: Politics, Culture and Society*. Aarhus: Aarhus University Press, 1999, pp. 187-204.
- MARCELLESI, M.-C. Commerce, monnaies locales et monnaies communes dans les États hellénistiques. *Revue des Études Grecques*, tomo 113, 2000, pp. 326-58.
- MEADOWS, A. Money, Freedom, and Empire in the Hellenistic World. In: MEADOWS, A. & HIPTON, K. (eds.). *Money and Its Uses in the Ancient Greek World*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 53-63.
- MEADOWS, A. The Spread of Coins in the Hellenistic World. In: BERHOLZ, P. & VAUBEL, R. (eds.). *Explaining Monetary and Financial Innovation, Financial and Monetary Policy Studies*, vol. 39, 2014, pp. 169-94.
- MEADOWS, A. The Great Transformation. Civic Coin Design in the Second Century BC. In: IOSSIF, P. P.; DE CALLATAÏ, F. & VEYMIERS, R. (eds.). ΤΥΠΟΙ. *Greek and Roman Coins Seen Through Their Images. Noble Issuers, Humble Users? Proceedings of the International Conference Organized by the Belgian and French Schools at Athens, 26-28 September 2012*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2018a, pp. 299-318.
- MEADOWS, A. What is an Alexander? PELLA and the Classification or Interpretation of Coinage in the Name of Alexander the Great. In: GLENN, S.; DUYPAT, F. & MEADOWS, A. *Alexander the Great. A Linked Open World*. Bordeaux: Ausonius Éditions, 2018b, pp. 55-74.
- MØRKHOLM, O. Some Reflections on the Production and Use of Coinage in Ancient Greece. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, vol. 31, n.º 3, 1982, pp. 290-305.
- MOSSÉ, C. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo (Séculos VIII – VI a.C.)*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MURGAN, A. M. & KEMMERS, F. Temples, hoards and pre(?) monetary practices – case studies from mainland Italy

- and Sicily in the 1st millennium BC. In: BAITINGER, H. (org.). *Materielle Kultur und Identität im Spannungsfeld zwischen Mediterraner Welt und Mitteleuropa*. Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2016.
- NICOLET-PIERRE, H. *Numismatique grecque*. Paris: Armand Colin, 2005.
- PAPPA, E. The poster boys of antiquity's 'capitalism' shunning money? The spread of the alphabet in the Mediterranean as a function of a credit-base, maritime trade. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 33, 2019, pp. 91-138.
- PSOMA, S. Royal bronze coinages versus civic coin bronze coinages. The tale of two stories for Greek history. In: ASOLATI, M. & GORINI, G. *I Ritrovamenti Monetali e i processi storico-economici nel mondo antico*. Pádua: Esedra editrice, 2012.
- PUCCINI, D. B. A contribuição da Estela do Porto à numismática de Tasos no século V a.C. In: PORTO, V. C. (ed.). *Arqueologia hoje: tendências e debates*. São Paulo: MAE/USP, 2019, pp. 165-79.
- ROSTOVITZ, M. *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1941.
- SALES, J. das C. *A moeda como meio de propaganda: o caso paradigmático do Egípto ptolomaico*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2017.
- THONEMANN, P. *The Hellenistic world: using coins as sources*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SOBRE OS AUTORES

Alana Thaís Basso

Licenciada em História (UFRGS), mestra em História (UFRGS, bolsista CAPES) e doutoranda em História Social (UFF, bolsista CNPq). Possui experiência na área de História, com ênfase em História da América Colonial e História da Idade Moderna, atuando especialmente nos seguintes temas: comércio ilegal, escravidão, contrabando de escravizados e Rio da Prata no século XVIII.

Alexandre Santos de Moraes

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo

Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda o desenvolvimento da indústria petrolífera no Oriente Médio durante a primeira metade do século XX. Atualmente atua como professor de História na Educação Básica.

Fábio Carlos da Silva

Bacharel em Administração pela Universidade de São Paulo, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará, doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Tem experiência na área de planejamento regional, gestão pública e História Econômica do Brasil e da Amazônia.

Fernanda Novaes de Freitas

Licenciada e mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda a circulação de metais preciosos no eixo Atlântico-Índico durante os séculos XVII e XVIII. Atualmente atua como professora de História na Educação Básica.

Guilherme Silva Pixinine

Aluno de graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Henrique Luiz Oliveira Spitz

Licenciado em História (UFF), mestre em História (UFF) e doutorando em História (UFF). Possui experiência na área de História, com ênfase em História Moderna, pesquisando principalmente os seguintes temas: História

Econômica, História Global, impérios britânico e espanhol e América colonial.

Julio Cesar Pereira de Carvalho

Bacharel em Relações Internacionais (UFRRJ), mestre em Ciências Sociais (UFRRJ) e doutorando em História Social (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes eixos temáticos: ditadura militar, Estado, empresariado brasileiro, petróleo e Petrobras.

Leonardo Milanez de Lima Leandro

Bacharel em Administração, mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor de Universidade Federal do Vale do São Francisco. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em História Econômica.

Luiz Fernando Saraiva

Graduado, mestre e doutor em História, com ênfase em História Econômica. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Marcos Marinho

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ - 2016), bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2013). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), do

grupo de pesquisa interinstitucional O Vale do Paraíba, o Império do Brasil e a Segunda Escravidão e do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Oitocentos, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e professor docente I da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC - RJ). Seus interesses de pesquisa são voltados para os seguintes temas: história das técnicas e da tecnologia, história da escravidão nas Américas, história agrária, história econômica e social do Brasil Império (século XIX).

Marcos Taroco Resende

Doutorando em Economia no CEDEPLAR/UFMG. Mestre em Economia pela UNIFAL-MG. Graduação em Ciências Econômicas pela UFSJ. Suas pesquisas circunscrevem as áreas de História do Pensamento Econômico e de História Econômica, com foco na América Latina. Atualmente é editor adjunto na revista *História Econômica & História de Empresas (HE&HE)* da ABPHE.

Mateus Mello Araujo da Silva

Bacharel e licenciado em História (UFF), mestre e doutorando em História Social (UFF, bolsista CAPES). Pesquisador convidado da Université Paris Cité e do centro Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques (AnHiMA) sob orientação da professora doutora Florence Gherchanoc. Membro do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA/UFF) e do grupo de pesquisa em Numismática Antiga do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP). Possui experiência na área de História Antiga, trabalhando com

numismática, epigrafia e temas ligados à etnicidade nos períodos clássico e helenístico.

Mylena Porto da Gama

Bacharel e licenciada em História (UFF) e mestre em História Social (UFRJ). Atualmente cursa doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é bolsista CNPq. Participa do grupo de pesquisa CNPq Antigo Regime nos Trópicos. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Colonial, atuando principalmente nas seguintes temáticas: História Econômica, História agrária e SIG histórico.

Rebecca de Oliveira Freitas

Bacharel e licenciada em História (UFPR) e licenciada em Música (UNESPAR), mestre em História Social (UFF) e doutoranda no mesmo programa. Tem experiência na área de história, com ênfase sobre História da União Soviética, História do Pensamento Econômico, História Social do Trabalho e História das Mulheres.

Rejane Valvano Corrêa da Silva

Bacharel e mestra em Filosofia (PUC-Rio), fez doutorado em Antropologia (IFCS/UFRJ) e pós-doutorado no Centro de pesquisa Fernand Braudel, Binghamton/NY. Professora no Departamento de Sociologia e Antropologia na UFMA, realizou e orientou pesquisa sobre crédito, relações sociais na produção do algodão e economia informal.

Renato Leite Marcondes

Economista e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo. Professor associado da Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP). Pesquisa na área de História Econômica e demográfica, principalmente os temas: crédito, hipoteca, acumulação de riqueza, cafeicultura, posse de escravos, desigualdade regional e comércio.

Rodrigo de Paula Abi-Ramia

Doutorando em História pelo (PPGH - UFF), mestre em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL - UNILA) e graduado em Relações Internacionais (INEST - UFF). Sua área pesquisa centra-se principalmente acerca dos temas: relações internacionais na América Latina; hegemonia; dependência; decolonialidade.

Thaiz Barbosa Freitas

Bacharel e Licenciada em História (UFF) e mestre em História Social (UFF). Atualmente cursa doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Colonial, atuando principalmente nas seguintes temáticas: História Econômica, História agrária e SIG histórico.

Thiago Alvarenga de Oliveira

Professor de Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira na Faculdade de Economia (UFF). Doutor em história social pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense e em “Desarrollo, Sociedad y Relaciones Laborales” pela Universidad de Murcia.

Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca

Doutor em História pelo PPGH-UFF, professor de História nos anos finais do Ensino Fundamental na SME-RJ e coordenador da Pós-Graduação em História do Rio Janeiro no IPN.

DOWNLOAD DISPONÍVEL

<https://lojahucitec.com.br/produto/economia-e-modos-de-vida/>



& PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA